



Finanças dos Municípios

Capixabas

Ano 19 • 2013





Agora, gestores públicos e sociedade possuem um instrumento para consultar e analisar dados das finanças públicas dos três níveis de governo, permitindo comparações estratégicas.



A FNP incentiva a transparência das contas públicas e estimula a boa gestão fiscal por meio do Compara Brasil.

Compartilhe essa ideia.

APRESENTAÇÃO



Estamos vivendo momentos de intensas transformações em nosso país, onde o clamor da sociedade por mudanças tem chegado aos ouvidos dos governantes. Entre as muitas reivindicações propostas pela população destacam-se aquelas por mudanças no cenário político que incluem os anseios por uma maior participação popular, mais transparência e ética por parte dos representantes políticos, alterações no sistema eleitoral e as que pedem por mudança na gestão pública, com foco na eficiência dos gastos, principalmente na área social, como educação, saúde, assistência social, mobilidade urbana e segurança pública. Como administradores públicos, devemos aproveitar esse momento único para promovermos um amplo diálogo com a sociedade sobre as deficiências do atual modelo de gestão dos recursos públicos, principalmente com relação ao aumento do custeio de programas sociais e a melhorias na educação.

É nesse contexto de reflexão e de mudanças na administração pública que apresento a 19ª edição de **Finanças dos Municípios Capixabas**. Este anuário, que tanto contribui para o debate sobre o setor público municipal em nosso Estado, traz o balanço das finanças do último ano de mandato das gestões municipais anteriores. A novidade desta edição é a seção sobre a assistência social, com uma análise sobre os gastos municipais nessa área, que tem aumentado sua importância como promotora da justiça social e, mais recentemente, como canal efetivo da inclusão produtiva nos municípios.

Os artigos também trazem assuntos de extrema relevância para os gestores públicos, como as questões legais que dão respaldo à implantação do protesto da dívida ativa, as novas linhas de financiamento à disposição dos municípios pelo Bandes, a novidade e a importância da gestão de custos no setor público, que muito poderá contribuir para aumentar a sua eficiência, e os avanços na assistência social no Espírito Santo.

Boa leitura a todos!

Dalton Perim

*Prefeito do Município de Venda Nova do Imigrante e
presidente da Associação dos Municípios do Espírito Santo*

Sumário



Rua Dr. Eurico Aguiar, 888, sl. 504
CEP 29.056-200, Vitória-ES
Tels.: (27) 3235-7841/3235-7546
E-mail: aequus@aequus.com.br

Diretora:
Tânia Mara Cursino Villela

Administrativo:
Marta Luiza Cursino Villela

Equipe técnica:
Juliano César Gomes
Luiz Eduardo de Souza Dalfior
Victor Batista Trindade
Taís Francisca Lopes (estagiária)

Assessoria de imprensa:
C2 Comunicação

Revisão:
Triade Comunicação

Projeto gráfico e editoração:
Comunicação Impressa

Capa:
Cristina Xavier

Foto da capa:
Tânia Villela / Igreja Nossa Senhora do Rosário
Vila Velha-ES

Ilustração:
José Paulo Ferrer (Zepa)

Impressão:
Gráfica e Editora GSA

Visite o site www.financasdosmunicipios.com.br

Copyright by Aequus Consultoria S/S Ltda
Proibida a reprodução total ou parcial da mesma
sem a autorização dos titulares.

Finanças dos Municípios Capixabas /
organização de Tânia M. C. Villela, v19
(2013). Vitória, ES: Aequus Consultoria,
julho/2013

CDU: 336.1
ISSN 2317-5273

Panorama

Panorama das finanças dos municípios capixabas.....	8
Receitas	8
Despesas	10
Resultado orçamentário e suficiência financeira.....	11

Receita

ISS	24
IPTU	30
ITBI	34
Taxas.....	38
Transferências	42
QPM-ICMS	44
FPM	52
Dívida ativa	58
Saldo Fundeb	62
Royalties do petróleo	66

Despesa

Pessoal	72
Custeio.....	78
Investimentos	82
Encargos e amortizações da dívida	88

Despesa por função

Câmaras municipais	92
Educação	96
Saúde.....	100
Assistência social	108

Artigos

A importância do sistema de custos: uma análise sob o enfoque metodológico	114
<i>Afrânio Cosmo Gonçalves da Rocha e Waldemir Luiz de Quadros</i>	
O Estado e os desafios da Assistência Social	118
<i>Helder Salomão</i>	
A atuação do Bandes na economia e no setor público municipal	122
<i>Guerino Balestrassi</i>	
Protesto extrajudicial de certidões de dívida ativa	126
<i>Frederico Martins de Figueiredo de Paiva Britto e Roberto Moraes Dias</i>	

VITAL ENGENHARIA AMBIENTAL: 100% COMPROMETIDA COM O MEIO AMBIENTE

100%

90%

80%

70%

60%



O **Grupo Vital Engenharia Ambiental S.A** é uma empresa com reconhecida expertise no trato dos resíduos sólidos urbanos e que busca sempre as inovações de mercado para propiciar a seus clientes as melhores e consagradas soluções para a destinação final de resíduos. Por meio de processos limpos e com qualidade, segue rigorosamente as práticas ambientais e de suas legislações pertinentes.



Notas metodológicas

Agrupamento por mesorregiões

O anuário **Finanças dos Municípios Capixabas** apresenta os municípios separados por mesorregiões nas tabelas sobre a evolução dos itens da receita e da despesa. A divisão regional adotada é uma adaptação daquela definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), incluindo a Região Metropolitana, composta por seis municípios retirados da Mesorregião Central: Cariacica, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória. Tal adaptação foi necessária devido ao comportamento diferenciado desses municípios, o que acabava por influenciar fortemente o desempenho do total da Mesorregião Central. Em cada mesorregião os municípios estão ordenados por ordem alfabética.

Índices de preços para atualização de valores

Todos os dados apresentados nesta edição foram atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE, com a finalidade de possibilitar a comparação real entre diversos períodos. Foram utilizados a média aritmética dos números índices de janeiro a dezembro de cada ano para a formação dos índices médios anuais, corrigindo-se os valores para preços de 2012.

IPCA médio de 2012 utilizado como multiplicador para a atualização dos valores dos respectivos anos

2007	2008	2009	2010	2011	2012
1,3086	1,2383	1,1806	1,1240	1,0540	1,0000

Fonte de dados

A principal fonte de dados utilizada são os balanços municipais consolidados coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES). Nos casos em que os dados não estavam consolidados, eles foram substituídos pelas informações que os municípios transmitiram à Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Outras fontes constantes na publicação são a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o Banco Central do Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a Secretaria da Fazenda do Estado do Espírito Santo (Sefaz), o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde (Siops) e o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Educação (Siope).

Deduções do Fundeb

A série de dados apresentada em **Finanças dos Municípios Capixabas - Ano 19 - 2013** abrange o período entre 2007 e 2012. Os dados sobre as receitas total e corrente dos municípios são apresentados já deduzidos os valores do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) para os anos de 2007 a 2012.

Os valores recebidos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e da Quota-parte Municipal do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (QPM-ICMS) estão publicados integralmente, sem os descontos do Fundeb.

Receitas e despesas intraorçamentárias

Com o intuito de apresentar dados mais próximos à realidade, **Finanças dos Municípios Capixabas** desconsiderou os valores registrados nas operações intraorçamentárias. Na prática, essa medida visa a não contabilizar os repasses das prefeituras às suas administrações indiretas, evitando, desse modo, uma superestimação das receitas e despesas públicas. Como essas operações são contabilizadas como despesa para a prefeitura e, subsequentemente, como receita para as autarquias, se fez necessário expurgar tanto as receitas intraorçamentárias como as despesas entre órgãos de todas as categorias econômicas.

Ressalta-se ainda a possibilidade de alguns municípios terem apresentado, em alguns anos, balanços com as receitas e despesas intraorçamentárias incluídas, mas não discriminadas nas devidas contas. Nesses casos, podem ocorrer variações muito acentuadas de um ano para outro nos dados aqui publicados. Mudanças muito abruptas nas participações de alguns municípios na receita ou na despesa totais do conjunto também podem ser fruto de alterações na consolidação dos registros contábeis quanto às receitas ou despesas intraorçamentárias.

Despesa com pessoal

O conceito de despesa com pessoal utilizado por **Finanças dos Municípios Capixabas** engloba toda a despesa corrente com Pessoal e Encargos Sociais (exceto as com sentenças judiciais e as de exercícios anteriores) e inclui os gastos com aposentadorias e reformas, pensões e salário-família registrados em Outras Despesas Correntes.

Despesa com investimento

Finanças dos Municípios Capixabas considera como despesa com investimento toda a despesa de capital, excluídas as amortizações da dívida.

Despesa com encargos e amortizações da dívida

Os gastos com encargos e amortizações da dívida somam toda a despesa corrente com juros e encargos da dívida, e a despesa de capital com amortizações da dívida.

Despesa com custeio

A despesa com custeio utilizada por **Finanças dos Municípios Capixabas** abrange toda a despesa corrente, excluídos juros e encargos da dívida, e a despesa com pessoal calculada conforme exposto acima.

Sinais convencionais utilizados

Na apresentação das tabelas, quando necessário, utilizam-se os seguintes sinais convencionais:

- 0 ou 0,0 ➡ dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo;
- 0 ou -0,0 ➡ dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo;
- ➡ dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
- .. ➡ não se aplica dado numérico; e
- ... ➡ dado numérico não disponível.

VILA VELHA. AQUI NASCEU O ESPÍRITO SANTO.

danza



Passado. Presente. Futuro. A Prefeitura de Vila Velha respeita, preserva e cuida da sua história e tradições culturais. Presta serviços para melhorar a qualidade de vida dos moradores, além de receber sempre bem os visitantes. Planeja e prepara uma nova cidade integrando o município com políticas públicas que agreguem o desenvolvimento econômico, social e ambiental. A Prefeitura de Vila Velha trabalha para fazer uma cidade cada vez melhor de se viver, visitar e investir.



AQUI NASCEU O ESPÍRITO SANTO



Colaborar
com o crescimento
do Espírito Santo:
mais um compromisso
do Sincades.

O Sincades incentiva o crescimento das empresas, responsáveis por significativa geração de renda e empregos e o consequente desenvolvimento dos municípios capixabas.

É o setor atacadista e distribuidor contribuindo para o desenvolvimento ainda mais expressivo das cidades e do Espírito Santo.



SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA E DISTRIBUIDOR DO ESPÍRITO SANTO

www.sincades.com.br



LIVROS EDUCATIVOS DA EDITORA CIDADANIA. PARA OS MUNICÍPIOS QUE VALORIZAM A EDUCAÇÃO, É A ESCOLHA CERTA.



Agora você já pode implementar projetos ligados à cidadania nas escolas de seu município. A Editora Cidadania pretende oferecer o livro educativo adequado para que sua equipe pedagógica tenha em mãos uma excelente ferramenta de apoio ao trabalho com os alunos.

Solicite a visita de nosso representante.

Av. Luiz Manoel Vellozo, 11 - Praia de Itaparica
CEP: 29102 -207 - Vila Velha - ES
Tel.:(27) 3062 4447
www.editoracidadania.com.br



Introdução

Os municípios capixabas vivenciaram um período de forte expansão em suas receitas desde 2004 até 2008, com taxas de crescimento acima de 15% ao ano. Foi um período “áureo”, quando a economia brasileira e mundial presenciaram forte expansão.

Com a crise financeira internacional, com epicentro nos Estados Unidos, houve uma retração econômica generalizada e os municípios brasileiros não deixaram de sofrer seus reflexos. A queda na receita total dos municípios capixabas foi forte, alcançando -6,3%, em 2009, mais intensa que a sentida pelo conjunto dos municípios brasileiros, que foi de -1,4%, no mesmo ano.

Em 2010, houve uma breve recuperação da economia e a receita municipal voltou a crescer. No entanto, a crise mundial que estava restrita aos mercados financeiros desnudou problemas de dívidas nacionais em diversos países europeus, o que afetou a economia mundial e a nacional, em 2011 e 2012. Além disso, os Estados Unidos estavam com seu crescimento comprometido e a China, grande compradora das *commodities* brasileiras, reduziu o seu ímpeto de crescimento. Esse contexto causou uma desaceleração na economia do Brasil e arrefeceu a expansão da receita municipal.

No Espírito Santo houve uma explosão nos valores recebidos a título de royalties e participações especiais de petróleo e gás natural em 2011 e 2012 em função do aumento da produção nos campos marítimos localizados ao longo na plataforma continental do Estado e da elevação do preço internacional do barril de petróleo. Os royalties contribuíram

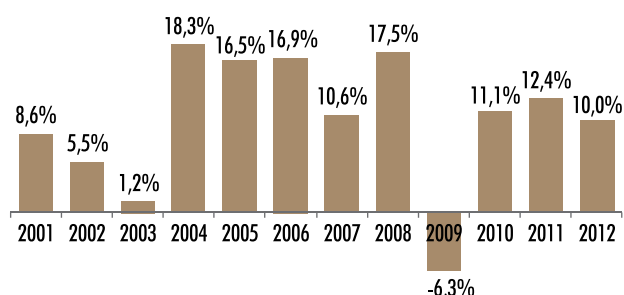
muito para que o conjunto dos municípios apresentasse elevadas taxas de crescimento da receita nesses dois anos. Entretanto, os royalties beneficiam alguns poucos municípios capixabas. Apenas dez cidades recebem montantes significativos que chegam a representar mais de 10% de suas receitas.

Desconsiderando-se os valores dos royalties e das participações especiais, o crescimento da receita municipal no Espírito Santo foi de 8,1%, em 2011, e de 8,3%, em 2012, taxas consideradas boas, mas que representam cerca da metade das que foram registradas no período “áureo”, de 2004 a 2008. As duas principais fontes de receita dos municípios capixabas, que são as transferências do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que recebem da União, e as do ICMS, que recebem do governo estadual (veja mais sobre essas transferências nas páginas 52 e 44), tiveram desempenho muito fraco em 2011 e 2012. Afora os royalties, a receita municipal cresceu por conta dos aumentos ocorridos em outras receitas, como a tributária própria, o saldo Fundeb e as transferências para o SUS. A seguir será apresentado um apanhado mais detalhado sobre o comportamento dos principais itens das receitas e das despesas dos municípios capixabas em 2012.

Receitas

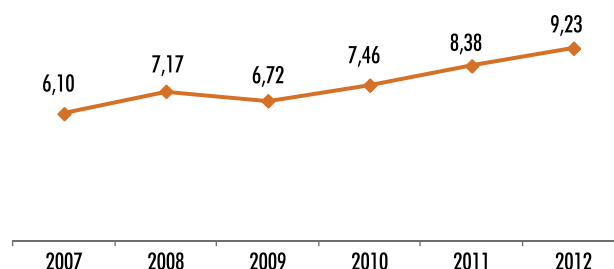
Em 2012, a receita total dos municípios capixabas apresentou um crescimento real de 10%, passando de R\$ 8,38 bilhões, em 2011, para R\$ 9,23 bilhões, em 2012. Na receita corrente, o aumento foi de 8,8%. Desconsiderando-se os repasses dos royalties e as participações especiais do petróleo e gás natural, o acréscimo da receita total recua para 8,3% e o da receita corrente para 6,8%.

Taxa de crescimento da receita total em relação ao ano anterior



Evolução da receita total

em R\$ bilhões - IPCA médio de 2012



O desempenho dos royalties e das participações especiais do petróleo e gás natural respondeu por quase um quarto do crescimento da receita total, em 2012. Ao longo do ano foram repassados aos municípios capixabas R\$ 969,7 milhões, com um aumento real de 27,6%, em relação a 2011, o que significou um adicional de recursos da ordem de R\$ 209,8 milhões. Esse forte crescimento foi sustentado, principalmente, pelo aumento da produção no litoral sul do Estado. O desempenho dos royalties e das participações especiais nos municípios confrontantes com os campos de produção nessa região foi o mais acentuado entre os municípios capixabas (veja mais detalhes sobre os royalties e as participações especiais do petróleo e gás natural, na página 66).

A receita tributária também teve uma importância significativa no aumento da receita total dos municípios capixabas, respondendo por 15% do adicional. Em 2012, a soma dos tributos arrecadados foi de R\$ 1,52 bilhão, 9% a mais quando comparada a 2011, o que representou um crescimento de R\$ 125,8 milhões.

A arrecadação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), principal tributo municipal, totalizou R\$ 935,3 milhões, 7,5% a mais que em 2011. Esse resultado foi sustentado pela expansão da arrecadação em Vitória, Anchieta e Linhares que, juntos, adicionaram R\$ 58,1 milhões aos cofres municipais. Esse acréscimo poderia ter sido maior se não fosse a queda de R\$ 31 milhões no recolhimento do ISS de Aracruz (veja mais detalhes sobre o ISS, na página 24).

O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) dos municípios capixabas totalizou R\$ 162,1 milhões, em 2012, com um aumento de 6,9% comparado ao ano anterior. Esse desempenho foi fortemente influenciado pelo aumento na arrecadação de Vitória e Vila Velha que, juntas, responderam por quase 75% da expansão da arrecadação do IPTU capixaba (veja mais detalhes sobre o IPTU, na página 30).

A arrecadação do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos (ITBI) alcançou R\$ 135,1 milhões, com alta real de 10,2% ante 2011. Serra e São Mateus foram os maiores responsáveis por esse resultado devido, principalmente, ao aquecimento do mercado imobiliário no caso de Serra (veja mais detalhes sobre o ITBI, na página 34).

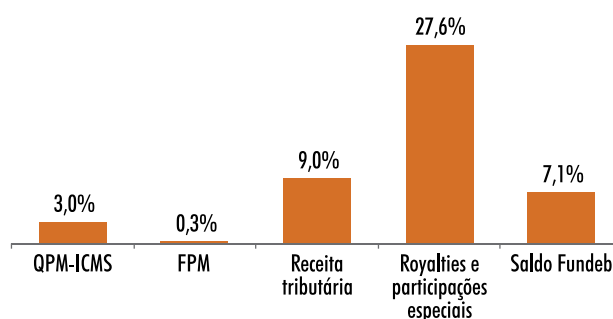
As taxas municipais no Espírito Santo tiveram uma expansão de 9,4%, nesse mesmo período, totalizando R\$ 122,5 milhões. Vitória e Vila Velha, que concentram 47,5% da arrecadação, responderam por 57,5% desse crescimento (veja mais detalhes sobre as taxas municipais, na página 38).

A Quota-parte Municipal do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (QPM-ICMS) apresentou uma desaceleração em 2012, com um aumento de apenas 3% em relação a 2011, totalizando R\$ 2,31 bilhões. Esse desaquecimento deveu-se à queda de 17,6%, em relação a 2011, da parcela do ICMS cobrado sobre as operações de importação realizadas nos portos capixabas pelas empresas que optaram pelos incentivos do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap). Desde a crise financeira de 2009, o ICMS Fundap tem apresentado um comportamento instável. Da QPM-ICMS transferida aos municípios capixabas, em 2012, 22,5% foram provenientes do sistema Fundap (veja mais detalhes sobre a QPM-ICMS, na página 44).

O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) ficou praticamente estável em 2012, com uma alta real de apenas 0,3%. Como os recursos que compõem o FPM provêm da arrecadação federal do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o fraco desempenho desses tributos impactou diretamente nos repasses municipais do Fundo, em 2012. A arrecadação do IPI apresentou uma retração real de 7%, em relação a 2011, e o IR ficou relativamente estável com uma queda de -0,1%, no mesmo período. O fraco desempenho do IR e do IPI estão relacionados à estagnação da economia brasileira e às desonerações de IPI concedidas pelo governo federal como medida de estímulo para alguns setores produtivos (veja mais detalhes sobre o FPM, na página 52).

Em 2012, os municípios capixabas receberam R\$ 1,38 bilhão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e repassaram R\$ 750,5 milhões para a sua formação. A diferença entre os valores recebidos e enviados, ou seja, o saldo Fundeb, foi de R\$ 627,4 milhões, 7,1% a mais do que no ano anterior (veja mais detalhes sobre o saldo Fundeb, na página 62).

Taxa de crescimento dos principais itens da receita - 2012/2011



Desempenho das cidades

A receita municipal é subdividida em dois grandes grupos: a receita corrente, que são os recursos que ingressam frequentemente nos cofres municipais, e as receitas de capital, que são fontes irregulares e provenientes de operações de crédito, alienação de bens e transferências voluntárias dos demais níveis de governo para serem aplicadas em investimentos.

Em 2012, a receita corrente registrou queda real em três cidades capixabas: Pedro Canário (-2,7%), Conceição da Barra (-1,1%) e Ibirapu (-0,5%). Considerando-se a receita total, houve queda real de recursos em onze municípios, sendo as mais expressivas em Pedro Canário (-3,3%), Muniz Freire (-2,6%), Iúna (-2,5%), Vila Pavão (-1,1%), Pancas, Irupi (-0,9% cada um) e Afonso Cláudio (-0,8%).

Os maiores aumentos da receita total ocorreram em Itapemirim (48,6%), Presidente Kennedy (33%), Anchieta (27,6%), Marataízes (22,5%) e Sooretama (16,8%). No caso de Itapemirim, Presidente Kennedy e Marataízes o aumento dos repasses dos royalties e das participações especiais do petróleo e gás natural foram decisivos para a expansão da receita. Em Anchieta, o fator determinante para o aumento foram os repasses da QPM-ICMS, enquanto em Sooretama foi o recebimento de transferências de capital da União.

Entre os municípios com mais de 50 mil habitantes, os aumentos mais expressivos na receita total foram registrados em Cariacica (14,3%), Linhares (13,1%), Guarapari (12,4%), Cachoeiro de Itapemirim (11,6%) e Viana (11%). Em Vitória, o aumento foi de 9,5%.

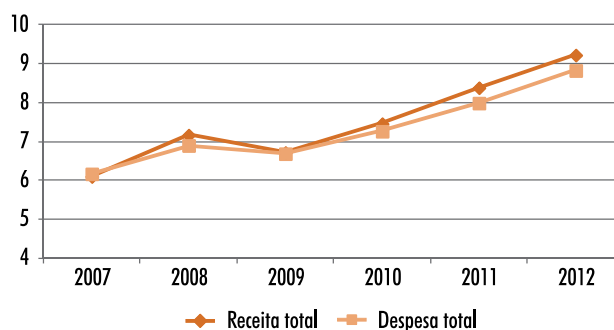
Despesas

Em 2012, a despesa total dos municípios capixabas registrou uma alta de 10,5%, em relação ao ano anterior, somando R\$ 8,83 bilhões. Desse total, 45,2% foram gastos com pessoal, 35,5% com custeio, 17,5% com investimentos e 1,8% com o pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida.

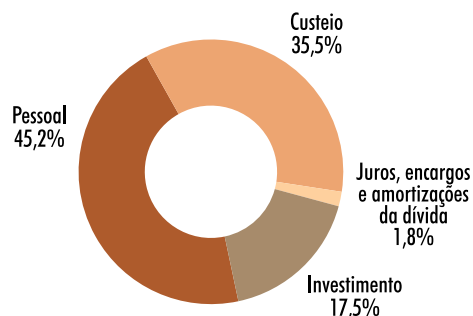
A despesa com pessoal totalizou R\$ 3,99 bilhões, em 2012, um aumento de 12,1%, em relação a 2011, o maior dos últimos quatro anos. Apesar disso, não houve uma alteração relevante na participação do gasto com pessoal na receita corrente para o conjunto dos municípios. Em média, o gasto com pessoal comprometeu 45,5% da receita corrente, em 2012, enquanto que essa participação foi de 44,2% no ano anterior (veja mais detalhes sobre a despesa com pessoal, na página 72).

Evolução da receita total e da despesa total

em R\$ bilhões - IPCA médio de 2012



Composição da despesa por categoria econômica - 2012



A despesa com custeio apresentou um crescimento de 4,6% entre 2011 e 2012, passando de R\$ 3 bilhões para R\$ 3,14 bilhões, respectivamente. Esse aumento, bem abaixo da média dos últimos nove anos, foi influenciado, principalmente, pela forte retração nos gastos de Presidente Kennedy, que reduziu o custeio em 70,7% em comparação a 2011, passando de R\$ 113,5 milhões para R\$ 33,2 milhões. Excluindo-se esse município da análise, o crescimento do custeio do conjunto dos municípios capixabas subiria para 7,6% (veja mais detalhes sobre a despesa com custeio, na página 78).

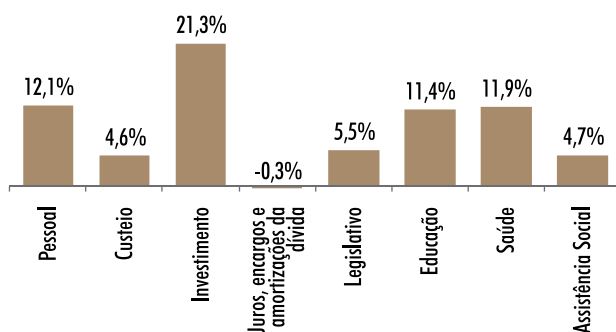
Em 2012, as cidades capixabas investiram R\$ 1,54 bilhão, 21,3% a mais que em 2011, o que representou um incremento real de R\$ 270,8 milhões. Depois de quatro anos consecutivos, finalmente os municípios capixabas conseguiram superar os investimentos realizados em 2008, evidenciando o forte impacto da crise financeira internacional sobre os investimentos municipais a partir de 2009. Esse crescimento dos investimentos municipais foi influenciado, especialmente, pelo incremento ocorrido em Itapemirim, de R\$ 92,6 milhões. Desconsiderando-se o município de Itapemirim, o crescimento dos investimentos municipais no Estado teria sido de 14,4%, o que ainda manteria o valor total do investimento superior ao de 2008 (veja mais detalhes sobre a despesa com investimento, na página 82).

As despesas com juros, encargos e amortizações da dívida se mantiveram, relativamente, estáveis em 2012, com uma leve retração de -0,3%. Esse resultado foi influenciado, principalmente, pela redução das despesas dos municípios de Vila Velha, Cariacica, Piúma, Anchieta e Colatina que, juntos, economizaram R\$ 10,7 milhões (veja mais detalhes sobre a despesa com juros, encargos e amortizações da dívida, na página 88).

Com relação à despesa sob a ótica funcional, os maiores gastos são efetuados com educação e saúde que consumiram, respectivamente, 28,8% e 18,5% da despesa total, em 2012. Ambas as áreas tiveram taxas de crescimento bastante próximas, de 11,4% e 11,9%, na mesma ordem, influenciadas, principalmente, pela expansão dos gastos da capital (veja mais detalhes sobre os gastos com educação, na página 96, e com saúde, na página 100).

A despesa com o Legislativo municipal registrou um aumento de 5,5%, totalizando R\$ 234,8 milhões, em 2012. A parcela da receita corrente comprometida com o gasto do Legislativo tem diminuído a cada ano. O peso, que era de 3,5%, em 2009, foi reduzido para 2,7%, em 2012. A assistência social, nova função a ser analisada por **Finanças dos Municípios Capixabas** a partir desta edição, teve um crescimento de 4,7%, entre 2011 e 2012, consumindo R\$ 286,6 milhões. Esse resultado foi influenciado, principalmente, pelo desempenho dos municípios de Vitória, Serra e Cariacica, que responderam por 80% do incremento realizado pelo conjunto dos municípios capixabas (veja mais detalhes sobre os gastos com o legislativo e assistência social, nas páginas 92 e 108).

Taxa de crescimento dos principais itens da despesa - 2012/2011



Resultado orçamentário

O resultado orçamentário do conjunto dos municípios capixabas apresentou um superávit de R\$ 378,9 milhões, em 2012. Apesar de a maior parte dos municípios ter apresentado superávit, houve um crescimento expressivo

daqueles que registraram déficit, passando de 18, em 2011, para 33, em 2012.

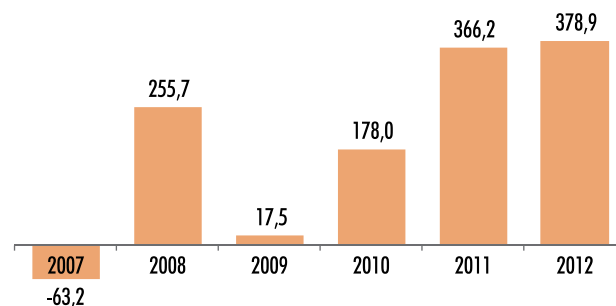
O maior superávit foi registrado por Presidente Kennedy, de R\$ 238,6 milhões. Esse resultado, totalmente atípico, tanto para os padrões dos municípios capixabas quanto para a série histórica do município, deveu-se à conjunção de dois fatores: primeiro, o crescimento de 33% na receita total, o que representou um adicional de R\$ 78,1 milhões aos cofres do município; e, segundo, à forte retração de 57,6% na sua despesa total, resultado da suspensão e do cancelamento de vários contratos com fornecedores, após a intervenção judicial sofrida durante o segundo semestre de 2012.

Outros superávits expressivos também foram apresentados em Vitória (R\$ 45 milhões), Serra (R\$ 40,2 milhões), Itapemirim (R\$ 25,5 milhões) e Guarapari (R\$ 22 milhões). Presidente Kennedy também se destacou com a maior proporção do superávit orçamentário sobre a receita total, com 75,8%. Afora esse caso atípico, os municípios de Dorcas do Rio Preto (17,1%), São José do Calçado (11,9%), Varagem Alta (11%) e Guarapari (10%) registraram as maiores relações entre o superávit e a receita total.

Vila Velha registrou o maior déficit orçamentário, dentre os municípios capixabas, de R\$ 27,5 milhões, valor que correspondeu a 3,9% de sua receita total. Nota-se que esse foi o terceiro ano seguido de déficit orçamentário no município. Guaçu e Alto Rio Novo também têm apresentado seguidos desequilíbrios orçamentários, desde 2009.

Evolução do resultado orçamentário

em R\$ milhões - IPCA médio de 2012



Número de municípios com resultados orçamentários positivos e negativos

Resultado orçamentário	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Superávit	51	56	52	62	60	45
Déficit	27	22	26	16	18	33
Total de municípios	78	78	78	78	78	78

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário.

Receita total¹ - 2007-2012

Regiões e municípios	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Variação 2012/2011	Partic. na rec. total ¹ 2012	Rec. total ¹ per capita 2012
	em R\$ mil - IPCA médio de 2012						em %		em R\$
MS Noroeste	656.670,9	754.181,9	715.661,4	787.789,1	863.688,8	907.653,9	5,1	9,8	2.176,56
Água Doce do Norte	19.344,1	24.186,9	22.832,4	27.038,4	28.557,1	30.060,8	5,3	0,3	2.586,10
Água Branca	17.896,5	22.612,6	20.025,4	24.275,7	28.198,4	29.356,8	4,1	0,3	3.087,91
Alto Rio Novo	14.335,7	17.415,6	15.326,1	17.041,9	19.151,1	20.145,7	5,2	0,2	2.733,10
Baixo Guandu	51.408,6	57.165,0	50.593,8	54.069,1	57.068,6	62.282,5	9,1	0,7	2.127,72
Barra de São Francisco	56.315,4	67.510,8	60.287,9	65.342,9	76.038,6	75.774,5	-0,3	0,8	1.843,21
Boa Esperança	25.404,5	29.320,2	26.986,0	28.873,7	36.373,2	38.664,7	6,3	0,4	2.707,99
Colatina	177.403,7	183.665,7	186.362,7	201.126,0	216.090,1	233.829,7	8,2	2,5	2.068,30
Ecoporanga	37.352,0	43.009,8	41.388,6	47.322,8	48.256,2	51.767,9	7,3	0,6	2.241,33
Governador Lindenberg	20.717,7	23.851,2	22.442,0	26.185,7	27.648,2	28.802,1	4,2	0,3	2.593,38
Mantenópolis	22.092,1	23.877,7	22.921,3	27.428,8	30.361,2	30.296,0	-0,2	0,3	2.191,24
Mariândia	18.905,5	21.595,5	22.419,0	23.355,0	27.184,9	27.159,7	-0,1	0,3	2.406,50
Nova Venécia	66.701,9	81.069,5	76.911,4	79.304,9	88.439,1	92.920,3	5,1	1,0	1.998,84
Pancas	29.864,9	36.110,1	32.896,1	37.353,9	39.871,8	39.508,5	-0,9	0,4	1.818,82
São Domingos do Norte	17.253,5	20.834,5	18.141,2	20.285,5	22.888,4	23.588,2	3,1	0,3	2.922,95
São Gabriel da Palha	38.495,7	50.092,6	48.248,8	56.476,1	61.847,7	64.473,4	4,2	0,7	1.974,38
Vila Pavão	18.086,5	20.845,4	19.712,0	21.041,0	22.641,9	22.402,9	-1,1	0,2	2.567,96
Vila Valério	25.092,8	31.018,8	28.166,8	31.267,7	33.072,3	36.620,1	10,7	0,4	2.649,02
MS Litoral Norte	1.104.914,6	1.345.262,1	1.169.378,5	1.282.861,8	1.475.360,4	1.597.143,0	8,3	17,3	2.840,12
Aracruz	261.072,4	289.934,3	256.558,0	257.635,0	298.399,3	309.071,3	3,6	3,3	3.660,72
Conceição da Barra	55.615,3	62.267,3	54.264,8	71.414,4	75.426,4	75.489,7	0,1	0,8	2.626,18
Fundão	34.349,7	41.011,1	34.210,0	41.948,8	46.713,4	49.532,0	6,0	0,5	2.809,21
Ibiraçu	24.116,8	26.769,1	24.152,3	26.254,3	30.213,0	32.512,0	7,6	0,4	2.868,28
Jaguare	55.382,0	64.165,9	56.318,8	57.803,5	68.253,8	74.318,5	8,9	0,8	2.919,72
João Neiva	34.429,4	39.512,9	33.978,6	34.714,1	38.930,0	40.725,7	4,6	0,4	2.563,62
Linhares	264.455,4	364.773,9	307.726,1	359.156,5	421.602,1	477.003,2	13,1	5,2	3.275,24
Montanha	31.132,7	37.149,3	34.340,0	36.328,5	41.198,1	43.796,3	6,3	0,5	2.441,54
Mucurici	16.218,4	17.970,0	16.262,6	17.917,1	20.363,5	22.292,6	9,5	0,2	3.967,36
Pedro Canário	32.028,2	35.749,0	36.109,1	42.583,1	44.370,0	42.900,4	-3,3	0,5	1.782,24
Pinheiros	49.175,5	54.842,6	42.200,7	47.640,4	53.595,9	56.668,9	5,7	0,6	2.333,59
Ponto Belo	16.140,4	18.609,0	17.338,6	18.555,1	20.176,7	23.029,8	14,1	0,2	3.249,13
Rio Bananal	34.089,0	39.546,2	39.999,0	42.582,5	50.207,0	53.928,9	7,4	0,6	3.044,60
São Mateus	162.055,7	212.531,7	178.672,0	187.071,8	219.959,4	242.179,7	10,1	2,6	2.165,57
Sooretama	34.653,6	40.429,9	37.247,9	41.256,7	45.951,8	53.693,9	16,8	0,6	2.175,16
MS Central	640.957,7	725.093,5	689.777,1	802.801,1	921.135,7	1.017.277,2	10,4	11,0	3.179,86
Afonso Cláudio	42.979,6	48.712,7	47.662,4	59.892,2	63.602,2	63.122,0	-0,8	0,7	2.041,53
Alfredo Chaves	25.893,3	33.245,9	30.255,8	30.761,0	35.678,1	36.780,9	3,1	0,4	2.625,90
Anchieta	123.389,3	125.931,0	133.499,8	178.033,3	222.987,0	284.603,8	27,6	3,1	11.561,74
Brejetuba	24.147,5	26.689,4	24.893,8	30.145,4	30.303,3	31.719,2	4,7	0,3	2.654,33
Conceição do Castelo	25.912,1	30.765,6	26.164,0	31.892,1	30.837,0	32.767,3	6,3	0,4	2.777,36
Domingos Martins	54.378,6	62.391,7	56.770,7	65.575,0	74.449,1	77.535,0	4,1	0,8	2.419,79
Iconha	27.387,5	30.271,8	26.571,8	28.667,9	34.539,4	34.655,3	0,3	0,4	2.732,85
Itaguaçu	27.413,1	31.417,7	27.180,9	31.416,4	34.296,3	35.211,9	2,7	0,4	2.500,85
Itarana	19.616,5	24.775,0	23.198,0	22.541,7	25.672,6	29.568,3	15,2	0,3	2.738,06
Laranja da Terra	20.225,4	23.224,2	21.560,1	22.925,1	27.733,7	28.183,3	1,6	0,3	2.607,15
Marechal Floriano	29.235,5	31.246,1	29.997,8	29.850,7	35.244,3	38.939,3	10,5	0,4	2.671,46
Piúma	30.460,1	31.798,7	34.438,3	41.744,8	54.850,3	54.915,8	0,1	0,6	2.952,94
Rio Novo do Sul	17.506,4	20.753,0	19.654,3	21.559,4	23.147,0	25.613,0	10,7	0,3	2.259,84
Santa Leopoldina	25.053,2	29.508,7	25.379,5	27.529,8	27.040,8	28.248,3	4,5	0,3	2.314,11
Santa Maria de Jetibá	52.322,9	64.265,3	60.695,6	63.999,0	73.790,5	77.795,0	5,4	0,8	2.223,22
Santa Teresa	40.433,4	47.183,9	41.826,1	47.091,0	52.610,2	57.759,5	9,8	0,6	2.624,84
São Roque do Canaã	17.178,4	21.376,6	21.460,6	24.042,0	26.535,4	26.834,8	1,1	0,3	2.352,69
Venda Nova do Imigrante	37.424,9	41.536,2	38.567,8	45.134,5	47.818,4	53.024,3	10,9	0,6	2.513,72
Região Metropolitana	2.817.742,6	3.230.252,9	3.101.744,7	3.405.681,6	3.650.900,0	3.969.809,6	8,7	43,0	2.324,67
Cariacica	300.348,6	343.009,8	365.032,3	384.945,5	424.783,1	485.718,8	14,3	5,3	1.378,20
Guarapari	132.638,5	152.993,9	155.872,7	178.234,6	196.661,6	221.033,1	12,4	2,4	2.049,72
Serra	672.404,4	788.620,1	738.597,2	830.045,2	873.365,2	908.627,1	4,0	9,8	2.150,25
Viana	86.797,7	97.951,4	98.740,5	101.177,5	118.153,6	131.156,3	11,0	1,4	1.965,04
Vila Velha	439.464,8	545.782,0	527.076,5	600.686,6	659.358,4	713.849,3	8,3	7,7	1.679,85
Vitória	1.186.088,5	1.301.895,8	1.216.425,5	1.310.592,1	1.378.578,1	1.509.425,0	9,5	16,4	4.530,60
MS Sul	880.478,5	1.112.029,6	1.038.858,8	1.179.810,5	1.473.441,1	1.734.253,0	17,7	18,8	3.036,69
Alegre	48.413,3	55.265,7	58.123,9	57.610,3	64.895,9	65.666,7	1,2	0,7	2.144,15
Apiaçá	16.315,4	17.554,7	15.925,5	17.068,1	19.397,1	21.903,2	12,9	0,2	2.921,59
Atílio Vivácqua	19.079,3	21.913,0	22.516,8	23.343,6	26.920,5	29.316,4	8,9	0,3	2.908,37
Bom Jesus do Norte	14.262,4	19.158,8	16.877,4	19.145,9	19.825,8	21.594,7	8,9	0,2	2.269,78
Cachoeiro de Itapemirim	227.692,8	267.146,8	247.751,9	266.100,4	293.374,2	327.454,5	11,6	3,5	1.704,11
Castelo	53.454,6	67.470,3	59.950,8	62.703,9	68.278,8	73.167,2	7,2	0,8	2.087,63
Divino de São Lourenço	11.475,7	13.172,9	11.021,4	12.440,1	14.128,6	15.960,2	13,0	0,2	3.569,72
Dores do Rio Preto	14.066,3	16.330,2	14.420,4	15.891,2	17.360,2	19.913,4	14,7	0,2	3.097,43
Guaçu	41.569,2	53.256,1	49.980,9	53.008,6	60.778,4	60.605,8	-0,3	0,7	2.148,53
Ibatiba	29.345,8	34.509,6	32.977,8	40.842,5	41.239,7	45.441,9	10,2	0,5	1.989,31
Ibitirama	19.949,1	20.080,9	16.800,8	20.073,1	22.928,7	24.435,6	6,6	0,3	2.739,72
Irupi	18.578,8	21.739,1	20.141,8	24.271,6	27.233,6	26.997,8	-0,9	0,3	2.263,02
Itapemirim	73.745,3	89.313,9	76.637,9	95.143,6	192.594,9	286.185,4	48,6	3,1	9.108,09
Iúna	37.824,8	43.514,1	40.824,7	48.822,9	52.922,3	51.596,1	-2,5	0,6	1.875,40
Jerônimo Monteiro	17.760,6	21.234,1	19.073,1	22.538,5	25.992,2	28.880,3	11,1	0,3	2.629,30
Marataizes	42.730,3	52.957,1	51.267,9	61.279,6	90.595,3	110.950,3	22,5	1,2	3.199,72
Mimoso do Sul	40.157,8	43.650,2	42.052,0	46.167,4	48.792,3	51.325,2	5,2	0,6	1.984,89
Muniz Freire	33.707,4	41.766,4	38.949,9	42.198,3	45.532,8	44.349,7	-2,6	0,5	2.436,53
Muqui	22.599,5	26.771,4	22.304,8	24.357,3	30.492,9	31.442,9	3,1	0,3	2.167,58
Presidente Kennedy	43.251,1	119.048,5	116.304,8	158.492,2	236.521,5	314.588,5	33,0	3,4	30.164,78
São José do Calçado	20.984,6	24.085,5	23.398,7	24.551,2	27.055,1	30.759,5	13,7	0,3	2.958,49
Vargem Alta	33.514,3	42.090,2	41.555,7	43.759,9	46.580,4	51.717,9	11,0	0,6	2.666,56
TOTAL	6.100.764,3	7.166.820,0	6.715.420,5	7.458.944,1	8.384.526,0	9.226.136,7	10,0	100,0	2.578,53

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹receita total excluída a receita intraorçamentária e a parcela destinada ao Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

Receita total

Posição	Município	Receita total¹ em R\$	População 2012
1º	Vitória	1.509.424.972,98	333.162
2º	Serra	908.627.077,74	422.569
3º	Vila Velha	713.849.289,54	424.948
4º	Cariacica	485.718.838,77	352.431
5º	Linhares	477.003.202,72	145.639
6º	Cachoeiro de Itapemirim	327.454.510,97	192.156
7º	Presidente Kennedy	314.588.471,75	10.429
8º	Aracruz	309.071.325,00	84.429
9º	Itapemirim	286.185.427,52	31.421
10º	Anchieta	284.603.835,72	24.616
11º	São Mateus	242.179.727,91	111.832
12º	Colatina	233.829.693,13	113.054
13º	Guarapari	221.033.123,27	107.836
14º	Viana	131.156.332,90	66.745
15º	Marataizes	110.950.269,00	34.675
16º	Nova Venécia	92.920.256,12	46.487
17º	Santa Maria de Jetibá	77.795.029,19	34.992
18º	Domingos Martins	77.535.016,28	32.042
19º	Barra de São Francisco	75.774.526,41	41.110
20º	Conceição da Barra	75.489.654,45	28.745
21º	Jaguaré	74.318.516,22	25.454
22º	Castelo	73.167.248,55	35.048
23º	Alegre	65.666.689,18	30.626
24º	São Gabriel da Palha	64.473.367,03	32.655
25º	Afonso Cláudio	63.122.009,68	30.919
26º	Baixo Guandu	62.282.529,69	29.272
27º	Guacuí	60.605.802,11	28.208
28º	Santa Teresa	57.759.506,07	22.005
29º	Pinheiros	56.668.863,51	24.284
30º	Piúma	54.915.816,74	18.597
31º	Rio Bananal	53.928.919,32	17.713
32º	Sooretama	53.693.909,55	24.685
33º	Venda Nova do Imigrante	53.024.347,81	21.094
34º	Ecoporanga	51.767.922,93	23.097
35º	Vargem Alta	51.717.863,24	19.395
36º	Iúna	51.596.102,14	27.512
37º	Mimoso do Sul	51.325.213,16	25.858
38º	Fundão	49.531.981,79	17.632
39º	Ibatiba	45.441.861,89	22.843
40º	Muniz Freire	44.349.693,51	18.202
41º	Montanha	43.796.333,79	17.938
42º	Pedro Canário	42.900.387,94	24.071
43º	João Neiva	40.725.742,18	15.886
44º	Pancas	39.508.494,41	21.722
45º	Marechal Floriano	38.939.256,01	14.576
46º	Boa Esperança	38.664.737,19	14.278
47º	Alfredo Chaves	36.780.928,90	14.007
48º	Vila Valério	36.620.107,65	13.824
49º	Itaguaçu	35.211.918,73	14.080
50º	Iconha	34.655.277,26	12.681
51º	Conceição do Castelo	32.767.261,53	11.798
52º	Ibiraçu	32.512.008,32	11.335
53º	Brejetuba	31.719.201,87	11.950
54º	Muqui	31.442.904,19	14.506
55º	São José do Calçado	30.759.453,34	10.397
56º	Mantenópolis	30.296.040,50	13.826
57º	Água Doce do Norte	30.060.788,40	11.624
58º	Itarana	29.568.344,99	10.799
59º	Águia Branca	29.356.753,14	9.507
60º	Atílio Viváacqua	29.316.382,79	10.080
61º	Jerônimo Monteiro	28.880.253,88	10.984
62º	Governador Lindenberg	28.802.126,96	11.106
63º	Santa Leopoldina	28.248.328,06	12.207
64º	Laranja da Terra	28.183.301,18	10.810
65º	Mariândia	27.159.738,75	11.286
66º	Irupi	26.997.791,05	11.930
67º	São Roque do Canaã	26.834.821,80	11.406
68º	Rio Novo do Sul	25.612.993,34	11.334
69º	Ibitirama	24.435.558,69	8.919
70º	São Domingos do Norte	23.588.242,13	8.070
71º	Ponto Belo	23.029.827,80	7.088
72º	Vila Pavão	22.402.905,73	8.724
73º	Mucurici	22.292.574,30	5.619
74º	Apiacá	21.903.189,87	7.497
75º	Bom Jesus do Norte	21.594.685,25	9.514
76º	Alto Rio Novo	20.145.653,61	7.371
77º	Dores do Rio Preto	19.913.404,87	6.429
78º	Divino de São Lourenço	15.960.224,27	4.471
TOTAL		9.226.136.690,16	3.578.067

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. População para 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ¹receita total excluída a receita intraorçamentária e a parcela destinada ao Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

Receita total per capita

Posição	Município	A / B	Receita total¹ (A) em R\$	População 2012 (B)
1º	Presidente Kennedy	30.164,78	314.588.471,75	10.429
2º	Anchieta	11.561,74	284.603.835,72	24.616
3º	Itapemirim	9.108,09	286.185.427,52	31.421
4º	Vitória	4.530,60	1.509.424.972,98	333.162
5º	Mucurici	3.967,36	22.292.574,30	5.619
6º	Aracruz	3.660,72	309.071.325,00	84.429
7º	Divino de São Lourenço	3.569,72	15.960.224,27	4.471
8º	Linhares	3.275,24	477.003.202,72	145.639
9º	Ponto Belo	3.249,13	23.029.827,80	7.088
10º	Marataizes	3.199,72	110.950.269,00	34.675
11º	Dores do Rio Preto	3.097,43	19.913.404,87	6.429
12º	Águia Branca	3.087,91	29.356.753,14	9.507
13º	Rio Bananal	3.044,60	53.928.919,32	17.713
14º	São José do Calçado	2.958,49	30.759.453,34	10.397
15º	Piúma	2.952,94	54.915.816,74	18.597
16º	São Domingos do Norte	2.922,95	23.588.242,13	8.070
17º	Apiacá	2.921,59	21.903.189,87	7.497
18º	Jaguaré	2.919,72	74.318.516,22	25.454
19º	Atílio Viváacqua	2.908,37	29.316.382,79	10.080
20º	Ibiraçu	2.868,28	32.512.008,32	11.335
21º	Fundão	2.809,21	49.531.981,79	17.632
22º	Conceição do Castelo	2.777,36	32.767.261,53	11.798
23º	Ibitirama	2.739,72	24.435.558,69	8.919
24º	Itarana	2.738,06	29.568.344,99	10.799
25º	Alto Rio Novo	2.733,10	20.145.653,61	7.371
26º	Iconha	2.732,85	34.655.277,26	12.681
27º	Boa Esperança	2.707,99	38.664.737,19	14.278
28º	Marechal Floriano	2.671,46	38.939.256,01	14.576
29º	Vargem Alta	2.666,56	51.717.863,24	19.395
30º	Brejetuba	2.654,33	31.719.201,87	11.950
31º	Vila Valério	2.649,02	36.620.107,65	13.824
32º	Jerônimo Monteiro	2.629,30	28.880.253,88	10.984
33º	Conceição da Barra	2.626,18	75.489.654,45	28.745
34º	Alfredo Chaves	2.625,90	36.780.928,90	14.007
35º	Santa Teresa	2.624,84	57.759.506,07	22.005
36º	Laranja da Terra	2.607,15	28.183.301,18	10.810
37º	Governador Lindenberg	2.593,38	28.802.126,96	11.106
38º	Água Doce do Norte	2.586,10	30.060.788,40	11.624
39º	Vila Pavão	2.567,96	22.402.905,73	8.724
40º	João Neiva	2.563,62	40.725.742,18	15.886
41º	Venda Nova do Imigrante	2.513,72	53.024.347,81	21.094
42º	Itaguaçu	2.500,85	35.211.918,73	14.080
43º	Montanha	2.441,54	43.796.333,79	17.938
44º	Muniz Freire	2.436,53	44.349.693,51	18.202
45º	Domingos Martins	2.419,79	77.535.016,28	32.042
46º	Mariândia	2.406,50	27.159.738,75	11.286
47º	São Roque do Canaã	2.352,69	26.834.821,80	11.406
48º	Pinheiros	2.333,59	56.668.863,51	24.284
49º	Santa Leopoldina	2.314,11	28.248.328,06	12.207
50º	Bom Jesus do Norte	2.269,78	21.594.685,25	9.514
51º	Irupi	2.263,02	26.997.791,05	11.930
52º	Rio Novo do Sul	2.259,84	25.612.993,34	11.334
53º	Ecoporanga	2.241,33	51.767.922,93	23.097
54º	Santa Maria de Jetibá	2.223,22	77.795.029,19	34.992
55º	Mantenópolis	2.191,24	30.296.040,50	13.826
56º	Sooretama	2.175,16	53.693.909,55	24.685
57º	Muqui	2.167,58	31.442.904,19	14.506
58º	São Mateus	2.165,57	242.179.727,91	111.832
59º	Serra	2.150,25	908.627.077,74	422.569
60º	Guacuí	2.148,53	60.605.802,11	28.208
61º	Alegre	2.144,15	65.666.689,18	30.626
62º	Baixo Guandu	2.127,72	62.282.529,69	29.272
63º	Castelo	2.087,63	73.167.248,55	35.048
64º	Colatina	2.068,30	233.829.693,13	113.054
65º	Guarapari	2.049,72	221.033.123,27	107.836
66º	Afonso Cláudio	2.041,53	63.122.009,68	30.919
67º	Nova Venécia	1.998,84	92.920.256,12	46.487
68º	Ibatiba	1.989,31	45.441.861,89	22.843
69º	Mimoso do Sul	1.984,89	51.325.213,16	25.858
70º	São Gabriel da Palha	1.974,38	64.473.367,03	32.655
71º	Viana	1.965,04	131.156.332,90	66.745
72º	Iúna	1.875,40	51.596.102,14	27.512
73º	Barra de São Francisco	1.843,21	75.774.526,41	41.110
74º	Pancas	1.818,82	39.508.494,41	21.722
75º	Pedro Canário	1.782,24	42.900.387,94	24.071
76º	Cachoeiro de Itapemirim	1.704,11	327.454.510,97	192.156
77º	Vila Velha	1.679,85	713.849.289,54	424.948
78º	Cariacica	1.378,20	485.718.838,77	352.431
TOTAL		2.578,53	9.226.136.690,16	3.578.067

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. População para 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ¹receita total excluída a receita intraorçamentária e a parcela destinada ao Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

Receita corrente¹ - 2007-2012

Regiões e municípios	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Variação 2012/2011	Partic. no total ¹ 2012	Rec. corrente per capita 2012
	em R\$ mil - IPCA médio de 2012						em %		em R\$
MS Noroeste	618.001,0	711.110,4	673.893,4	728.244,4	810.254,7	849.689,8	4,9	93,6	2.037,56
Água Doce do Norte	18.209,1	21.798,6	20.429,4	22.906,5	24.669,7	25.186,9	2,1	83,8	2.166,80
Água Branca	17.132,3	20.298,2	18.889,9	21.575,4	24.380,7	26.353,3	8,1	89,8	2.771,98
Alto Rio Novo	12.555,2	17.233,1	14.123,4	14.822,2	18.082,4	18.652,8	3,2	92,6	2.530,57
Baixo Guandu	46.772,0	51.682,4	47.768,0	49.847,0	54.402,5	57.063,8	4,9	91,6	1.949,43
Barra de São Francisco	55.746,2	66.571,4	59.207,8	60.913,0	70.735,0	72.151,4	2,0	95,2	1.755,08
Boa Esperança	23.999,2	26.863,3	25.634,5	26.018,2	31.653,2	34.970,5	10,5	90,4	2.449,26
Colatina	162.747,7	178.269,8	175.537,5	189.465,5	207.050,9	225.077,8	8,7	96,3	1.990,89
Ecoporanga	36.009,6	41.613,6	40.182,0	45.452,3	47.298,2	48.452,6	2,4	93,6	2.097,79
Governador Lindenberg	18.782,1	20.799,4	20.187,3	21.916,6	23.825,7	25.201,3	5,8	87,5	2.269,16
Mantenópolis	21.900,6	23.088,9	20.990,3	24.253,5	28.650,7	29.493,4	2,9	97,4	2.133,18
Mariândia	17.894,3	21.229,4	20.720,2	21.804,2	24.938,7	25.436,4	2,0	93,7	2.253,81
Nova Venécia	64.907,7	77.079,8	73.621,5	76.604,3	85.425,1	89.192,3	4,4	96,0	1.918,65
Pancas	28.796,0	35.116,8	31.250,0	33.581,1	37.245,6	37.398,2	0,4	94,7	1.721,67
São Domingos do Norte	15.245,8	17.678,2	17.089,6	18.738,5	21.389,8	21.940,0	2,6	93,0	2.718,71
São Gabriel da Palha	37.132,4	44.675,8	44.172,3	52.507,2	57.717,6	59.250,6	2,7	91,9	1.814,44
Vila Pavão	16.747,8	19.292,0	17.642,6	18.980,0	21.341,5	21.365,2	0,1	95,4	2.449,02
Vila Valério	23.423,0	27.819,6	26.447,1	28.858,9	31.447,1	32.503,2	3,4	88,8	2.351,22
MS Litoral Norte	1.066.668,8	1.281.858,9	1.142.361,1	1.251.448,2	1.439.947,1	1.540.933,3	7,0	96,5	2.740,17
Aracruz	260.836,4	282.248,4	255.782,0	253.691,1	297.409,3	306.802,7	3,2	99,3	3.633,85
Conceição da Barra	54.837,6	61.162,6	53.499,8	70.815,5	75.388,5	74.522,6	-1,1	98,7	2.592,54
Fundão	32.843,2	40.142,7	33.514,5	41.287,2	46.555,5	49.370,5	6,0	99,7	2.800,05
Ibiraçu	21.052,4	24.196,0	22.355,4	23.602,5	27.856,5	27.721,9	-0,5	85,3	2.445,69
Jaguare	54.984,2	63.299,1	55.290,2	56.993,3	67.214,9	70.272,4	4,5	94,6	2.760,76
João Neiva	32.236,7	35.947,6	31.531,6	33.335,9	37.474,5	38.636,2	3,1	94,9	2.432,09
Linhares	255.930,2	352.142,4	302.391,0	350.812,6	409.877,4	455.966,5	11,2	95,6	3.130,80
Montanha	28.685,3	34.783,2	31.702,1	35.243,5	39.060,7	42.277,9	8,2	96,5	2.356,89
Mucurici	15.366,4	17.033,4	15.129,4	17.207,9	19.999,8	21.825,3	9,1	97,9	3.884,20
Pedro Canário	31.919,0	34.750,7	35.326,2	39.917,0	43.092,0	41.916,1	-2,7	97,7	1.741,35
Pinheiros	37.783,7	43.132,4	41.885,6	47.637,2	53.293,9	55.855,4	4,8	98,6	2.300,09
Ponto Belo	13.507,8	16.146,0	14.671,6	16.274,1	18.765,2	19.912,7	6,1	86,5	2.809,35
Rio Bananal	33.045,9	37.449,3	37.606,6	41.023,7	47.252,3	52.096,8	10,3	96,6	2.941,16
São Mateus	160.959,9	201.659,3	175.496,2	183.942,6	211.598,9	233.270,9	10,2	96,3	2.085,90
Sooretama	32.680,1	37.765,7	36.179,0	39.664,0	45.107,7	50.485,5	11,9	94,0	2.045,19
MS Central	603.182,5	680.313,6	651.719,6	745.966,6	874.165,9	973.029,5	11,3	95,7	3.041,54
Afonso Cláudio	39.800,6	46.622,3	44.921,7	51.502,1	56.717,4	59.096,0	4,2	93,6	1.911,32
Alfredo Chaves	25.398,6	29.625,5	26.001,3	28.379,1	33.435,7	35.182,1	5,2	95,7	2.511,75
Anchieta	118.075,5	124.554,8	132.270,5	177.483,6	220.227,9	284.132,9	29,0	99,8	11.542,61
Brejetuba	21.800,6	24.147,8	22.944,3	25.960,2	28.889,8	29.238,2	1,2	92,2	2.446,71
Conceição do Castelo	24.428,4	27.958,5	24.626,8	25.274,3	28.830,7	29.692,7	3,0	90,6	2.516,76
Domingos Martins	50.556,3	59.739,3	55.104,3	61.007,6	70.918,6	75.239,6	6,1	97,0	2.348,16
Iconha	24.356,8	28.041,1	25.779,3	26.586,9	30.592,4	33.057,7	8,1	95,4	2.606,87
Itaguaçu	24.775,0	28.038,7	25.624,2	27.987,7	31.761,1	32.455,3	2,2	92,2	2.305,06
Itarana	18.263,7	21.233,9	19.963,3	21.614,8	24.330,3	25.091,2	3,1	84,9	2.323,48
Laranja da Terra	18.256,9	20.904,3	18.990,9	20.717,7	23.693,9	24.189,7	2,1	85,8	2.237,72
Marechal Floriano	28.041,2	29.397,5	26.607,5	28.912,2	34.716,9	37.038,5	6,7	95,1	2.541,06
Piúma	28.650,5	31.694,5	33.702,3	40.871,0	54.287,5	54.374,1	0,2	99,0	2.923,81
Rio Novo do Sul	17.506,4	20.753,0	18.904,6	21.559,4	23.147,0	25.572,0	10,5	99,8	2.256,22
Santa Leopoldina	23.527,4	25.809,6	21.951,4	24.946,2	26.202,7	27.504,1	5,0	97,4	2.253,14
Santa Maria de Jetibá	51.220,6	59.830,7	59.080,2	60.264,1	69.319,9	75.616,1	9,1	97,2	2.160,96
Santa Teresa	36.552,6	42.603,4	39.715,6	43.433,6	49.371,8	54.846,3	11,1	95,0	2.492,45
São Roque do Canaã	16.393,9	19.495,6	18.052,4	19.861,7	23.376,5	23.848,3	2,0	88,9	2.090,85
Venda Nova do Imigrante	35.577,4	39.863,2	37.479,2	39.604,1	44.345,9	46.854,6	5,7	88,4	2.221,23
Região Metropolitana	2.855.651,5	3.110.557,8	2.951.595,1	3.204.537,3	3.514.735,6	3.732.147,0	6,2	94,0	2.185,49
Cariacica	304.779,3	320.704,2	332.906,5	371.067,6	420.034,2	464.643,4	10,6	95,7	1.318,40
Guarapari	132.027,6	152.993,9	151.460,9	169.635,4	194.545,3	212.686,0	9,3	96,2	1.972,31
Serra	644.361,7	764.694,5	728.616,1	795.365,8	830.893,2	854.851,2	2,9	94,1	2.022,99
Viana	83.963,2	93.104,8	93.255,6	97.122,3	115.278,6	123.876,7	7,5	94,4	1.855,97
Vila Velha	431.900,8	513.881,9	493.481,0	560.364,8	620.134,0	665.824,5	7,4	93,3	1.566,84
Vitória	1.258.618,9	1.265.178,5	1.151.875,1	1.210.981,4	1.333.850,3	1.410.265,2	5,7	93,4	4.232,97
MS Sul	845.622,1	1.072.650,0	994.664,9	1.127.976,6	1.419.400,2	1.671.625,6	17,8	96,4	2.927,03
Alegre	46.877,2	53.275,8	55.103,9	55.005,6	59.222,9	61.645,2	4,1	93,9	2.012,84
Apiaçá	15.050,2	16.957,2	15.251,9	16.441,6	18.726,9	18.992,1	1,4	86,7	2.533,29
Atílio Vivácqua	18.679,3	21.727,2	19.768,6	20.883,6	24.777,3	25.504,2	2,9	87,0	2.530,18
Bom Jesus do Norte	13.928,2	17.094,7	15.337,6	17.254,2	18.232,4	18.775,2	3,0	86,9	1.973,43
Cachoeiro de Itapemirim	220.991,4	257.341,3	241.324,8	257.317,2	282.167,6	312.109,0	10,6	95,3	1.624,25
Castelo	51.974,7	62.382,8	56.040,0	60.451,0	66.405,3	68.898,8	3,8	94,2	1.965,84
Divino de São Lourenço	10.696,7	12.059,1	10.438,3	11.767,1	13.792,8	15.939,5	15,6	99,9	3.565,09
Dores do Rio Preto	13.800,9	16.330,2	14.304,2	15.891,2	16.930,4	19.622,4	15,9	98,5	3.052,17
Guaçu	41.569,2	53.256,1	44.977,5	51.347,7	56.993,3	57.562,4	1,0	95,0	2.040,64
Ibatiba	29.345,8	34.509,6	30.085,0	34.412,7	38.350,6	40.433,7	5,4	89,0	1.770,07
Ibitirama	19.895,7	18.415,6	16.449,7	19.344,5	22.188,4	23.236,7	4,7	95,1	2.605,31
Irupi	18.283,2	21.039,3	20.003,3	22.820,5	25.954,4	26.270,2	1,2	97,3	2.202,03
Itapemirim	70.157,8	84.355,3	71.654,7	90.813,8	188.485,7	284.223,7	50,8	99,3	9.045,66
Iúna	35.715,6	42.687,4	38.731,8	44.129,8	48.556,9	49.997,9	3,0	96,9	1.817,31
Jerônimo Monteiro	16.908,8	20.475,8	18.718,9	21.759,0	24.873,4	28.367,8	14,0	98,2	2.582,65
Marataizes	38.886,3	51.060,1	50.093,2	58.661,3	89.676,2	110.498,1	23,2	99,6	3.186,68
Mimoso do Sul	38.213,7	43.415,8	41.666,8	45.055,8	48.228,7	49.949,8	3,6	97,3	1.931,70
Muniz Freire	31.583,4	39.459,5	36.584,9	38.536,6	42.556,9	43.087,0	1,2	97,2	2.367,16
Muqui	18.885,5	23.270,7	21.352,5	23.541,1	27.808,0	27.960,8	0,5	88,9	1.927,54
Presidente Kennedy	42.829,5	118.696,0	116.163,8	158.301,5	236.310,7	314.336,0	33,0	99,9	30.140,57
São José do Calçado	19.864,7	23.460,4	21.977,0	22.528,7	24.719,1	26.312,3	6,4	85,5	2.530,76
Vargem Alta	31.484,2	41.380,0	38.636,7	41.712,1	44.442,2	47.902,8	7,8	92,6	2.469,85
TOTAL	5.989.125,9	6.856.490,8	6.414.234,2	7.058.173,2	8.058.503,6	8.767.425,2	8,8	95,0	2.450,32

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹receita corrente e total excluída a receita intra-orçamentária e a parcela destinada ao Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

Receita corrente

Posição	Município	Receita corrente¹ em R\$	População 2012
1º	Vitória	1.410.265.187,57	333.162
2º	Serra	854.851.181,95	422.569
3º	Vila Velha	665.824.493,54	424.948
4º	Cariacica	464.643.416,25	352.431
5º	Linhares	455.966.479,97	145.639
6º	Presidente Kennedy	314.335.993,29	10.429
7º	Cachoeiro de Itapemirim	312.108.977,63	192.156
8º	Aracruz	306.802.655,00	84.429
9º	Itapemirim	284.223.735,39	31.421
10º	Anchieta	284.132.914,47	24.616
11º	São Mateus	233.270.899,87	111.832
12º	Colatina	225.077.808,84	113.054
13º	Guarapari	212.685.997,79	107.836
14º	Viana	123.876.739,85	66.745
15º	Marataizes	110.498.107,14	34.675
16º	Nova Venécia	89.192.331,07	46.487
17º	Santa Maria de Jetibá	75.616.145,30	34.992
18º	Domingos Martins	75.239.599,48	32.042
19º	Conceição da Barra	74.522.649,05	28.745
20º	Barra de São Francisco	72.151.383,28	41.110
21º	Jaguaré	70.272.355,58	25.454
22º	Castelo	68.898.837,39	35.048
23º	Alegre	61.645.248,33	30.626
24º	São Gabriel da Palha	59.250.617,20	32.655
25º	Afonso Cláudio	59.095.963,02	30.919
26º	Guaçu	57.562.374,09	28.208
27º	Baixo Guandu	57.063.775,19	29.272
28º	Pinheiros	55.855.381,76	24.284
29º	Santa Teresa	54.846.331,09	22.005
30º	Piúma	54.374.129,62	18.597
31º	Rio Bananal	52.096.769,72	17.713
32º	Sooretama	50.485.546,79	24.685
33º	Iúna	49.997.851,03	27.512
34º	Mimoso do Sul	49.949.803,71	25.858
35º	Fundão	49.370.481,79	17.632
36º	Ecoporanga	48.452.610,82	23.097
37º	Vargem Alta	47.902.808,23	19.395
38º	Venda Nova do Imigrante	46.854.621,27	21.094
39º	Muniz Freire	43.087.017,43	18.202
40º	Montanha	42.277.915,79	17.938
41º	Pedro Canário	41.916.068,14	24.071
42º	Ibatiba	40.433.725,63	22.843
43º	João Neiva	38.636.174,64	15.886
44º	Pancas	37.398.158,25	21.722
45º	Marechal Floriano	37.038.536,01	14.576
46º	Alfredo Chaves	35.182.089,07	14.007
47º	Boa Esperança	34.970.524,97	14.278
48º	Iconha	33.057.685,28	12.681
49º	Vila Valério	32.503.225,29	13.824
50º	Itaguaçu	32.455.269,00	14.080
51º	Conceição do Castelo	29.692.699,79	11.798
52º	Mantenópolis	29.493.354,72	13.826
53º	Brejetuba	29.238.189,99	11.950
54º	Jerônimo Monteiro	28.367.809,48	10.984
55º	Muqui	27.960.842,40	14.506
56º	Ibiraçu	27.721.882,20	11.335
57º	Santa Leopoldina	27.504.066,86	12.207
58º	Água Branca	26.353.256,58	9.507
59º	São José do Calçado	26.312.292,57	10.397
60º	Irupi	26.270.179,31	11.930
61º	Rio Novo do Sul	25.571.993,34	11.334
62º	Atilio Vivácqua	25.504.207,78	10.080
63º	Mariilândia	25.436.443,79	11.286
64º	Governador Lindenberg	25.201.345,38	11.106
65º	Água Doce do Norte	25.186.882,64	11.624
66º	Itarana	25.091.242,60	10.799
67º	Laranja da Terra	24.189.733,16	10.810
68º	São Roque do Canaã	23.848.287,95	11.406
69º	Ibitirama	23.236.738,07	8.919
70º	São Domingos do Norte	21.940.004,59	8.070
71º	Mucurici	21.825.334,73	5.619
72º	Vila Pavão	21.365.230,54	8.724
73º	Ponto Belo	19.912.665,32	7.088
74º	Dores do Rio Preto	19.622.371,20	6.429
75º	Apicá	18.992.050,26	7.497
76º	Bom Jesus do Norte	18.775.169,37	9.514
77º	Alto Rio Novo	18.652.797,56	7.371
78º	Divino de São Lourenço	15.939.507,34	4.471
TOTAL		8.767.425.172,38	3.578.067

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. População para 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ¹receita corrente excluída a receita intraorçamentária e a parcela destinada ao Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

Receita corrente per capita

Posição	Município	A / B	Receita corrente¹ (A) em R\$	População 2012 (B)
1º	Presidente Kennedy	30.140,57	314.335.993,29	10.429
2º	Anchieta	11.542,61	284.132.914,47	24.616
3º	Itapemirim	9.045,66	284.223.735,39	31.421
4º	Vitória	4.232,97	1.410.265.187,57	333.162
5º	Mucurici	3.884,20	21.825.334,73	5.619
6º	Aracruz	3.633,85	306.802.655,00	84.429
7º	Divino de São Lourenço	3.565,09	15.939.507,34	4.471
8º	Marataizes	3.186,68	110.498.107,14	34.675
9º	Linhares	3.130,80	455.966.479,97	145.639
10º	Dores do Rio Preto	3.052,17	19.622.371,20	6.429
11º	Rio Bananal	2.941,16	52.096.769,72	17.713
12º	Piúma	2.923,81	54.374.129,62	18.597
13º	Ponto Belo	2.809,35	19.912.665,32	7.088
14º	Fundão	2.800,05	49.370.481,79	17.632
15º	Água Branca	2.771,98	26.353.256,58	9.507
16º	Jaguaré	2.760,76	70.272.355,58	25.454
17º	São Domingos do Norte	2.718,71	21.940.004,59	8.070
18º	Iconha	2.606,87	33.057.685,28	12.681
19º	Ibitirama	2.605,31	23.236.738,07	8.919
20º	Conceição da Barra	2.592,54	74.522.649,05	28.745
21º	Jerônimo Monteiro	2.582,65	28.367.809,48	10.984
22º	Marechal Floriano	2.541,06	37.038.536,01	14.576
23º	Apicá	2.533,29	18.992.050,26	7.497
24º	São José do Calçado	2.530,76	26.312.292,57	10.397
25º	Alto Rio Novo	2.530,57	18.652.797,56	7.371
26º	Atilio Vivácqua	2.530,18	25.504.207,78	10.080
27º	Conceição do Castelo	2.516,76	29.692.699,79	11.798
28º	Alfredo Chaves	2.511,75	35.182.089,07	14.007
29º	Santa Teresa	2.492,45	54.846.331,09	22.005
30º	Vargem Alta	2.469,85	47.902.808,23	19.395
31º	Boa Esperança	2.449,26	34.970.524,97	14.278
32º	Vila Pavão	2.449,02	21.365.230,54	8.724
33º	Brejetuba	2.446,71	29.238.189,99	11.950
34º	Ibiraçu	2.445,69	27.721.882,20	11.335
35º	João Neiva	2.432,09	38.636.174,64	15.886
36º	Muniz Freire	2.367,16	43.087.017,43	18.202
37º	Montanha	2.356,89	42.277.915,79	17.938
38º	Vila Valério	2.351,22	32.503.225,29	13.824
39º	Domingos Martins	2.348,16	75.239.599,48	32.042
40º	Itarana	2.323,48	25.091.242,60	10.799
41º	Itaguaçu	2.305,06	32.455.269,00	14.080
42º	Pinheiros	2.300,09	55.855.381,76	24.284
43º	Governador Lindenberg	2.269,16	25.201.345,38	11.106
44º	Rio Novo do Sul	2.256,22	25.571.993,34	11.334
45º	Mariilândia	2.253,81	25.436.443,79	11.286
46º	Santa Leopoldina	2.253,14	27.504.066,86	12.207
47º	Laranja da Terra	2.237,72	24.189.733,16	10.810
48º	Venda Nova do Imigrante	2.221,23	46.854.621,27	21.094
49º	Irupi	2.202,03	26.270.179,31	11.930
50º	Água Doce do Norte	2.166,80	25.186.882,64	11.624
51º	Santa Maria de Jetibá	2.160,96	75.616.145,30	34.992
52º	Mantenópolis	2.133,18	29.493.354,72	13.826
53º	Ecoporanga	2.097,79	48.452.610,82	23.097
54º	São Roque do Canaã	2.090,85	23.848.287,95	11.406
55º	São Mateus	2.085,90	233.270.899,87	111.832
56º	Sooretama	2.045,19	50.485.546,79	24.685
57º	Guaçu	2.040,64	57.562.374,09	28.208
58º	Serra	2.022,99	854.851.181,95	422.569
59º	Alegre	2.012,84	61.645.248,33	30.626
60º	Colatina	1.990,89	225.077.808,84	113.054
61º	Bom Jesus do Norte	1.973,43	18.775.169,37	9.514
62º	Guarapari	1.972,31	212.685.997,79	107.836
63º	Castelo	1.965,84	68.898.837,39	35.048
64º	Baixo Guandu	1.949,43	57.063.775,19	29.272
65º	Mimoso do Sul	1.931,70	49.949.803,71	25.858
66º	Muqui	1.927,54	27.960.842,40	14.506
67º	Nova Venécia	1.918,65	89.192.331,07	46.487
68º	Afonso Cláudio	1.911,32	59.095.963,02	30.919
69º	Viana	1.855,97	123.876.739,85	66.745
70º	Iúna	1.817,31	49.997.851,03	27.512
71º	São Gabriel da Palha	1.814,44	59.250.617,20	32.655
72º	Ibatiba	1.770,07	40.433.725,63	22.843
73º	Barra de São Francisco	1.755,08	72.151.383,28	41.110
74º	Pedro Canário	1.741,35	41.916.068,14	24.071
75º	Pancas	1.721,67	37.398.158,25	21.722
76º	Cachoeiro de Itapemirim	1.624,25	312.108.977,63	192.156
77º	Vila Velha	1.566,84	665.824.493,54	424.948
78º	Cariacica	1.318,40	464.643.416,25	352.431
TOTAL		2.450,32	8.767.425.172,38	3.578.067

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. População para 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ¹receita corrente excluída a receita intraorçamentária e a parcela destinada ao Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

Despesa total¹ - 2007-2012

Regiões e municípios	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Variação 2012/2011	Partic. no total 2012	Desp. total per capita 2012
	em R\$ mil - IPCA médio de 2012						em %		em R\$
MS Noroeste	640.902,2	739.329,5	712.004,1	787.156,8	852.659,1	936.284,7	9,8	10,6	2.245,22
Água Doce do Norte	20.374,5	23.102,5	22.777,9	26.135,3	27.191,9	29.953,4	10,2	0,3	2.576,86
Água Branca	17.700,9	22.484,2	18.465,9	23.450,1	24.494,6	26.388,1	7,7	0,3	2.775,65
Alto Rio Novo	14.334,4	17.126,4	17.888,1	17.085,5	21.008,4	22.901,6	9,0	0,3	3.106,98
Baixo Guandu	51.408,2	54.432,3	52.382,7	54.340,3	55.006,7	62.165,7	13,0	0,7	2.123,73
Barra de São Francisco	55.026,3	67.304,0	63.556,5	65.024,3	75.427,6	84.058,4	11,4	1,0	2.044,72
Boa Esperança	22.776,9	28.167,2	26.806,6	27.580,8	34.859,7	38.715,6	11,1	0,4	2.711,56
Colatina	175.701,5	179.213,0	182.045,2	201.009,1	219.474,1	241.681,4	10,1	2,7	2.137,75
Ecoporanga	34.853,6	43.808,4	42.737,6	46.391,8	47.226,4	54.267,0	14,9	0,6	2.349,53
Governador Lindenberg	20.543,5	25.665,0	22.086,0	24.686,7	27.459,6	31.724,2	15,5	0,4	2.856,50
Mantenópolis	20.313,7	24.344,4	21.446,5	25.316,6	27.665,5	30.703,2	11,0	0,3	2.220,69
Mariândia	19.058,6	21.584,6	21.175,8	24.368,6	25.086,7	29.154,0	16,2	0,3	2.583,20
Nova Venécia	62.562,3	76.853,4	79.844,8	85.748,0	90.954,4	92.780,4	2,0	1,1	1.995,84
Pancas	29.557,6	32.743,0	31.506,9	36.432,2	41.239,9	41.079,8	-0,4	0,5	1.891,16
São Domingos do Norte	17.081,2	21.543,4	17.911,1	19.926,5	22.408,0	23.497,7	4,9	0,3	2.911,74
São Gabriel da Palha	35.160,2	48.041,4	43.935,8	58.775,8	56.817,9	65.134,3	14,6	0,7	1.994,62
Vila Pavão	20.188,9	20.785,5	19.534,7	19.858,7	23.365,4	22.366,8	-4,3	0,3	2.563,83
Vila Valério	24.259,8	32.130,7	27.901,9	31.026,5	32.972,3	39.713,0	20,4	0,4	2.872,76
MS Litoral Norte	1.097.602,6	1.258.555,6	1.162.575,8	1.227.816,7	1.372.673,0	1.567.798,9	14,2	17,8	2.787,94
Aracruz	263.626,7	269.993,7	251.251,1	234.413,0	259.769,7	298.173,7	14,8	3,4	3.531,65
Conceição da Barra	49.311,3	56.909,7	53.023,9	64.495,5	68.928,6	73.190,3	6,2	0,8	2.546,19
Fundão	36.270,9	40.790,8	37.899,9	38.890,2	41.263,0	51.005,0	23,6	0,6	2.892,75
Ibiraçu	23.886,8	24.623,7	23.055,3	25.439,1	26.996,8	33.852,4	25,4	0,4	2.986,53
Jaguare	58.125,2	62.549,4	55.327,0	57.167,9	66.911,9	79.552,4	18,9	0,9	3.125,34
João Neiva	32.727,6	38.358,0	32.643,8	33.696,7	36.967,7	40.238,7	8,8	0,5	2.532,97
Linhares	261.907,0	344.090,5	303.550,5	346.510,4	393.207,1	471.849,9	20,0	5,3	3.239,86
Montanha	32.927,5	38.671,8	37.746,7	36.909,7	41.286,4	43.628,2	5,7	0,5	2.432,17
Mucurici	17.581,3	17.355,0	15.452,7	19.910,5	20.348,4	23.795,0	16,9	0,3	4.234,74
Pedro Canário	35.323,4	34.845,6	36.591,2	39.366,4	36.712,1	40.267,1	9,7	0,5	1.672,85
Pinheiros	47.433,0	56.234,1	42.470,6	47.631,2	53.586,0	55.494,7	3,6	0,6	2.285,24
Ponto Belo	14.560,5	18.948,1	16.678,3	18.843,2	20.790,6	22.880,1	10,1	0,3	3.228,00
Rio Bananal	30.027,1	37.211,6	35.586,3	38.451,2	43.601,8	48.848,8	12,0	0,6	2.757,79
São Mateus	160.878,8	177.652,6	186.631,7	185.929,9	219.404,1	233.153,5	6,3	2,6	2.084,85
Sooretama	33.015,5	40.321,1	38.666,8	40.161,9	42.898,6	51.869,3	20,9	0,6	2.101,25
MS Central	622.226,1	717.963,9	684.036,4	757.089,6	882.939,0	1.020.049,7	15,5	11,6	3.188,52
Afonso Cláudio	43.193,9	48.566,3	47.554,3	57.553,9	69.387,5	61.714,9	-11,1	0,7	1.996,02
Alfredo Chaves	26.110,0	32.214,7	32.409,4	29.567,5	36.235,4	36.687,3	1,2	0,4	2.619,21
Anchieta	112.937,6	131.646,3	125.523,6	146.725,4	208.977,3	292.580,0	40,0	3,3	11.885,77
Brejetuba	23.617,0	27.177,7	25.616,1	30.866,4	30.371,2	32.220,7	6,1	0,4	2.696,30
Conceição do Castelo	28.479,9	27.558,1	26.146,3	31.689,4	32.031,0	34.933,7	9,1	0,4	2.960,99
Domingos Martins	48.159,9	56.171,9	58.803,6	62.848,1	66.747,4	71.890,5	7,7	0,8	2.243,63
Iconha	25.886,4	32.099,2	26.018,0	27.791,4	31.046,5	33.504,4	7,9	0,4	2.642,10
Itaguaçu	27.245,8	29.971,7	26.996,4	33.463,2	31.965,2	36.785,3	15,1	0,4	2.612,59
Itarana	19.706,2	26.499,8	21.668,4	22.090,5	24.274,4	30.849,3	27,1	0,3	2.856,68
Laranja da Terra	19.546,7	23.928,0	21.531,6	21.706,6	26.995,1	27.635,4	2,4	0,3	2.556,47
Marechal Floriano	29.217,4	31.903,8	30.917,6	29.607,0	34.633,2	39.279,9	13,4	0,4	2.694,83
Piúma	28.443,1	31.367,7	32.444,4	41.063,5	52.101,8	55.762,5	7,0	0,6	2.998,46
Rio Novo do Sul	17.252,3	19.469,4	18.074,0	20.700,1	22.130,6	24.105,9	8,9	0,3	2.126,87
Santa Leopoldina	24.270,4	30.326,6	27.094,5	25.456,8	25.230,0	26.285,5	4,2	0,3	2.153,31
Santa Maria de Jetibá	51.370,3	58.885,2	56.270,5	60.957,7	65.708,0	76.208,4	16,0	0,9	2.177,88
Santa Teresa	40.576,5	47.001,6	47.529,9	46.657,0	52.371,1	59.025,0	12,7	0,7	2.682,34
São Roque do Canaã	17.099,4	21.178,3	20.877,0	23.388,6	26.211,1	27.432,6	4,7	0,3	2.405,10
Venda Nova do Imigrante	39.113,4	41.997,6	38.560,9	44.956,6	46.522,3	53.148,5	14,2	0,6	2.519,60
Região Metropolitana	2.938.926,4	3.125.341,5	3.157.696,4	3.368.425,0	3.579.834,3	3.855.034,4	7,7	43,7	2.257,45
Cariacica	303.465,1	303.990,5	315.938,8	364.912,0	406.754,0	445.352,7	9,5	5,0	1.263,66
Guarapari	119.167,7	115.722,0	149.507,8	178.667,1	182.907,6	199.272,1	8,9	2,3	1.847,92
Serra	682.432,4	753.016,8	772.746,0	792.079,2	844.179,8	874.717,4	3,6	9,9	2.070,00
Viana	85.649,7	96.430,7	97.424,5	101.280,1	116.502,9	127.440,1	9,4	1,4	1.909,36
Vila Velha	436.740,0	558.265,7	503.241,9	614.807,9	677.797,3	743.828,9	9,7	8,4	1.750,40
Vitória	1.311.471,6	1.297.915,9	1.318.837,5	1.316.678,8	1.351.692,7	1.464.423,2	8,3	16,6	4.395,53
MS Sul	867.052,3	1.057.498,2	970.491,0	1.124.645,4	1.301.304,6	1.450.416,0	11,5	16,4	2.539,69
Alegre	49.471,6	55.377,3	54.560,1	60.557,0	64.509,7	66.234,2	2,7	0,8	2.162,68
Apiaçá	15.511,7	18.180,5	15.925,2	14.933,3	19.641,5	22.978,0	17,0	0,3	3.064,96
Atílio Vivácqua	18.827,9	21.892,2	22.508,8	23.324,1	25.234,0	30.375,1	20,4	0,3	3.013,40
Bom Jesus do Norte	14.252,2	19.777,6	16.723,5	18.735,9	20.596,2	21.373,2	3,8	0,2	2.246,50
Cachoeiro de Itapemirim	220.332,6	270.920,1	227.400,3	249.569,4	277.672,2	318.682,5	14,8	3,6	1.658,46
Castelo	56.519,6	62.421,2	59.950,8	62.698,2	68.252,6	73.105,1	7,1	0,8	2.085,86
Divino de São Lourenço	11.731,2	13.057,9	11.170,8	12.250,0	13.682,3	16.215,7	18,5	0,2	3.626,86
Dores do Rio Preto	13.714,8	14.818,9	13.686,6	14.796,5	13.416,6	16.581,7	23,6	0,2	2.579,20
Guaçu	41.883,7	53.752,0	51.565,0	55.818,8	60.039,8	60.095,4	0,1	0,7	2.130,44
Ibatiba	31.591,4	34.703,0	32.603,7	37.734,3	42.503,8	44.295,0	4,2	0,5	1.939,11
Ibitirama	18.143,7	21.611,0	17.043,0	19.060,1	22.735,6	24.300,2	6,9	0,3	2.724,54
Irupi	19.226,9	21.483,4	20.359,3	23.284,0	26.929,3	26.741,2	-0,7	0,3	2.241,51
Itapemirim	63.978,7	84.517,5	74.233,1	83.429,0	128.313,6	260.744,6	103,2	3,0	8.298,42
Iúna	38.974,6	43.469,3	40.334,1	48.901,8	52.918,5	50.432,5	-4,7	0,6	1.833,11
Jerônimo Monteiro	17.893,1	20.707,4	18.720,6	22.069,1	22.575,3	28.170,3	24,8	0,3	2.564,67
Marataizes	40.885,8	52.854,5	47.882,5	61.057,3	75.882,0	111.008,8	46,3	1,3	3.201,41
Mimoso do Sul	39.004,7	43.404,0	44.335,3	45.640,4	48.698,8	52.077,1	6,9	0,6	2.013,97
Muniz Freire	33.567,9	39.465,8	38.949,4	41.696,4	44.524,0	46.002,9	3,3	0,5	2.527,35
Muqui	23.153,7	26.469,2	25.038,2	22.331,7	27.504,5	33.630,9	22,3	0,4	2.318,41
Presidente Kennedy	44.141,9	76.962,9	70.668,6	140.171,0	179.267,9	76.011,9	-57,6	0,9	7.288,52
São José do Calçado	20.613,4	23.899,1	23.193,2	24.170,5	25.108,0	27.123,4	8,0	0,3	2.608,77
Vargem Alta	33.631,3	37.753,2	43.639,1	42.416,5	41.294,4	44.236,2	7,1	0,5	2.280,80
TOTAL	6.166.709,7	6.898.688,8	6.686.803,7	7.265.133,5	7.989.410,1	8.829.583,8	10,5	100,0	2.467,70

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹despesa total, exceto intraorçamentárias.

Resultado orçamentário - 2007-2012

Regiões e municípios	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Resultado orçamentário 2012 / Rec. total¹ 2012
	em R\$ mil - IPCA médio de 2012						em %
MS Noroeste	15.300,8	14.495,4	2.878,6	408,4	9.531,5	-28.867,4	-3,2
Água Doce do Norte	-1.030,4	1.084,3	54,5	903,1	1.365,1	107,3	0,4
Água Branca	225,3	131,2	1.506,8	875,9	3.702,7	2.887,9	9,8
Alto Rio Novo	1,3	289,2	-2.561,9	-43,6	-1.857,2	-2.755,9	-13,7
Baixo Guandu	0,3	2.732,8	-1.789,0	-271,1	2.061,9	116,8	0,2
Barra de São Francisco	1.289,2	164,3	-3.938,9	148,9	-1.314,9	-8.840,0	-11,7
Boa Esperança	2.089,2	1.241,2	266,6	1.191,5	1.609,2	31,6	0,1
Colatina	1.702,2	4.452,6	4.317,5	116,9	-3.384,0	-7.851,7	-3,4
Ecoporanga	2.498,4	-798,6	-1.349,0	931,0	1.029,8	-2.499,1	-4,8
Governador Lindenberg	174,2	-1.813,8	356,0	1.499,0	188,6	-2.922,1	-10,1
Mantenópolis	1.712,4	-706,1	1.400,3	1.849,4	2.642,6	-528,5	-1,7
Mariândia	-153,1	10,9	1.243,2	-1.013,6	2.098,2	-1.994,2	-7,3
Nova Venécia	4.139,6	4.216,1	-2.933,5	-6.443,1	-2.515,3	139,8	0,2
Pancas	307,3	3.367,1	1.389,2	921,7	-1.368,2	-1.571,3	-4,0
São Domingos do Norte	172,2	-708,8	230,2	359,0	480,5	90,5	0,4
São Gabriel da Palha	3.442,2	2.062,3	4.244,5	-2.039,9	5.416,1	-221,8	-0,3
Vila Pavão	-2.102,4	59,9	177,2	1.182,2	-723,5	36,1	0,2
Vila Valério	833,0	-1.289,1	264,9	241,2	100,0	-3.092,9	-8,4
MS Litoral Norte	6.774,9	92.177,0	5.270,4	43.804,8	89.533,7	31.952,8	2,0
Aracruz	-1.642,3	22.809,4	7.362,8	15.442,0	27.267,9	14.221,5	4,6
Conceição da Barra	4.557,2	2.612,0	-2.047,7	5.076,1	6.802,0	2.817,4	3,7
Fundão	-1.767,3	196,4	-3.862,3	3.094,2	5.138,9	-1.479,9	-3,0
Ibiraçu	1.149,8	2.555,7	1.073,2	808,9	2.216,4	-1.449,7	-4,5
Jaguare	-2.743,3	1.616,5	991,8	635,6	1.341,9	-5.233,8	-7,0
João Neiva	1.702,0	1.336,4	1.407,6	1.400,6	2.207,8	548,2	1,3
Linhares	529,8	23.201,4	2.042,8	10.692,0	27.323,7	7.484,3	1,6
Montanha	-1.794,8	-1.522,5	593,3	-581,3	-88,3	168,1	0,4
Mucurici	-1.362,9	615,0	810,0	-1.993,4	15,1	-1.502,4	-6,7
Pedro Canário	-3.295,1	3.165,2	1.479,4	3.146,2	7.687,5	212,5	0,5
Pinheiros	1.742,4	-1.391,5	-269,9	9,2	9,8	1.174,2	2,1
Ponto Belo	1.579,9	-339,1	660,3	-288,1	-613,9	149,8	0,7
Rio Bananal	5.304,3	2.334,4	4.407,7	4.126,0	6.616,4	3.992,0	7,4
São Mateus	1.176,9	34.879,0	-7.959,8	1.141,9	555,2	9.026,3	3,7
Sooretama	1.638,2	108,8	-1.418,9	1.094,9	3.053,2	1.824,6	3,4
MS Central	20.646,1	6.471,6	2.403,8	43.749,4	37.471,6	-3.758,6	-0,4
Afonso Cláudio	-214,2	146,4	108,0	2.338,3	-5.785,3	1.407,1	2,2
Alfredo Chaves	-216,6	1.031,2	-2.153,6	1.193,5	-557,3	93,7	0,3
Anchieta	10.451,6	-5.477,1	8.200,3	31.513,3	13.977,0	-8.006,4	-2,8
Brejetuba	530,5	-488,3	-722,3	-720,9	-67,8	-501,5	-1,6
Conceição do Castelo	-2.567,8	3.207,5	17,7	202,7	-1.194,0	-2.166,5	-6,6
Domingos Martins	6.219,4	6.198,5	-2.034,5	2.726,8	7.697,5	5.647,1	7,3
Iconha	2.411,9	-1.280,8	844,7	571,4	3.971,1	731,2	2,1
Itaguaçu	167,2	1.446,0	184,4	-2.046,8	2.331,2	-1.573,4	-4,5
Itarana	-89,7	-1.724,8	1.529,6	451,2	1.398,2	-1.280,9	-4,3
Laranja da Terra	678,7	-703,8	28,5	1.218,6	738,6	547,9	1,9
Marechal Floriano	18,1	-657,7	-919,8	243,7	611,1	-340,6	-0,9
Piuma	2.017,0	431,0	1.993,9	681,3	2.748,5	-846,6	-1,5
Rio Novo do Sul	254,1	372,0	391,7	-176,3	-26,4	1.412,5	5,5
Santa Leopoldina	782,8	-1.511,9	-2.567,3	1.202,3	1.730,0	1.791,6	6,3
Santa Maria de Jetibá	1.955,6	5.564,4	2.615,7	3.085,2	8.039,8	1.313,8	1,7
Santa Teresa	-143,2	182,3	-5.703,8	433,9	239,1	-1.265,5	-2,2
São Roque do Canaã	79,1	198,3	583,6	653,4	324,3	-597,8	-2,2
Venda Nova do Imigrante	-1.688,5	-461,4	7,0	177,9	1.296,1	-124,2	-0,2
Região Metropolitana	-122.225,4	84.661,9	-61.916,5	37.740,2	57.498,8	98.392,4	2,5
Cariacica	-3.116,4	39.019,3	49.093,6	20.033,6	2.269,7	16.363,1	3,4
Guarapari	13.271,0	37.558,2	5.585,8	212,0	13.315,6	22.048,1	10,0
Serra	-10.028,0	15.117,6	-41.119,8	33.462,6	27.715,6	40.228,9	4,4
Viana	757,2	1.323,4	1.863,2	537,4	1.986,8	2.277,2	1,7
Vila Velha	2.181,2	-12.354,7	27.344,9	-10.394,1	-14.705,5	-27.526,3	-3,9
Vitória	-125.290,4	3.998,2	-104.684,2	-6.111,2	26.916,5	45.001,4	3,0
MS Sul	16.339,0	57.943,4	68.909,7	52.282,2	172.152,5	281.212,4	16,2
Alegre	352,6	168,2	3.658,1	-2.706,5	2.390,1	1.769,4	2,7
Apiacá	803,7	-625,8	0,3	2.134,8	-244,5	-1.074,8	-4,9
Atílio Vivácqua	251,3	20,8	8,0	19,6	1.686,5	-1.058,7	-3,6
Bom Jesus do Norte	10,2	-618,7	153,9	410,0	-770,4	221,5	1,0
Cachoeiro de Itapemirim	8.027,6	-2.777,4	21.346,9	16.580,9	16.771,4	8.716,4	2,7
Castelo	-3.065,0	5.049,1	-0,0	5,7	26,3	62,1	0,1
Divino de São Lourenço	-255,5	115,0	-149,4	190,1	446,3	-255,5	-1,6
Dores do Rio Preto	351,5	1.511,2	733,8	1.094,8	3.898,3	3.397,2	17,1
Guaçu	-618,7	1.328,8	-1.544,4	-4.155,9	-246,3	-2.302,2	-3,8
Ibatiba	-2.245,6	-193,4	374,0	3.108,3	-1.264,1	1.146,9	2,5
Ibitirama	1.805,4	-1.530,1	-242,3	1.013,0	193,1	135,4	0,6
Irupi	-648,1	255,8	-217,5	987,6	304,3	256,6	1,0
Itapemirim	9.766,5	3.526,4	424,4	11.453,6	64.140,4	25.521,2	8,9
Ituna	-1.149,7	44,8	490,6	-78,9	3,8	1.163,6	2,3
Jerônimo Monteiro	1.104,3	1.674,2	1.204,7	452,3	3.463,2	627,0	2,2
Marataizes	1.844,5	102,5	3.385,5	222,3	14.713,3	-58,6	-0,1
Mimoso do Sul	1.190,0	727,6	-1.630,6	279,2	17,5	-1.135,8	-2,2
Muniz Freire	139,5	2.300,6	0,6	501,9	1.008,8	-1.653,2	-3,7
Muqui	-554,2	302,2	-2.733,4	2.025,6	2.988,4	-2.188,0	-7,0
Presidente Kennedy	-890,7	42.085,6	45.636,2	18.321,1	57.253,6	238.576,5	75,8
São José do Calçado	236,5	186,7	199,0	373,9	1.941,7	3.672,5	11,9
Vargem Alta	-117,0	4.289,1	-2.188,9	48,7	3.431,1	5.673,0	11,0
TOTAL	-63.164,5	255.749,3	17.546,0	177.985,1	366.188,2	378.931,6	4,1

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. Notas: *receita total excluída a receita intraorçamentária e a parcela destinada ao Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).



Quadro comparativo da receita e da despesa - 2012

em R\$ mil

Regiões e municípios	Receita total¹	Receita tributária	ISS	IPTU	IRRF	ITBI	Taxas	FPM	QPM-ICMS	Despesa total²	Pessoal²	Custeio³	Investimentos⁴	População 2012
MS Noroeste	907.653,9	57.969,9	29.366,8	5.159,5	9.940,4	6.008,5	6.204,0	191.916,7	231.002,5	936.284,7	420.038,8	368.924,9	132.238,5	417.013
Água Doce do Norte	30.060,8	1.356,5	641,6	113,9	450,5	102,7	47,7	7.600,7	6.651,0	29.953,4	15.979,3	9.530,0	4.017,3	11.624
Água Branca	29.356,8	1.586,3	1.153,0	34,5	213,6	111,1	74,1	5.700,5	8.096,8	26.388,1	12.660,1	8.565,1	4.821,9	9.507
Alto Rio Novo	20.145,7	246,6	167,8	16,8	-	34,7	27,4	5.700,5	5.346,5	22.901,6	11.232,8	7.980,4	3.115,5	7.371
Baixo Guandu	62.282,5	4.954,4	1.989,7	371,7	467,7	349,4	485,3	13.301,2	14.936,1	62.165,7	31.619,6	20.616,7	8.400,1	29.272
Barra de São Francisco	75.774,5	6.171,7	2.836,2	643,4	1.314,9	398,6	978,7	17.101,5	19.091,6	84.058,4	37.848,9	39.213,6	6.045,0	41.110
Boa Esperança	38.664,7	1.344,1	569,9	79,8	270,3	308,4	115,8	9.500,8	7.981,1	38.715,6	16.765,9	11.575,7	9.750,0	14.278
Colatina	23.829,7	22.157,4	13.358,4	2.510,3	2.246,3	2.102,4	1.940,1	30.402,6	48.175,8	241.681,4	91.436,5	120.165,0	24.448,4	113.054
Ecoporanga	51.767,9	2.176,9	1.130,8	21,8	494,9	392,7	136,7	11.401,0	18.991,4	54.267,0	24.196,6	18.645,5	10.302,2	23.097
Governador Lindenberg	28.802,1	1.070,8	338,7	26,9	453,1	116,0	136,1	7.600,7	8.448,4	31.724,2	14.319,9	8.390,2	8.994,6	11.106
Mantenaópolis	30.296,0	979,5	329,5	115,3	285,0	173,9	95,7	9.500,8	6.298,5	30.703,2	14.417,6	10.608,7	4.833,3	13.826
Mariáandia	27.159,7	950,8	248,0	145,0	376,6	96,4	84,7	7.600,7	8.218,4	29.154,0	12.977,6	10.963,5	5.099,1	11.286
Nova Venécia	92.920,3	5.920,4	2.999,4	529,0	907,5	850,6	633,8	19.001,7	24.086,5	92.780,4	51.084,2	32.670,2	7.970,1	46.487
Pancas	39.508,5	1.578,8	548,6	148,2	460,1	218,9	202,9	11.401,0	10.173,9	41.079,8	20.177,6	14.160,8	6.267,3	21.722
São Domingos do Norte	23.588,2	846,4	439,6	29,0	149,0	110,6	118,3	5.700,5	8.564,8	23.497,7	10.921,3	8.535,5	3.902,0	8.070
São Gabriel da Palha	64.473,4	4.365,5	1.580,0	314,0	1.189,7	411,0	870,7	15.201,3	15.202,4	65.134,3	27.353,1	23.470,1	13.772,2	32.655
Vila Pavão	22.402,9	743,3	254,1	45,2	196,5	162,6	84,9	5.700,5	7.491,4	22.366,8	10.856,7	8.644,2	2.649,8	8.724
Vila Valério	36.620,1	1.520,6	781,5	14,6	484,8	68,5	171,2	9.500,8	13.247,9	39.713,0	16.191,4	15.189,8	7.849,7	13.824
MS Litoral Norte	1.597.143,0	177.096,2	123.729,9	8.574,7	23.450,5	10.165,4	10.508,2	220.419,2	360.750,7	1.567.798,9	726.649,0	583.891,1	231.356,5	562.350
Aracruz	309.071,3	48.224,7	38.520,4	2.290,9	5.280,8	235,1	1.897,5	26.602,3	93.948,3	298.173,7	142.358,2	121.494,0	26.611,4	84.429
Conceição da Barra	75.489,7	5.351,1	3.930,3	248,4	853,9	182,0	136,6	13.301,2	21.914,7	73.190,3	38.028,0	22.977,7	9.739,6	28.745
Fundão	49.532,0	4.998,2	2.619,5	1.144,2	21,7	157,2	1.055,7	11.401,0	5.131,7	51.005,0	26.615,5	16.706,7	5.569,8	17.632
Ibiraçu	32.512,0	2.293,0	1.325,3	137,6	472,5	155,7	201,9	7.600,7	7.039,7	33.852,4	14.492,0	11.203,1	7.644,2	11.335
Jaguaré	74.318,5	5.204,7	3.673,0	109,9	936,2	313,5	172,1	13.301,2	19.252,1	79.552,4	26.913,0	38.345,2	14.223,7	25.454
João Neiva	40.725,7	2.388,7	1.023,1	131,5	479,3	219,2	535,5	9.500,8	7.340,5	40.238,7	16.067,0	21.944,3	2.212,3	15.886
Linhares	477.003,2	62.895,3	46.299,0	3.290,9	7.179,7	2.990,9	3.133,8	34.203,0	82.910,5	471.849,9	190.509,1	174.120,9	101.500,1	145.639
Montanha	43.796,3	2.015,7	1.308,2	13,8	260,7	345,0	88,0	11.401,0	14.228,5	43.628,2	17.969,9	20.256,6	5.000,6	17.938
Mucurici	22.292,6	808,7	521,4	28,2	186,2	24,6	48,2	5.700,5	7.956,5	23.795,0	8.744,5	8.092,3	6.631,9	5.619
Pedro Canário	42.900,4	2.615,8	1.508,1	41,1	559,8	410,9	95,8	13.301,2	7.802,5	40.267,1	21.454,4	12.745,4	5.272,2	24.071
Pinheiros	56.668,9	3.679,3	1.310,4	54,5	1.085,9	424,6	137,5	13.301,2	15.978,6	55.494,7	29.309,7	19.753,4	4.545,0	24.284
Ponto Belo	23.029,8	654,7	388,0	37,8	126,8	62,5	39,6	5.700,5	6.322,8	22.890,1	8.815,4	8.218,7	5.526,0	7.088
Rio Bananal	53.928,9	1.925,0	582,1	179,4	884,9	220,9	57,6	11.401,0	15.183,8	48.848,8	24.128,8	17.123,4	7.315,9	17.713
São Mateus	242.179,7	31.993,5	19.445,6	833,0	4.585,3	4.318,8	2.810,8	30.402,6	42.758,6	233.153,5	135.447,4	71.084,3	23.637,5	111.832
Sooretama	53.693,9	2.047,9	1.275,5	33,5	536,7	104,6	97,6	13.301,2	12.981,9	51.869,3	25.796,1	19.825,3	5.926,3	24.685
MS Central	1.017.277,2	94.128,7	66.462,9	6.080,9	10.492,7	4.615,1	5.326,6	182.415,9	354.837,6	1.020.049,7	435.008,7	370.195,9	206.219,9	319.913
Afonso Cláudio	63.122,0	2.901,5	1.408,2	382,2	601,0	339,5	170,5	15.201,3	16.219,8	61.714,9	33.335,2	21.678,7	6.450,6	30.919
Alfredo Chaves	36.780,9	2.744,4	1.973,0	224,3	223,0	149,7	174,4	9.500,8	10.870,2	36.687,3	15.141,4	15.831,3	4.749,1	14.007
Anchieta	284.603,8	50.940,3	44.861,2	1.394,0	3.062,9	785,0	837,2	13.301,2	145.551,0	292.580,0	98.826,4	91.298,9	100.720,5	24.616
Brejetuba	31.719,2	904,1	441,4	46,6	305,2	82,1	28,8	7.600,7	8.896,8	32.220,7	14.147,8	11.146,3	6.862,1	11.950
Conceição do Castelo	32.767,3	1.437,0	452,6	200,0	423,3	118,0	92,7	7.600,7	10.289,1	34.933,7	16.525,8	12.281,7	5.795,0	11.798
Domingos Martins	77.535,0	5.425,1	3.444,5	468,2	653,9	482,3	376,2	15.201,3	24.492,9	71.890,5	33.571,9	27.295,5	10.168,9	32.042
Iconha	34.655,3	2.297,6	914,6	281,2	514,0	155,0	432,8	7.600,7	8.166,0	33.504,4	14.534,0	12.933,6	4.985,9	12.681

Regiões e municípios	Receita total¹	Receita tributária	ISS	IPTU	IRRF	ITBI	Taxas	FPM	QPM-ICMS	Despesa total²	Pessoal²	Custeio³	Investimentos⁴	População 2012
Itaguaçu	35.211,9	1.673,3	691,7	195,8	255,9	273,9	255,9	9.500,8	9.068,6	36.785,3	17.883,7	12.718,0	5.739,7	14.080
Itarana	29.568,3	1.190,9	497,6	86,6	219,7	70,5	316,5	7.600,7	7.198,3	30.849,3	11.731,7	12.725,5	6.392,1	10.799
Laranjeira da Terra	28.183,3	1.194,1	579,8	36,2	405,6	86,4	86,1	7.600,7	7.703,6	27.635,4	12.483,5	9.210,5	5.619,5	10.810
Marechal Floriano	38.939,3	2.408,9	1.135,1	148,4	554,9	313,3	257,2	9.500,8	12.988,7	39.279,9	19.657,7	15.124,7	4.423,9	14.576
Piuma	54.915,8	5.139,7	1.979,3	1.363,0	654,0	518,0	531,9	11.401,0	7.584,3	55.762,5	22.311,1	25.603,3	7.412,6	18.597
Rio Novo do Sul	25.613,0	2.222,3	1.377,6	191,6	37,6	35,3	198,3	7.600,7	5.031,9	24.105,9	15.469,1	6.064,5	2.419,4	11.334
Santa Leopoldina	28.248,3	1.277,7	737,2	25,4	319,0	163,6	32,6	7.600,7	9.325,3	26.285,5	12.606,4	10.387,1	2.693,8	12.207
Santa Maria de Jetibá	77.795,0	3.936,4	1.851,8	183,7	1.249,6	207,6	443,7	15.201,3	32.048,1	76.208,4	36.895,1	29.782,1	8.956,5	34.992
Santa Teresa	57.759,5	3.439,7	1.752,8	458,3	436,6	395,4	396,6	11.401,0	13.953,9	59.025,0	27.570,0	24.010,3	6.940,7	22.005
São Roque do Canaã	26.834,8	1.202,0	753,7	55,7	225,5	106,2	60,8	7.600,7	7.611,8	27.432,6	11.476,0	10.783,9	5.172,7	11.406
Venda Nova do Imigrante	53.024,3	3.793,8	1.611,1	339,5	351,0	333,2	634,3	11.401,0	17.837,3	53.148,5	20.841,8	21.320,0	10.716,9	21.094
Região Metropolitana	3.969.809,6	1.081.411,2	658.370,5	129.124,4	95.429,4	106.393,4	91.493,4	288.765,7	1.076.978,2	3.855.034,4	1.756.910,4	1.336.265,6	678.711,3	1.707.691
Cariacica	485.718,8	83.093,6	55.546,8	7.853,4	9.301,5	3.872,2	6.519,7	48.851,8	113.703,6	445.352,7	204.645,6	149.995,8	82.207,8	352.431
Guarapari	221.033,1	54.428,8	13.872,9	16.193,4	3.096,9	9.825,9	11.439,8	30.402,6	20.297,6	199.272,1	100.665,2	52.004,7	43.491,8	107.836
Serra	908.627,1	196.993,8	115.049,3	22.829,2	23.137,2	22.105,0	13.873,1	48.851,8	286.406,2	874.717,4	438.787,4	297.427,1	111.604,4	422.569
Viana	131.156,3	18.173,1	9.480,3	2.223,2	2.856,2	2.163,4	1.449,9	22.802,0	25.322,7	127.440,1	65.992,3	41.949,7	17.405,1	66.745
Vila Velha	713.849,3	222.769,0	115.324,2	30.572,1	15.043,2	29.130,5	32.699,1	48.851,8	156.484,6	743.828,9	301.699,1	282.677,1	143.656,3	424.948
Vitória	1.509.425,0	505.952,9	349.697,0	49.453,1	41.994,4	39.296,6	25.511,9	89.005,7	474.763,4	1.464.423,2	645.120,9	512.211,3	280.346,0	333.162
MS Sul	1.734.253,0	107.557,4	56.774,2	13.111,3	17.750,1	7.890,2	8.996,5	257.870,0	283.059,2	1.450.416,0	653.238,5	478.855,1	293.586,8	571.100
Alegre	65.666,7	8.182,9	4.698,9	421,9	798,5	198,9	729,1	15.201,3	12.977,8	66.234,2	35.628,0	22.595,8	6.884,3	30.626
Apiaçá	21.903,2	611,2	271,5	90,2	125,3	43,1	78,2	5.700,5	4.224,5	22.978,0	10.021,7	8.779,5	3.954,7	7.497
Atílio Viçáquia	29.316,4	1.016,6	480,2	50,5	293,7	94,2	98,0	5.700,5	8.444,2	30.375,1	13.539,1	9.227,4	7.374,9	10.080
Bom Jesus do Norte	21.594,7	703,1	269,5	85,7	166,1	-	181,9	5.700,5	3.831,2	21.373,2	11.609,9	6.508,8	3.064,8	9.514
Cachoeiro de Itapemirim	327.454,5	46.674,4	27.031,0	7.534,8	5.706,2	3.348,1	3.054,3	48.851,8	78.864,8	318.682,5	162.931,8	101.233,0	46.436,3	192.156
Castelo	73.167,2	5.687,4	1.669,8	649,2	504,0	953,2	808,6	15.201,3	17.582,9	73.105,1	37.033,7	25.823,5	9.757,7	35.048
Divino de São Lourenço	15.960,2	705,7	470,5	49,4	142,4	30,9	12,5	5.700,5	3.741,8	16.215,7	7.602,6	6.202,9	2.410,2	4.471
Dores do Rio Preto	19.913,4	1.235,9	928,9	43,2	117,8	51,5	94,6	5.700,5	5.004,4	16.581,7	6.561,1	7.588,1	2.057,3	6.429
Guaçu	60.605,8	5.064,7	3.000,5	386,9	568,7	375,7	732,9	13.301,2	9.193,6	60.095,4	30.772,8	21.484,5	6.178,2	28.208
Ibatiba	45.441,9	1.391,9	672,8	75,8	369,9	96,6	176,8	11.401,0	8.565,5	44.295,0	21.781,5	14.866,0	6.476,3	22.843
Ibitirama	24.435,6	1.003,7	379,6	57,1	382,8	70,4	113,8	5.700,5	6.115,7	24.300,2	12.615,4	8.823,2	2.678,5	8.919
Irupi	26.997,8	647,3	249,9	36,1	138,0	138,5	84,8	7.600,7	8.222,0	26.741,2	14.680,5	9.671,2	2.014,5	11.930
Itapemirim	286.185,4	9.397,1	5.389,1	635,4	2.172,9	824,6	375,2	15.201,3	37.239,5	260.744,6	60.824,0	64.636,2	129.928,3	31.421
Ituna	51.596,1	2.444,7	769,3	151,1	623,7	418,7	438,0	13.301,2	12.259,3	50.432,5	27.796,5	16.533,7	5.486,7	27.512
Jerônimo Monteiro	28.880,3	3.135,7	2.065,5	243,1	372,1	96,9	98,5	7.600,7	5.400,5	28.170,3	12.555,3	9.774,9	5.473,2	10.984
Maratões	110.950,3	7.185,5	2.981,2	1.156,2	1.688,5	470,8	888,8	15.201,3	6.996,0	111.008,8	45.628,4	35.280,7	30.050,1	34.675
Mimoso do Sul	51.325,2	1.724,5	758,8	269,1	413,1	168,4	115,2	13.301,2	12.320,8	52.077,1	25.811,0	20.750,0	3.867,3	25.858
Muniz Freire	44.349,7	2.637,2	563,3	383,5	907,1	133,3	359,5	11.401,0	10.562,8	46.002,9	26.033,9	17.845,3	1.743,0	18.202
Muqui	31.442,9	1.155,8	720,0	121,3	121,4	87,3	105,8	9.500,8	6.554,7	33.630,9	14.508,1	11.649,2	6.856,2	14.506
Presidente Kennedy	314.588,5	3.764,8	1.407,3	362,5	1.753,4	125,6	116,0	7.600,7	7.569,3	76.011,9	40.848,1	33.200,9	1.745,1	10.429
São José do Calçado	30.759,5	1.103,1	590,5	173,7	184,1	66,6	88,2	7.600,7	6.436,1	27.123,4	13.230,0	10.905,7	2.716,7	10.397
Vargem Alta	51.717,9	2.084,2	1.406,3	134,5	200,6	97,0	245,9	11.401,0	10.952,0	44.236,2	21.224,8	15.474,6	6.432,6	19.395
TOTAL	9.226.136,7	1.518.163,4	935.304,3	162.050,8	157.063,1	135.072,7	122.528,8	1.141.387,6	2.306.628,2	8.829.583,8	3.991.845,4	3.138.132,7	1.542.113,0	3.578.067

Fontes: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES); ainda não apreciados em plenário; Secretaria do Tesouro Nacional (STN); População estimada para 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ¹-receita total excluída a receita intraorçamentária e a parcela destinada ao Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4); ²-inclui despesa com inativos, pensionistas e salário-família, exceto intraorçamentárias; ³-refere-se a toda a despesa corrente, exceto pessoal, inativos, pensionistas, salário-família e pagamento de juros da dívida, exceto intraorçamentárias; ⁴-inclui toda a despesa de capital, exceto as amortizações da dívida; ⁵-despesa total, exceto intraorçamentárias.



Quadro comparativo da receita e da despesa per capita - 2012

em R\$

Regiões e municípios	Receita total¹	Receita tributária	ISS	IPTU	IRRFF	ITBI	Taxas	FPM	QPM-ICMS	Despesa total	Pessoal²	Custeio³	Investimentos⁴	População 2012
MS Noroeste	2.176,56	139,01	70,42	12,37	23,84	14,41	14,88	460,22	553,95	2.245,22	1.007,26	884,68	317,11	417.013
Água Doce do Norte	2.586,10	116,70	55,19	9,80	38,76	8,84	4,11	653,88	572,18	2.576,86	1.374,68	819,86	345,60	11.624
Águia Branca	3.087,91	166,86	121,28	3,63	22,47	11,69	7,79	599,61	851,67	2.775,65	1.331,66	900,93	507,19	9.507
Alto Rio Novo	2.733,10	33,46	22,76	2,27	-	4,70	3,72	773,37	725,34	3.106,98	1.523,91	1.082,68	422,67	7.371
Baixo Guandu	2.127,72	169,25	67,97	12,70	15,98	11,94	16,58	454,40	510,25	2.123,73	1.080,20	704,32	286,97	29.272
Barra de São Francisco	1.843,21	150,13	68,99	15,65	31,99	9,69	23,81	415,99	464,40	2.044,72	920,67	953,87	147,05	41.110
Boa Esperança	2.707,99	94,14	39,92	5,59	18,93	21,60	8,11	665,42	558,98	2.711,56	1.174,25	810,74	682,87	14.278
Colatina	2.068,30	195,99	118,16	22,20	19,87	18,60	17,16	268,92	426,13	2.137,75	808,79	1.062,90	216,25	113.054
Ecoporanga	2.241,33	94,25	48,96	0,94	21,43	17,00	5,92	493,61	822,25	2.349,53	1.047,61	807,27	446,04	23.097
Governador Lindenberg	2.593,38	96,42	30,50	2,42	40,80	10,44	12,25	684,37	760,70	2.856,50	1.289,39	755,46	809,89	11.106
Mantenópolis	2.191,24	70,84	23,84	8,34	19,16	12,58	6,93	687,17	455,55	2.220,69	1.042,79	767,30	349,58	13.826
Mariáandia	2.406,50	84,24	21,98	12,85	33,37	8,54	7,50	673,46	728,20	2.583,20	1.149,88	971,42	451,80	11.286
Nova Venécia	1.998,84	127,36	64,52	11,38	19,52	18,30	13,63	408,75	518,13	1.995,84	1.098,89	702,78	171,45	46.487
Pancas	1.818,82	72,68	25,26	6,82	21,18	10,08	9,34	524,86	468,37	1.891,16	928,90	651,91	288,52	21.722
São Domingos do Norte	2.922,95	104,89	54,47	3,60	18,46	13,70	14,65	706,38	1.061,32	2.911,74	1.353,32	1.057,68	483,52	8.070
São Gabriel da Palha	1.974,38	133,68	48,38	9,62	36,43	12,59	26,66	465,51	1.994,62	1.994,62	837,64	718,73	421,75	32.855
Vila Pavão	2.567,96	85,21	29,13	5,18	22,52	18,64	9,73	653,43	858,72	2.563,83	1.244,46	990,85	303,74	8.724
Vila Valério	2.649,02	109,99	56,53	1,05	35,07	4,96	12,38	687,27	958,32	2.872,76	1.171,26	1.098,80	567,83	13.824
MS Litoral Norte	2.840,12	314,92	220,02	15,25	41,70	18,08	18,69	391,96	641,51	2.787,94	1.292,16	1.038,31	411,41	562.350
Aracruz	3.660,72	571,19	456,25	27,13	62,55	2,78	22,47	315,09	1.112,75	3.531,65	1.686,13	1.439,01	315,19	84.429
Conceição da Barra	2.626,18	186,16	136,73	8,64	29,71	6,33	4,75	462,73	762,38	2.546,19	1.322,94	799,36	338,83	28.745
Fundão	2.809,21	283,48	148,56	64,89	1,23	8,91	59,87	646,61	291,05	2.892,75	1.509,50	947,52	315,89	17.632
Ibiraçu	2.868,28	202,29	116,92	12,14	41,68	13,74	17,81	670,55	621,06	2.986,53	1.278,52	988,36	674,39	11.335
Jaguaré	2.919,72	204,48	144,30	4,32	36,78	12,32	6,76	522,56	756,35	3.125,34	1.057,32	1.506,45	558,80	25.454
João Neiva	2.563,62	150,36	64,40	8,28	30,17	13,80	33,71	598,06	462,07	2.532,97	1.011,40	1.381,36	139,26	15.886
Linhares	3.275,24	431,86	317,90	22,60	49,30	20,54	21,52	234,85	569,29	3.239,86	1.308,09	1.195,56	696,93	145.639
Montanha	2.441,54	112,37	72,93	0,77	14,53	19,23	4,91	635,58	793,20	2.432,17	1.001,78	1.129,26	278,77	17.938
Mucurici	3.967,36	143,92	92,79	5,01	33,15	4,38	8,59	1.014,50	1.416,00	4.234,74	1.556,24	1.440,16	1.180,26	5.619
Pedro Canário	1.782,24	108,67	62,65	1,71	23,26	17,07	3,98	552,58	324,14	1.672,85	891,29	529,49	219,03	24.071
Pinheiros	2.333,59	151,51	53,96	2,24	44,72	17,48	5,66	547,73	657,99	2.285,24	1.206,95	813,43	187,16	24.284
Ponto Belo	3.249,13	92,37	54,74	5,33	17,89	8,82	5,58	804,25	892,04	3.228,00	1.243,71	1.159,53	779,63	7.088
Rio Bananal	3.044,60	108,68	32,86	10,13	49,96	12,47	3,25	643,65	857,21	2.757,79	1.362,21	966,71	413,03	17.713
São Mateus	2.165,57	286,09	173,88	7,45	41,00	38,62	25,13	271,86	382,35	2.084,85	1.211,17	635,63	211,37	11.832
Sooretama	2.175,16	82,96	51,67	1,36	21,74	4,24	3,95	538,84	525,90	2.101,25	1.045,01	803,13	240,08	24.685
MS Central	3.179,86	294,23	207,75	19,01	32,80	14,43	16,65	570,20	1.109,17	3.188,52	1.359,77	1.157,18	644,61	319.913
Afonso Cláudio	2.041,53	93,84	45,55	12,36	19,44	10,98	5,51	491,65	524,59	1.996,02	1.078,15	701,14	208,63	30.919
Alfredo Chaves	2.625,90	195,93	140,86	16,01	15,92	10,69	12,45	678,29	776,05	2.619,21	1.080,99	1.130,24	339,05	14.007
Anchieta	11.561,74	2.069,40	1.822,44	56,63	124,43	31,89	34,01	540,35	5.912,86	11.885,77	4.014,72	3.708,92	4.091,67	24.616
Brejo da	2.654,33	75,66	36,94	3,90	25,54	6,87	2,41	636,04	744,50	2.696,30	1.183,92	932,75	574,24	11.950
Conceição do Castelo	2.777,36	121,80	38,36	16,95	35,88	10,00	7,86	644,23	872,11	2.960,99	1.400,72	1.041,00	491,18	11.798
Domingos Martins	2.419,79	169,31	107,50	14,61	20,41	15,05	11,74	474,42	764,40	2.243,63	1.047,75	851,87	317,36	32.042
Iconha	2.732,85	181,18	72,12	22,17	40,54	12,22	34,13	599,37	643,96	2.642,10	1.146,12	1.019,92	393,18	12.681

Regiões e municípios	Receita total¹	Receita tributária	ISS	IPPU	IRRF	ITBI	Taxas	FPM	QPM-ICMS	Despesa total	Pessoal²	Custeio³	Investimentos⁴	População 2012
Itaguaçu	2.500,85	118,84	49,12	13,91	18,17	19,46	18,18	674,77	644,08	2.612,59	1.270,15	903,27	407,65	14.080
Itarana	2.738,06	110,28	46,07	8,02	20,35	6,52	29,31	703,83	666,57	2.856,68	1.086,37	1.178,39	591,92	10.799
Laranjeira da Terra	2.607,15	110,46	53,64	3,35	37,52	7,99	7,97	703,11	712,64	2.556,47	1.154,81	852,03	519,84	10.810
Marechal Floriano	2.671,46	165,27	77,88	10,18	38,07	21,50	17,65	651,81	891,11	2.694,83	1.348,63	1.037,65	303,51	14.576
Pinima	2.952,94	276,37	106,43	73,29	35,16	27,85	28,60	613,06	407,82	2.998,46	1.199,72	1.376,74	398,59	18.597
Rio Novo do Sul	2.259,84	196,07	121,54	16,91	3,31	3,12	17,49	670,61	443,96	2.126,87	1.364,84	535,08	213,47	11.334
Santa Leopoldina	2.314,11	104,67	60,39	2,08	26,13	13,40	2,67	622,65	763,93	2.153,31	1.032,72	850,92	220,68	12.207
Santa Maria de Jetibá	2.223,22	112,50	52,92	5,25	35,71	5,93	12,68	434,42	915,87	2.177,88	1.054,39	851,11	255,96	34.992
Santa Teresa	2.624,84	156,31	79,65	20,83	19,84	17,97	18,02	518,11	634,12	2.682,34	1.252,90	1.091,13	315,41	22.005
São Roque do Canaã	2.352,69	105,38	66,08	4,88	19,77	9,31	5,33	666,37	667,35	2.405,10	1.006,14	945,45	453,51	11.406
Venda Nova do Imigrante	2.513,72	179,85	76,38	16,10	16,64	15,80	30,07	540,49	845,61	2.519,60	988,04	1.010,71	508,05	21.094
Região Metropolitana	2.324,67	633,26	385,88	75,61	55,88	62,30	53,58	169,10	630,66	2.257,45	1.028,82	782,50	397,44	1.707,691
Cariacica	1.378,20	235,77	157,61	22,28	26,39	10,99	18,50	138,61	322,63	1.263,66	580,67	425,60	233,26	352.431
Guarapari	2.049,72	504,74	128,65	150,17	28,72	91,12	106,08	281,93	188,23	1.847,92	933,50	482,26	403,31	107.836
Serra	2.150,25	466,18	272,26	54,02	54,75	52,31	32,83	115,61	677,77	2.070,00	1.038,38	703,85	264,11	422.569
Viana	1.965,04	272,28	142,04	33,31	42,79	32,41	21,72	341,63	379,40	1.909,36	988,72	628,51	260,77	66.745
Vila Velha	1.679,85	524,23	271,38	71,94	35,40	68,55	76,95	114,96	368,24	1.750,40	709,97	665,20	338,06	424.948
Vitória	4.530,60	1.518,64	1.049,63	148,44	126,05	117,95	76,58	267,15	1.425,02	4.395,53	1.936,36	1.537,42	841,47	333.162
MS Sul	3.036,69	188,33	99,41	22,96	31,08	13,82	15,75	451,53	495,64	2.539,69	1.143,83	838,48	514,07	571.100
Alegre	2.144,15	267,19	153,43	13,78	26,07	6,49	23,81	496,35	423,75	2.162,68	1.163,33	737,80	224,78	30.626
Apiaçá	2.921,59	81,53	36,21	12,03	16,71	5,75	10,43	760,37	563,49	3.064,96	1.386,77	1.171,07	527,50	7.497
Atílio Viváquia	2.908,37	100,86	47,64	5,01	29,14	9,34	9,72	565,53	837,71	3.013,40	1.343,16	915,41	731,64	10.080
Bom Jesus do Norte	2.269,78	73,91	28,32	9,01	17,46	-	19,12	599,17	402,69	2.246,50	1.220,29	684,13	322,13	9.514
Cachoeiro de Itapemirim	1.704,11	242,90	140,67	39,21	29,70	17,42	15,89	254,23	410,42	1.658,46	847,91	526,83	241,66	192.156
Castelo	2.087,63	162,27	47,64	18,52	14,38	27,20	23,07	433,73	501,68	2.085,86	1.056,66	736,81	278,41	35.048
Divino de São Lourenço	3.569,72	157,84	105,22	11,04	31,85	6,92	2,80	1.274,99	836,91	3.626,86	1.700,42	1.387,36	539,08	4.471
Dores do Rio Preto	3.097,43	192,24	144,48	6,72	18,32	8,01	14,71	886,68	778,41	2.579,20	1.020,55	1.180,29	320,00	6.429
Guaçuí	2.148,53	179,55	106,37	13,72	20,16	13,32	25,98	471,54	325,92	2.130,44	1.090,93	761,65	219,02	28.208
Ibatiba	1.989,31	60,93	29,45	3,32	16,19	4,23	7,74	499,10	374,97	1.939,11	953,53	650,79	283,52	22.843
Ibitirama	2.739,72	112,53	42,56	6,40	42,92	7,89	12,76	639,14	685,70	2.724,54	1.414,44	989,26	300,31	8.919
Irupi	2.263,02	54,26	20,94	3,03	11,57	11,61	7,11	637,11	689,18	2.241,51	1.230,55	810,66	168,86	11.930
Itapemirim	9.108,09	299,07	171,51	20,22	69,15	26,24	11,94	483,80	1.185,18	8.298,42	1.935,78	2.057,10	4.135,08	31.421
Iuna	1.875,40	88,86	27,96	5,49	22,67	15,22	15,92	483,47	445,60	1.833,11	1.010,34	600,96	199,43	27.512
Jerônimo Monteiro	2.629,30	285,48	188,05	22,14	33,88	8,82	8,97	691,98	491,67	2.564,67	1.143,06	889,92	488,29	10.984
Maratões	3.199,72	207,23	85,97	33,34	48,70	13,58	25,63	438,39	201,76	3.201,41	1.315,89	1.017,47	866,62	34.675
Mimoso do Sul	1.984,89	66,69	29,34	10,41	15,97	6,51	4,45	514,39	476,48	2.013,97	988,18	802,46	149,56	25.858
Muniz Freire	2.436,53	144,88	30,95	21,07	49,84	7,32	19,75	626,36	580,31	2.527,35	1.430,28	980,40	95,76	18.202
Muqui	2.167,58	79,68	49,64	8,36	8,37	6,02	7,29	654,96	451,86	2.318,41	1.000,15	803,06	472,65	14.506
Presidente Kennedy	30.164,78	360,99	134,94	34,76	168,13	12,04	11,12	728,80	725,80	2.788,52	3.916,78	3.183,52	167,33	10.429
São José do Calçado	2.958,49	106,09	56,80	16,71	17,70	6,40	8,48	731,04	619,03	2.608,77	1.272,48	1.048,93	261,29	10.397
Vargem Alta	2.666,56	107,46	72,51	6,93	10,34	5,00	12,68	587,83	564,68	2.280,80	1.094,34	797,87	331,67	19.395
TOTAL	2.578,53	424,30	261,40	45,29	43,90	37,75	34,24	319,00	644,66	2.467,70	1.115,64	877,05	430,99	3.578.067

TOTAL: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário; **Secretaria do Tesouro Nacional (STN):** População estimada para 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Nota:** -receita total excluída a receita intraorçamentária e a parcela destinada ao Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4); -inclui despesa com inativos, pensionistas e salário-família, exceto intraorçamentárias; -refere-se a toda a despesa corrente, exceto pessoal, inativos, pensionistas, salário-família e pagamento de juros da dívida, exceto intraorçamentárias; -inclui toda a despesa de capital, exceto as amortizações da dívida; -despesa total, exceto intraorçamentárias.

“Soluções em gestão automática e impessoal. Permitem o acompanhamento de todas as etapas e processos com autoauditoria.”

Ferramentas para melhoria de Recursos Públicos

GissOnline

Monitoramento fiscal da prestação de serviços

NFS
nota fiscal
eletrônica
NFS-e Padrão SPED

Nota fiscal eletrônica com inteligência fiscal

GieX
ONLINE

Gestão Inteligente da Execução Fiscal

ced
online

Controle e acompanhamento dos devedores

i.Cad
empresa fácil
online

Integrador e facilitador para abertura de empresas

GDE

Gestão para controle e aumento na participação do ICMS

“Redução de custos, aumento dos recursos, monitoramento automático, serviços com qualidade e transparência fazem a diferença na Administração.”

Ferramentas para gestão de Recursos Sociais

 **SISS**
saúde

Sistema Inteligente dos Serviços de Saúde



Gier.

Gestão Inteligente da Educação Responsável

PIONEIRA EM CIDADE DIGITAL E MODERNIZAÇÃO

Mais de 30 anos de experiência.

Acesse nosso site e conheça todos os produtos

11 2175 1111
www.eiconbrasil.com.br

MUDE! O SEU SUCESSO DEPENDE DE UMA BOA GESTÃO

A SERRA É A CIDADE NO ESPÍRITO SANTO QUE VOCÊ PROCURA PARA INVESTIR E SE DESENVOLVER.



O município da Serra, o mais industrializado da Grande Vitória, estimula o empreendedorismo nas diversas áreas de comércio e serviços e recebe relevantes investimentos dos governos federal e estadual em obras de infraestrutura e logística, pontos-chave para potencializar ainda mais o seu desenvolvimento, com seus portos, rodovias e ferrovias.

Aproveite todos os recursos e oportunidades disponíveis para você e venha para a Serra.

Prefeitura da Serra. Muito mais desenvolvimento pra você.

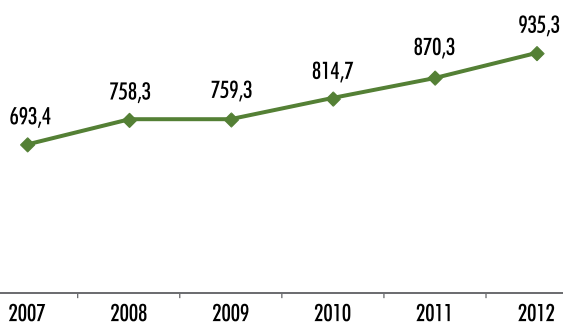
Desempenho

O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) incide sobre a prestação de serviços por empresas ou profissionais autônomos. A alíquota é definida em nível municipal, mas deve ficar entre o mínimo de 2%, definido pelo artigo 88 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e o máximo de 5%, como consta na Lei Federal Complementar nº 116/2003, que também lista os serviços que dão origem ao fato gerador do ISS.

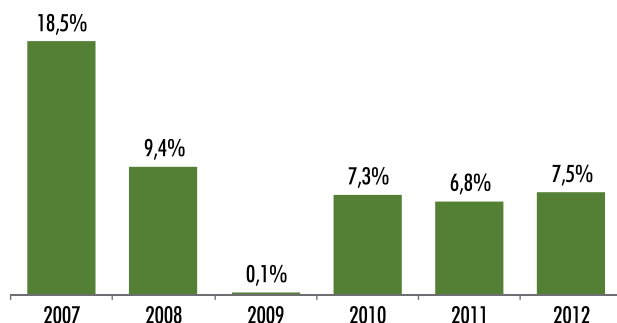
A arrecadação do ISS dos municípios capixabas totalizou R\$ 935,3 milhões em 2012, 7,5% maior que no ano anterior. Em 2011, foram arrecadados R\$ 870,3 milhões, considerando os valores corrigidos pelo IPCA. Foi o terceiro ano seguido de alta do tributo, após a estagnação de 2009 decorrente da crise financeira internacional.

Evolução da arrecadação do ISS

em R\$ bilhões - IPCA médio de 2012



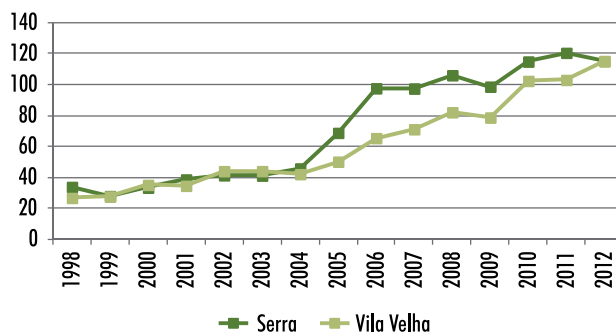
Taxa de crescimento do ISS em relação ao ano anterior



Somente três municípios concentram 62% de toda a arrecadação capixaba de ISS. Responsável por 37,4% do total, a capital Vitória recolheu R\$ 349,7 milhões, em 2012, 8,9% maior que no ano anterior. Em Vila Velha houve alta de 11,9%, totalizando R\$ 115,3 milhões. A cidade passou a deter a segunda maior arrecadação, com valores muito próximos ao recolhido em Serra (R\$ 115 milhões), onde houve queda de 4,6% em relação a 2011. Vila Velha não superava o valor recolhido por Serra desde 2004. O seu bom desempenho a partir de 2010 deveu-se à modernização no setor tributário promovido pela prefeitura, com destaque para a implantação da nota fiscal eletrônica e ao aquecimento das atividades portuárias, maiores geradoras do ISS para o município.

Evolução do ISS de Serra e Vila Velha

em R\$ milhões - IPCA médio de 2012



De um modo geral, os demais municípios apresentaram bom desempenho no ISS. Anchieta foi um dos que mais contribuiu para esse bom resultado geral. O ISS recolhido pelo município totalizou R\$ 44,9 milhões, 57,6% a mais em relação ao ano anterior. Em termos absolutos, houve o acréscimo de R\$ 16,4 milhões.

O forte aumento do ISS na cidade decorreu dos fortes investimentos nos setores de petróleo, gás natural e na mineração. Tais atividades econômicas beneficiaram o município através de um maior recebimento a título de Quota-parte Municipal na arrecadação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (QPM-ICMS) e do aumento na sua receita do ISS.

Após três anos consecutivos de retração no ISS, Linhares encerrou 2012 com o excelente aumento de 39,4%, em relação a 2011, o que fez a receita desse imposto chegar a R\$ 46,3 milhões. Em termos absolutos, foram adicionados R\$ 13,1 milhões. O aumento da receita do ISS em Linhares, no entanto, não a fez superar o seu recorde registrado em 2008, de R\$ 60,5 milhões, a preços atualizados pela inflação.

Cachoeiro de Itapemirim, com R\$ 27 milhões, e Cariacica, com R\$ 55,5 milhões, foram outros dois municípios onde o imposto cresceu de forma satisfatória. Em ambos os casos o ISS vem crescendo seguidamente desde 2009. Foram adicionados R\$ 5,8 milhões e R\$ 5,2 milhões, respectivamente. As taxas de crescimento foram de R\$ 27,4% e 10,4%, em relação ao ano anterior.

Aproveitando o bom momento econômico observado na região estimulado pelos investimentos no setor de petróleo e gás, Itapemirim, cidade localizada no litoral sul capixaba, apresentou a maior alta do ISS em termos relativos. O imposto do município saltou de R\$ 1,6 milhão, em 2011, para R\$ 5,4 milhões em 2012, mais que triplicando sua receita. Na sequência, as cidades com as maiores taxas de crescimento foram Rio Novo do Sul (169,4%), Dorcas do Rio Preto (127%), Jerônimo Monteiro (87,4%) e Sooretama (86,1%).

Em 2012, 20 municípios apresentaram reduções no ISS em relação ao ano anterior, sendo a de maior impacto a que ocorreu em Aracruz, quando o imposto totalizou R\$ 38,5 milhões, valor 44,6% menor que o recolhimento de R\$ 69,5 milhões registrado em 2011. No entanto, o valor de 2011 foi excepcionalmente grande, chegando a ser 50% maior em relação ao de 2010. O resultado de 2012 voltou, assim, ao patamar do biênio 2007/2008.

Dentre os demais municípios com declínio no ISS, registra-se as mais intensas quedas em Mantenópolis (-52,4%), Governador Lindenberg (-43%), Presidente Kennedy (-42,5%), Conceição da Barra (-28%), Rio Bananal (-27,1%) e Piúma (-27%). Em termos absolutos, as maiores reduções, afora as já mencionadas perdas de Aracruz e Serra, foram observadas em Conceição da Barra (-R\$ 1,5 milhão) e Presidente Kennedy (-R\$ 1 milhão), onde a arrecadação foi reduzida após forte crescimento em 2010 e 2011.

Desempenho do ISS dos municípios com mais de 50 mil habitantes

Município	2011	2012
Linhares	↓ -23,2%	↑ 39,4%
Cachoeiro de Itapemirim	↓ -4,8%	↑ 27,4%
São Mateus	↓ -10,1%	↑ 21,0%
Guarapari	↑ 10,2%	↑ 16,9%
Viana	↓ -12,4%	↑ 16,4%
Vila Velha	↑ 0,6%	↑ 11,9%
Cariacica	↑ 15,8%	↑ 10,4%
Vitória	↑ 11,9%	↑ 8,9%
Colatina	↑ 11,5%	↑ 6,4%
Serra	↑ 4,9%	↓ -4,6%
Aracruz	↑ 49,9%	↓ -44,6%

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário.

Importância orçamentária

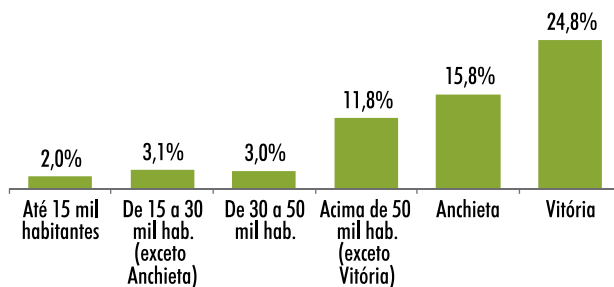
Apesar de ser o principal tributo de arrecadação própria dos municípios, o ISS ainda possui pequena importância no orçamento da maioria das cidades capixabas. Em média, o tributo respondeu por 10,7% da receita corrente. Em razão da concentração da arrecadação nas cidades de economia mais diversificada e dinâmica, o normal é que haja uma maior importância nos orçamentos das grandes cidades, aquelas que possuem forte infraestrutura de serviços ou detêm grandes centros industriais. A importância desse imposto nos orçamentos municipais tende a declinar gradualmente à medida que a população diminui.

Nas localidades com população de até 15 mil habitantes, o ISS representou, em média, 2% da receita corrente em 2012. Nesse grupo, Jerônimo Monteiro possui a maior participação (7,3%). Naquelas com população entre 15 mil e 30 mil moradores, destacou-se Anchieta, com peso orçamentário do ISS de 15,8%. Desconsiderando essa cidade, a participação média foi de 3,1%. Percentual semelhante foi verificado no grupo de cidades entre 30 mil e 50 mil habitantes, com média de 3%. O ISS possui maior relevância em Alegre, com 7,6% da receita corrente.

Nas dez localidades com mais de 50 mil habitantes, com exceção de Vitória, o ISS representou, em média, 11,8% da receita corrente. Individualmente, Vila Velha possui o maior peso: 17,3%, seguido por Serra (13,5%), Aracruz (12,6%), Cariacica (12%) e Linhares (10,2%). Já em Cachoeiro de

Itapemirim, São Mateus, Viana, Guarapari e Colatina, o imposto perde força, com participação orçamentária entre 5,9% e 8,7%. A capital capixaba possui a maior dependência do imposto entre os municípios capixabas, chegando a quase 25% de seu orçamento.

Participação do ISS na receita corrente dos municípios agrupados por faixa populacional



O ISS e o Simples Nacional

O Simples Nacional é um regime tributário especial, unificado e simplificado de arrecadação de tributos e contribuições, criado pela Lei Federal Complementar nº 123/2006, aplicável às micro e pequenas empresas. O ingresso é facultativo, e é necessário a empresa ser enquadrada na definição de microempresa, com faturamento bruto anual máximo de R\$ 360 mil, ou de empresa de pequeno porte, cujo limite máximo para o faturamento anual é de R\$ 3,6 milhões.

A adesão deve ser feita em janeiro de cada ano, somente pela internet, e o recolhimento dos impostos é feito através de um Documento Único de Arrecadação (DUA). São abrangidos os seguintes tributos e contribuições: IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins, IPI, ICMS, ISS e Contribuição para a Seguridade Social destinada à Previdência Social a cargo da pessoa jurídica. O Simples prevê isenção para as exportações e permite o desconto dos tributos pagos antecipadamente por substituição tributária e do ISS retido na fonte, além de reduzir o assessoramento tributário.

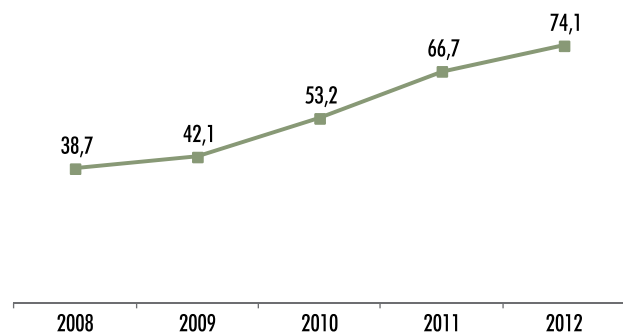
O Simples Nacional envolve a participação da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. É administrado por um Comitê Gestor composto por oito integrantes: quatro da Secretaria da Receita Federal do Brasil, dois dos estados e do Distrito Federal e dois dos municípios.

A arrecadação municipal do ISS através do Simples Nacional nos municípios capixabas foi de R\$ 74,1 milhões, em 2012, 11% maior que no ano anterior. Esse aumento foi inferior àqueles verificados em 2010 (26,4%) e 2011 (25,5%). Em 2008, o Simples Nacional totalizou R\$ 38,7 milhões. Os valores quase dobraram em apenas quatro anos, com taxas de crescimento superiores às do ISS total. O excelente desempenho do ISS recolhido pelo Simples Nacional pode ter ocorrido devido ao aumento das empresas optantes por essa modalidade e ao crescimento da movimentação econômica das empresas inscritas.

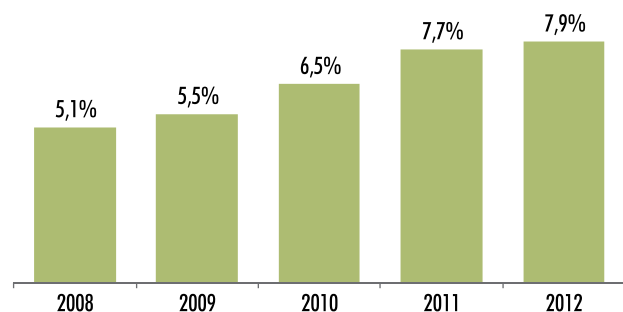
Os municípios onde o Simples Nacional possui a maior participação na arrecadação do ISS foram Mimoso do Sul (32,2%), Iconha (31,2%), Venda Nova do Imigrante (30,7%), Castelo (27,3%) e São José do Calçado (26,8%). Na capital, a participação foi de 5,6%.

Arrecadação do ISS Simples Nacional

em R\$ milhões - IPCA médio de 2012



Participação média do Simples Nacional na arrecadação do ISS dos municípios capixabas



PROINVESTE CAPIXABA

Crédito para os municípios.
Desenvolvimento
para o Espírito Santo.

AQUINO

O Proinveste Capixaba é o programa de crédito do Bandes criado especialmente para que os municípios do Espírito Santo possam investir ainda mais em infraestrutura e modernização.



Com o apoio do Bandes, nosso Estado
trabalha para que este anuário fique cheio de
grandes realizações, ano a ano.

www.bandes.com.br

Mais informações:



Arrecadação do ISS - 2007-2012

Regiões e municípios	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Variação 2012/2011	Participação 2012		ISS per capita 2012 em R\$
								no total do ISS	na receita corrente¹	
								em %		
em R\$ mil - IPCA médio de 2012										
MS Noroeste	17.472,8	18.854,8	18.785,7	22.654,9	26.768,6	29.366,8	9,7	3,1	3,5	70,42
Água Doce do Norte	182,9	193,1	150,5	412,6	563,4	641,6	13,9	0,1	2,5	55,19
Água Branca	685,8	497,6	234,5	326,5	698,8	1.153,0	65,0	0,1	4,4	121,28
Alto Rio Novo	98,4	158,1	295,4	91,5	191,8	167,8	-12,5	0,0	0,9	22,76
Baixo Guandu	856,7	1.002,7	701,9	1.104,8	1.462,8	1.989,7	36,0	0,2	3,5	67,97
Barra de São Francisco	1.331,4	1.425,8	1.449,5	2.136,9	2.877,3	2.836,2	-1,4	0,3	3,9	68,99
Boa Esperança	174,0	374,2	246,9	370,4	595,1	569,9	-4,2	0,1	1,6	39,92
Colatina	9.461,1	9.381,2	10.182,5	11.263,7	12.556,6	13.358,4	6,4	1,4	5,9	118,16
Ecoporanga	467,0	411,4	400,3	492,9	638,8	1.130,8	77,0	0,1	2,3	48,96
Governador Lindenberg	260,1	401,0	213,0	429,6	594,1	338,7	-43,0	0,0	1,3	30,50
Mantenópolis	148,8	136,0	137,0	331,2	692,3	329,5	-52,4	0,0	1,1	23,84
Marilândia	238,3	256,3	520,7	261,5	221,3	248,0	12,1	0,0	1,0	21,98
Nova Venécia	1.436,0	1.929,8	1.870,2	2.516,8	2.584,1	2.999,4	16,1	0,3	3,4	64,52
Pancas	461,5	446,1	526,8	508,8	561,2	548,6	-2,2	0,1	1,5	25,26
São Domingos do Norte	394,7	543,8	339,6	418,9	374,3	439,6	17,5	0,0	2,0	54,47
São Gabriel da Palha	607,9	878,8	808,5	956,2	1.312,4	1.580,0	20,4	0,2	2,7	48,38
Vila Pavão	141,2	107,5	104,5	176,4	211,2	254,1	20,3	0,0	1,2	29,13
Vila Valério	526,9	711,6	603,8	856,3	633,0	781,5	23,4	0,1	2,4	56,53
MS Litoral Norte	112.374,8	134.791,9	131.912,4	131.011,6	138.799,9	123.729,9	-10,9	13,2	8,0	220,02
Aracruz	38.229,4	36.398,6	44.879,1	46.370,2	69.496,8	38.520,4	-44,6	4,1	12,6	456,25
Conceição da Barra	2.784,5	4.915,5	4.184,0	9.330,5	5.458,0	3.930,3	-28,0	0,4	5,3	136,73
Fundão	4.477,2	4.312,6	3.847,2	3.558,8	2.901,6	2.619,5	-9,7	0,3	5,3	148,56
Ibiraçu	1.812,7	1.798,7	1.538,8	1.423,8	1.213,1	1.325,3	9,2	0,1	4,8	116,92
Jaguaré	3.059,5	2.545,6	2.885,0	2.586,2	3.423,5	3.673,0	7,3	0,4	5,2	144,30
João Neiva	1.168,6	1.067,6	835,8	820,1	1.010,8	1.023,1	1,2	0,1	2,6	64,40
Linhares	40.320,4	60.466,9	46.920,8	43.238,8	33.203,7	46.299,0	39,4	5,0	10,2	317,90
Montanha	988,9	935,5	843,6	1.413,0	1.279,3	1.308,2	2,3	0,1	3,1	72,93
Mucuri	289,0	338,7	277,5	285,2	542,3	521,4	-3,9	0,1	2,4	92,79
Pedro Canário	1.764,7	1.340,5	1.874,7	1.649,5	1.006,9	1.508,1	49,8	0,2	3,6	62,65
Pinheiros	760,1	1.323,1	1.332,8	1.424,8	1.373,8	1.310,4	-4,6	0,1	2,3	53,96
Ponto Belo	166,4	177,1	217,1	254,8	330,1	388,0	17,5	0,0	1,9	54,74
Rio Bananal	406,6	307,6	339,4	318,9	798,3	582,1	-27,1	0,1	1,1	32,86
São Mateus	15.754,0	18.352,4	21.483,1	17.880,3	16.076,3	19.445,6	21,0	2,1	8,3	173,88
Sooretama	392,8	511,4	453,4	456,6	685,3	1.275,5	86,1	0,1	2,5	51,67
MS Central	46.199,2	49.030,1	58.487,5	53.435,2	47.880,7	66.462,9	38,8	7,1	6,8	207,75
Afonso Cláudio	768,1	831,3	947,3	1.145,4	1.253,4	1.408,2	12,4	0,2	2,4	45,55
Alfredo Chaves	1.486,6	2.347,9	1.497,7	1.398,3	1.683,8	1.973,0	17,2	0,2	5,6	140,86
Anchieta	33.009,1	31.696,4	41.055,9	36.189,6	28.457,7	44.861,2	57,6	4,8	15,8	1.822,44
Brejetuba	311,8	378,2	303,6	552,7	434,0	441,4	1,7	0,0	1,5	36,94
Conceição do Castelo	408,7	338,9	337,1	408,4	506,2	452,6	-10,6	0,0	1,5	38,36
Domingos Martins	2.109,0	4.535,4	3.415,1	2.548,4	3.087,1	3.444,5	11,6	0,4	4,6	107,50
Iconha	447,2	825,5	506,5	763,4	771,7	914,6	18,5	0,1	2,8	72,12
Itaguaçu	776,6	569,4	451,3	587,8	656,1	691,7	5,4	0,1	2,1	49,12
Itarana	245,9	290,2	323,6	299,6	411,7	497,6	20,9	0,1	2,0	46,07
Laranja da Terra	144,2	195,2	152,9	305,2	707,7	579,8	-18,1	0,1	2,4	53,64
Marechal Floriano	884,2	1.160,4	1.038,7	1.121,7	981,3	1.135,1	15,7	0,1	3,1	77,88
Plúmia	1.254,0	1.411,2	4.194,6	2.889,2	2.711,9	1.979,3	-27,0	0,2	3,6	106,43
Rio Novo do Sul	411,7	213,7	451,4	504,7	511,3	1.377,6	169,4	0,1	5,4	121,54
Santa Leopoldina	942,3	942,6	757,6	746,3	540,4	737,2	36,4	0,1	2,7	60,39
Santa Maria de Jetibá	1.154,3	1.138,1	874,5	1.430,0	1.618,7	1.851,8	14,4	0,2	2,4	52,92
Santa Teresa	867,9	889,5	783,7	1.018,5	1.551,0	1.752,8	13,0	0,2	3,2	79,65
São Roque do Canaã	240,2	284,9	275,1	368,3	691,4	753,7	9,0	0,1	3,2	66,08
Venda Nova do Imigrante	737,4	981,3	1.121,1	1.157,8	1.305,2	1.611,1	23,4	0,2	3,4	76,38
Região Metropolitana	484.133,3	520.551,8	514.813,2	567.845,9	615.061,8	658.970,5	7,1	70,5	17,7	385,88
Cariacica	32.992,0	39.087,5	38.680,0	43.426,0	50.297,3	55.546,8	10,4	5,9	12,0	157,61
Guarapari	10.736,1	6.919,6	11.500,5	10.773,5	11.870,8	13.872,9	16,9	1,5	6,5	128,65
Serra	97.485,7	106.052,5	98.682,5	114.934,9	120.563,0	115.049,3	-4,6	12,3	13,5	272,26
Viana	7.451,9	7.792,9	13.148,3	9.300,1	8.143,2	9.480,3	16,4	1,0	7,7	142,04
Vila Velha	71.167,3	82.157,2	78.740,2	102.435,0	103.041,9	115.324,2	11,9	12,3	17,3	271,38
Vitória	264.300,2	278.542,1	274.061,7	286.976,4	321.145,5	349.697,0	8,9	37,4	24,8	1.049,63
MS Sul	33.186,6	35.033,5	35.309,9	39.756,8	41.780,2	56.774,2	35,9	6,1	3,4	99,41
Alegre	2.648,8	3.845,1	4.485,9	3.091,5	3.435,9	4.698,9	36,8	0,5	7,6	153,43
Apiaçá	183,8	201,0	164,4	183,8	253,8	271,5	7,0	0,0	1,4	36,21
Atílio Vivacqua	293,1	302,2	298,6	427,1	502,9	480,2	-4,5	0,1	1,9	47,64
Bom Jesus do Norte	168,7	230,0	165,9	198,1	277,8	269,5	-3,0	0,0	1,4	28,32
Cachoeiro de Itapemirim	17.419,1	18.140,2	16.391,0	22.289,4	21.221,6	27.031,0	27,4	2,9	8,7	140,67
Castelo	1.558,6	1.517,7	1.434,9	1.570,7	1.669,6	1.669,8	0,0	0,2	2,4	47,64
Divino de São Lourenço	75,6	56,3	92,5	161,8	326,9	470,5	43,9	0,1	3,0	105,22
Dores do Rio Preto	396,7	222,7	108,9	160,1	409,2	928,9	127,0	0,1	4,7	144,48
Guaçu	501,7	479,9	750,9	1.211,2	1.683,5	3.000,5	78,2	0,3	5,2	106,37
Ibatiba	478,4	513,8	346,8	540,6	491,6	672,8	36,9	0,1	1,7	29,45
Ibitirama	215,6	191,0	179,8	269,6	331,1	379,6	14,6	0,0	1,6	42,56
Irupi	167,0	140,9	182,2	237,6	217,2	249,9	15,0	0,0	1,0	20,94
Itapemirim	3.121,1	2.199,8	1.766,3	1.473,5	1.573,2	5.389,1	242,6	0,6	1,9	171,51
Íluna	492,9	554,3	595,7	694,0	715,2	769,3	7,6	0,1	1,5	27,96
Jerônimo Monteiro	296,9	159,2	166,9	694,3	1.102,0	2.065,5	87,4	0,2	7,3	188,05
Marataizes	1.266,5	1.528,3	2.288,0	1.072,5	1.682,4	2.981,2	77,2	0,3	2,7	85,97
Mimoso do Sul	705,6	1.105,1	2.440,9	959,1	602,5	758,8	25,9	0,1	1,5	29,34
Muniz Freire	361,2	444,6	553,9	597,1	614,8	563,3	-8,4	0,1	1,3	30,95
Muqui	317,7	420,6	334,6	406,8	619,3	720,0	16,3	0,1	2,6	49,64
Presidente Kennedy	1.209,4	1.234,8	1.011,7	1.905,4	2.445,5	1.407,3	-42,5	0,2	0,4	134,94
São José do Calçado	508,7	485,8	701,4	368,2	528,8	590,5	11,7	0,1	2,2	56,80
Vargem Alta	799,3	1.060,3	848,7	1.244,2	1.075,3	1.406,3	30,8	0,2	2,9	72,51
TOTAL	693.366,6	758.262,1	759.308,7	814.704,4	870.291,2	935.304,3	7,5	100,0	10,7	261,40

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹receita corrente excluída a receita intraorçamentária e a parcela destinada ao Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

Posição	Município	ISS em R\$	População 2012
1º	Vitória	349.696.981,90	333.162
2º	Vila Velha	115.324.243,22	424.948
3º	Serra	115.049.275,87	422.569
4º	Cariacica	55.546.828,39	352.431
5º	Linhares	46.298.984,43	145.639
6º	Anchieta	44.861.172,36	24.616
7º	Aracruz	38.520.419,00	84.429
8º	Cachoeiro de Itapemirim	27.031.046,78	192.156
9º	São Mateus	19.445.579,19	111.832
10º	Guarapari	13.872.861,17	107.836
11º	Colatina	13.358.366,79	113.054
12º	Viana	9.480.321,24	66.745
13º	Itapemirim	5.389.102,22	31.421
14º	Alegre	4.698.904,02	30.626
15º	Conceição da Barra	3.930.251,78	28.745
16º	Jaguaré	3.673.036,46	25.454
17º	Domingos Martins	3.444.450,37	32.042
18º	Guaçuí	3.000.505,02	28.208
19º	Nova Venécia	2.999.404,05	46.487
20º	Marataizes	2.981.157,79	34.675
21º	Barra de São Francisco	2.836.162,00	41.110
22º	Fundão	2.619.479,96	17.632
23º	Jerônimo Monteiro	2.065.522,80	10.984
24º	Baixo Guandu	1.989.653,71	29.272
25º	Pinheiros	1.979.304,90	18.597
26º	Alfredo Chaves	1.973.014,12	14.007
27º	Santa Maria de Jetibá	1.851.797,16	34.992
28º	Santa Teresa	1.752.763,97	22.005
29º	Castelo	1.669.840,64	35.048
30º	Venda Nova do Imigrante	1.611.079,33	21.094
31º	São Gabriel da Palha	1.579.962,52	32.655
32º	Pedro Canário	1.508.134,92	24.071
33º	Afonso Cláudio	1.408.214,05	30.919
34º	Presidente Kennedy	1.407.273,28	10.429
35º	Vargem Alta	1.406.271,34	19.395
36º	Rio Novo do Sul	1.377.572,68	11.334
37º	Ibiraçu	1.325.320,10	11.335
38º	Pinheiros	1.310.427,68	24.284
39º	Montanha	1.308.209,70	17.938
40º	Sooretama	1.275.461,84	24.685
41º	Água Branca	1.153.002,79	9.507
42º	Marechal Floriano	1.135.136,13	14.576
43º	Ecoporanga	1.130.830,27	23.097
44º	João Neiva	1.023.059,55	15.886
45º	Dores do Rio Preto	928.870,12	6.429
46º	Iconha	914.550,88	12.681
47º	Vila Valério	781.481,75	13.824
48º	Lúna	769.285,98	27.512
49º	Mimoso do Sul	758.750,28	25.858
50º	São Roque do Canaã	753.664,39	11.406
51º	Santa Leopoldina	737.150,95	12.207
52º	Muqui	720.018,44	14.506
53º	Itaguaçu	691.667,15	14.080
54º	Ibatiba	672.768,79	22.843
55º	Água Doce do Norte	641.560,42	11.624
56º	São José do Calçado	590.510,53	10.397
57º	Rio Bananal	582.104,38	17.713
58º	Laranja da Terra	579.811,93	10.810
59º	Boa Esperança	569.939,60	14.278
60º	Muniz Freire	563.273,72	18.202
61º	Pancas	548.648,76	21.722
62º	Mucurici	521.410,50	5.619
63º	Itarana	497.553,62	10.799
64º	Atílio Vivácqua	480.244,95	10.080
65º	Divino de São Lourenço	470.455,89	4.471
66º	Conceição do Castelo	452.579,76	11.798
67º	Brejetuba	441.386,24	11.950
68º	São Domingos do Norte	439.588,80	8.070
69º	Ponto Belo	388.015,75	7.088
70º	Ibitirama	379.589,44	8.919
71º	Governador Lindenberg	338.715,54	11.106
72º	Mantenópolis	329.543,89	13.826
73º	Apiacá	271.500,65	7.497
74º	Bom Jesus do Norte	269.450,06	9.514
75º	Vila Pavão	254.138,74	8.724
76º	Irupi	249.864,82	11.930
77º	Mariilândia	248.034,66	11.286
78º	Alto Rio Novo	167.771,23	7.371
TOTAL		935.304.290,10	3.578.067

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. População para 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Posição	Município	A / B	ISS (A) em R\$	População 2012 (B)
1º	Anchieta	1.822,44	44.861.172,36	24.616
2º	Vitória	1.049,63	349.696.981,90	333.162
3º	Aracruz	456,25	38.520.419,00	84.429
4º	Linhares	317,90	46.298.984,43	145.639
5º	Serra	272,26	115.049.275,87	422.569
6º	Vila Velha	271,38	115.324.243,22	424.948
7º	Jerônimo Monteiro	188,05	2.065.522,80	10.984
8º	São Mateus	173,88	19.445.579,19	111.832
9º	Itapemirim	171,51	5.389.102,22	31.421
10º	Cariacica	157,61	55.546.828,39	352.431
11º	Alegre	153,43	4.698.904,02	30.626
12º	Fundão	148,56	2.619.479,96	17.632
13º	Dores do Rio Preto	144,48	928.870,12	6.429
14º	Jaguaré	144,30	3.673.036,46	25.454
15º	Viana	142,04	9.480.321,24	66.745
16º	Alfredo Chaves	140,86	1.973.014,12	14.007
17º	Cachoeiro de Itapemirim	140,67	27.031.046,78	192.156
18º	Conceição da Barra	136,73	3.930.251,78	28.745
19º	Presidente Kennedy	134,94	1.407.273,28	10.429
20º	Guarapari	128,65	13.872.861,17	107.836
21º	Rio Novo do Sul	121,54	1.377.572,68	11.334
22º	Água Branca	121,28	1.153.002,79	9.507
23º	Colatina	118,16	13.358.366,79	113.054
24º	Ibiraçu	116,92	1.325.320,10	11.335
25º	Domingos Martins	107,50	3.444.450,37	32.042
26º	Pinheiros	106,43	1.979.304,90	18.597
27º	Guaçuí	106,37	3.000.505,02	28.208
28º	Divino de São Lourenço	105,22	470.455,89	4.471
29º	Mucurici	92,79	521.410,50	5.619
30º	Marataizes	85,97	2.981.157,79	34.675
31º	Santa Teresa	79,65	1.752.763,97	22.005
32º	Marechal Floriano	77,88	1.135.136,13	14.576
33º	Venda Nova do Imigrante	76,38	1.611.079,33	21.094
34º	Montanha	72,93	1.308.209,70	17.938
35º	Vargem Alta	72,51	1.406.271,34	19.395
36º	Iconha	72,12	914.550,88	12.681
37º	Barra de São Francisco	68,99	2.836.162,00	41.110
38º	Baixo Guandu	67,97	1.989.653,71	29.272
39º	São Roque do Canaã	66,08	753.664,39	11.406
40º	Nova Venécia	64,52	2.999.404,05	46.487
41º	João Neiva	64,40	1.023.059,55	15.886
42º	Pedro Canário	62,65	1.508.134,92	24.071
43º	Santa Leopoldina	60,39	737.150,95	12.207
44º	São José do Calçado	56,80	590.510,53	10.397
45º	Vila Valério	56,53	781.481,75	13.824
46º	Água Doce do Norte	55,19	641.560,42	11.624
47º	Ponto Belo	54,74	388.015,75	7.088
48º	São Domingos do Norte	54,47	439.588,80	8.070
49º	Pinheiros	53,96	1.310.427,68	24.284
50º	Laranja da Terra	53,64	579.811,93	10.810
51º	Santa Maria de Jetibá	52,92	1.851.797,16	34.992
52º	Sooretama	51,67	1.275.461,84	24.685
53º	Muqui	49,64	720.018,44	14.506
54º	Itaguaçu	49,12	691.667,15	14.080
55º	Ecoporanga	48,96	1.130.830,27	23.097
56º	São Gabriel da Palha	48,38	1.579.962,52	32.655
57º	Castelo	47,64	1.669.840,64	35.048
58º	Atílio Vivácqua	47,64	480.244,95	10.080
59º	Itarana	46,07	497.553,62	10.799
60º	Afonso Cláudio	45,55	1.408.214,05	30.919
61º	Ibitirama	42,56	379.589,44	8.919
62º	Boa Esperança	39,92	569.939,60	14.278
63º	Conceição do Castelo	38,36	452.579,76	11.798
64º	Brejetuba	36,94	441.386,24	11.950
65º	Apiacá	36,21	271.500,65	7.497
66º	Rio Bananal	32,86	582.104,38	17.713
67º	Muniz Freire	30,95	563.273,72	18.202
68º	Governador Lindenberg	30,50	338.715,54	11.106
69º	Ibatiba	29,45	672.768,79	22.843
70º	Mimoso do Sul	29,34	758.750,28	25.858
71º	Vila Pavão	29,13	254.138,74	8.724
72º	Bom Jesus do Norte	28,32	269.450,06	9.514
73º	Lúna	27,96	769.285,98	27.512
74º	Pancas	25,26	548.648,76	21.722
75º	Mantenópolis	23,84	329.543,89	13.826
76º	Alto Rio Novo	22,76	167.771,23	7.371
77º	Mariilândia	21,98	248.034,66	11.286
78º	Irupi	20,94	249.864,82	11.930
TOTAL		261,40	935.304.290,10	3.578.067

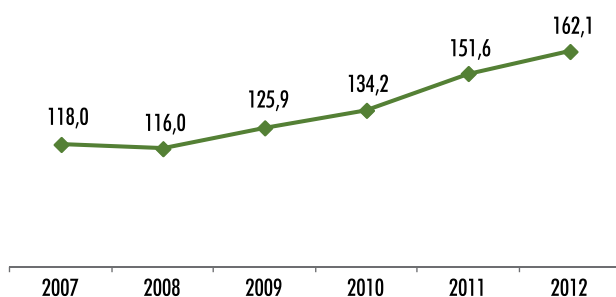
Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. População para 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Desempenho

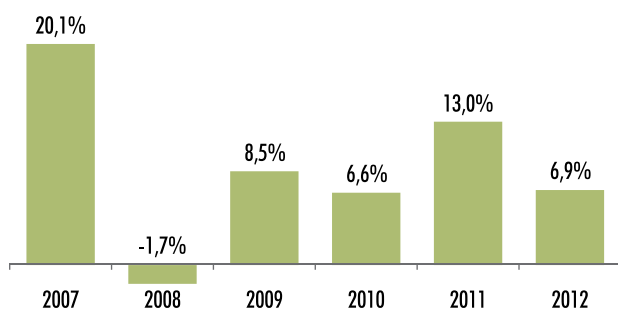
A arrecadação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) cresceu 6,9% em 2012 em comparação com o ano anterior. Foram arrecadados R\$ 162,1 milhões contra R\$ 151,6 milhões em 2011, o que resultou num acréscimo de R\$ 10,4 milhões em recursos adicionais às prefeituras do Estado, em valores corridos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio anual de 2012.

Evolução da arrecadação do IPTU

em R\$ milhões - IPCA médio de 2012



Taxa de crescimento do IPTU em relação ao ano anterior



Esse resultado foi fortemente influenciado pelos municípios de Vitória e Vila Velha. A capital arrecadou R\$ 49,5 milhões em 2012, cerca de R\$ 3,1 milhões a mais frente

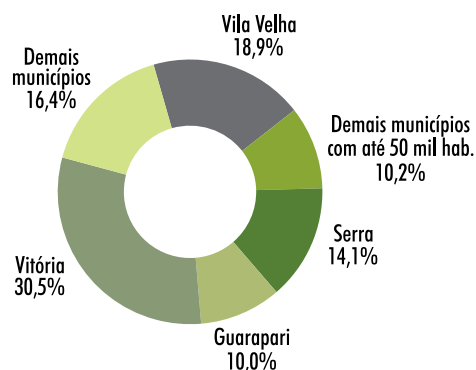
ao exercício anterior. Em Vila Velha, o crescimento foi de R\$ 4,7 milhões com o recolhimento atingindo R\$ 30,6 milhões, 18,1% a mais que o ano anterior. Excluindo-se os dois municípios, o crescimento médio estadual cairia para 3,3%.

Em valores relativos, o maior crescimento foi registrado em Pedro Canário, de 145,9%. Em seguida aparece Fundão, onde a arrecadação dobrou, passando de R\$ 562 mil para R\$ 1,1 milhão. Por outro lado, em Marilândia, Mucurici e Anchieta as prefeituras viram as suas receitas encolherem quase pela metade do volume apresentado em 2011. Em Anchieta, a perda ultrapassou a marca de R\$ 1 milhão.

Composição e peso orçamentário

Cerca de 80% da arrecadação do IPTU se concentra na Região Metropolitana de Vitória, com destaque para a capital com 30,5%, Vila Velha com 18,9%, Serra 14,1% e Guarapari com outros 10% do total arrecadado no Espírito Santo. Fora da Região Metropolitana, apenas Cachoeiro de Itapemirim apresenta um peso considerável na arrecadação municipal de IPTU, de 4,6%.

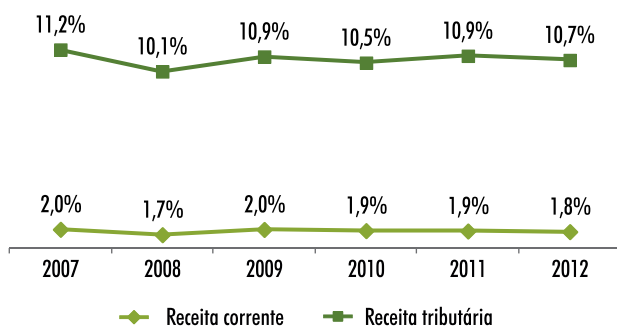
Distribuição da arrecadação do IPTU - 2012



Em geral, a arrecadação do IPTU não apresenta grande peso no conjunto das receitas municipais. Em 2012, respondeu, em média, por apenas 1,8% da receita corrente

e 10,7% da receita tributária das prefeituras. O IPTU tem uma importância mais significativa na formação da receita corrente dos municípios de Guarapari (7,6%), Vila Velha (4,6%) e Vitória (3,5%),

Participação do IPTU na receita corrente e na receita tributária dos municípios



Nas pequenas cidades, ele não chega a representar 0,5% da receita corrente. No caso extremo de Montanha, os R\$ 13,8 mil correspondem ao diminuto percentual de 0,03% de sua receita corrente. Esse pequeno peso é explicado pela estreita base tributável do IPTU nas pequenas cidades, situação agravada pela indesejada proximidade do agente fiscalizador e do contribuinte, aliado ao fato de o IPTU exigir uma estrutura física mínima para sua gestão, o que proporcionalmente é mais dispendioso para os pequenos municípios.

Arrecadação per capita

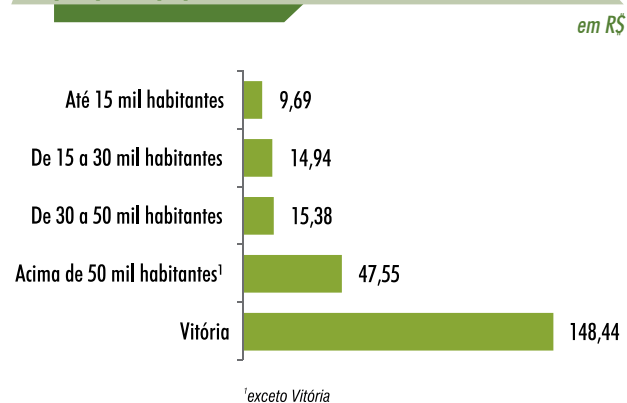
As prefeituras arrecadaram o equivalente a R\$ 45,29 por habitante com o IPTU. Esse valor foi ligeiramente superior ao ano de 2011, onde cada habitante pagou, em média, R\$ 42,75 às prefeituras do Estado. Os destaques foram Guarapari (R\$ 150,17) e Vitória (R\$ 148,44), com valores superiores a três vezes a média estadual. Em seguida aparecem Piúma (R\$ 73,29), Vila Velha (R\$ 71,94), Fundação (R\$ 64,89) e Anchieta (R\$ 56,63).

Em todos, exceto Vitória e Vila Velha, o potencial turístico desenvolvido faz com que os municípios contem com um grande volume de imóveis de proprietários residentes em outros municípios. Além disso, geralmente, as estâncias de veraneio se localizam em regiões privilegiadas e com acabamentos de luxo, o que eleva o valor venal da propriedade e, conseqüentemente, o tributo. Na capital, a explicação

vem do amplo número de estabelecimentos comerciais e de prestadoras de serviços, aliado ao tamanho da planta residencial em áreas nobres. Fatores que, em menor proporção, também podem ser creditados a Vila Velha.

Além dessas características, uma atuação mais ativa por parte das municipalidades na cobrança do tributo é outro fator que explica a receita per capita do IPTU ser maior na medida em que cresce o porte populacional. Dessa forma, até o 15º lugar do ranking, todos os municípios possuíam uma estrutura turística desenvolvida ou um porte populacional relevante entre os municípios capixabas.

IPTU per capita dos municípios agrupados por porte populacional - 2012



Saiba mais sobre o IPTU

O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) tem como fato gerador, conforme o Código Tributário Nacional, “[...] a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel [...], localizado na zona urbana do município” (artigo 32), sendo o contribuinte “[...] o proprietário do imóvel, o titular de seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título” (artigo 34). A base de cálculo do imposto baseia-se no valor venal do imóvel, sobre o qual recai uma alíquota definida em nível municipal. O valor venal é definido por meio da Planta Genérica de Valores (PGV), a qual contém os preços básicos dos terrenos e das edificações do município.

O IPTU é um tributo de longa tradição municipal. A partir da Constituição Federal de 1934, sua administração, fiscalização e arrecadação passaram para a competência dos municípios (artigo 13, § 2º, II). Anteriormente, a arrecadação sobre a propriedade de imóveis pertencia aos estados.

Arrecadação do IPTU - 2007-2012

Regiões e municípios	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Variação 2012/2011	Participação 2012		IPTU per capita 2012 em R\$
	em R\$ mil - IPCA médio de 2012							no total do IPTU	na receita corrente¹	
								em %		
MS Noroeste	4.418,1	4.446,7	4.359,7	4.527,2	4.965,9	5.159,5	3,9	3,2	0,6	12,37
Água Doce do Norte	27,8	26,0	54,9	101,2	107,8	113,9	5,6	0,1	0,5	9,80
Água Branca	34,8	141,3	31,2	27,5	26,5	34,5	30,1	0,0	0,1	3,63
Alto Rio Novo	180,4	213,5	51,1	20,7	15,0	16,8	11,6	0,0	0,1	2,27
Baixo Guandu	318,2	352,3	346,2	352,1	354,2	371,7	4,9	0,2	0,7	12,70
Barra de São Francisco	452,3	436,6	480,3	554,6	590,3	643,4	9,0	0,4	0,9	15,65
Boa Esperança	89,1	121,7	127,3	76,6	84,1	79,8	-5,1	0,0	0,2	5,59
Colatina	2.230,9	2.065,4	2.155,9	2.308,8	2.363,6	2.510,3	6,2	1,5	1,1	22,20
Ecoporanga	18,5	33,2	30,3	23,8	31,6	21,8	-31,0	0,0	0,0	0,94
Governador Lindenberg	34,5	31,1	27,7	27,6	30,4	26,9	-11,4	0,0	0,1	2,42
Mantenópolis	84,1	87,3	103,1	98,8	90,8	115,3	27,0	0,1	0,4	8,34
Marilândia	60,6	57,0	58,7	16,8	269,0	145,0	-46,1	0,1	0,6	12,85
Nova Venécia	455,7	458,8	437,4	452,7	479,0	529,0	10,4	0,3	0,6	11,38
Pancas	99,4	130,5	124,6	124,0	132,5	148,2	11,9	0,1	0,4	6,82
São Domingos do Norte	25,7	24,9	27,9	32,9	28,2	29,0	3,0	0,0	0,1	3,60
São Gabriel da Palha	241,4	218,5	238,4	254,3	304,3	314,0	3,2	0,2	0,5	9,62
Vila Pavão	39,2	35,3	42,7	42,8	45,2	45,2	0,1	0,0	0,2	5,18
Vila Valério	25,4	13,5	22,1	11,9	13,5	14,6	7,9	0,0	0,0	1,05
MS Litoral Norte	6.090,2	5.576,6	6.284,6	6.640,3	7.310,0	8.574,7	17,3	5,3	0,6	15,25
Aracruz	1.523,5	1.190,0	1.422,0	1.703,9	1.920,4	2.290,9	19,3	1,4	0,7	27,13
Conceição da Barra	166,9	173,1	199,8	222,4	195,8	248,4	26,8	0,2	0,3	8,64
Fundão	426,6	324,6	389,7	307,9	562,4	1.144,2	103,5	0,7	2,3	64,89
Ibiraçu	125,8	123,7	139,9	130,2	128,8	137,6	6,8	0,1	0,5	12,14
Jaguaré	104,9	108,9	113,2	113,0	108,3	109,9	1,4	0,1	0,2	4,32
João Neiva	150,8	142,4	138,9	132,8	131,2	131,5	0,3	0,1	0,3	8,28
Linhares	2.502,1	2.477,6	2.822,8	2.924,2	3.090,7	3.290,9	6,5	2,0	0,7	22,60
Montanha	105,5	23,1	64,2	23,3	22,9	13,8	-39,5	0,0	0,0	0,77
Mucurici	1,0	1,9	20,5	21,2	51,2	28,2	-44,9	0,0	0,1	5,01
Pedro Canário	39,6	37,1	22,4	27,1	16,7	41,1	145,9	0,0	0,1	1,71
Pinheiros	94,2	143,8	38,0	67,4	66,3	54,5	-17,7	0,0	0,1	2,24
Ponto Belo	22,4	28,0	22,8	36,0	41,9	37,8	-9,9	0,0	0,2	5,33
Rio Bananal	108,3	114,8	137,5	151,6	158,6	179,4	13,1	0,1	0,3	10,13
São Mateus	682,0	655,8	722,8	742,9	774,4	833,0	7,6	0,5	0,4	7,45
Sooretama	36,5	31,9	30,0	36,2	40,5	33,5	-17,3	0,0	0,1	1,36
MS Central	5.944,3	5.212,6	6.381,2	6.567,3	6.896,1	6.080,9	-11,8	3,8	0,6	19,01
Afonso Cláudio	315,8	294,4	353,9	343,3	354,4	382,2	7,8	0,2	0,6	12,36
Alfredo Chaves	116,2	130,7	182,6	183,3	199,5	224,3	12,4	0,1	0,6	16,01
Anchieta	2.306,2	1.498,6	2.306,6	2.378,5	2.454,1	1.394,0	-43,2	0,9	0,5	56,63
Brejetuba	30,3	10,8	13,0	65,6	58,0	46,6	-19,7	0,0	0,2	3,90
Conceição do Castelo	168,9	172,1	182,8	187,7	191,1	200,0	4,6	0,1	0,7	16,95
Domingos Martins	372,3	382,9	393,8	412,3	426,1	468,2	9,9	0,3	0,6	14,61
Iconha	156,4	260,1	215,0	245,2	248,0	281,2	13,4	0,2	0,9	22,17
Itaguaçu	168,2	168,4	179,7	172,7	185,3	195,8	5,7	0,1	0,6	13,91
Itarana	86,3	77,1	85,9	86,0	81,6	86,6	6,2	0,1	0,3	8,02
Laranja da Terra	29,7	31,0	31,7	34,8	44,3	36,2	-18,4	0,0	0,1	3,35
Marechal Floriano	161,5	160,7	156,5	153,4	146,9	148,4	1,0	0,1	0,4	10,18
Plúmia	1.102,7	1.162,9	1.196,0	1.148,8	1.308,5	1.363,0	4,2	0,8	2,5	73,29
Rio Novo do Sul	54,8	85,5	118,7	137,6	157,7	191,6	21,5	0,1	0,7	16,91
Santa Leopoldina	42,2	29,2	23,9	29,8	26,3	25,4	-3,3	0,0	0,1	2,08
Santa Maria de Jetibá	125,0	132,2	164,0	180,3	186,2	183,7	-1,3	0,1	0,2	5,25
Santa Teresa	368,7	302,6	423,0	430,0	442,8	458,3	3,5	0,3	0,8	20,83
São Roque do Canaã	62,6	58,6	58,6	55,4	56,7	55,7	-1,7	0,0	0,2	4,88
Venda Nova do Imigrante	276,7	254,8	295,6	322,8	328,5	339,5	3,3	0,2	0,7	16,10
Região Metropolitana	90.657,2	89.248,4	97.060,6	103.912,1	120.102,0	129.124,4	7,5	79,7	3,5	75,61
Cariacica	4.654,0	4.604,5	5.067,4	6.956,1	7.268,5	7.853,4	8,0	4,8	1,7	22,28
Guarapari	9.707,5	7.650,4	11.855,5	12.937,9	15.785,2	16.193,4	2,6	10,0	7,6	150,17
Serra	12.279,1	14.029,4	14.209,2	14.787,9	22.791,9	22.829,2	0,2	14,1	2,7	54,02
Viana	720,0	817,5	946,9	963,1	1.990,1	2.223,2	11,7	1,4	1,8	33,31
Vila Velha	17.212,1	17.872,4	21.067,6	23.226,6	25.884,5	30.572,1	18,1	18,9	4,6	71,94
Vitória	46.084,3	44.274,1	43.913,9	45.040,4	46.381,7	49.453,1	6,6	30,5	3,5	148,44
MS Sul	10.913,3	11.538,7	11.811,2	12.556,1	12.362,8	13.111,3	6,1	8,1	0,8	22,96
Alegre	286,6	303,9	324,8	337,6	357,6	421,9	18,0	0,3	0,7	13,78
Apiaçá	52,2	59,4	62,6	68,6	71,5	90,2	26,2	0,1	0,5	12,03
Atílio Vivacqua	52,5	43,5	60,5	53,6	50,4	50,5	0,2	0,0	0,2	5,01
Bom Jesus do Norte	140,8	125,8	144,1	148,5	84,5	85,7	1,4	0,1	0,5	9,01
Cachoeiro de Itapemirim	6.171,2	6.835,4	6.685,5	6.919,3	7.134,9	7.534,8	5,6	4,6	2,4	39,21
Castelo	615,4	584,8	589,5	613,7	633,1	649,2	2,5	0,4	0,9	18,52
Divino de São Lourenço	35,0	32,2	35,6	36,2	38,4	49,4	28,4	0,0	0,3	11,04
Dores do Rio Preto	77,4	55,3	28,2	45,2	36,4	43,2	18,6	0,0	0,2	6,72
Guaçu	297,0	371,7	412,8	662,7	364,8	386,9	6,1	0,2	0,7	13,72
Ibatiba	66,8	46,6	29,9	36,7	72,0	75,8	5,3	0,0	0,2	3,32
Ibitirama	43,3	34,1	41,3	43,3	60,7	57,1	-6,1	0,0	0,2	6,40
Irupi	79,1	64,7	63,1	50,3	54,5	36,1	-33,8	0,0	0,1	3,03
Itapemirim	468,0	471,5	487,3	524,2	549,6	635,4	15,6	0,4	0,2	20,22
Iúna	118,2	122,9	130,7	142,2	142,1	151,1	6,3	0,1	0,3	5,49
Jerônimo Monteiro	248,9	258,8	260,0	231,7	249,0	243,1	-2,3	0,2	0,9	22,14
Marataizes	1.038,9	934,4	968,7	1.033,9	1.107,8	1.156,2	4,4	0,7	1,0	33,34
Mimoso do Sul	229,9	267,9	267,2	262,5	258,4	269,1	4,1	0,2	0,5	10,41
Muniz Freire	246,1	269,6	335,4	348,1	353,0	383,5	8,7	0,2	0,9	21,07
Muqui	91,0	90,2	100,7	107,4	108,4	121,3	11,9	0,1	0,4	8,36
Presidente Kennedy	202,6	198,3	268,0	326,5	342,2	362,5	5,9	0,2	0,1	34,76
São José do Calçado	202,6	225,3	388,7	430,5	159,8	173,7	8,7	0,1	0,7	16,71
Vargem Alta	149,6	142,2	126,5	133,4	133,6	134,5	0,7	0,1	0,3	6,93
TOTAL	118.023,1	116.023,1	125.897,3	134.203,0	151.636,9	162.050,8	6,9	100,0	1,8	45,29

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹ receita corrente excluída a receita intraorçamentária e a parcela destinada ao Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

Posição	Município	IPTU em R\$	População 2012
1º	Vitória	49.453.138,62	333.162
2º	Vila Velha	30.572.064,56	424.948
3º	Serra	22.829.223,38	422.569
4º	Guarapari	16.193.386,43	107.836
5º	Cariacica	7.853.419,77	352.431
6º	Cachoeiro de Itapemirim	7.534.831,51	192.156
7º	Linhares	3.290.885,69	145.639
8º	Colatina	2.510.282,69	113.054
9º	Aracruz	2.290.909,00	84.429
10º	Viana	2.223.175,10	66.745
11º	Anchieta	1.393.955,80	24.616
12º	Piúma	1.362.984,36	18.597
13º	Marataizes	1.156.215,91	34.675
14º	Fundão	1.144.163,65	17.632
15º	São Mateus	832.981,20	111.832
16º	Castelo	649.182,66	35.048
17º	Barra de São Francisco	643.419,44	41.110
18º	Itapemirim	635.365,89	31.421
19º	Nova Venécia	529.048,48	46.487
20º	Domingos Martins	468.217,69	32.042
21º	Santa Teresa	458.307,15	22.005
22º	Alegre	421.912,47	30.626
23º	Guaçu	386.948,34	28.208
24º	Muniz Freire	383.511,13	18.202
25º	Afonso Cláudio	382.232,42	30.919
26º	Baixo Guandu	371.660,27	29.272
27º	Presidente Kennedy	362.529,32	10.429
28º	Venda Nova do Imigrante	339.541,44	21.094
29º	São Gabriel da Palha	314.045,49	32.655
30º	Iconha	281.190,05	12.681
31º	Mimoso do Sul	269.115,12	25.858
32º	Conceição da Barra	248.398,03	28.745
33º	Jerônimo Monteiro	243.147,43	10.984
34º	Alfredo Chaves	224.316,19	14.007
35º	Conceição do Castelo	199.967,84	11.798
36º	Itaguaçu	195.846,66	14.080
37º	Rio Novo do Sul	191.635,14	11.334
38º	Santa Maria de Jetibá	183.743,44	34.992
39º	Rio Bananal	179.427,20	17.713
40º	São José do Calçado	173.702,23	10.397
41º	Iúna	151.072,37	27.512
42º	Marechal Floriano	148.394,91	14.576
43º	Pancas	148.204,46	21.722
44º	Marilândia	145.011,89	11.286
45º	Ibiraçu	137.600,38	11.335
46º	Vargem Alta	134.451,64	19.395
47º	João Neiva	131.532,45	15.886
48º	Muqui	121.319,95	14.506
49º	Mantenópolis	115.305,85	13.826
50º	Água Doce do Norte	113.900,28	11.624
51º	Jaguaré	109.914,25	25.454
52º	Apiaçá	90.187,06	7.497
53º	Itarana	86.645,03	10.799
54º	Bom Jesus do Norte	85.734,60	9.514
55º	Boa Esperança	79.796,70	14.278
56º	Ibatiba	75.846,84	22.843
57º	Ibitirama	57.058,55	8.919
58º	São Roque do Canaã	55.713,04	11.406
59º	Pinheiros	54.511,04	24.284
60º	Atílio Vivácqua	50.534,31	10.080
61º	Divino de São Lourenço	49.354,08	4.471
62º	Brejetuba	46.583,58	11.950
63º	Vila Pavão	45.225,11	8.724
64º	Dores do Rio Preto	43.182,07	6.429
65º	Pedro Canário	41.110,22	24.071
66º	Ponto Belo	37.774,90	7.088
67º	Laranja da Terra	36.164,08	10.810
68º	Irupi	36.106,27	11.930
69º	Água Branca	34.535,08	9.507
70º	Sooretama	33.478,23	24.685
71º	São Domingos do Norte	29.022,27	8.070
72º	Mucurici	28.177,88	5.619
73º	Governador Lindenberg	26.900,30	11.106
74º	Santa Leopoldina	25.435,24	12.207
75º	Ecoporanga	21.785,98	23.097
76º	Alto Rio Novo	16.757,14	7.371
77º	Vila Valério	14.560,91	13.824
78º	Montanha	13.847,24	17.938
TOTAL		162.050.765,37	3.578.067

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. População para 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Posição	Município	A / B	IPTU (A) em R\$	População 2012 (B)
1º	Guarapari	150,17	16.193.386,43	107.836
2º	Vitória	148,44	49.453.138,62	333.162
3º	Piúma	73,29	1.362.984,36	18.597
4º	Vila Velha	71,94	30.572.064,56	424.948
5º	Fundão	64,89	1.144.163,65	17.632
6º	Anchieta	56,63	1.393.955,80	24.616
7º	Serra	54,02	22.829.223,38	422.569
8º	Cachoeiro de Itapemirim	39,21	7.534.831,51	192.156
9º	Presidente Kennedy	34,76	362.529,32	10.429
10º	Marataizes	33,34	1.156.215,91	34.675
11º	Viana	33,31	2.223.175,10	66.745
12º	Aracruz	27,13	2.290.909,00	84.429
13º	Linhares	22,60	3.290.885,69	145.639
14º	Cariacica	22,28	7.853.419,77	352.431
15º	Colatina	22,20	2.510.282,69	113.054
16º	Iconha	22,17	281.190,05	12.681
17º	Jerônimo Monteiro	22,14	243.147,43	10.984
18º	Muniz Freire	21,07	383.511,13	18.202
19º	Santa Teresa	20,83	458.307,15	22.005
20º	Itapemirim	20,22	635.365,89	31.421
21º	Castelo	18,52	649.182,66	35.048
22º	Conceição do Castelo	16,95	199.967,84	11.798
23º	Rio Novo do Sul	16,91	191.635,14	11.334
24º	São José do Calçado	16,71	173.702,23	10.397
25º	Venda Nova do Imigrante	16,10	339.541,44	21.094
26º	Alfredo Chaves	16,01	224.316,19	14.007
27º	Barra de São Francisco	15,65	643.419,44	41.110
28º	Domingos Martins	14,61	468.217,69	32.042
29º	Itaguaçu	13,91	195.846,66	14.080
30º	Alegre	13,78	421.912,47	30.626
31º	Guaçu	13,72	386.948,34	28.208
32º	Marilândia	12,85	145.011,89	11.286
33º	Baixo Guandu	12,70	371.660,27	29.272
34º	Afonso Cláudio	12,36	382.232,42	30.919
35º	Ibiraçu	12,14	137.600,38	11.335
36º	Apiaçá	12,03	90.187,06	7.497
37º	Nova Venécia	11,38	529.048,48	46.487
38º	Divino de São Lourenço	11,04	49.354,08	4.471
39º	Mimoso do Sul	10,41	269.115,12	25.858
40º	Marechal Floriano	10,18	148.394,91	14.576
41º	Rio Bananal	10,13	179.427,20	17.713
42º	Água Doce do Norte	9,80	113.900,28	11.624
43º	São Gabriel da Palha	9,62	314.045,49	32.655
44º	Bom Jesus do Norte	9,01	85.734,60	9.514
45º	Conceição da Barra	8,64	248.398,03	28.745
46º	Muqui	8,36	121.319,95	14.506
47º	Mantenópolis	8,34	115.305,85	13.826
48º	João Neiva	8,28	131.532,45	15.886
49º	Itarana	8,02	86.645,03	10.799
50º	São Mateus	7,45	832.981,20	111.832
51º	Vargem Alta	6,93	134.451,64	19.395
52º	Pancas	6,82	148.204,46	21.722
53º	Dores do Rio Preto	6,72	43.182,07	6.429
54º	Ibitirama	6,40	57.058,55	8.919
55º	Boa Esperança	5,59	79.796,70	14.278
56º	Iúna	5,49	151.072,37	27.512
57º	Ponto Belo	5,33	37.774,90	7.088
58º	Santa Maria de Jetibá	5,25	183.743,44	34.992
59º	Vila Pavão	5,18	45.225,11	8.724
60º	Mucurici	5,01	28.177,88	5.619
61º	Atílio Vivácqua	5,01	50.534,31	10.080
62º	São Roque do Canaã	4,88	55.713,04	11.406
63º	Jaguaré	4,32	109.914,25	25.454
64º	Brejetuba	3,90	46.583,58	11.950
65º	Água Branca	3,63	34.535,08	9.507
66º	São Domingos do Norte	3,60	29.022,27	8.070
67º	Laranja da Terra	3,35	36.164,08	10.810
68º	Ibatiba	3,32	75.846,84	22.843
69º	Irupi	3,03	36.106,27	11.930
70º	Governador Lindenberg	2,42	26.900,30	11.106
71º	Alto Rio Novo	2,27	16.757,14	7.371
72º	Pinheiros	2,24	54.511,04	24.284
73º	Santa Leopoldina	2,08	25.435,24	12.207
74º	Pedro Canário	1,71	41.110,22	24.071
75º	Sooretama	1,36	33.478,23	24.685
76º	Vila Valério	1,05	14.560,91	13.824
77º	Ecoporanga	0,94	21.785,98	23.097
78º	Montanha	0,77	13.847,24	17.938
TOTAL		45,29	162.050.765,37	3.578.067

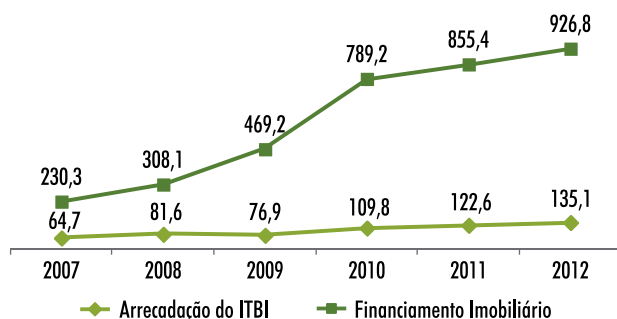
Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. População para 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Desempenho

A arrecadação municipal com o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis *Inter Vivos* (ITBI) cresceu 10,2% no ano de 2012, chegando a R\$ 135,1 milhões. Esse resultado ultrapassou em R\$ 12,5 milhões o do exercício de 2011, quando a receita com o tributo alcançou R\$ 122,6 milhões, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio anual de 2012.

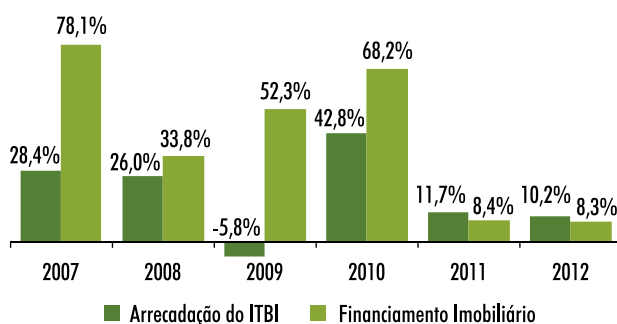
Evolução da arrecadação do ITBI e dos financiamentos imobiliários

em R\$ milhões - IPCA médio de 2012



Fonte: Banco Central do Brasil e balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

Taxa de crescimento do ITBI e do financiamento imobiliário em relação ao ano anterior



Fonte: Banco Central do Brasil e balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

O forte crescimento do ITBI apresentado em 2007 e 2008 aconteceu, em parte, como decorrência justamente do aumento do crédito para aquisições de imóveis no Estado. Segundo dados do Banco Central do Brasil, nesses

anos o volume de empréstimos realizados para compra de imóveis no Espírito Santo cresceu em 78,1% e 33,8%, respectivamente. Em 2009, por mais que os financiamentos tenham continuado a crescer, a arrecadação do tributo não acompanhou o movimento devido à crise internacional.

Em 2010, medidas anticíclicas, como a expansão ainda maior do crédito, fizeram os empréstimos chegarem à marca de R\$ 789,2 milhões. Com isso, a arrecadação dos municípios com o ITBI ultrapassou a casa dos R\$ 100 milhões pela primeira vez na história. Após esse período, nos anos de 2011 e 2012, o crescimento dos financiamentos foi mais moderado, ficando ligeiramente superior a 8%. Como consequência, o tributo experimentou taxas de crescimento bem menos expressivas, de 11,7% e 10,2%, respectivamente, acompanhando o ritmo das demais receitas correntes municipais.

As cidades de Serra e São Mateus foram as que mais contribuíram para o desempenho da arrecadação dos municípios capixabas, em 2012. Em São Mateus, com o aumento de R\$ 2,3 milhões frente a 2011, o ITBI mais que dobrou, chegando a R\$ 4,3 milhões. Já o município serrano elevou sua receita em R\$ 4,3 milhões, quando atingiu R\$ 22,1 milhões, sendo que nos anos anteriores já havia aumentado consideravelmente sua arrecadação. Em 2009, esse volume era de apenas R\$ 9,1 milhões.

Um fator que ajuda a explicar o desempenho em Serra é que, segundo dados do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Espírito Santo (Sinduscon-ES), entre dezembro de 2011 e novembro de 2012, foram concluídas 3.389 unidades residenciais e comerciais no município, o que representou 57,2% dos imóveis entregues na Região Metropolitana de Vitória. Além disso, no mesmo período, foram lançados novos empreendimentos que, somados aos lançados anteriormente, planejam entregar mais 10.644 unidades nos próximos anos, dos quais 64,2% já estavam vendidos em novembro de 2012.

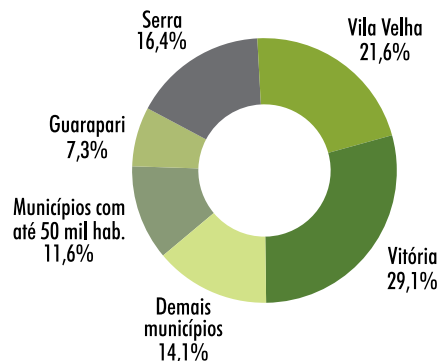
Municípios menores que possuem pouca influência na conjuntura do total dos municípios também apresentaram grandes variações na arrecadação do ITBI. Destaca-se o caso de Pedro Canário, onde foram arrecadados R\$ 410,9 mil, em 2012, quase cinco vezes e meia a mais que no ano anterior. Em Dorcas do Rio Preto, a receita do ITBI aumentou quase quatro vezes, recuperando o baixo nível de arrecadação em 2011.

Concentração e peso no orçamento

No Espírito Santo, a arrecadação do ITBI está concentrada em três municípios: Vitória, Vila Velha e Serra. Juntas essas cidades concentram cerca de dois terços do recolhimento desse tributo no Estado. Isso se explica pelo grande volume de vendas de casas, apartamentos e salas comerciais realizado nessas localidades.

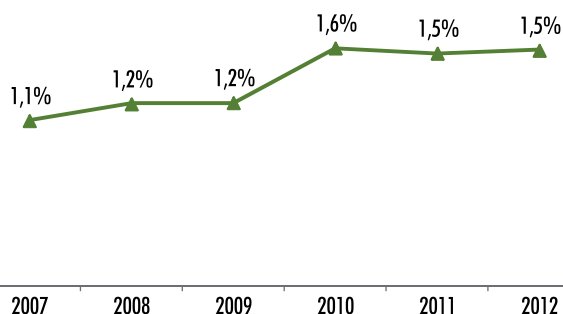
A capital é o município com a maior arrecadação, concentrando 29,1% das receitas de ITBI no Estado. Em 2012, foram recolhidos R\$ 39,3 milhões, praticamente o mesmo valor de 2011, quando o montante chegou a R\$ 39,4 milhões.

Participação dos municípios na receita do ITBI - 2012



A importância do ITBI nos orçamentos tem crescido paulatinamente desde 2007, impulsionado pelo dinamismo do setor imobiliário. No entanto, em geral, seu peso nos orçamentos é muito baixo. Sua participação aumenta na medida em que cresce o porte populacional dos municípios. Enquanto a média estadual é de 1,5% em relação à receita corrente, nas prefeituras da Região Metropolitana ele atinge 2,9%, em média.

Participação do ITBI na receita corrente



ITBI per capita

As prefeituras capixabas arrecadaram, em média, R\$ 37,75 por pessoa com o ITBI, no ano de 2012, uma ligeira alta em relação ao ano anterior, quando foram recolhidos R\$ 34,57 per capita. Vitória destacou-se com a maior receita por habitante, de R\$ 117,95. Em seguida, aparecem Guarapari (R\$ 91,12), Vila Velha (R\$ 68,55), Serra (R\$ 52,31), São Mateus (R\$ 38,62), Viana (R\$ 32,41) e Anchieta (R\$ 31,89).

A receita per capita do ITBI normalmente é mais elevada nos municípios que contam com os setores de comércio e serviços desenvolvidos e naqueles onde o potencial turístico é explorado. No primeiro caso, as salas e pontos comerciais negociados por pessoas jurídicas se somam às residências e fazem um volume de recursos proporcionalmente maior que nos municípios dependentes economicamente dos centros financeiros. No segundo caso, os municípios turísticos possuem um estoque de residências muito superior ao demandado por sua população, que são negociados por pessoas que residem em outros municípios. Soma-se a isso o alto valor dos imóveis nessas localidades.

Saiba mais sobre o ITBI

O ITBI tem como fato gerador a transmissão da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis e a transmissão de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia. O contribuinte é definido em lei municipal, podendo ser qualquer uma das partes envolvidas na transação. A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel, e a definição da alíquota que incide sobre essa base é de plena competência municipal, não existindo limite para sua fixação. Seu potencial arrecadador diferencia-se entre as cidades, variando conforme o nível de concentração urbana, o grau de desenvolvimento da estrutura produtiva e o nível de renda das pessoas. Seu comportamento depende ainda das condições estruturais ou conjunturais da economia, da oferta de crédito e da política de fiscalização dos governos locais.

Na primeira Constituição da República Federativa do Brasil, em 1891, o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis era de competência dos estados. Com a Emenda Constitucional nº 5, de 1961, distinguiu-se o tributo em ITBI *causa mortis* (herança ou sucessão) e ITBI *inter vivos* (transações imobiliárias), destinando-se a competência do primeiro aos estados e a do segundo aos municípios. Essa determinação foi sendo alterada ao longo das sucessivas constituições e emendas que se seguiram, até que, na Constituição Federal de 1988, passou a vigorar o mesmo estabelecido em 1961.

Arrecadação do ITBI - 2007-2012

Regiões e municípios	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Variação 2012/2011	Participação 2012		ITBI per capita 2012 em R\$
	em R\$ mil - IPCA médio de 2012							no total do ITBI	na receita corrente¹	
								em %		
MS Noroeste	3.303,5	3.376,8	3.359,7	4.747,3	5.235,9	6.008,5	14,8	4,4	0,7	14,41
Água Doce do Norte	56,5	58,9	88,7	144,3	128,5	102,7	-20,0	0,1	0,4	8,84
Água Branca	64,1	67,1	61,1	45,5	85,5	111,1	30,0	0,1	0,4	11,69
Alto Rio Novo	0,1	-	29,5	45,0	47,1	34,7	-26,4	0,0	0,2	4,70
Baixo Guandu	181,6	114,8	228,1	273,0	380,6	349,4	-8,2	0,3	0,6	11,94
Barra de São Francisco	477,9	437,6	422,9	423,3	382,6	398,6	4,2	0,3	0,6	9,69
Boa Esperança	198,2	126,9	108,8	161,9	182,3	308,4	69,2	0,2	0,9	21,60
Colatina	988,3	1.113,6	1.148,3	1.671,9	1.781,7	2.102,4	18,0	1,6	0,9	18,60
Ecoporanga	163,3	191,9	246,2	360,5	305,9	392,7	28,4	0,3	0,8	17,00
Governador Lindenberg	73,1	42,5	38,9	78,2	120,9	116,0	-4,1	0,1	0,5	10,44
Mantenópolis	135,0	138,7	118,4	118,0	179,2	173,9	-3,0	0,1	0,6	12,58
Marilândia	81,0	80,4	66,9	92,9	93,7	96,4	2,9	0,1	0,4	8,54
Nova Venécia	318,5	394,2	311,4	772,3	893,0	850,6	-4,7	0,6	1,0	18,30
Pancas	166,5	158,2	129,0	134,8	135,2	218,9	61,9	0,2	0,6	10,08
São Domingos do Norte	158,2	100,4	75,5	76,3	87,8	110,6	25,9	0,1	0,5	13,70
São Gabriel da Palha	158,9	209,5	204,2	265,1	260,4	411,0	57,8	0,3	0,7	12,59
Vila Pavão	35,7	31,7	28,1	38,7	101,5	162,6	60,2	0,1	0,8	18,64
Vila Valério	46,6	110,4	53,8	45,5	70,0	68,5	-2,1	0,1	0,2	4,96
MS Litoral Norte	6.627,7	5.621,9	4.765,6	7.062,6	8.100,8	10.165,4	25,5	7,5	0,7	18,08
Aracruz	962,0	434,0	384,4	168,0	802,0	235,1	-70,7	0,2	0,1	2,78
Conceição da Barra	298,0	186,9	121,8	255,3	126,9	182,0	43,4	0,1	0,2	6,33
Fundão	134,7	179,7	212,4	317,6	282,2	157,2	-44,3	0,1	0,3	8,91
Ibiraçu	70,8	89,4	58,5	126,6	145,0	155,7	7,3	0,1	0,6	13,74
Jaguaré	176,5	159,4	148,9	193,0	376,2	313,5	-16,7	0,2	0,4	12,32
João Neiva	94,5	139,7	154,8	138,2	245,8	219,2	-10,8	0,2	0,6	13,80
Linhares	1.682,4	1.723,8	1.647,1	2.834,3	2.473,9	2.990,9	20,9	2,2	0,7	20,54
Montanha	222,3	254,6	138,2	203,1	443,2	345,0	-22,2	0,3	0,8	19,23
Mucurici	35,9	107,9	25,5	18,6	24,3	24,6	1,4	0,0	0,1	4,38
Pedro Canário	490,2	102,5	40,8	1,2	76,4	410,9	437,9	0,3	1,0	17,07
Pinheiros	411,9	617,0	268,8	463,8	572,7	424,6	-25,9	0,3	0,8	17,48
Ponto Belo	63,2	59,7	51,2	54,8	51,8	62,5	20,6	0,0	0,3	8,82
Rio Bananal	224,4	208,1	153,4	127,0	198,2	220,9	11,4	0,2	0,4	12,47
São Mateus	1.294,3	1.234,7	1.264,3	2.106,9	2.030,9	4.318,8	112,7	3,2	1,9	38,62
Sooretama	466,7	124,4	95,4	54,1	251,3	104,6	-58,4	0,1	0,2	4,24
MS Central	3.420,9	4.310,8	4.157,5	4.424,4	4.548,5	4.615,1	1,5	3,4	0,5	14,43
Afonso Cláudio	167,3	232,2	167,7	247,0	254,7	339,5	33,3	0,3	0,6	10,98
Alfredo Chaves	149,6	100,6	169,3	182,2	173,4	149,7	-13,7	0,1	0,4	10,69
Anchieta	490,8	883,7	1.229,6	833,6	828,4	785,0	-5,2	0,6	0,3	31,89
Brejetuba	28,8	32,2	27,3	49,7	82,1	82,1	-0,1	0,1	0,3	6,87
Conceição do Castelo	73,1	119,9	86,1	115,8	127,0	118,0	-7,1	0,1	0,4	10,00
Domingos Martins	701,2	690,2	572,7	545,5	618,3	482,3	-22,0	0,4	0,6	15,05
Iconha	166,0	123,1	58,2	101,8	154,2	155,0	0,5	0,1	0,5	12,22
Itaguaçu	166,6	203,1	206,5	295,6	314,6	273,9	-12,9	0,2	0,8	19,46
Itarana	102,5	73,6	98,1	68,5	123,0	70,5	-42,7	0,1	0,3	6,52
Laranja da Terra	36,1	86,8	84,0	127,0	68,1	86,4	26,8	0,1	0,4	7,99
Marechal Floriano	261,2	345,0	198,0	242,8	242,5	313,3	29,2	0,2	0,8	21,50
Plúma	251,6	404,5	320,8	343,5	511,1	518,0	1,4	0,4	1,0	27,85
Rio Novo do Sul	42,4	30,6	69,6	65,5	38,0	35,3	-7,0	0,0	0,1	3,12
Santa Leopoldina	116,7	125,1	118,8	212,1	85,1	163,6	92,2	0,1	0,6	13,40
Santa Maria de Jetibá	146,0	227,0	197,2	250,5	226,0	207,6	-8,1	0,2	0,3	5,93
Santa Teresa	281,2	369,2	320,4	367,0	339,7	395,4	16,4	0,3	0,7	17,97
São Roque do Canaã	66,1	66,0	37,1	61,3	77,9	106,2	36,3	0,1	0,4	9,31
Venda Nova do Imigrante	173,8	198,1	195,9	315,0	284,5	333,2	17,1	0,2	0,7	15,80
Região Metropolitana	47.205,9	60.319,9	59.596,5	87.947,6	97.273,1	106.393,4	9,4	78,8	2,9	62,30
Cariacica	2.324,4	2.307,9	1.938,7	2.510,3	3.594,8	3.872,2	7,7	2,9	0,8	10,99
Guarapari	5.512,8	6.482,5	5.788,3	8.197,5	8.079,2	9.825,9	21,6	7,3	4,6	91,12
Serra	7.684,0	11.189,5	9.114,3	16.441,1	17.838,5	22.105,0	23,9	16,4	2,6	52,31
Viana	180,0	371,7	300,8	844,8	1.061,5	2.163,4	103,8	1,6	1,7	32,41
Vila Velha	12.679,6	16.907,3	18.674,5	29.095,0	27.288,2	29.130,5	6,8	21,6	4,4	68,55
Vitória	18.825,0	23.061,0	23.779,9	30.859,0	39.410,9	39.296,6	-0,3	29,1	2,8	117,95
MS Sul	4.191,8	7.974,2	4.988,0	5.613,0	7.447,9	7.890,2	5,9	5,8	0,5	13,82
Alegre	218,6	203,5	204,1	190,9	245,3	198,9	-18,9	0,1	0,3	6,49
Apiacá	29,9	35,6	23,2	37,5	40,8	43,1	5,8	0,0	0,2	5,75
Atílio Vivacqua	61,3	83,3	79,2	49,5	33,0	94,2	185,7	0,1	0,4	9,34
Bom Jesus do Norte	31,1	29,6	33,5	5,5	-	-	-	-	-	-
Cachoeiro de Itapemirim	1.810,3	1.904,8	2.183,5	2.246,1	3.035,5	3.348,1	10,3	2,5	1,1	17,42
Castelo	461,3	533,8	530,5	655,7	701,4	953,2	35,9	0,7	1,4	27,20
Divino de São Lourenço	16,7	32,5	36,1	54,2	32,2	30,9	-3,9	0,0	0,2	6,92
Dores do Rio Preto	39,5	33,3	43,3	36,1	13,2	51,5	289,8	0,0	0,3	8,01
Guaçuí	138,0	139,2	195,3	338,5	334,7	375,7	12,3	0,3	0,7	13,32
Ibatiba	43,6	65,0	76,0	60,6	76,0	96,6	27,1	0,1	0,2	4,23
Ibitirama	31,8	74,7	80,4	7,9	77,8	70,4	-9,6	0,1	0,3	7,89
Irupi	58,4	81,5	57,1	38,2	82,9	138,5	67,0	0,1	0,5	11,61
Itapemirim	182,1	268,1	188,3	660,8	1.333,3	824,6	-38,2	0,6	0,3	26,24
Iúna	226,1	194,4	182,3	296,0	403,6	418,7	3,7	0,3	0,8	15,22
Jerônimo Monteiro	53,8	82,0	41,5	75,2	87,9	96,9	10,3	0,1	0,3	8,82
Marataizes	247,7	247,6	263,1	312,9	343,4	470,8	37,1	0,3	0,4	13,58
Mimoso do Sul	106,7	153,9	119,5	142,3	124,2	168,4	35,6	0,1	0,3	6,51
Muniz Freire	75,4	128,8	102,9	44,6	151,4	133,3	-11,9	0,1	0,3	7,32
Muqui	51,1	61,3	61,0	70,2	109,8	87,3	-20,5	0,1	0,3	6,02
Presidente Kennedy	132,7	3.470,9	133,5	176,1	73,7	125,6	70,3	0,1	0,0	12,04
São José do Calçado	87,8	67,1	52,8	63,5	35,4	66,6	88,2	0,0	0,3	6,40
Vargem Alta	87,9	83,3	300,8	50,7	112,4	97,0	-13,7	0,1	0,2	5,00
TOTAL	64.749,7	81.603,6	76.867,4	109.794,9	122.606,2	135.072,7	10,2	100,0	1,5	37,75

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹receita corrente excluída a receita intraorçamentária e a parcela destinada ao Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

Posição	Município	ITBI em R\$	População 2012
1º	Vitória	39.296.552,99	333.162
2º	Vila Velha	29.130.465,01	424.948
3º	Serra	22.104.958,60	422.569
4º	Guarapari	9.825.889,19	107.836
5º	São Mateus	4.318.808,90	111.832
6º	Cariacica	3.872.155,17	352.431
7º	Cachoeiro de Itapemirim	3.348.051,13	192.156
8º	Linhares	2.990.886,07	145.639
9º	Viana	2.163.425,18	66.745
10º	Colatina	2.102.363,33	113.054
11º	Castelo	953.201,45	35.048
12º	Nova Venécia	850.625,42	46.487
13º	Itapemirim	824.576,73	31.421
14º	Anchieta	785.045,17	24.616
15º	Piúma	517.980,31	18.597
16º	Domingos Martins	482.318,20	32.042
17º	Marataizes	470.793,15	34.675
18º	Pinheiros	424.571,79	24.284
19º	Iúna	418.665,65	27.512
20º	São Gabriel da Palha	410.990,53	32.655
21º	Pedro Canário	410.889,45	24.071
22º	Barra de São Francisco	398.560,03	41.110
23º	Santa Teresa	395.407,50	22.005
24º	Ecoporanga	392.703,93	23.097
25º	Guaçuí	375.730,54	28.208
26º	Baixo Guandu	349.407,61	29.272
27º	Montanha	344.951,20	17.938
28º	Afonso Cláudio	339.500,61	30.919
29º	Venda Nova do Imigrante	333.187,00	21.094
30º	Jaguaré	313.510,66	25.454
31º	Marechal Floriano	313.324,22	14.576
32º	Boa Esperança	308.381,07	14.278
33º	Itaguaçu	273.949,78	14.080
34º	Aracruz	235.057,00	84.429
35º	Rio Bananal	220.869,08	17.713
36º	João Neiva	219.198,84	15.886
37º	Pancas	218.904,70	21.722
38º	Santa Maria de Jetibá	207.599,99	34.992
39º	Alegre	198.873,65	30.626
40º	Conceição da Barra	182.031,10	28.745
41º	Mantenópolis	173.906,46	13.826
42º	Mimoso do Sul	168.356,62	25.858
43º	Santa Leopoldina	163.576,89	12.207
44º	Vila Pavão	162.613,19	8.724
45º	Fundão	157.181,18	17.632
46º	Ibiraçu	155.695,81	11.335
47º	Iconha	154.993,94	12.681
48º	Alfredo Chaves	149.689,69	14.007
49º	Irupi	138.542,08	11.930
50º	Muniz Freire	133.318,27	18.202
51º	Presidente Kennedy	125.556,90	10.429
52º	Conceição do Castelo	118.026,21	11.798
53º	Governador Lindenberg	115.979,90	11.106
54º	Água Branca	111.136,27	9.507
55º	São Domingos do Norte	110.589,67	8.070
56º	São Roque do Canaã	106.246,26	11.406
57º	Sooretama	104.627,98	24.685
58º	Água Doce do Norte	102.744,63	11.624
59º	Vargem Alta	96.970,30	19.395
60º	Jerônimo Monteiro	96.920,97	10.984
61º	Ibatiba	96.613,66	22.843
62º	Marilândia	96.422,46	11.286
63º	Atílio Vivácqua	94.189,24	10.080
64º	Muqui	87.264,05	14.506
65º	Laranja da Terra	86.358,04	10.810
66º	Brejetuba	82.097,57	11.950
67º	Itarana	70.451,28	10.799
68º	Ibitirama	70.406,65	8.919
69º	Vila Valério	68.544,38	13.824
70º	São José do Calçado	66.567,61	10.397
71º	Ponto Belo	62.540,04	7.088
72º	Dores do Rio Preto	51.488,15	6.429
73º	Apiacá	43.135,96	7.497
74º	Rio Novo do Sul	35.329,25	11.334
75º	Alto Rio Novo	34.668,68	7.371
76º	Divino de São Lourenço	30.941,67	4.471
77º	Mucurici	24.622,25	5.619
78º	Bom Jesus do Norte	-	9.514
TOTAL		135.072.676,09	3.578.067

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. População para 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Posição	Município	A / B	ITBI (A) em R\$	População 2012 (B)
1º	Vitória	117,95	39.296.552,99	333.162
2º	Guarapari	91,12	9.825.889,19	107.836
3º	Vila Velha	68,55	29.130.465,01	424.948
4º	Serra	52,31	22.104.958,60	422.569
5º	São Mateus	38,62	4.318.808,90	111.832
6º	Viana	32,41	2.163.425,18	66.745
7º	Anchieta	31,89	785.045,17	24.616
8º	Piúma	27,85	517.980,31	18.597
9º	Castelo	27,20	953.201,45	35.048
10º	Itapemirim	26,24	824.576,73	31.421
11º	Boa Esperança	21,60	308.381,07	14.278
12º	Marechal Floriano	21,50	313.324,22	14.576
13º	Linhares	20,54	2.990.886,07	145.639
14º	Itaguaçu	19,46	273.949,78	14.080
15º	Montanha	19,23	344.951,20	17.938
16º	Vila Pavão	18,64	162.613,19	8.724
17º	Colatina	18,60	2.102.363,33	113.054
18º	Nova Venécia	18,30	850.625,42	46.487
19º	Santa Teresa	17,97	395.407,50	22.005
20º	Pinheiros	17,48	424.571,79	24.284
21º	Cachoeiro de Itapemirim	17,42	3.348.051,13	192.156
22º	Pedro Canário	17,07	410.889,45	24.071
23º	Ecoporanga	17,00	392.703,93	23.097
24º	Venda Nova do Imigrante	15,80	333.187,00	21.094
25º	Iúna	15,22	418.665,65	27.512
26º	Domingos Martins	15,05	482.318,20	32.042
27º	João Neiva	13,80	219.198,84	15.886
28º	Ibiraçu	13,74	155.695,81	11.335
29º	São Domingos do Norte	13,70	110.589,67	8.070
30º	Marataizes	13,58	470.793,15	34.675
31º	Santa Leopoldina	13,40	163.576,89	12.207
32º	Guaçuí	13,32	375.730,54	28.208
33º	São Gabriel da Palha	12,59	410.990,53	32.655
34º	Mantenópolis	12,58	173.906,46	13.826
35º	Rio Bananal	12,47	220.869,08	17.713
36º	Jaguaré	12,32	313.510,66	25.454
37º	Iconha	12,22	154.993,94	12.681
38º	Presidente Kennedy	12,04	125.556,90	10.429
39º	Baixo Guandu	11,94	349.407,61	29.272
40º	Água Branca	11,69	111.136,27	9.507
41º	Irupi	11,61	138.542,08	11.930
42º	Cariacica	10,99	3.872.155,17	352.431
43º	Afonso Cláudio	10,98	339.500,61	30.919
44º	Alfredo Chaves	10,69	149.689,69	14.007
45º	Governador Lindenberg	10,44	115.979,90	11.106
46º	Pancas	10,08	218.904,70	21.722
47º	Conceição do Castelo	10,00	118.026,21	11.798
48º	Barra de São Francisco	9,69	398.560,03	41.110
49º	Atílio Vivácqua	9,34	94.189,24	10.080
50º	São Roque do Canaã	9,31	106.246,26	11.406
51º	Fundão	8,91	157.181,18	17.632
52º	Água Doce do Norte	8,84	102.744,63	11.624
53º	Jerônimo Monteiro	8,82	96.920,97	10.984
54º	Ponto Belo	8,82	62.540,04	7.088
55º	Marilândia	8,54	96.422,46	11.286
56º	Dores do Rio Preto	8,01	51.488,15	6.429
57º	Laranja da Terra	7,99	86.358,04	10.810
58º	Ibitirama	7,89	70.406,65	8.919
59º	Muniz Freire	7,32	133.318,27	18.202
60º	Divino de São Lourenço	6,92	30.941,67	4.471
61º	Brejetuba	6,87	82.097,57	11.950
62º	Itarana	6,52	70.451,28	10.799
63º	Mimoso do Sul	6,51	168.356,62	25.858
64º	Alegre	6,49	198.873,65	30.626
65º	São José do Calçado	6,40	66.567,61	10.397
66º	Conceição da Barra	6,33	182.031,10	28.745
67º	Muqui	6,02	87.264,05	14.506
68º	Santa Maria de Jetibá	5,93	207.599,99	34.992
69º	Apiacá	5,75	43.135,96	7.497
70º	Vargem Alta	5,00	96.970,30	19.395
71º	Vila Valério	4,96	68.544,38	13.824
72º	Alto Rio Novo	4,70	34.668,68	7.371
73º	Mucurici	4,38	24.622,25	5.619
74º	Sooretama	4,24	104.627,98	24.685
75º	Ibatiba	4,23	96.613,66	22.843
76º	Rio Novo do Sul	3,12	35.329,25	11.334
77º	Aracruz	2,78	235.057,00	84.429
78º	Bom Jesus do Norte	-	-	9.514
TOTAL		37,75	135.072.676,09	3.578.067

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. População para 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

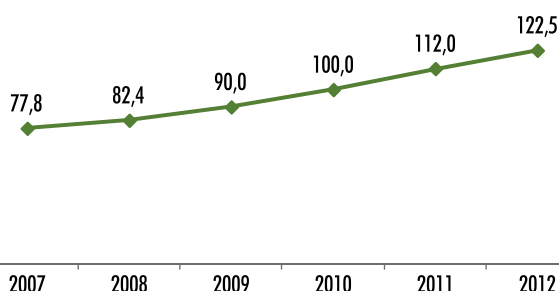


Desempenho

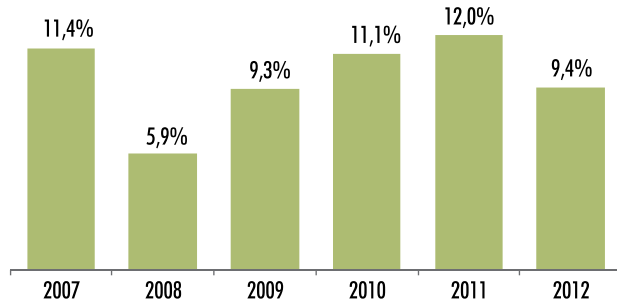
As prefeituras receberam R\$ 122,5 milhões com a cobrança de taxas no ano de 2012. O valor é R\$ 10,5 milhões superior ao recolhido em 2011 e corresponde a um crescimento real de 9,4% frente ao ano imediatamente anterior.

Evolução da arrecadação das taxas

em R\$ milhões - IPCA médio de 2012



Crescimento da receita de taxas em relação ao ano anterior



Os municípios da Região Metropolitana de Vitória foram os que mais contribuíram para esse crescimento, uma vez que são as cidades mais populosas. Somados, eles geraram R\$ 7,5 milhões em recursos adicionais pelo recolhimento dos diversos tipos de taxas. Dentre eles, Vila Velha e Vitória foram os que mais se destacaram, com acréscimos de R\$ 3,2 milhões e R\$ 2,9 milhões, respectivamente.

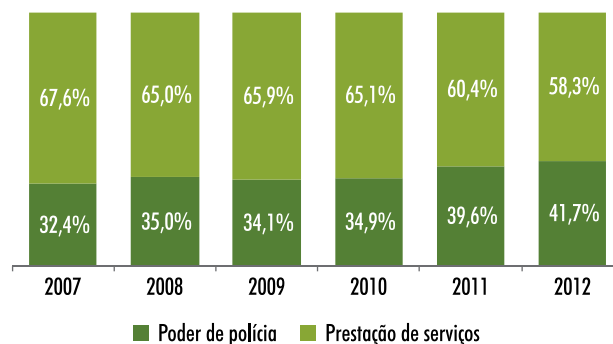
Outra região que aumentou consideravelmente suas receitas com taxas foi a que compreende os municípios da porção norte do litoral capixaba. Em conjunto, eles aumentaram a arrecadação em 26,3% frente a 2011, o que equivale a

R\$ 2,2 milhões. Entre eles, Linhares, que aumentou em R\$ 563 mil sua receita, foi o destaque. Cabe destacar a recuperação de São Mateus em 2012, que após o resultado ruim de 2011 superou o nível apresentado no ano de 2010 ao arrecadar R\$ 2,8 milhões.

Composição

As taxas são divididas em dois tipos. No primeiro deles, o tributo incide sobre a prestação de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados diretamente aos cidadãos, portanto são serviços utilizados por alguns indivíduos e não pela coletividade com um todo; o segundo tipo são as taxas pelo exercício do poder de polícia, cuja cobrança destina-se a cobrir os gastos com as atividades públicas de controle, regulação, fiscalização, inspeção ou concessão de licenças.

Composição da receita de taxas



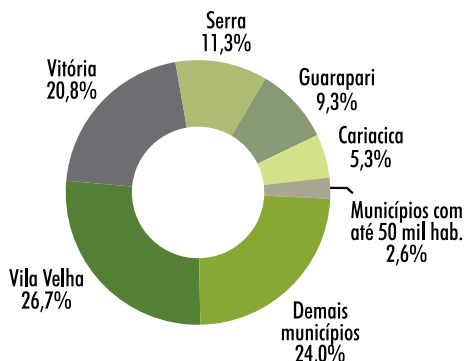
Nos últimos anos, a arrecadação das taxas de prestação de serviços tem cedido espaço ao aumento das receitas de poder de polícia. As taxas pela prestação de serviços, que no ano de 2007 representavam dois terços do total, caíram para 58,3%, em 2012. Esse quadro foi fortemente influenciado por Vila Velha, que nos dois últimos anos incrementou sua receita com taxas pelo poder de polícia em 36,4%, enquanto aquelas provenientes da contraprestação de serviços recuaram 2,9%, entre 2010 e 2012.

Concentração e peso orçamentário

A receita de taxas é altamente concentrada nos grandes centros urbanos. A Região Metropolitana de Vitória foi res-

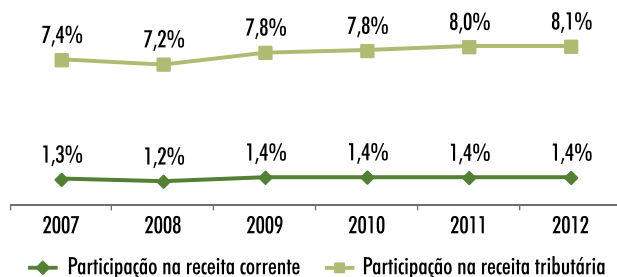
ponsável por três quartos da receita com taxas no conjunto de prefeituras do Estado, no ano de 2012. O município com maior arrecadação foi Vila Velha, com R\$ 32,7 milhões, o que representou 26,7% da arrecadação estadual. Em seguida aparece a capital, com R\$ 25,5 milhões, ou 20,8% de participação.

Participação dos municípios capixabas no total da receita de taxas - 2012



Em geral as taxas não possuem grande representatividade orçamentária. No ano de 2012 elas responderam, em média, por 1,4% da receita corrente dos municípios, percentual que vem se mantendo desde 2009. Por outro lado, as taxas têm aumentado sua fatia na receita tributária dos municípios gradativamente. O percentual que era de 7,4%, em 2007, passou para 8,1%, em 2012.

Participação das taxas nas receitas corrente e tributária dos municípios



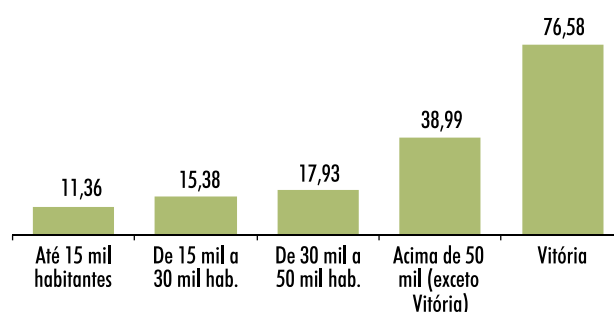
Arrecadação per capita

As prefeituras arrecadaram o equivalente a R\$ 34,24 por pessoa com a cobrança de taxas no Espírito Santo. Guarapari é o município com a maior receita nesse quesito, chegando a R\$ 106,08 por cada morador. Em seguida aparecem Vila Velha, com R\$ 76,95, e Vitória, com R\$ 76,58. Em 31 localidades esse valor foi inferior a R\$ 10,00. O elevado valor da receita per capita com taxas em Guarapari se deve

ao fato da cidade ser uma estância turística e, por isso, há uma quantidade grande de pessoas que não reside permanentemente no município, mas que, por possuírem imóveis de veraneio, utilizam-se dos serviços da prefeitura e pagam taxas.

Em geral, na medida em que cresce o porte populacional dos municípios, a arrecadação com taxas per capita aumenta, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

Taxas per capita por faixa populacional - 2012



Saiba mais sobre as taxas

Taxas são tributos com destinação vinculada ao custeio de determinadas atividades realizadas pelo governo. Uma das principais características das taxas é a vinculação da cobrança ao custeio de determinadas atividades estatais, diferentemente do imposto, cuja cobrança é independente de vinculação à prestação de serviços específicos. Dessa forma, deve haver uma razoável equivalência entre o custo do serviço prestado pela administração pública e a receita prevista pela cobrança das taxas.

Esse tributo foi instituído na Constituição Federal de 1934 (artigo 13, § 2º, V). Com a Emenda Constitucional nº 18/1965, ele foi subdividido em dois grupos: o das taxas pela prestação de serviços, tais como as taxas para limpeza pública, utilização de cemitérios, coleta de lixo, entre outros serviços; e o das taxas pelo exercício do poder de polícia, tais como as taxas para a concessão de licença de funcionamento, de localização, de expediente ou emissão de documentos, fiscalização sanitária, de publicidade, entre outras.

A base de cálculo da taxa deve estar vinculada ao custo da atividade prestada ou posta à disposição do contribuinte. Cada município possui plena autonomia para instituir os critérios para a sua arrecadação, considerando sempre os princípios de divisibilidade e especificidade da atividade pública, exigidos pelo artigo 145, inciso II, da Constituição Federal.

Arrecadação das taxas - 2007-2012

Regiões e municípios	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Variação 2012/2011	Participação 2012		Taxas per capita 2012 em R\$
	em R\$ mil - IPCA médio de 2012							no total das taxas	na receita corrente¹	
								em %		
MS Noroeste	4.893,1	5.072,8	5.010,4	5.258,1	5.933,1	6.204,0	4,6	5,1	0,7	14,88
Água Doce do Norte	44,6	32,6	46,5	44,4	50,6	47,7	-5,7	0,0	0,2	4,11
Água Branca	49,2	47,6	47,8	56,0	57,5	74,1	28,9	0,1	0,3	7,79
Alto Rio Novo	-	0,2	34,1	29,2	21,2	27,4	29,1	0,0	0,1	3,72
Baixo Guandu	468,9	565,1	532,5	458,9	511,7	485,3	-5,2	0,4	0,9	16,58
Barra de São Francisco	551,7	576,4	684,9	733,0	1.065,2	978,7	-8,1	0,8	1,4	23,81
Boa Esperança	184,9	138,8	82,0	110,9	125,0	115,8	-7,4	0,1	0,3	8,11
Colatina	1.622,4	1.724,4	1.549,7	1.683,4	1.721,1	1.940,1	12,7	1,6	0,9	17,16
Ecoporanga	94,7	110,3	136,2	109,5	168,9	136,7	-19,1	0,1	0,3	5,92
Governador Lindenberg	184,7	171,3	63,7	95,7	93,5	136,1	45,6	0,1	0,5	12,25
Mantenópolis	91,1	89,0	103,7	98,7	101,2	95,7	-5,4	0,1	0,3	6,93
Marilândia	32,5	25,9	34,6	39,5	112,8	84,7	-25,0	0,1	0,3	7,50
Nova Venécia	515,0	466,2	505,8	513,0	511,9	633,8	23,8	0,5	0,7	13,63
Pancas	223,7	242,9	192,4	199,0	198,0	202,9	2,5	0,2	0,5	9,34
São Domingos do Norte	60,3	55,4	58,9	55,5	72,9	118,3	62,3	0,1	0,5	14,65
São Gabriel da Palha	579,4	644,0	728,4	769,9	810,7	870,7	7,4	0,7	1,5	26,66
Vila Pavão	108,1	93,9	58,7	96,5	149,0	84,9	-43,0	0,1	0,4	9,73
Vila Valério	82,0	88,7	150,6	165,1	161,9	171,2	5,8	0,1	0,5	12,38
MS Litoral Norte	6.315,1	7.045,7	6.355,1	8.531,2	8.320,5	10.508,2	26,3	8,6	0,7	18,69
Aracruz	978,2	1.290,8	1.172,0	1.369,8	1.822,4	1.897,5	4,1	1,5	0,6	22,47
Conceição da Barra	156,1	179,8	152,9	135,2	125,4	136,6	8,9	0,1	0,2	4,75
Fundão	75,3	79,0	120,7	1.039,8	985,9	1.055,7	7,1	0,9	2,1	59,87
Ibiraçu	191,2	151,5	143,3	162,2	167,9	201,9	20,3	0,2	0,7	17,81
Jaguaré	374,3	324,8	141,5	140,7	127,0	172,1	35,5	0,1	0,2	6,76
João Neiva	470,9	483,0	503,4	479,3	517,5	535,5	3,5	0,4	1,4	33,71
Linhares	1.831,6	1.655,4	1.705,6	1.936,0	2.570,2	3.133,8	21,9	2,6	0,7	21,52
Montanha	76,8	75,5	94,7	88,0	92,9	88,0	-5,2	0,1	0,2	4,91
Mucurici	21,8	11,8	28,7	11,0	41,5	48,2	16,2	0,0	0,2	8,59
Pedro Canário	60,3	96,1	121,5	109,3	54,7	95,8	75,3	0,1	0,2	3,98
Pinheiros	89,9	180,9	126,7	300,5	152,7	137,5	-9,9	0,1	0,2	5,66
Ponto Belo	47,1	34,7	38,0	35,9	39,8	39,6	-0,5	0,0	0,2	5,58
Rio Bananal	51,9	55,7	59,5	74,6	70,6	57,6	-18,4	0,0	0,1	3,25
São Mateus	1.820,2	2.306,0	1.873,7	2.512,1	1.432,2	2.810,8	96,3	2,3	1,2	25,13
Sooretama	69,7	120,7	73,0	136,7	119,9	97,6	-18,6	0,1	0,2	3,95
MS Central	4.269,1	4.293,0	4.511,2	4.692,9	5.456,5	5.326,6	-2,4	4,3	0,5	16,65
Afonso Cláudio	73,6	42,2	70,9	122,8	132,4	170,5	28,8	0,1	0,3	5,51
Alfredo Chaves	550,5	137,4	298,7	209,4	196,4	174,4	-11,2	0,1	0,5	12,45
Anchieta	494,1	665,4	543,9	648,6	1.334,7	837,2	-37,3	0,7	0,3	34,01
Brejetuba	15,9	19,1	21,2	22,8	24,9	28,8	16,0	0,0	0,1	2,41
Conceição do Castelo	73,5	88,3	84,2	100,1	91,6	92,7	1,2	0,1	0,3	7,86
Domingos Martins	364,8	533,0	393,8	382,8	380,7	376,2	-1,2	0,3	0,5	11,74
Iconha	257,1	338,6	275,2	368,2	385,1	432,8	12,4	0,4	1,3	34,13
Itaguaçu	211,4	219,6	233,4	240,0	253,9	255,9	0,8	0,2	0,8	18,18
Itarana	239,2	143,6	165,1	248,5	241,2	316,5	31,2	0,3	1,3	29,31
Laranja da Terra	77,7	72,9	82,4	79,3	85,1	86,1	1,2	0,1	0,4	7,97
Marechal Floriano	236,5	244,9	230,2	231,7	235,0	257,2	9,4	0,2	0,7	17,65
Pinuma	464,8	502,6	566,4	537,4	549,3	531,9	-3,2	0,4	1,0	28,60
Rio Novo do Sul	135,9	185,5	300,8	168,3	171,6	198,3	15,5	0,2	0,8	17,49
Santa Leopoldina	79,0	56,8	54,8	38,2	46,6	32,6	-30,2	0,0	0,1	2,67
Santa Maria de Jetibá	261,0	274,8	319,9	348,9	396,8	443,7	11,8	0,4	0,6	12,68
Santa Teresa	292,5	324,9	363,7	371,3	337,5	396,6	17,5	0,3	0,7	18,02
São Roque do Canaã	50,5	49,4	52,6	57,7	58,3	60,8	4,4	0,0	0,3	5,33
Venda Nova do Imigrante	391,2	393,9	454,1	516,8	535,4	634,3	18,5	0,5	1,4	30,07
Região Metropolitana	54.879,2	58.488,1	66.782,5	73.863,5	83.967,1	91.493,4	9,0	74,7	2,5	53,58
Cariacica	4.116,0	4.401,3	4.918,0	5.692,0	6.310,6	6.519,7	3,3	5,3	1,4	18,50
Guarapari	4.900,9	3.101,3	6.150,2	8.655,5	10.724,3	11.439,8	6,7	9,3	5,4	106,08
Serra	7.952,8	9.827,8	10.723,2	11.795,4	13.656,7	13.873,1	1,6	11,3	1,6	32,83
Viana	1.138,7	1.048,7	959,6	1.043,6	1.101,9	1.449,9	31,6	1,2	1,2	21,72
Vila Velha	17.210,5	20.718,4	22.860,6	25.245,6	29.532,1	32.699,1	10,7	26,7	4,9	76,95
Vitória	19.560,3	19.390,8	21.170,8	21.431,4	22.641,5	25.511,9	12,7	20,8	1,8	76,58
MS Sul	7.403,6	7.468,3	7.374,3	7.641,4	8.350,3	8.996,5	7,7	7,3	0,5	15,75
Alegre	614,3	813,2	746,1	765,4	794,0	729,1	-8,2	0,6	1,2	23,81
Apiaçá	67,8	79,7	79,8	90,9	81,4	78,2	-3,9	0,1	0,4	10,43
Atílio Vivacqua	80,9	53,1	142,5	101,0	109,9	98,0	-10,9	0,1	0,4	9,72
Bom Jesus do Norte	130,5	134,6	76,1	149,8	189,7	181,9	-4,1	0,1	1,0	19,12
Cachoeiro de Itapemirim	2.509,4	2.400,1	2.504,9	2.513,4	2.441,9	3.054,3	25,1	2,5	1,0	15,89
Castelo	673,6	699,4	729,8	761,4	766,8	808,6	5,4	0,7	1,2	23,07
Divino de São Lourenço	10,4	11,4	23,2	17,2	19,3	12,5	-35,3	0,0	0,1	2,80
Dores do Rio Preto	19,0	13,6	42,9	62,4	48,8	94,6	93,7	0,1	0,5	14,71
Guaçuí	910,6	764,2	373,1	199,4	538,5	732,9	36,1	0,6	1,3	25,98
Ibatiba	57,5	39,9	119,6	157,6	146,8	176,8	20,4	0,1	0,4	7,74
Ibitirama	196,6	121,3	94,0	173,0	98,8	113,8	15,2	0,1	0,5	12,76
Irupi	58,0	70,8	58,5	103,5	165,9	84,8	-48,9	0,1	0,3	7,11
Itapemirim	333,5	300,0	289,1	298,0	320,8	375,2	16,9	0,3	0,1	11,94
Íluna	407,9	364,4	376,0	411,0	400,4	438,0	9,4	0,4	0,9	15,92
Jerônimo Monteiro	81,6	52,7	78,6	99,5	236,7	98,5	-58,4	0,1	0,3	8,97
Marataizes	736,0	692,9	695,6	776,5	873,7	888,8	1,7	0,7	0,8	25,63
Mimoso do Sul	110,0	106,3	113,0	113,1	84,3	115,2	36,7	0,1	0,2	4,45
Muniz Freire	137,3	182,0	259,3	246,0	305,0	359,5	17,9	0,3	0,8	19,75
Muqui	91,4	96,3	98,8	97,6	102,4	105,8	3,3	0,1	0,4	7,29
Presidente Kennedy	71,1	339,3	230,6	146,1	307,6	116,0	-62,3	0,1	0,0	11,12
São José do Calçado	64,2	51,9	33,7	134,4	101,4	88,2	-13,0	0,1	0,3	8,48
Vargem Alta	42,1	81,1	209,1	224,1	216,0	245,9	13,9	0,2	0,5	12,68
TOTAL	77.760,1	82.367,9	90.033,4	99.987,1	112.027,5	122.528,8	9,4	100,0	1,4	34,24

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹receita corrente excluída a receita intraorçamentária e a parcela destinada ao Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

Taxas

Posição	Município	Taxas em R\$	População 2012
1º	Vila Velha	32.699.068,84	424.948
2º	Vitória	25.511.881,95	333.162
3º	Serra	13.873.057,86	422.569
4º	Guarapari	11.439.756,40	107.836
5º	Cariacica	6.519.691,56	352.431
6º	Linhares	3.133.767,87	145.639
7º	Cachoeiro de Itapemirim	3.054.290,85	192.156
8º	São Mateus	2.810.832,23	111.832
9º	Colatina	1.940.132,09	113.054
10º	Aracruz	1.897.514,00	84.429
11º	Viana	1.449.938,64	66.745
12º	Fundão	1.055.707,27	17.632
13º	Barra de São Francisco	978.659,88	41.110
14º	Marataizes	888.819,05	34.675
15º	São Gabriel da Palha	870.724,02	32.655
16º	Anchieta	837.247,00	24.616
17º	Castelo	808.554,58	35.048
18º	Guaçuí	732.868,76	28.208
19º	Alegre	729.097,83	30.626
20º	Venda Nova do Imigrante	634.317,82	21.094
21º	Nova Venécia	633.828,55	46.487
22º	João Neiva	535.520,53	15.886
23º	Piúma	531.894,63	18.597
24º	Baixo Guandu	485.310,94	29.272
25º	Santa Maria de Jetibá	443.707,84	34.992
26º	Iúna	437.969,45	27.512
27º	Iconha	432.786,85	12.681
28º	Santa Teresa	396.578,53	22.005
29º	Domingos Martins	376.189,29	32.042
30º	Itapemirim	375.193,06	31.421
31º	Muniz Freire	359.494,84	18.202
32º	Itarana	316.493,17	10.799
33º	Marechal Floriano	257.211,16	14.576
34º	Itaguaçu	255.948,39	14.080
35º	Vargem Alta	245.913,40	19.395
36º	Pancas	202.884,05	21.722
37º	Ibiragu	201.881,47	11.335
38º	Rio Novo do Sul	198.275,86	11.334
39º	Bom Jesus do Norte	181.888,40	9.514
40º	Ibatiba	176.782,92	22.843
41º	Alfredo Chaves	174.410,97	14.007
42º	Jaguaré	172.056,11	25.454
43º	Vila Valério	171.210,13	13.824
44º	Afonso Cláudio	170.511,13	30.919
45º	Pinheiros	137.525,88	24.284
46º	Ecoporanga	136.674,90	23.097
47º	Conceição da Barra	136.558,86	28.745
48º	Governador Lindenberg	136.053,35	11.106
49º	São Domingos do Norte	118.258,35	8.070
50º	Presidente Kennedy	116.021,26	10.429
51º	Boa Esperança	115.754,60	14.278
52º	Mimoso do Sul	115.171,51	25.858
53º	Ibitirama	113.769,83	8.919
54º	Muqui	105.804,15	14.506
55º	Jerônimo Monteiro	98.530,02	10.984
56º	Atílio Vivacqua	97.988,21	10.080
57º	Sooretama	97.569,41	24.685
58º	Pedro Canário	95.829,38	24.071
59º	Mantenópolis	95.747,95	13.826
60º	Dores do Rio Preto	94.596,97	6.429
61º	Conceição do Castelo	92.685,00	11.798
62º	São José do Calçado	88.210,16	10.397
63º	Montanha	88.007,31	17.938
64º	Laranja da Terra	86.118,93	10.810
65º	Vila Pavão	84.896,26	8.724
66º	Irupi	84.781,87	11.930
67º	Mariândia	84.674,97	11.286
68º	Apiacá	78.227,95	7.497
69º	Água Branca	74.086,37	9.507
70º	São Roque do Canaã	60.834,29	11.406
71º	Rio Bananal	57.633,25	17.713
72º	Mucurici	48.244,94	5.619
73º	Água Doce do Norte	47.727,41	11.624
74º	Ponto Belo	39.581,77	7.088
75º	Santa Leopoldina	32.570,02	12.207
76º	Brejetuba	28.832,37	11.950
77º	Alto Rio Novo	27.405,35	7.371
78º	Divino de São Lourenço	12.519,83	4.471
TOTAL		122.528.762,85	3.578.067

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. População para 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Taxas per capita

Posição	Município	A / B	Taxas (A)	População 2012 (B)
			em R\$	
1º	Guarapari	106,08	11.439.756,40	107.836
2º	Vila Velha	76,95	32.699.068,84	424.948
3º	Vitória	76,58	25.511.881,95	333.162
4º	Fundão	59,87	1.055.707,27	17.632
5º	Iconha	34,13	432.786,85	12.681
6º	Anchieta	34,01	837.247,00	24.616
7º	João Neiva	33,71	535.520,53	15.886
8º	Serra	32,83	13.873.057,86	422.569
9º	Venda Nova do Imigrante	30,07	634.317,82	21.094
10º	Itarana	29,31	316.493,17	10.799
11º	Piúma	28,60	531.894,63	18.597
12º	São Gabriel da Palha	26,66	870.724,02	32.655
13º	Guaçuí	25,98	732.868,76	28.208
14º	Marataizes	25,63	888.819,05	34.675
15º	São Mateus	25,13	2.810.832,23	111.832
16º	Alegre	23,81	729.097,83	30.626
17º	Barra de São Francisco	23,81	978.659,88	41.110
18º	Castelo	23,07	808.554,58	35.048
19º	Aracruz	22,47	1.897.514,00	84.429
20º	Viana	21,72	1.449.938,64	66.745
21º	Linhares	21,52	3.133.767,87	145.639
22º	Muniz Freire	19,75	359.494,84	18.202
23º	Bom Jesus do Norte	19,12	181.888,40	9.514
24º	Cariacica	18,50	6.519.691,56	352.431
25º	Itaguaçu	18,18	255.948,39	14.080
26º	Santa Teresa	18,02	396.578,53	22.005
27º	Ibiragu	17,81	201.881,47	11.335
28º	Marechal Floriano	17,65	257.211,16	14.576
29º	Rio Novo do Sul	17,49	198.275,86	11.334
30º	Colatina	17,16	1.940.132,09	113.054
31º	Baixo Guandu	16,58	485.310,94	29.272
32º	Iúna	15,92	437.969,45	27.512
33º	Cachoeiro de Itapemirim	15,89	3.054.290,85	192.156
34º	Dores do Rio Preto	14,71	94.596,97	6.429
35º	São Domingos do Norte	14,65	118.258,35	8.070
36º	Nova Venécia	13,63	633.828,55	46.487
37º	Ibitirama	12,76	113.769,83	8.919
38º	Santa Maria de Jetibá	12,68	443.707,84	34.992
39º	Vargem Alta	12,68	245.913,40	19.395
40º	Alfredo Chaves	12,45	174.410,97	14.007
41º	Vila Valério	12,38	171.210,13	13.824
42º	Governador Lindenberg	12,25	136.053,35	11.106
43º	Itapemirim	11,94	375.193,06	31.421
44º	Domingos Martins	11,74	376.189,29	32.042
45º	Presidente Kennedy	11,12	116.021,26	10.429
46º	Apiacá	10,43	78.227,95	7.497
47º	Vila Pavão	9,73	84.896,26	8.724
48º	Atílio Vivacqua	9,72	97.988,21	10.080
49º	Pancas	9,34	202.884,05	21.722
50º	Jerônimo Monteiro	8,97	98.530,02	10.984
51º	Mucurici	8,59	48.244,94	5.619
52º	São José do Calçado	8,48	88.210,16	10.397
53º	Boa Esperança	8,11	115.754,60	14.278
54º	Laranja da Terra	7,97	86.118,93	10.810
55º	Conceição do Castelo	7,86	92.685,00	11.798
56º	Água Branca	7,79	74.086,37	9.507
57º	Ibatiba	7,74	176.782,92	22.843
58º	Mariândia	7,50	84.674,97	11.286
59º	Muqui	7,29	105.804,15	14.506
60º	Irupi	7,11	84.781,87	11.930
61º	Mantenópolis	6,93	95.747,95	13.826
62º	Jaguaré	6,76	172.056,11	25.454
63º	Ecoporanga	5,92	136.674,90	23.097
64º	Pinheiros	5,66	137.525,88	24.284
65º	Ponto Belo	5,58	39.581,77	7.088
66º	Afonso Cláudio	5,51	170.511,13	30.919
67º	São Roque do Canaã	5,33	60.834,29	11.406
68º	Montanha	4,91	88.007,31	17.938
69º	Conceição da Barra	4,75	136.558,86	28.745
70º	Mimoso do Sul	4,45	115.171,51	25.858
71º	Água Doce do Norte	4,11	47.727,41	11.624
72º	Pedro Canário	3,98	95.829,38	24.071
73º	Sooretama	3,95	97.569,41	24.685
74º	Alto Rio Novo	3,72	27.405,35	7.371
75º	Rio Bananal	3,25	57.633,25	17.713
76º	Divino de São Lourenço	2,80	12.519,83	4.471
77º	Santa Leopoldina	2,67	32.570,02	12.207
78º	Brejetuba	2,41	28.832,37	11.950
TOTAL		34,24	122.528.762,85	3.578.067

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. População para 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



As transferências têm o objetivo de redistribuir recursos entre as três esferas de governo e as regiões que apresentam diferentes níveis de renda e desenvolvimento. Elas são repassadas da União para os estados e municípios e dos estados para os municípios.

Há dois tipos de transferências: as constitucionais e legais (conforme descrito no quadro abaixo), que são estabelecidas pela Constituição Federal e por leis federais ou estaduais; e as voluntárias, que, como o próprio nome sugere, são recursos financeiros repassados às esferas subnacionais em função de acordos e convênios entre a União, os estados e os municípios.

Em 2012, os municípios capixabas receberam R\$ 6,58 bilhões em transferências das esferas supranacionais, respondendo por 69,2% da composição da receita total das cidades do Estado. As mais significativas foram a Quota-parte Municipal do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (QPM-ICMS) e o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que juntas equivaleram a 53,2% do volume total de recursos transferidos da União e Estado aos municípios (veja mais sobre ICMS na página 44 e sobre o FPM na página 52).

Quadro das transferências constitucionais e legais recebidas pelos municípios

Nome da transferência	Origem dos recursos		Critério de distribuição aos municípios
Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	União	23,5% da arrecadação líquida do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).	Distribuído de acordo com a Lei Federal nº 5.172/1966, Lei Federal nº 62/1989 e Decreto-lei nº 1.881/1981.
Imposto sobre Produtos Industrializados relativo à exportação (IPI-Exportação) ou Fundo de exportação	União Estado	A União transfere 10% da arrecadação do IPI aos estados, proporcionalmente ao valor de suas exportações. Os estados transferem 25% do que recebem aos municípios.	De acordo com o Índice de Participação do Município no ICMS ¹ . Constituição Federal, artigo 159, II.
Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)	União	Arrecadação do ITR dos imóveis rurais situados no município.	50% do valor arrecadado. Constituição Federal, artigo 158, II.
Compensação pela desoneração das exportações (Lei Federal Complementar nº 87/1996 – Lei Kandir)	União	O valor da compensação é definido na Lei Orçamentária da União e é distribuído aos estados de acordo com os coeficientes definidos no anexo da Lei Complementar nº 115/2002. Do valor de cada Estado, 25% são repassados aos seus municípios.	De acordo com o Índice de Participação do Município no ICMS ¹ .
Imposto sobre Operações Financeiras sobre o Ouro (IOF-Ouro)	União	Da arrecadação do IOF-Ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, 30% são transferidos ao Estado e 70% ao município onde foi extraído o ouro.	70% ao município onde foi extraído o ouro. Constituição Federal, artigo 153, § 5º, incisos I e II.
Quota-Parte Municipal do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (QPM-ICMS)	Estado	25% da arrecadação líquida do ICMS.	Distribuído conforme o Índice de Participação dos Municípios ¹ , sendo 75%, no mínimo, de acordo com a média do valor adicionado do município nos últimos dois anos antes da apuração, e 25% de acordo com critérios definidos na legislação estadual. Constituição Federal, artigo 157.
Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)	Estado	50% da arrecadação do IPVA dos veículos automotores licenciados no município.	50% ao município onde o veículo foi licenciado. Constituição Federal, artigo 157.
Fundo para Redução das Desigualdades Regionais (FRDR) - instituído exclusivamente no Estado do Espírito Santo	Estado	30% da arrecadação estadual proveniente dos royalties, que incidem sobre a produção de petróleo e gás à alíquota de 5%.	Proporcionalmente à população e inversamente proporcional ao Índice de Participação do Município ¹ no ICMS, excluídos aqueles com índice acima de 10 e os que receberam mais de 2% do total dos royalties repassados aos municípios. Lei Estadual nº 8.308/2006.

Nome da transferência	Origem dos recursos		Critério de distribuição aos municípios
Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) ²	Estado municípios	O Fundeb é uma ampliação do extinto Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que vigorou de 1997 a 2006. Seus recursos são formados por 20% da receita bruta estadual e municipal do FPM; Fundo de Participação dos Estados (FPE); ICMS do Estado; QPM-ICMS; IPI-exportação; Compensação pela Desoneração das Exportações; Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis Causa Mortis e Doações (ITCD); Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); Quota-parte do Imposto Territorial Rural (ITR); e receitas da dívida ativa e de juros e multas, incidentes sobre as fontes acima relacionadas.	De acordo com a participação do número de alunos matriculados na rede municipal de ensino básico em relação ao total de alunos da rede municipal de cada Estado. Lei Federal nº 11.494/2007.
Quota-parte do Salário-Educação	Empresas ↓ INSS e FNDE	2,5% do total das remunerações pagas pelas empresas vinculadas à Seguridade Social. Desse valor é descontado 1% de taxa de administração do INSS, e das despesas do Sistema de Manutenção do Ensino (SME), 90% são distribuídos da seguinte forma: 1/3 é a cota federal e 2/3 pertencem à cota estadual e municipal. A destinação dos 10% restantes será decidida por um comitê constituído no âmbito do Ministério da Educação.	As cotas estadual e municipal são distribuídas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) de acordo com o número de alunos matriculados no ensino fundamental nas respectivas redes de ensino. Lei Federal nº 9.394/1996, Lei Federal nº 9.766/1998 e Lei Federal nº 10.832/2003.
Repasse para o Sistema Único de Saúde (SUS)	União Estado	O Fundo Municipal de Saúde (FMS) recebe recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) e do Fundo Estadual de Saúde (FES), além dos próprios do município (15% de sua receita de impostos). O FNS é formado pelas receitas da arrecadação da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas (CSSL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e do DPVAT (seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos). O FES é formado por 12% da receita estadual de impostos e pelos recursos que o Estado recebe do FNS.	Uma parcela dos recursos distribuídos pelo FNS é fixa, de acordo com a população municipal, e outra, variável, de acordo com os procedimentos médicos, ambulatoriais e hospitalares realizados pelo SUS municipal. Além disso, existem recursos direcionados a programas específicos e a convênios. Os estados repassam aos municípios recursos para incentivo ao Programa de Saúde da Família (PSF) e para assistência farmacêutica.

Notas: ¹veja mais detalhes sobre os critérios para a formação do Índice de Participação dos Municípios do Espírito Santo, na página 46; ²veja mais detalhes sobre o Fundeb no item Saldo Fundeb, na página 62.

Compensações financeiras

Nome da transferência	Origem dos recursos		Critério de distribuição aos municípios
Compensação financeira pela extração de minerais	Empresas mineradoras ↓ União	Do valor correspondente a 3% do faturamento líquido da venda do produto mineral, 23% são distribuídos aos estados, 65% aos municípios, 2% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e 10% ao Ministério das Minas e Energia.	65% aos municípios, onde ocorre extração de minerais.
Compensação financeira pela exploração de recursos hídricos	Concessionárias distribuidoras de energia elétrica ↓ União	Da quantia correspondente a 6% do valor da energia elétrica produzida, 45% são repassados aos estados, 45% aos municípios, 3% ao Ministério do Meio Ambiente, 3% ao Ministério das Minas e Energia e 4% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.	45% aos municípios onde se localizam instalações destinadas à produção de energia elétrica ou que tenham áreas invadidas por águas dos respectivos reservatórios.
Compensação financeira pela exploração de petróleo, xisto betuminoso e gás natural	Empresas concessionárias da exploração de petróleo, xisto betuminoso e gás natural ↓ União	De 5% a 10% do valor da produção de óleo bruto, xisto betuminoso e gás extraídos dos territórios ou da plataforma continental onde se fixa a lavra ou se localizam instalações de embarque ou desembarque.	Veja na seção sobre royalties, na página 66.

Fonte: Constituição Federal e Lei Federal nº 9.478/1997.

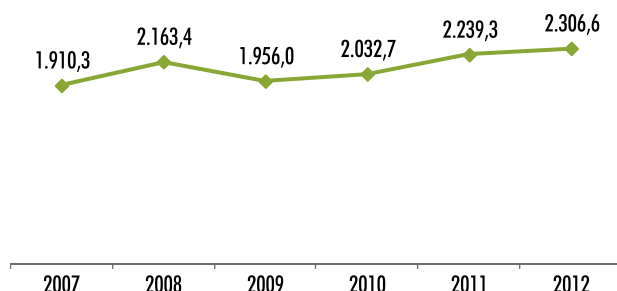
Desempenho

O Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) é um tributo de arrecadação estadual. De acordo com a Constituição Federal, os estados devem repassar 25% da arrecadação do ICMS aos municípios. Essa parcela é chamada de Quota-Parte Municipal no ICMS (QPM-ICMS).

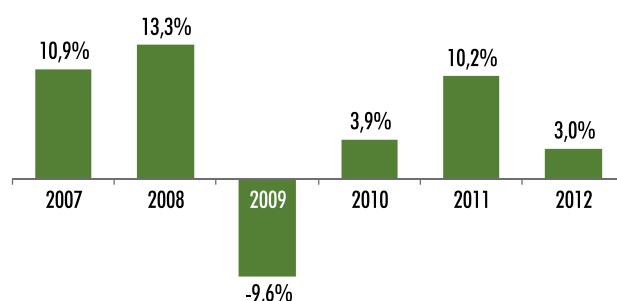
Em 2012, os municípios capixabas receberam R\$ 2,31 bilhões referentes à QPM-ICMS, valor 3% maior que o transferido no ano anterior, em valores corrigidos pela inflação. Nota-se que, apesar de ter sido o terceiro ano de aumentos consecutivos, houve uma desaceleração em relação à taxa de crescimento registrada em 2011, de 10,2%. Além disso, a expansão da QPM-ICMS nos últimos três anos tem sido muito mais amena se comparada à que ocorreu nos anos anteriores à crise internacional de 2009.

Evolução da QPM-ICMS

em R\$ milhões - IPCA médio de 2012



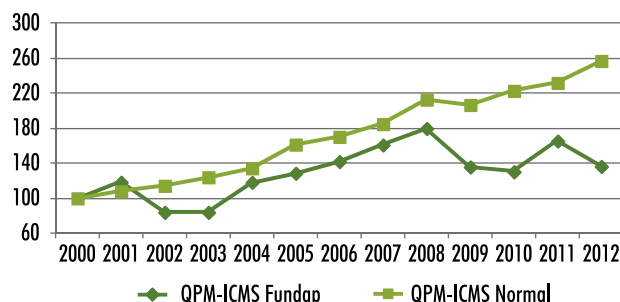
Taxa de crescimento da QPM-ICMS em relação ao ano anterior



A desaceleração do crescimento do ICMS em 2012 deveu-se à queda de 17,6%, em relação a 2011, da parcela do ICMS cobrado sobre as operações de importação realizadas nos portos capixabas pelas empresas que optaram pelos incentivos do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap), mais conhecido como ICMS Fundap. Desde a crise financeira de 2009, o ICMS Fundap tem apresentado um comportamento instável, com fortes quedas no biênio 2009/2010, recuperando-se em 2011, mas regredindo novamente em 2012. Já a parcela municipal do ICMS Normal, que se refere a todo o ICMS exceto àquele que provém das atividades ligadas ao Fundap, cresceu 10,9%. Foi o terceiro ano consecutivo de alta, após a queda registrada em 2009. Segundo os relatórios do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (Siafem), da Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo, em 2012, 77,5% do ICMS total transferido aos municípios capixabas foram provenientes do ICMS Normal e 22,5% do sistema Fundap.

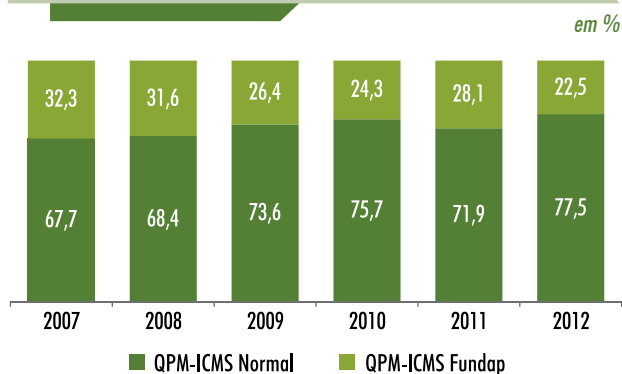
Evolução das transferências do ICMS Normal e Fundap, 2000-2012

Ano base 2000 = 100



A partir de 2013, a participação do ICMS Fundap deverá reduzir-se drasticamente devido aos efeitos da Resolução nº 13/2012, do Senado Federal, que unificou em 4% a alíquota do ICMS interestadual cobrada sobre os produtos importados em todo o território nacional. Com essa mudança, os estados por onde as mercadorias são importadas passam a ter suas alíquotas médias reduzidas de 12% para 4%. Consequentemente, como os municípios têm direito a 25% sobre esse percentual, logo o repasse será reduzido de 3% para 1%. Veja mais detalhes sobre a Resolução nº 13/2012 do Senado Federal e o impacto nos municípios capixabas, na página 47.

Composição da QPM-ICMS



O desempenho de cada município na distribuição da QPM-ICMS varia conforme o Índice de Participação do Município (IPM). O IPM é calculado com base em diversos critérios, sendo o de maior peso o Valor Adicionado (VA). O IPM apurado em 2012 foi calculado em 2011 pela Secretaria de Estado da Fazenda com base na média do VA de 2009 e 2010. Portanto, as cidades que tiveram seu VA fortemente impactado em 2009, ano em que os efeitos da crise financeira internacional foram mais fortes, as consequências se refletiram no IPM de 2012 (veja mais detalhes sobre os critérios utilizados para a definição do IPM no Espírito Santo no *Saiba mais sobre o IPM*, na página 46).

Dos 78 municípios capixabas, 50 registraram crescimento na QPM-ICMS em 2012. Em termos relativos, os maiores aumentos foram registrados em Piúma (59,7%), Anchieta (42%) e Itapemirim (23%), que também apresentaram as maiores elevações no IPM, em 2012. Anchieta também se destacou com o maior incremento em volume de recursos, com R\$ 43 milhões a mais em relação a 2011, uma vez que sua receita do ICMS passou de R\$ 102,5 milhões

para R\$ 145,6 milhões, em 2012. Em seguida, aparecem: Cariacica, com um acréscimo de R\$ 15,5 milhões; Aracruz, com R\$ 8,1 milhões e Vila Velha, com R\$ 7,7 milhões.

Entre os municípios que registraram as maiores quedas nos repasses da QPM-ICMS estão: Fundão (-20,7%), Muniz Freire (-19%) e Alto Rio Novo (-14,9%). Esses municípios também foram os que sofreram as maiores quedas no IPM. Foi o segundo ano consecutivo de retração no IPM de Fundão e o terceiro de Muniz Freire. Governador Linbenberg e João Neiva também têm sofrido com sucessivas quedas do IPM. Em ambas as cidades o índice vem regredindo desde 2008.

Ranking e valores per capita

Vitória e Serra são os municípios que mais recebem QPM-ICMS no Espírito Santo. Em 2012, o valor recebido pela capital foi de R\$ 474,8 milhões, concentrando 20,6% do total, enquanto que Serra recebeu R\$ 286,4 milhões, 12,4% do total. Juntas, as duas cidades concentram um terço do total repassado aos municípios capixabas. Na sequência, aparecem Vila Velha (R\$ 156,5 milhões), Anchieta (R\$ 145,6 milhões), Cariacica (R\$ 113,7 milhões) e Aracruz (R\$ 93,9 milhões). Apenas os dez municípios com os maiores repasses respondem por dois terços da QPM-ICMS do conjunto dos municípios capixabas.

Essa grande concentração dos recursos provoca fortes disparidades quando se analisa a distribuição dos valores per capita. Novamente, pelo terceiro ano consecutivo, as três primeiras posições do ranking permaneceram inalteradas, com Anchieta (R\$ 5.912,86), Vitória (R\$ 1.425,02) e Mucurici (R\$ 1.416,00). Em seguida, aparecem Itapemirim (R\$ 1.185,18), Aracruz (R\$ 1.112,75) e São Domingos

Evolução da QPM-ICMS total, normal e Fundap - 2000-2012

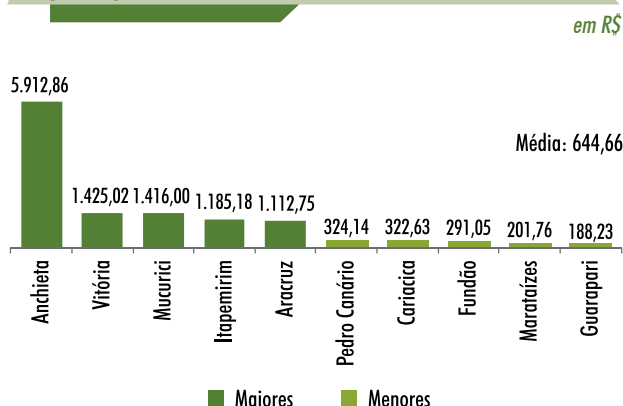
em R\$ mil - IPCA médio de 2012

ANO	QPM-ICMS Total		QPM-ICMS Normal		Participação total (%)	QPM-ICMS Fundap		Participação total (%)
	em R\$ mil	Variação (%)	em R\$ mil	Variação (%)		em R\$ mil	Variação (%)	
2000	1.075.453,6	20,2	694.974,6	20,8	64,6	380.479,0	19,1	35,4
2001	1.199.895,9	11,6	749.461,6	7,8	62,5	450.434,4	18,4	37,5
2002	1.114.189,0	-7,1	794.610,5	6,0	71,3	319.578,5	-29,1	28,7
2003	1.181.482,5	6,0	861.888,1	8,5	72,9	319.594,4	0,0	27,1
2004	1.383.395,9	17,1	933.536,1	8,3	67,5	449.859,8	40,8	32,5
2005	1.610.742,0	16,4	1.121.248,4	20,1	69,6	489.493,6	8,8	30,4
2006	1.723.498,0	7,0	1.183.392,5	5,5	68,7	540.105,5	10,3	31,3
2007	1.896.711,4	10,1	1.284.369,6	8,5	67,7	612.341,9	13,4	32,3
2008	2.163.652,0	14,1	1.479.425,2	15,2	68,4	684.226,8	11,7	31,6
2009	1.953.607,3	-9,7	1.436.884,0	-2,9	73,6	516.723,2	-24,5	26,4
2010	2.044.296,5	4,6	1.548.243,1	7,8	75,7	496.053,4	-4,0	24,3
2011	2.240.740,4	9,6	1.611.133,1	4,1	71,9	629.607,2	26,9	28,1
2012	2.305.343,4	2,9	1.786.258,0	10,9	77,5	519.085,4	-17,6	22,5

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo / Relatórios do Banestes e Siafem. Observação: os valores desta tabela diferem ligeiramente dos apresentados na tabela da página 48 e dos gráficos desta seção, pois são dados de fontes distintas.

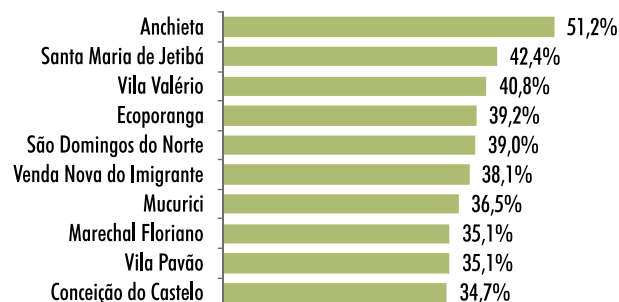
do Norte (R\$ 1.061,32). Nas últimas posições do ranking per capita ficaram Pedro Canário (R\$ 324,14), Cariacica (R\$ 322,63), Fundão (R\$ 291,05), Marataízes (R\$ 201,76) e Guarapari (R\$ 188,23), sendo que as duas últimas colocações permanecem inalteradas há três anos. O valor médio da QPM-ICMS per capita dos municípios capixabas foi de R\$ 644,66.

As cinco maiores e menores QPM-ICMS per capita em 2012



Kennedy (2,4%), com as menores participações; o primeiro devido ao baixo IPM, e os dois últimos em decorrência dos expressivos valores recebidos pelos royalties e pelas participações especiais do petróleo e gás natural.

Os dez municípios de maior participação da QPM-ICMS na receita corrente - 2012



Participação orçamentária

A transferência da QPM-ICMS é uma das principais fontes de receita para a maioria dos municípios brasileiros. Em 2012, a QPM-ICMS contribuiu, em média, com 26,3% da receita corrente das cidades do Espírito Santo. Excluindo-se da receita corrente os recebíveis com royalties e participações especiais do petróleo e gás natural, essa participação sobe para 29,6%.

Mais uma vez Anchieta se destacou com a maior participação da QPM-ICMS na receita corrente, com 51,2%, devido à grande importância das atividades do polo siderúrgico instalado no município. Em seguida está Santa Maria de Jetibá (42,4%) e Vila Valério (40,8%). No sentido oposto, aparecem Guarapari (9,5%), Marataízes (6,3%) e Presidente

Saiba mais sobre o IPM

A Constituição Federal, no artigo 158, parágrafo único, determina que os estados devem distribuir, no mínimo, 75% da QPM-ICMS de acordo com a média do Valor Adicionado (VA) do município nos últimos dois anos antes da apuração. Os 25% restantes são distribuídos de acordo com critérios adotados por cada Estado. O índice é calculado anualmente, sendo publicado primeiramente o provisório e, posteriormente, após o prazo de 30 dias para o questionamento dos municípios, o definitivo, a ser aplicado no ano seguinte ao da apuração.

No Espírito Santo, os demais critérios de distribuição adotados, além do VA, são: área territorial, número de propriedades rurais, produção agrícola e alguns indicadores da área da saúde, relacionados com mais detalhes no quadro a seguir. Nos municípios onde o VA é relativamente baixo, os demais critérios podem desempenhar um papel importante na definição do índice final.

Critérios para a distribuição da QPM-ICMS no Estado do Espírito Santo		Peso
1. Valor adicionado	Proporcional ao VA do município, de dois anos anteriores ao da apuração, em relação ao total dos municípios do Estado.	75%
2. Área territorial	Proporcional à área do município em relação à área total do Estado.	5%
3. Propriedades rurais	Proporcional ao número de propriedades rurais no município em relação ao total do Estado.	7%
4. Produção agrícola	Proporcional à comercialização de produtos agrícolas e hortifrutigranjeiros do município dos dois exercícios anteriores ao da apuração, em relação ao total do Estado.	6%
5. Saúde	Percentual rateado igualmente entre os dez municípios de maior VA que estejam enquadrados na gestão mais avançada do Sistema Único de Saúde (SUS).	0,5%
	Para os demais municípios:	
	Percentual dividido igualmente entre os municípios que estejam enquadrados na gestão mais avançada do SUS.	2,5%
	Proporcional à participação do gasto com saúde e saneamento básico no gasto total do município em relação à soma dessas participações de todos os municípios do Estado.	3%
	Igualmente distribuído entre os municípios participantes de consórcio para prestação de serviços de saúde.	1%

Fonte: Lei Estadual nº 5.344/1996.

As mudanças no ICMS e o impacto nos municípios capixabas

O Fundap é um incentivo financeiro direcionado para as empresas que realizam operações de importação no Espírito Santo. Até o ano de 2012, as empresas optantes pelo sistema recolhiam o ICMS sobre os produtos importados com a alíquota de 12% sobre o valor da mercadoria. No mês subsequente ao recolhimento a empresa recebia um financiamento de até 8% sobre a mesma base de cálculo. Aos municípios eram repassados 25% sobre a receita de ICMS, conforme determina a Constituição. Dessa forma, da alíquota de 12% do ICMS cobrado das empresas optantes pelo incentivo do Fundap, os municípios ficavam com 3%.

O valor financiado é contratado por 25 anos, sendo cinco de carência e 20 para a amortização, com juros de 1% ao ano. A empresa tem a opção de liquidar o financiamento através dos leilões realizados pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes), com 90% de desconto sobre o valor contratado. Do valor global financiado, 9% devem ser aplicados em projetos da própria empresa ou de terceiros a serem implantados no Espírito Santo. Caso a empresa opte por não investir o equivalente a 9%, metade desses recursos são direcionados para o Fundapsocial, para financiar o programa Nossocrédito.

Em 25 de abril de 2012, o Senado Federal aprovou a Resolução nº 13 que unificou em 4% a alíquota de ICMS sobre os produtos importados em todo o território nacional. Com essa mudança, os estados por onde entram as mercadorias importadas tiveram suas alíquotas reduzidas de 12% para 4%.

Assim, a partir de 2013, os municípios tiveram sua participação no ICMS cobrado sobre as mercadorias importadas reduzida de 3% para 1%. Além disso, é possível que empresas que operam no sistema Fundap decidam transferir-se para outros estados onde os portos são mais próximos dos maiores centros consumidores, o que gera mais perda de receita para os municípios. Outros prejuízos indiretos causados pela Resolução nº 13 sobre os municípios capixabas são a queda na arrecadação do ISS e a redução no número de empregos que deverão ocorrer em função da retração das atividades portuárias e da fuga de empresas do Estado.

Essa conjunção de fatores causará uma acentuada queda na receita municipal, impactando fortemente na capacidade de investimento dos municípios capixabas e provocando reduções nos valores destinados à saúde

e educação. Estima-se que cerca de 30 municípios não terão recursos suficientes para cobrir suas despesas correntes e deverão promover cortes nos gastos com pessoal e custeio em 2013. Nesse cenário, é provável que o gasto com pessoal de alguns municípios ultrapasse o limite de 60% da receita corrente líquida, estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Os municípios capixabas poderão amargar mais perdas em suas receitas devido à continuidade da reforma tributária fatiada promovida pelo governo federal no âmbito do ICMS. No início de 2013, o governo federal propôs unificar em 4% as alíquotas do imposto sobre as operações interestaduais no Estado onde a mercadoria é produzida. Essa proposta foi fortemente repudiada, pois provocaria fortes perdas para os estados do Espírito Santo, do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que teriam sua alíquota brutalmente reduzida de 12% para 4%, quando a mercadoria produzida nesses estados fosse destinada ao Sul e ao Sudeste.

Em junho de 2013, o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que reúne todos os secretários estaduais de Fazenda, encaminhou à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal, uma nova proposta para a reforma do ICMS. A proposta reduz as alíquotas do ICMS interestadual de 7% e 12% para 4% para as mercadorias que saem das regiões Sul e Sudeste, exceto Espírito Santo, com destino às demais regiões, de forma gradual, em um período de oito anos. Já para as mercadorias que saem do Norte, Nordeste, Centro Oeste e Espírito Santo com destino ao Sul e Sudeste a alíquota ficaria em 7% sobre os produtos industriais e agropecuários, redução que seria alcançada também de forma gradual num período quatro anos. Os demais produtos originados do comércio e dos serviços sujeitos ao ICMS chegariam a uma alíquota de 4%, num período de oito anos.

Nessa proposta, as perdas que o Espírito Santo sofrerá serão menores em relação àquelas que teria com a unificação geral das alíquotas interestaduais em 4%. Além disso, a nova proposta inclui a criação de dois fundos para compensar parte das perdas: o Fundo de Compensação de Perdas (FCP) e o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR). Outra medida importante para os estados seria a mudança do indexador da dívida com a União do IGP-DI mais 7,5% ao ano, pela taxa básica de juros, a Selic, ou pelo IPCA mais 4% ao ano. Seria aplicado o menor indexador.

Regiões e municípios	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Variação 2012/2011	Partic. na rec. corr. ¹ 2012	QPM-ICMS per capita 2012
	em R\$ mil - IPCA médio de 2012						em %		em R\$
MS Noroeste	195.216,2	223.740,1	212.649,2	218.855,1	231.720,1	231.002,5	-0,3	27,2	553,95
Água Doce do Norte	5.750,7	6.877,8	6.356,5	6.325,2	6.351,3	6.651,0	4,7	26,4	572,18
Águia Branca	6.044,2	7.527,6	7.301,9	7.643,4	7.568,0	8.096,8	7,0	30,7	851,67
Alto Rio Novo	3.939,9	4.609,6	4.351,1	5.422,8	6.284,7	5.346,5	-14,9	28,7	725,34
Baixo Guandu	18.158,8	16.425,8	13.305,2	14.167,5	15.863,8	14.936,1	-5,8	26,2	510,25
Barra de São Francisco	16.036,8	18.375,5	17.289,6	16.980,7	18.175,1	19.091,6	5,0	26,5	464,40
Boa Esperança	7.045,5	7.776,5	7.470,4	7.219,5	7.486,2	7.981,1	6,6	22,8	558,98
Colatina	37.985,4	45.936,6	44.567,1	46.330,0	48.905,9	48.175,8	-1,5	21,4	426,13
Ecoporanga	15.278,1	17.229,6	16.174,9	16.873,6	18.882,0	18.991,4	0,6	39,2	822,25
Governador Lindenberg	10.497,4	10.578,3	9.428,7	9.374,3	8.586,7	8.448,4	-1,6	33,5	760,70
Mantenópolis	7.107,5	6.105,8	5.614,2	5.753,8	6.252,7	6.298,5	0,7	21,4	455,55
Marilândia	6.291,4	7.638,2	8.016,4	8.233,6	8.518,0	8.218,4	-3,5	32,3	728,20
Nova Venécia	19.158,0	22.514,6	21.068,9	21.150,4	22.802,2	24.086,5	5,6	27,0	518,13
Pancas	8.569,4	10.086,4	9.271,3	9.818,8	10.288,3	10.173,9	-1,1	27,2	468,37
São Domingos do Norte	6.103,5	8.046,4	8.116,1	8.282,9	9.082,2	8.564,8	-5,7	39,0	1.061,32
São Gabriel da Palha	10.765,2	14.298,1	14.761,7	14.944,0	15.689,4	15.202,4	-3,1	25,7	465,55
Vila Pavão	6.750,3	7.769,9	7.178,3	7.562,3	7.689,4	7.491,4	-2,6	35,1	858,72
Vila Valério	9.734,3	11.943,6	12.377,0	12.772,3	13.294,4	13.247,9	-0,3	40,8	958,32
MS Litoral Norte	297.343,7	337.284,5	312.033,9	328.205,8	362.599,1	360.750,7	-0,5	23,4	641,51
Aracruz	92.781,5	97.712,9	89.404,1	84.651,2	85.875,3	93.948,3	9,4	30,6	1.112,75
Conceição da Barra	16.859,8	18.874,8	14.224,8	17.145,0	23.331,5	21.914,7	-6,1	29,4	762,38
Fundão	4.633,8	5.217,1	5.763,5	6.633,5	6.471,9	5.131,7	-20,7	10,4	291,05
Ibiraçu	6.003,6	6.710,3	6.239,3	6.424,6	7.103,4	7.039,7	-0,9	25,4	621,06
Jaguari	18.649,9	21.663,1	19.579,3	18.165,0	19.007,5	19.252,1	1,3	27,4	756,35
João Neiva	8.888,4	10.152,0	8.179,0	7.892,4	7.734,5	7.340,5	-5,1	19,0	462,07
Linhares	58.091,3	68.835,2	67.066,6	85.524,4	97.149,8	82.910,5	-14,7	18,2	569,29
Montanha	10.402,4	12.011,8	10.797,7	10.939,0	12.459,9	14.228,5	14,2	33,7	793,20
Mucuri	5.890,6	6.492,5	5.575,7	5.895,2	7.146,1	7.956,5	11,3	36,5	1.416,00
Pedro Canário	8.835,2	8.405,8	7.550,6	8.413,7	7.804,6	7.802,5	-0,0	18,6	324,14
Pinheiros	11.515,6	13.080,1	11.983,5	12.583,7	14.856,9	15.978,6	7,6	28,6	657,99
Ponto Belo	4.571,4	5.431,6	4.831,7	4.992,3	6.184,6	6.322,8	2,2	31,8	892,04
Rio Bananal	10.077,0	13.130,2	13.257,9	13.408,4	14.891,8	15.183,8	2,0	29,1	857,21
São Mateus	31.958,3	39.484,8	36.905,4	34.902,1	40.884,4	42.758,6	4,6	18,3	382,35
Sooretama	8.184,9	10.082,3	10.674,8	10.635,2	11.697,0	12.981,9	11,0	25,7	525,90
MS Central	217.245,5	235.974,2	220.315,7	255.882,4	300.176,7	354.837,6	18,2	36,5	1.109,17
Afonso Cláudio	11.319,8	13.352,3	12.186,0	13.595,6	15.527,8	16.219,8	4,5	27,4	524,59
Alfredo Chaves	7.457,5	8.586,8	7.733,7	8.596,6	10.312,5	10.870,2	5,4	30,9	776,05
Anchieta	50.166,6	48.373,4	52.981,0	82.635,5	102.501,6	145.551,0	42,0	51,2	5.912,86
Brejetuba	10.092,1	11.514,7	10.133,3	10.369,2	10.446,9	8.896,8	-14,8	30,4	744,50
Conceição do Castelo	10.689,8	12.487,2	10.253,1	8.903,5	9.704,1	10.289,1	6,0	34,7	872,11
Domingos Martins	16.391,7	18.161,9	16.489,5	18.043,3	22.087,1	24.492,9	10,9	32,6	764,40
Iconha	6.710,7	8.009,8	6.866,6	6.872,6	7.819,4	8.166,0	4,4	24,7	643,96
Itaguaçu	7.688,8	8.744,2	7.883,0	7.930,1	8.851,4	9.068,6	2,5	27,9	644,08
Itarana	5.947,3	6.774,4	6.219,7	6.282,6	7.057,9	7.198,3	2,0	28,7	666,57
Laranja da Terra	6.482,2	7.337,4	6.767,2	6.791,1	7.238,7	7.703,6	6,4	31,8	712,64
Marechal Floriano	12.120,4	10.750,0	9.760,6	10.003,1	12.186,2	12.988,7	6,6	35,1	891,11
Piúma	3.270,6	3.765,8	3.501,1	3.699,7	4.748,1	7.584,3	59,7	13,9	407,82
Rio Novo do Sul	5.239,8	6.397,0	5.536,5	5.823,5	4.980,9	5.031,9	1,0	19,7	443,96
Santa Leopoldina	8.773,4	9.691,5	8.081,4	8.174,9	9.031,0	9.325,3	3,3	33,9	763,93
Santa Maria de Jetibá	21.664,1	24.840,5	22.708,5	24.835,8	29.859,9	32.048,1	7,3	42,4	915,87
Santa Teresa	11.164,6	12.747,9	11.286,6	11.182,9	13.194,7	13.953,9	5,8	25,4	634,12
São Roque do Canaã	5.813,1	6.859,9	6.492,9	6.789,7	7.218,1	7.611,8	5,5	31,9	667,35
Venda Nova do Imigrante	16.253,1	17.579,6	15.434,8	15.352,7	17.410,4	17.837,3	2,5	38,1	845,61
Região Metropolitana	979.598,7	1.113.900,3	980.547,9	989.282,5	1.072.844,6	1.076.978,2	0,4	28,9	630,66
Cariacica	67.841,3	73.474,9	67.672,4	75.900,4	98.200,9	113.703,6	15,8	24,5	322,63
Guarapari	13.511,6	16.299,5	15.937,4	16.770,5	19.156,1	20.297,6	6,0	9,5	188,23
Serra	320.725,7	352.483,6	319.308,9	309.623,8	303.015,3	286.406,2	-5,5	33,5	677,77
Viana	17.543,3	19.718,5	18.442,8	19.837,7	22.651,3	25.322,7	11,8	20,4	379,40
Vila Velha	103.963,3	125.175,9	121.985,8	126.671,5	148.796,6	156.484,6	5,2	23,5	368,24
Vitória	456.013,4	526.747,9	437.200,6	440.478,7	481.024,4	474.763,4	-1,3	33,7	1.425,02
MS Sul	220.910,1	252.531,9	230.445,9	240.454,6	271.967,8	283.059,2	4,1	16,9	495,64
Alegre	9.406,9	10.843,2	9.561,1	9.808,9	11.426,5	12.977,8	13,6	21,1	423,75
Apiaçá	4.219,3	4.264,5	3.716,7	3.614,8	4.479,6	4.224,5	-5,7	22,2	563,49
Atílio Vivacqua	6.481,0	7.445,3	6.572,9	7.012,9	8.266,4	8.444,2	2,1	33,1	837,71
Bom Jesus do Norte	3.232,1	4.095,5	4.048,4	4.127,4	3.812,7	3.831,2	0,5	20,4	402,69
Cachoeiro de Itapemirim	63.561,6	72.161,6	65.034,4	64.681,3	72.640,8	78.864,8	8,6	25,3	410,42
Castelo	18.492,7	22.093,8	20.166,5	20.313,0	20.267,0	17.582,9	-13,2	25,5	501,68
Divino de São Lourenço	3.690,8	4.155,9	3.541,8	3.740,4	4.034,1	3.741,8	-7,2	23,5	836,91
Dores do Rio Preto	3.620,5	4.629,5	4.069,0	4.018,1	4.481,8	5.004,4	11,7	25,5	778,41
Guaçuí	7.702,9	8.694,9	7.657,9	8.071,5	8.928,7	9.193,6	3,0	16,0	325,92
Ibatiba	7.130,0	8.202,7	7.335,5	8.097,3	8.989,9	8.565,5	-4,7	21,2	374,97
Ibitirama	5.602,9	5.501,8	4.636,9	5.121,6	6.071,3	6.115,7	0,7	26,3	685,70
Irupi	5.736,0	6.708,9	6.921,8	7.901,4	8.717,8	8.222,0	-5,7	31,3	689,18
Itapemirim	16.884,6	16.095,9	12.679,9	18.108,2	30.277,0	37.239,5	23,0	13,1	1.185,18
Iúna	9.732,9	11.254,5	10.196,0	10.510,5	11.719,0	12.259,3	4,6	24,5	445,60
Jerônimo Monteiro	4.302,5	4.848,4	4.420,3	4.776,4	5.422,0	5.400,5	-0,4	19,0	491,67
Marataizes	5.872,1	6.817,3	6.668,6	6.588,0	7.216,1	6.996,0	-3,1	6,3	201,76
Mimoso do Sul	10.422,9	11.430,2	10.211,1	10.652,7	11.832,0	12.320,8	4,1	24,7	476,48
Muniz Freire	9.734,3	14.377,3	13.611,7	13.218,7	13.041,5	10.562,8	-19,0	24,5	580,31
Muqui	4.991,6	5.649,3	5.124,9	5.245,6	6.228,1	6.554,7	5,2	23,4	451,86
Presidente Kennedy	5.736,2	6.320,9	8.870,3	9.411,5	7.597,4	7.569,3	-0,4	2,4	725,80
São José do Calçado	5.544,8	6.018,3	5.619,5	5.613,2	5.894,9	6.436,1	9,2	24,5	619,03
Vargem Alta	8.811,5	10.922,0	9.780,6	9.821,1	10.623,0	10.952,0	3,1	22,9	564,68
TOTAL	1.910.314,2	2.163.431,0	1.955.992,6	2.032.680,4	2.239.308,4	2.306.628,2	3,0	26,3	644,66

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹receita corrente excluída a receita intraorçamentária e a parcela destinada ao Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

QPM-ICMS

Posição	Município	QPM-ICMS em R\$	População 2012
1º	Vitória	474.763.378,93	333.162
2º	Serra	286.406.216,38	422.569
3º	Vila Velha	156.484.637,90	424.948
4º	Anchieta	145.551.041,27	24.616
5º	Cariacica	113.703.598,76	352.431
6º	Aracruz	93.948.279,00	84.429
7º	Linhares	82.910.529,01	145.639
8º	Cachoeiro de Itapemirim	78.864.820,52	192.156
9º	Colatina	48.175.755,80	113.054
10º	São Mateus	42.758.600,61	111.832
11º	Itapemirim	37.239.451,11	31.421
12º	Santa Maria de Jetibá	32.048.087,76	34.992
13º	Viana	25.322.730,23	66.745
14º	Domingos Martins	24.492.886,70	32.042
15º	Nova Venécia	24.086.518,87	46.487
16º	Conceição da Barra	21.914.729,76	28.745
17º	Guarapari	20.297.591,03	107.836
18º	Jaguaré	19.252.102,45	25.454
19º	Barra de São Francisco	19.091.558,35	41.110
20º	Ecoporanga	18.991.434,07	23.097
21º	Venda Nova do Imigrante	17.837.276,56	21.094
22º	Castelo	17.582.857,55	35.048
23º	Afonso Cláudio	16.219.793,89	30.919
24º	Pinheiros	15.978.626,52	24.284
25º	São Gabriel da Palha	15.202.381,07	32.655
26º	Rio Bananal	15.183.822,80	17.713
27º	Baixo Guandu	14.936.092,62	29.272
28º	Montanha	14.228.475,54	17.938
29º	Santa Teresa	13.953.905,19	22.005
30º	Vila Valério	13.247.865,75	13.824
31º	Marechal Floriano	12.988.747,80	14.576
32º	Sooretama	12.981.913,49	24.685
33º	Alegre	12.977.772,66	30.626
34º	Mimoso do Sul	12.320.841,38	25.858
35º	Iúna	12.259.323,98	27.512
36º	Vargem Alta	10.951.961,82	19.395
37º	Alfredo Chaves	10.870.154,10	14.007
38º	Muniz Freire	10.562.754,33	18.202
39º	Conceição do Castelo	10.289.148,81	11.798
40º	Pancas	10.173.906,08	21.722
41º	Santa Leopoldina	9.325.263,27	12.207
42º	Guaçuí	9.193.636,52	28.208
43º	Itaguaçu	9.068.622,73	14.080
44º	Brejetuba	8.896.800,47	11.950
45º	Ibatiba	8.565.510,14	22.843
46º	São Domingos do Norte	8.564.812,47	8.070
47º	Governador Lindenberg	8.448.358,71	11.106
48º	Atílio Vivacqua	8.444.157,55	10.080
49º	Irupi	8.221.975,03	11.930
50º	Marilândia	8.218.421,69	11.286
51º	Iconha	8.166.022,34	12.681
52º	Água Branca	8.096.782,12	9.507
53º	Boa Esperança	7.981.144,39	14.278
54º	Mucurici	7.956.516,81	5.619
55º	Pedro Canário	7.802.463,96	24.071
56º	Laranja da Terra	7.703.635,57	10.810
57º	São Roque do Canaã	7.611.769,12	11.406
58º	Piúma	7.584.292,93	18.597
59º	Presidente Kennedy	7.569.331,07	10.429
60º	Vila Pavão	7.491.445,21	8.724
61º	João Neiva	7.340.507,83	15.886
62º	Itarana	7.198.304,53	10.799
63º	Ibiraçu	7.039.679,10	11.335
64º	Marataizes	6.995.954,37	34.675
65º	Água Doce do Norte	6.651.041,39	11.624
66º	Muqui	6.554.685,60	14.506
67º	São José do Calçado	6.436.067,12	10.397
68º	Ponto Belo	6.322.750,94	7.088
69º	Mantenópolis	6.298.487,96	13.826
70º	Ibitirama	6.115.726,85	8.919
71º	Jerônimo Monteiro	5.400.455,60	10.984
72º	Alto Rio Novo	5.346.494,76	7.371
73º	Fundão	5.131.709,85	17.632
74º	Rio Novo do Sul	5.031.860,29	11.334
75º	Dores do Rio Preto	5.004.429,18	6.429
76º	Apiacá	4.224.466,96	7.497
77º	Bom Jesus do Norte	3.831.168,97	9.514
78º	Divino de São Lourenço	3.741.836,37	4.471
TOTAL		2.306.628.160,22	3.578.067

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. População para 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

QPM-ICMS per capita

Posição	Município	A / B	QPM-ICMS (A) em R\$	População 2012 (B)
1º	Anchieta	5.912,86	145.551.041,27	24.616
2º	Vitória	1.425,02	474.763.378,93	333.162
3º	Mucurici	1.416,00	7.956.516,81	5.619
4º	Itapemirim	1.185,18	37.239.451,11	31.421
5º	Aracruz	1.112,75	93.948.279,00	84.429
6º	São Domingos do Norte	1.061,32	8.564.812,47	8.070
7º	Vila Valério	958,32	13.247.865,75	13.824
8º	Santa Maria de Jetibá	915,87	32.048.087,76	34.992
9º	Ponto Belo	892,04	6.322.750,94	7.088
10º	Marechal Floriano	891,11	12.988.747,80	14.576
11º	Conceição do Castelo	872,11	10.289.148,81	11.798
12º	Vila Pavão	858,72	7.491.445,21	8.724
13º	Rio Bananal	857,21	15.183.822,80	17.713
14º	Água Branca	851,67	8.096.782,12	9.507
15º	Venda Nova do Imigrante	845,61	17.837.276,56	21.094
16º	Atílio Vivacqua	837,71	8.444.157,55	10.080
17º	Divino de São Lourenço	836,91	3.741.836,37	4.471
18º	Ecoporanga	822,25	18.991.434,07	23.097
19º	Montanha	793,20	14.228.475,54	17.938
20º	Dores do Rio Preto	778,41	5.004.429,18	6.429
21º	Alfredo Chaves	776,05	10.870.154,10	14.007
22º	Domingos Martins	764,40	24.492.886,70	32.042
23º	Santa Leopoldina	763,93	9.325.263,27	12.207
24º	Conceição da Barra	762,38	21.914.729,76	28.745
25º	Governador Lindenberg	760,70	8.448.358,71	11.106
26º	Jaguaré	756,35	19.252.102,45	25.454
27º	Brejetuba	744,50	8.896.800,47	11.950
28º	Marilândia	728,20	8.218.421,69	11.286
29º	Presidente Kennedy	725,80	7.569.331,07	10.429
30º	Alto Rio Novo	725,34	5.346.494,76	7.371
31º	Laranja da Terra	712,64	7.703.635,57	10.810
32º	Irupi	689,18	8.221.975,03	11.930
33º	Ibitirama	685,70	6.115.726,85	8.919
34º	Serra	677,77	286.406.216,38	422.569
35º	São Roque do Canaã	667,35	7.611.769,12	11.406
36º	Itarana	666,57	7.198.304,53	10.799
37º	Pinheiros	657,99	15.978.626,52	24.284
38º	Itaguaçu	644,08	9.068.622,73	14.080
39º	Iconha	643,96	8.166.022,34	12.681
40º	Santa Teresa	634,12	13.953.905,19	22.005
41º	Ibiraçu	621,06	7.039.679,10	11.335
42º	São José do Calçado	619,03	6.436.067,12	10.397
43º	Muniz Freire	580,31	10.562.754,33	18.202
44º	Água Doce do Norte	572,18	6.651.041,39	11.624
45º	Linhares	569,29	82.910.529,01	145.639
46º	Vargem Alta	564,68	10.951.961,82	19.395
47º	Apiacá	563,49	4.224.466,96	7.497
48º	Boa Esperança	558,98	7.981.144,39	14.278
49º	Sooretama	525,90	12.981.913,49	24.685
50º	Afonso Cláudio	524,59	16.219.793,89	30.919
51º	Nova Venécia	518,13	24.086.518,87	46.487
52º	Baixo Guandu	510,25	14.936.092,62	29.272
53º	Castelo	501,68	17.582.857,55	35.048
54º	Jerônimo Monteiro	491,67	5.400.455,60	10.984
55º	Mimoso do Sul	476,48	12.320.841,38	25.858
56º	Pancas	468,37	10.173.906,08	21.722
57º	São Gabriel da Palha	465,55	15.202.381,07	32.655
58º	Barra de São Francisco	464,40	19.091.558,35	41.110
59º	João Neiva	462,07	7.340.507,83	15.886
60º	Mantenópolis	455,55	6.298.487,96	13.826
61º	Muqui	451,86	6.554.685,60	14.506
62º	Iúna	445,60	12.259.323,98	27.512
63º	Rio Novo do Sul	443,96	5.031.860,29	11.334
64º	Colatina	426,13	48.175.755,80	113.054
65º	Alegre	423,75	12.977.772,66	30.626
66º	Cachoeiro de Itapemirim	410,42	78.864.820,52	192.156
67º	Piúma	407,82	7.584.292,93	18.597
68º	Bom Jesus do Norte	402,69	3.831.168,97	9.514
69º	São Mateus	382,35	42.758.600,61	111.832
70º	Viana	379,40	25.322.730,23	66.745
71º	Ibatiba	374,97	8.565.510,14	22.843
72º	Vila Velha	368,24	156.484.637,90	424.948
73º	Guaçuí	325,92	9.193.636,52	28.208
74º	Pedro Canário	324,14	7.802.463,96	24.071
75º	Cariacica	322,63	113.703.598,76	352.431
76º	Fundão	291,05	5.131.709,85	17.632
77º	Marataizes	201,76	6.995.954,37	34.675
78º	Guarapari	188,23	20.297.591,03	107.836
TOTAL		644,66	2.306.628.160,22	3.578.067

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. População para 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Evolução dos índices de participação dos municípios na QPM-ICMS de 2003 a 2013

Mesorregiões e municípios	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
MS Noroeste	10,846	11,143	10,812	10,132	10,198	10,340	10,869	10,765	10,390	10,022	9,829
Água Doce do Norte	0,333	0,336	0,333	0,291	0,290	0,318	0,325	0,312	0,283	0,288	0,294
Água Branca	0,365	0,366	0,375	0,312	0,317	0,348	0,373	0,376	0,346	0,351	0,354
Alto Rio Novo	0,196	0,182	0,184	0,219	0,206	0,213	0,219	0,267	0,278	0,229	0,205
Baixo Guandu	1,304	1,230	1,182	1,132	0,948	0,758	0,680	0,697	0,708	0,647	0,604
Barra de São Francisco	0,727	0,748	0,755	0,726	0,839	0,849	0,884	0,835	0,810	0,838	0,837
Boa Esperança	0,454	0,445	0,417	0,358	0,368	0,359	0,382	0,355	0,334	0,346	0,339
Colatina	2,413	2,184	2,018	1,889	1,987	2,123	2,279	2,279	2,227	2,092	1,959
Ecoporanga	0,746	0,820	0,856	0,806	0,799	0,796	0,827	0,830	0,843	0,823	0,799
Governador Lindenberg	0,320	0,565	0,526	0,539	0,549	0,489	0,482	0,461	0,385	0,366	0,385
Mantenópolis	0,352	0,343	0,336	0,280	0,372	0,282	0,287	0,283	0,279	0,273	0,278
Marilândia	0,383	0,406	0,388	0,333	0,329	0,353	0,410	0,405	0,380	0,356	0,388
Nova Venécia	1,134	1,145	1,068	0,962	1,002	1,042	1,077	1,040	1,017	1,044	1,073
Pancas	0,531	0,547	0,581	0,496	0,448	0,466	0,474	0,483	0,459	0,442	0,458
São Domingos do Norte	0,250	0,284	0,311	0,326	0,319	0,372	0,415	0,408	0,405	0,371	0,352
São Gabriel da Palha	0,539	0,644	0,646	0,576	0,563	0,661	0,755	0,735	0,700	0,658	0,651
Vila Pavão	0,265	0,309	0,330	0,357	0,353	0,359	0,367	0,372	0,343	0,324	0,311
Vila Valério	0,534	0,589	0,506	0,530	0,509	0,552	0,633	0,627	0,593	0,574	0,542
MS Litoral Norte	18,641	18,795	19,985	18,376	15,600	15,606	15,951	16,156	16,182	15,637	15,421
Aracruz	7,311	6,881	7,951	7,108	4,846	4,524	4,571	4,162	3,831	4,074	4,044
Conceição da Barra	0,802	0,893	0,896	0,805	0,882	0,872	0,727	0,844	1,042	0,949	0,768
Fundão	0,333	0,307	0,270	0,216	0,249	0,241	0,295	0,337	0,289	0,222	0,218
Ibiraçu	0,238	0,260	0,257	0,302	0,314	0,310	0,319	0,316	0,317	0,305	0,272
Jaguare	1,139	1,379	1,474	1,121	0,975	1,001	1,001	0,893	0,848	0,840	0,772
João Neiva	0,510	0,515	0,507	0,448	0,478	0,469	0,418	0,388	0,345	0,318	0,335
Linhares	3,595	3,803	3,680	3,334	3,037	3,181	3,426	4,211	4,336	3,588	3,923
Montanha	0,533	0,534	0,518	0,545	0,544	0,555	0,552	0,538	0,556	0,617	0,557
Mucurici	0,281	0,289	0,273	0,326	0,308	0,300	0,285	0,290	0,319	0,345	0,326
Pedro Canário	0,427	0,463	0,482	0,476	0,462	0,388	0,386	0,414	0,348	0,338	0,366
Pinheiros	0,526	0,562	0,566	0,630	0,640	0,616	0,613	0,619	0,663	0,693	0,667
Ponto Belo	0,187	0,201	0,237	0,260	0,239	0,251	0,247	0,245	0,276	0,274	0,243
Rio Bananal	0,616	0,558	0,543	0,521	0,527	0,607	0,678	0,660	0,665	0,658	0,625
São Mateus	1,710	1,731	1,902	1,828	1,671	1,825	1,887	1,716	1,825	1,853	1,732
Sooretama	0,433	0,419	0,429	0,456	0,428	0,466	0,546	0,523	0,522	0,563	0,573
MS Central	10,744	10,473	10,651	11,257	11,399	10,913	11,263	12,594	13,398	15,394	17,324
Afonso Cláudio	0,719	0,676	0,636	0,584	0,592	0,617	0,623	0,669	0,693	0,703	0,738
Alfredo Chaves	0,348	0,336	0,302	0,388	0,390	0,397	0,394	0,423	0,460	0,472	0,462
Anchieta	2,192	2,054	2,284	2,456	2,624	2,233	2,710	4,072	4,576	6,320	8,257
Brejetuba	0,449	0,362	0,330	0,451	0,528	0,532	0,518	0,510	0,466	0,385	0,402
Conceição do Castelo	0,391	0,441	0,533	0,570	0,559	0,577	0,524	0,438	0,433	0,446	0,429
Domingos Martins	0,981	0,987	0,997	0,929	0,857	0,839	0,843	0,887	0,986	1,062	1,059
Iconha	0,297	0,283	0,269	0,332	0,351	0,370	0,351	0,338	0,349	0,354	0,354
Itaguaçu	0,343	0,329	0,335	0,390	0,401	0,404	0,403	0,390	0,395	0,393	0,371
Itarana	0,295	0,256	0,282	0,328	0,311	0,313	0,318	0,309	0,315	0,312	0,309
Laranja da Terra	0,339	0,317	0,313	0,348	0,339	0,339	0,346	0,334	0,323	0,334	0,330
Marechal Floriano	0,706	0,737	0,649	0,707	0,633	0,496	0,499	0,492	0,544	0,563	0,513
Piúma	0,245	0,237	0,214	0,177	0,171	0,174	0,179	0,182	0,212	0,330	0,392
Rio Novo do Sul	0,241	0,256	0,255	0,280	0,274	0,297	0,283	0,287	0,222	0,218	0,262
Santa Leopoldina	0,478	0,499	0,465	0,492	0,498	0,459	0,413	0,402	0,403	0,404	0,415
Santa Maria de Jetibá	1,132	1,091	1,131	1,112	1,133	1,148	1,161	1,222	1,333	1,390	1,381
Santa Teresa	0,658	0,642	0,595	0,559	0,584	0,589	0,577	0,550	0,589	0,605	0,622
São Roque do Canaã	0,290	0,277	0,293	0,315	0,304	0,317	0,332	0,334	0,322	0,330	0,326
Venda Nova do Imigrante	0,640	0,693	0,768	0,839	0,850	0,812	0,789	0,755	0,777	0,773	0,702
Região Metropolitana	47,497	47,676	46,350	48,083	51,228	51,465	50,127	48,656	47,875	46,672	45,217
Cariacica	3,273	3,341	3,323	3,500	3,533	3,394	3,460	3,735	4,385	4,930	5,697
Guarapari	0,701	0,721	0,700	0,728	0,706	0,753	0,815	0,825	0,855	0,880	0,827
Serra	13,511	12,901	13,720	15,795	16,777	16,283	16,325	15,225	13,516	12,407	11,621
Viana	0,913	1,023	1,183	1,103	0,917	0,911	0,943	0,976	1,011	1,098	1,263
Vila Velha	6,491	6,192	5,781	5,624	5,437	5,785	6,238	6,231	6,642	6,784	5,851
Vitória	22,608	23,498	21,643	21,333	23,858	24,339	22,346	21,664	21,466	20,573	19,958
MS Sul	12,272	11,913	12,202	12,152	11,575	11,676	11,790	11,829	12,155	12,275	12,209
Alegre	0,594	0,557	0,515	0,472	0,492	0,501	0,490	0,483	0,510	0,563	0,565
Apiacá	0,239	0,243	0,243	0,189	0,222	0,197	0,190	0,178	0,200	0,183	0,182
Atilio Vivacqua	0,357	0,379	0,374	0,323	0,339	0,344	0,336	0,345	0,369	0,366	0,340
Bom Jesus do Norte	0,233	0,227	0,207	0,177	0,169	0,196	0,207	0,203	0,170	0,166	0,156
Cachoeiro de Itapemirim	3,728	3,517	3,508	3,491	3,333	3,337	3,323	3,181	3,242	3,421	3,232
Castelo	0,838	0,865	0,998	0,998	0,967	1,021	1,031	0,999	0,904	0,761	0,737
Divino de São Lourenço	0,163	0,200	0,195	0,198	0,193	0,192	0,181	0,184	0,180	0,162	0,163
Dores do Rio Preto	0,176	0,147	0,155	0,190	0,190	0,214	0,208	0,198	0,200	0,217	0,204
Guaçuí	0,469	0,479	0,416	0,398	0,403	0,401	0,402	0,397	0,398	0,398	0,377
Ibatiba	0,528	0,519	0,462	0,409	0,372	0,379	0,375	0,398	0,401	0,371	0,363
Ibitirama	0,286	0,265	0,265	0,295	0,293	0,254	0,237	0,252	0,271	0,265	0,260
Jrupi*	0,340	0,282	0,258	0,289	0,300	0,310	0,354	0,389	0,389	0,356	0,364
Itapemirim	0,516	0,571	1,029	1,217	0,882	0,743	0,648	0,892	1,353	1,616	1,900
Iúna	0,609	0,509	0,492	0,523	0,509	0,520	0,520	0,517	0,536	0,531	0,506
Jerônimo Monteiro	0,184	0,194	0,206	0,225	0,225	0,224	0,226	0,235	0,242	0,234	0,227
Marataízes	0,314	0,313	0,298	0,340	0,307	0,315	0,341	0,324	0,322	0,303	0,298
Mimoso do Sul	0,702	0,668	0,645	0,570	0,545	0,528	0,522	0,524	0,528	0,534	0,519
Muniz Freire	0,497	0,460	0,437	0,489	0,509	0,665	0,696	0,650	0,583	0,457	0,476
Muqui	0,316	0,324	0,327	0,275	0,261	0,261	0,262	0,258	0,278	0,284	0,278
Presidente Kennedy	0,270	0,306	0,306	0,304	0,300	0,292	0,454	0,463	0,342	0,328	0,302
São José do Calçado	0,347	0,365	0,334	0,290	0,290	0,278	0,287	0,276	0,263	0,279	0,273
Vargem Alta	0,566	0,523	0,532	0,490	0,474	0,504	0,500	0,483	0,474	0,480	0,487
TOTAL	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo.



SINDICATO DO COMÉRCIO DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

*Luta e representatividade para a sobrevivência
do comércio internacional.*

*A queda nas importações afeta as empresas
do setor, impacta a economia e reduz o poder
de investimento dos municípios.*



Tel.: 27 3315.1831 • Fax: 27 3315.0153 | www.sindieX.org.br

Av. Nossa Sr.ª da Penha, 699, Torre A, Conj. 701, Santa Lúcia, Vitória - ES, CEP 29.056-230

Desempenho

Após um forte crescimento ocorrido em 2011, as transferências do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) tiveram um comportamento, relativamente, estável em 2012. Foi repassado aos municípios capixabas o montante de R\$ 1,21 bilhão, apenas 0,3% maior que no ano anterior, em termos corrigidos pela inflação.

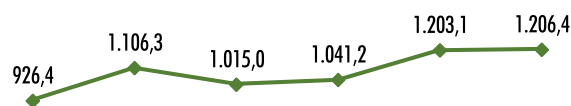
O desempenho do FPM está atrelado à arrecadação federal, pois é formado por 23,5% do recolhimento líquido do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). De acordo com dados da Receita Federal do Brasil (RFB), em 2012 a arrecadação bruta do IR foi de R\$ 276,1 bilhões, em valores corrigidos mensalmente pelo IPCA. O resultado foi muito próximo ao do ano anterior (R\$ 276,44 bilhões, em valores também corrigidos), o que justifica o baixo desempenho do FPM. O IR responde pela maior parcela do fundo, chegando a quase 85% em 2012.

De acordo com o Boletim Análise da Arrecadação das Receitas Federais, de dezembro de 2012, emitido pela RFB, entre os fatores que influenciaram o baixo desempenho do IR destacam-se a redução na lucratividade das empresas no ano de 2012 em relação a 2011, as desonerações tributárias sobre a folha de pagamento e o decréscimo na arrecadação do imposto de renda incidente sobre juros remuneratórios de capital próprio. Essas baixas foram compensadas pelo resultado do imposto cobrado sobre pessoas físicas, que teve alta de 5,1%, pelo imposto cobrado sobre residentes no exterior (4,1%), e pelo aumento da massa salarial habitual, calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

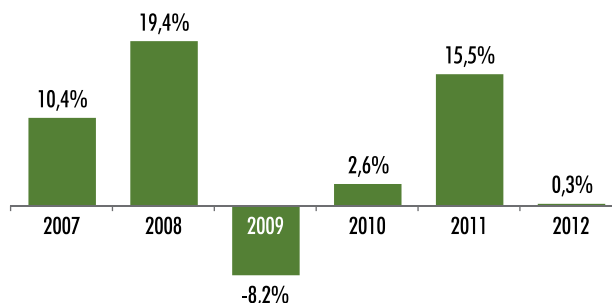
Já a arrecadação do IPI foi de R\$ 48,22 bilhões, com queda real de 7% em relação a 2011. O fraco desempenho do IPI decorreu das desonerações do tributo nos produtos domésticos da linha branca, nos automóveis e no setor de móveis. Além disso, o imposto é fortemente impactado pelo desempenho da economia nacional. A Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF), realizada pelo IBGE, acusou retração na produção da indústria nacional de 2,7% em 2012, após apontar avanço de 10,5%, em 2010, e ligeiro acréscimo de 0,4% em 2011. A queda do IPI só não foi maior devido ao IPI-Importação, que teve um crescimento de 10,5%, em 2012, em função da alta na taxa de câmbio.

Evolução do FPM no Espírito Santo

em R\$ milhões - IPCA médio de 2012



Taxa de crescimento do FPM no Espírito Santo em relação ao ano anterior



O desempenho dos municípios no FPM é relativamente uniforme dentro de um mesmo Estado, uma vez que cada cidade recebe os recursos do Fundo conforme o coeficiente individual do FPM, calculado de acordo com faixas populacionais. O que ocasiona uma variação diferente em alguns municípios é a mudança no número de habitantes que, por sua vez, pode alterar a posição do município nas faixas populacionais para as quais são definidos coeficientes de participação no total (veja sobre a distribuição do FPM na página 54).

Em 2012, todas as 72 cidades que pertencem somente ao grupo do FPM-Interior apresentaram queda real de 2,4%. Apenas os municípios que participam do FPM-Reserva não apresentaram retração, ficando relativamente estáveis, com uma ligeira alta de 0,2%. Compõem esse grupo: Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Linhares, Serra e Vila Velha. Linhares foi a única cidade no Espírito Santo que teve um crescimento significativo nos repasses do FPM, de 37,7%, passando de R\$ 36,1 milhões, em 2011, para

R\$ 49,7 milhões, em 2012. Esse desempenho deveu-se ao aumento da população do município, que passou de 141.254 habitantes, em 2010, para 143.509 habitantes no ano seguinte, ocasionando duas mudanças conjuntas: primeiro, a alteração do coeficiente individual no FPM-Interior, de 3,4 para 3,6; e, segundo, a inclusão da cidade no FPM-Reserva, parcela distribuída apenas para os municípios com população superior a 142.633 habitantes, exceto as capitais.

Na capital Vitória, as transferências do FPM tiveram um aumento de 10,7%, passando de R\$ 93,8 milhões, em 2011, para R\$ 103,5 milhões, em 2012. Esse aumento deveu-se à redução da renda per capita do Espírito Santo, em 2009, uma vez que o inverso da renda per capita do Estado é utilizado como um dos critérios para o cálculo do coeficiente do FPM distribuído para as capitais (veja mais detalhes sobre os critérios de distribuição no *Saiba mais sobre o FPM*, na página 54). Para 2013 há uma tendência de queda nas transferências do FPM para Vitória, em função do aumento da renda per capita do Estado em 2010, o que fez o coeficiente da capital retornar aos patamares de 2011, conforme detalhado na Decisão Normativa nº 123/2012, do Tribunal de Contas da União, que definiu os índices de 2013.

Participação orçamentária

O FPM foi criado com o objetivo de garantir uma receita mínima para as cidades, especialmente para as menores, cuja base para a arrecadação de tributos próprios é mais reduzida. Dessa forma, quanto menor a população proporcionalmente mais recursos o município recebe, o que faz com que as pequenas localidades possuam maior dependência do FPM nos seus orçamentos. Nos municípios capixabas com população de até 15 mil habitantes, o FPM representou, em média, 30,3% da receita corrente, em 2012. Nesse cálculo, desconsiderou-se a receita dos royalties e as participações especiais do petróleo e gás natural devido à forte concentração desse tipo de receita

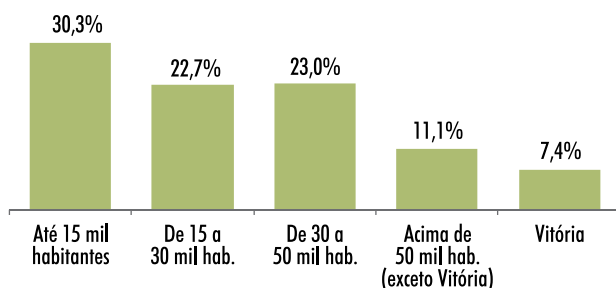
em poucas cidades (veja mais detalhes sobre a importância orçamentária dos royalties e das participações especiais do petróleo e gás natural na receita corrente dos municípios capixabas, na página 67).

Conforme se aumenta o porte populacional dos municípios, a participação do FPM na receita corrente diminui. Nas cidades capixabas com população superior a 50 mil moradores, excluindo-se a capital, a importância média do Fundo na receita corrente foi de 11,1%. Em Vitória o percentual é ainda menor: 7,4%.

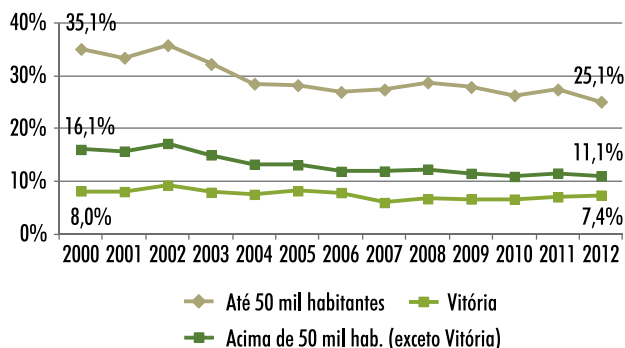
Individualmente, as menores participações do FPM na receita corrente foram observadas em Itapemirim (5,5%), Anchieta (4,8%) e Presidente Kennedy (2,5%). A baixa importância do FPM em Presidente Kennedy e Itapemirim deve-se ao grande volume da receita de royalties e participações especiais do petróleo e gás natural. Desconsiderando os recebíveis provenientes da exploração do petróleo, a participação sobe para 17,4% e 14,7%, respectivamente. Anchieta, além de ser um forte receptor dos recursos do petróleo, ainda beneficia-se com volumosos recursos provenientes da Quota-parte Municipal do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).

É importante ressaltar que, apesar de ser uma das principais fontes de recursos das pequenas cidades, o incremento na arrecadação de outras receitas provocou a queda de importância do FPM em seus orçamentos, a partir do ano de 2000. Nesse mesmo ano, o Fundo representava 35,1% da receita corrente das localidades com até 50 mil habitantes, caindo 10 pontos percentuais até 2012. Já nos municípios com população superior a 50 mil habitantes, exceto Vitória, a importância do FPM passou de 16,1% para 11,1% no mesmo período.

Participação média do FPM na receita corrente, sem royalties e participações especiais, dos municípios agrupados por faixas populacionais - 2012



Evolução da participação do FPM na receita corrente sem royalties dos municípios agrupados por faixa populacional



Devido aos critérios de distribuição, o ranking do FPM per capita apresenta uma relação linear inversa ao tamanho populacional. Dessa forma, os maiores valores per capita pertencem aos menores municípios. Em 2012, Divino de São Lourenço, o menor município do Estado, com 4.471 habitantes, recebeu R\$ 1.312,13 por habitante, seguido por Mucurici (R\$ 1.044,05) e Dorcas do Rio Preto (R\$ 912,51). Nas últimas três posições apareceram Cariacica (R\$ 146,45), Serra (R\$ 122,14) e Vila Velha (R\$ 121,46), as três cidades mais populosas do Espírito Santo.

Saiba mais sobre o FPM

O FPM é uma transferência de recursos da União aos municípios brasileiros, garantida pela Constituição Federal, no artigo 159, inciso I, alínea b. Esse Fundo é composto, efetivamente, por 23,5% da arrecadação federal líquida do IR e do IPI, sendo 22,5% da arrecadação repassados a cada dez dias, e 1% distribuído em uma única parcela, no primeiro decêndio do mês de dezembro.

A distribuição dos recursos aos municípios é feita de acordo com o número de habitantes, fixando-se um coeficiente para cada faixa populacional. Anualmente, o IBGE divulga as estimativas populacionais dos municípios e o Tribunal de Contas da União, com base nesses dados, publica no Diário Oficial da União os coeficientes de distribuição individuais dos municípios.

O FPM divide-se em três grupos: FPM-Interior, FPM-Reserva e FPM-Capital; e, cada grupo, possui critérios específicos de repartição dos recursos, como mostra o quadro abaixo.

Com exceção das capitais, todos os demais municípios recebem recursos do FPM-Interior. Cada cidade recebe um coeficiente de participação de acordo com sua população, que varia de 0,6 a 4,0 (veja tabela ao lado). A participação

de cada município é obtida dividindo-se seu coeficiente pela soma dos coeficientes dos municípios de seu respectivo Estado. Segundo a Lei Federal Complementar nº 62/1989, cada Estado possui uma participação fixa na repartição dos recursos do FPM-Interior (veja tabela na página 55).

Coeficientes para distribuição do FPM-Interior

Categoria do município segundo o número de habitantes	Coeficiente
Até 10.188	0,6
De 10.189 a 13.584	0,8
De 13.585 a 16.980	1,0
De 16.981 a 23.772	1,2
De 23.773 a 30.564	1,4
De 30.565 a 37.356	1,6
De 37.357 a 44.148	1,8
De 44.149 a 50.940	2,0
De 50.941 a 61.128	2,2
De 61.129 a 71.316	2,4
De 71.317 a 81.504	2,6
De 81.505 a 91.692	2,8
De 91.693 a 101.880	3,0
De 101.881 a 115.464	3,2
De 115.465 a 129.048	3,4
De 129.049 a 142.632	3,6
De 142.633 a 156.216	3,8
Além de 156.216	4,0

Fonte: Decreto-Lei nº 1.881/1981.

Todos os municípios com mais de 142.633 habitantes, além do FPM-Interior, recebem recursos do FPM-Reserva. O objetivo desse Fundo é proporcionar um adicional de recursos às cidades com maior número de habitantes, beneficiando, principalmente, aquelas localizadas em regiões mais pobres, uma vez que sua distribuição também leva em consideração o inverso da renda per capita dos seus respectivos estados. No Espírito Santo, recebem recursos do FPM-Reserva: Vila Velha, Serra, Cariacica, Cachoeiro de Itapemirim e Linhares, que passou a fazer parte do grupo em 2012.

O FPM-Capital é distribuído, exclusivamente, às 27 capitais e seus critérios de distribuição são os mesmos do FPM-Reserva, ou seja, população e inverso da renda per capita estadual.

Divisões do FPM e seus respectivos critérios de distribuição

Divisões do FPM	Critérios de distribuição
FPM-Interior	86,4% do FPM total. É distribuído a todos os municípios do país, exceto as capitais.
FPM-Reserva	3,6% do FPM total. É destinado aos municípios do interior com população superior a 142.633 habitantes, exceto as capitais.
FPM-Capital	10% do FPM total. É distribuído às capitais estaduais.

Fonte: Lei nº 5.172/1966 e Decreto-Lei nº 1.881/1981.

Participação no FPM-Interior, número de municípios e população por Estado

Unidades da Federação	Participação no total em %	Número de municípios 2011 ¹	População 2011
Acre	0,2630	21	404.087
Alagoas	2,0883	101	2.200.274
Amapá	0,1392	15	1.705.963
Amazonas	1,2452	61	277.286
Bahia	9,2695	416	11.403.928
Ceará	4,5864	183	6.053.566
Espírito Santo	1,7595	77	3.216.529
Goiás	3,7318	245	4.762.567
Maranhão	3,9715	216	5.618.331
Mato Grosso	1,8949	140	17.343.061
Mato Grosso do Sul	1,5004	77	1.681.290
Minas Gerais	14,1846	852	2.519.637
Pará	3,2948	142	6.286.537
Paraíba	3,1942	222	3.058.160
Paraná	7,2857	398	7.320.393
Pernambuco	4,7952	183	2.317.964
Piauí	2,4015	223	8.747.808
Rio de Janeiro	2,7379	91	9.756.729
Rio Grande do Norte	2,4324	166	2.387.877
Rio Grande do Sul	7,3011	495	1.140.723
Rondônia	0,7464	51	169.424
Roraima	0,0851	14	9.319.936
Santa Catarina	4,1997	292	5.889.756
São Paulo	14,2620	644	1.510.256
Sergipe	1,3342	74	30.271.063
Tocantins	1,2955	138	1.165.576
Total	100,0000	5.537	146.528.721

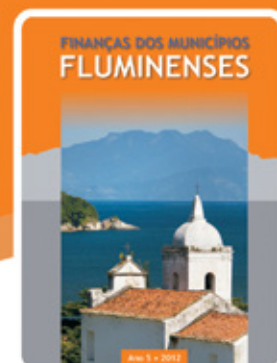
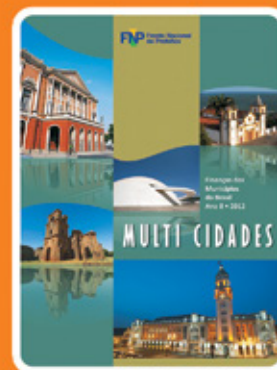
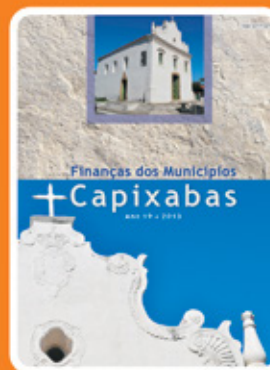
Fonte: Decisão Normativa nº 118/2011 - Tribunal de Contas da União. Nota: ¹exceto as capitais.

Coefficiente, participação no FPM-capital e população das capitais

Capital	UF	Coefficiente de 2012	Part. no total 2011 em %	População 2010
Aracaju	SE	3,60	3,0354	579.563
Belém	PA	7,00	5,9022	1.402.056
Belo Horizonte	MG	6,00	5,0590	2.385.640
Boa Vista	RR	2,40	2,0236	290.741
Brasília	DF	2,00	1,6863	2.609.998
Campo Grande	MS	2,00	1,6863	796.252
Cuiabá	MT	1,80	1,5177	556.299
Curitiba	PR	4,00	3,3727	1.764.541
Florianópolis	SC	1,60	1,3491	427.298
Fortaleza	CE	12,50	10,5396	2.476.589
Goiânia	GO	3,60	3,0354	1.318.149
João Pessoa	PB	5,00	4,2159	733.155
Macapá	AP	2,80	2,3609	407.023
Maceió	AL	6,25	5,2698	943.110
Manaus	AM	4,80	4,0472	1.832.424
Natal	RN	4,00	3,3727	810.780
Palmas	TO	3,20	2,6981	235.316
Porto Alegre	RS	3,15	2,6560	1.413.094
Porto Velho	RO	2,40	2,0236	435.732
Recife	PE	7,00	5,9022	1.549.191
Rio Branco	AC	3,20	2,6981	342.299
Rio de Janeiro	RJ	4,00	3,3727	6.355.949
Salvador	BA	9,00	7,5885	2.693.606
São Luís	MA	6,25	5,2698	1.027.430
São Paulo	SP	3,00	2,5295	11.316.119
Teresina	PI	6,25	5,2698	822.364
Vitória	ES	1,80	1,5177	330.526
Total		118,60	100,0000	45.855.244

Fonte: Decisão Normativa nº 118/2011 - Tribunal de Contas da União.

Compare, analise e entenda as finanças dos municípios



Consulte os anuários desenvolvidos pela Aequus Consultoria

www.aequus.com.br
(27) 3235-7841



Regiões e municípios	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Variação 2012/2011	Partic. na rec. corr. ¹ 2012	FPM per capita 2012
	em R\$ mil - IPCA médio de 2012						em %		em R\$
MS Noroeste	148.596,2	184.729,3	170.854,4	176.224,9	202.286,9	197.506,7	-2,4	23,2	473,62
Água Doce do Norte	6.108,3	7.617,7	6.903,2	7.049,0	8.011,4	7.822,0	-2,4	31,1	672,92
Água Branca	4.654,0	5.713,3	5.177,4	5.286,7	6.008,5	5.866,5	-2,4	22,3	617,08
Alto Rio Novo	4.508,5	5.713,3	5.177,4	5.286,7	6.008,5	5.866,5	-2,4	31,5	795,89
Baixo Guandu	10.325,8	13.331,0	12.080,6	12.335,7	14.019,9	13.688,6	-2,4	24,0	467,63
Barra de São Francisco	13.234,5	17.139,8	15.532,2	15.860,2	18.025,6	17.599,6	-2,4	24,4	428,11
Boa Esperança	7.990,6	7.617,7	6.903,2	7.049,0	10.014,2	9.777,6	-2,4	28,0	684,80
Colatina	23.414,8	30.470,8	27.612,8	28.196,0	32.045,5	31.288,2	-2,4	13,9	276,75
Ecoporanga	9.307,9	11.426,6	12.080,6	12.335,7	12.017,0	11.733,1	-2,4	24,2	507,99
Governador Lindenberg	4.794,4	5.713,3	6.903,2	7.049,0	8.011,4	7.822,0	-2,4	31,0	704,31
Mantenópolis	6.108,3	7.617,7	6.903,2	7.049,0	10.014,2	9.777,6	-2,4	33,2	707,19
Marilândia	6.392,5	7.617,7	6.903,2	7.049,0	8.011,4	7.822,0	-2,4	30,8	693,08
Nova Venécia	14.688,8	19.044,3	17.258,0	17.622,5	20.028,4	19.555,1	-2,4	21,9	420,66
Pancas	8.871,5	11.426,6	10.354,8	10.573,5	12.017,0	11.733,1	-2,4	31,4	540,15
São Domingos do Norte	4.794,4	5.713,3	5.177,4	5.286,7	6.008,5	5.866,5	-2,4	26,7	726,96
São Gabriel da Palha	10.616,8	13.331,0	12.080,6	14.098,0	16.022,7	15.644,1	-2,4	26,4	479,07
Vila Pavão	4.794,4	5.713,3	5.177,4	5.286,7	6.008,5	5.866,5	-2,4	27,5	672,46
Vila Valério	7.990,6	9.522,1	8.629,0	8.811,2	10.014,2	9.777,6	-2,4	30,1	707,29
MS Litoral Norte	169.399,2	203.773,5	189.838,2	195.609,7	232.329,5	241.297,0	3,9	15,7	429,09
Aracruz	20.775,6	24.757,5	22.435,4	22.909,2	28.039,8	27.377,2	-2,4	8,9	324,26
Conceição da Barra	11.186,9	13.331,0	12.080,6	12.335,7	14.019,9	13.688,6	-2,4	18,4	476,21
Fundão	7.990,6	9.522,1	8.629,0	8.811,2	12.017,0	11.733,1	-2,4	23,8	665,44
Ibiraçu	6.392,5	7.617,7	6.903,2	7.049,0	8.011,4	7.822,0	-2,4	28,2	690,08
Jaguari	9.588,8	11.426,6	10.354,8	10.573,5	14.019,9	13.688,6	-2,4	19,5	537,78
João Neiva	7.417,2	9.522,1	8.629,0	8.811,2	10.014,2	9.777,6	-2,4	25,3	615,48
Linhares	25.975,5	32.375,2	31.064,4	31.720,5	36.051,1	49.656,8	37,7	10,9	340,96
Montanha	7.417,2	11.426,6	10.354,8	10.573,5	12.017,0	11.733,1	-2,4	27,8	654,09
Mucurici	4.654,0	5.713,3	5.177,4	5.286,7	6.008,5	5.866,5	-2,4	26,9	1.044,05
Pedro Canário	9.588,8	11.426,6	12.080,6	12.335,7	14.019,9	13.688,6	-2,4	32,7	568,68
Pinheiros	8.871,5	11.426,6	10.354,8	12.335,7	14.019,9	13.688,6	-2,4	24,5	563,69
Ponto Belo	4.794,4	5.713,3	5.177,4	5.286,7	6.008,5	5.866,5	-2,4	29,5	827,67
Rio Bananal	9.588,1	9.522,1	10.354,8	10.573,5	12.017,0	11.733,1	-2,4	22,5	662,40
São Mateus	25.569,5	28.566,4	25.887,0	26.433,7	32.045,5	31.288,2	-2,4	13,4	279,78
Sooretama	9.588,8	11.426,6	10.354,8	10.573,5	14.019,9	13.688,6	-2,4	27,1	554,53
MS Central	150.099,9	177.111,6	162.225,4	165.651,4	192.272,7	187.729,2	-2,4	19,3	586,81
Afonso Cláudio	11.780,2	15.235,4	13.806,4	14.098,0	16.022,7	15.644,1	-2,4	26,5	505,97
Alfredo Chaves	7.990,6	9.522,1	8.629,0	8.811,2	10.014,2	9.777,6	-2,4	27,8	698,05
Anchieta	9.588,8	11.426,6	10.354,8	10.573,5	14.019,9	13.688,6	-2,4	4,8	556,08
Brejetuba	6.392,5	7.617,7	6.903,2	7.049,0	8.011,4	7.822,0	-2,4	26,8	654,56
Conceição do Castelo	6.392,5	7.617,7	6.903,2	7.049,0	8.011,4	7.822,0	-2,4	26,3	663,00
Domingos Martins	12.785,0	15.235,4	13.806,4	14.098,0	16.022,7	15.644,1	-2,4	20,8	488,24
Iconha	6.392,5	7.617,7	6.903,2	7.049,0	8.011,4	7.822,0	-2,4	23,7	616,83
Itaguaçu	7.990,6	9.522,1	8.629,0	8.811,2	10.014,2	9.777,6	-2,4	30,1	694,43
Itarana	6.392,5	7.617,7	6.903,2	7.049,0	8.011,4	7.822,0	-2,4	31,2	724,33
Laranja da Terra	6.392,5	7.617,7	6.903,2	7.049,0	8.011,4	7.822,0	-2,4	32,3	723,59
Marechal Floriano	7.990,6	7.617,7	6.903,2	7.049,0	10.014,2	9.777,6	-2,4	26,4	670,80
Piúma	9.588,8	9.522,1	10.354,8	10.573,5	12.017,0	11.733,1	-2,4	21,6	630,91
Rio Novo do Sul	6.392,5	7.617,7	6.903,2	7.049,0	8.011,4	7.822,0	-2,4	30,6	690,14
Santa Leopoldina	6.392,5	7.617,7	6.903,2	7.049,0	8.011,4	7.822,0	-2,4	28,4	640,78
Santa Maria de Jetibá	12.785,0	15.235,4	13.806,4	14.098,0	16.022,7	15.644,1	-2,4	20,7	447,08
Santa Teresa	8.871,5	11.426,6	10.354,8	10.573,5	12.017,0	11.733,1	-2,4	21,4	533,20
São Roque do Canaã	6.392,5	7.617,7	6.903,2	7.049,0	8.011,4	7.822,0	-2,4	32,8	685,78
Venda Nova do Imigrante	9.588,8	11.426,6	10.354,8	10.573,5	12.017,0	11.733,1	-2,4	25,0	556,23
Região Metropolitana	243.784,9	283.441,4	257.643,5	264.396,4	304.369,1	313.104,3	2,9	8,4	183,35
Caraciaca	41.674,4	49.661,3	44.643,5	45.465,9	51.491,5	51.612,3	0,2	11,1	146,45
Guarapari	25.570,0	28.566,4	27.612,8	28.196,0	32.045,5	31.288,2	-2,4	14,7	290,15
Serra	41.674,4	49.661,3	44.643,5	45.465,9	51.491,5	51.612,3	0,2	6,0	122,14
Viana	17.579,4	20.948,7	18.983,8	19.384,7	24.034,1	23.466,1	-2,4	18,9	351,58
Vila Velha	41.674,4	49.661,3	44.643,5	45.465,9	51.491,5	51.612,3	0,2	7,8	121,46
Vitória	75.612,4	84.942,5	77.116,2	80.417,9	93.815,1	103.512,9	10,3	7,3	310,70
MS Sul	214.565,8	257.243,7	234.481,8	239.313,4	271.804,0	266.718,7	-1,9	16,0	467,03
Alegre	11.780,2	13.331,0	13.806,4	14.098,0	16.022,7	15.644,1	-2,4	25,4	510,81
Apiaçá	4.794,4	5.713,3	5.177,4	5.286,7	6.008,5	5.866,5	-2,4	30,9	782,52
Atílio Vivacqua	4.508,5	5.713,3	5.177,4	5.286,7	6.008,5	5.866,5	-2,4	23,0	582,00
Bom Jesus do Norte	4.794,4	5.713,3	5.177,4	5.286,7	6.008,5	5.866,5	-2,4	31,2	616,62
Cachoeiro de Itapemirim	42.636,3	49.661,3	44.643,5	45.465,9	51.491,5	51.612,3	0,2	16,5	268,60
Castelo	12.785,0	15.235,4	13.806,4	14.098,0	16.022,7	15.644,1	-2,4	22,7	446,36
Divino de São Lourenço	4.794,4	5.713,3	5.177,4	5.286,7	6.008,5	5.866,5	-2,4	36,8	1.312,13
Dores do Rio Preto	4.794,4	5.713,3	5.177,4	5.286,7	6.008,5	5.866,5	-2,4	29,9	912,51
Guaçuí	11.186,9	13.331,0	12.080,6	12.335,7	14.019,9	13.688,6	-2,4	23,8	485,27
Ibatiba	9.588,8	11.426,6	10.354,8	10.573,5	12.017,0	11.733,1	-2,4	29,0	513,64
Ibitirama	6.392,0	5.713,3	5.177,4	5.286,7	6.008,5	5.866,5	-2,4	25,2	657,76
Irupi	6.392,5	7.617,7	6.903,2	7.049,0	8.011,4	7.822,0	-2,4	29,8	655,66
Itapemirim	12.071,1	15.235,4	13.806,4	14.098,0	16.022,7	15.644,1	-2,4	5,5	497,89
Iúna	10.471,3	13.331,0	12.080,6	12.335,7	14.019,9	13.688,6	-2,4	27,4	497,55
Jerônimo Monteiro	5.962,8	7.617,7	6.903,2	7.049,0	8.011,4	7.822,0	-2,4	27,6	712,13
Marataizes	12.785,0	15.235,4	13.806,4	14.098,0	16.022,7	15.644,1	-2,4	14,2	451,16
Mimoso do Sul	11.186,9	13.331,0	12.080,6	12.335,7	14.019,9	13.688,6	-2,4	27,4	529,38
Muniz Freire	9.588,8	11.426,6	10.354,8	10.573,5	12.017,0	11.733,1	-2,4	27,2	644,60
Muqui	7.417,2	9.522,1	8.629,0	8.811,2	10.014,2	9.777,6	-2,4	35,0	674,04
Presidente Kennedy	4.654,0	7.617,7	6.903,2	7.049,0	8.011,4	7.822,0	-2,4	2,5	750,03
São José do Calçado	6.392,5	7.617,7	6.903,2	7.049,0	8.011,4	7.822,0	-2,4	29,7	752,34
Vargem Alta	9.588,8	11.426,6	10.354,8	10.573,5	12.017,0	11.733,1	-2,4	24,5	604,95
TOTAL	926.445,9	1.106.299,5	1.015.043,3	1.041.195,8	1.203.062,3	1.206.355,9	0,3	13,8	337,15

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Nota: ¹receita corrente excluída a receita intraorçamentária e a parcela destinada ao Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

Posição	Município	FPM em R\$	População 2012
1º	Vitória	103.512.942,85	333.162
2º	Cachoeiro de Itapemirim	51.612.340,19	192.156
3º	Cariacica	51.612.340,19	352.431
4º	Serra	51.612.340,19	422.569
5º	Vila Velha	51.612.340,19	424.948
6º	Linhares	49.656.828,24	145.639
7º	Colatina	31.288.192,85	113.054
8º	Guarapari	31.288.192,85	107.836
9º	São Mateus	31.288.192,85	111.832
10º	Aracruz	27.377.168,74	84.429
11º	Viana	23.466.144,73	66.745
12º	Nova Venécia	19.555.120,68	46.487
13º	Barra de São Francisco	17.599.608,60	41.110
14º	Afonso Cláudio	15.644.096,61	30.919
15º	Alegre	15.644.096,61	30.626
16º	Castelo	15.644.096,61	35.048
17º	Domingos Martins	15.644.096,61	32.042
18º	Itapemirim	15.644.096,61	31.421
19º	Marataizes	15.644.096,61	34.675
20º	Santa Maria de Jetibá	15.644.096,61	34.992
21º	São Gabriel da Palha	15.644.096,61	32.655
22º	Baixo Guandu	13.688.584,65	29.272
23º	Conceição da Barra	13.688.584,65	28.745
24º	Guaçuí	13.688.584,65	28.208
25º	Iúna	13.688.584,65	27.512
26º	Mimoso do Sul	13.688.584,65	25.858
27º	Pedro Canário	13.688.584,65	24.071
28º	Pinheiros	13.688.584,65	24.284
29º	Anchieta	13.688.584,65	24.616
30º	Jaguaré	13.688.584,65	25.454
31º	Sooretama	13.688.584,65	24.685
32º	Ecoporanga	11.733.072,54	23.097
33º	Ibatiba	11.733.072,54	22.843
34º	Montanha	11.733.072,54	17.938
35º	Muniz Freire	11.733.072,54	18.202
36º	Pancas	11.733.072,54	21.722
37º	Piúma	11.733.072,54	18.597
38º	Rio Bananal	11.733.072,54	17.713
39º	Santa Teresa	11.733.072,54	22.005
40º	Vargem Alta	11.733.072,54	19.395
41º	Venda Nova do Imigrante	11.733.072,54	21.094
42º	Fundão	11.733.072,54	17.632
43º	Alfredo Chaves	9.777.560,58	14.007
44º	Itaguaçu	9.777.560,58	14.080
45º	João Neiva	9.777.560,58	15.886
46º	Muqui	9.777.560,58	14.506
47º	Vila Valério	9.777.560,58	13.824
48º	Boa Esperança	9.777.560,58	14.278
49º	Mantenópolis	9.777.560,58	13.826
50º	Marechal Floriano	9.777.560,58	14.576
51º	Água Doce do Norte	7.822.048,51	11.624
52º	Brejetuba	7.822.048,51	11.950
53º	Conceição do Castelo	7.822.048,51	11.798
54º	Ibiraçu	7.822.048,51	11.335
55º	Iconha	7.822.048,51	12.681
56º	Irupi	7.822.048,51	11.930
57º	Itarana	7.822.048,51	10.799
58º	Jerônimo Monteiro	7.822.048,51	10.984
59º	Laranja da Terra	7.822.048,51	10.810
60º	Marilândia	7.822.048,51	11.286
61º	Presidente Kennedy	7.822.048,51	10.429
62º	Rio Novo do Sul	7.822.048,51	11.334
63º	Santa Leopoldina	7.822.048,51	12.207
64º	São José do Calçado	7.822.048,51	10.397
65º	São Roque do Canaã	7.822.048,51	11.406
66º	Governador Lindenberg	7.822.048,10	11.106
67º	Água Branca	5.866.536,46	9.507
68º	Alto Rio Novo	5.866.536,46	7.371
69º	Apiacá	5.866.536,46	7.497
70º	Atílio Vivácqua	5.866.536,46	10.080
71º	Bom Jesus do Norte	5.866.536,46	9.514
72º	Divino de São Lourenço	5.866.536,46	4.471
73º	Dores do Rio Preto	5.866.536,46	6.429
74º	Ibitirama	5.866.536,46	8.919
75º	Mucurici	5.866.536,46	5.619
76º	Ponto Belo	5.866.536,46	7.088
77º	São Domingos do Norte	5.866.536,46	8.070
78º	Vila Pavão	5.866.536,46	8.724
TOTAL		1.206.355.868,38	3.578.067

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN). População para 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Posição	Município	A / B	FPM (A) em R\$	População 2012 (B)
1º	Divino de São Lourenço	1.312,13	5.866.536,46	4.471
2º	Mucurici	1.044,05	5.866.536,46	5.619
3º	Dores do Rio Preto	912,51	5.866.536,46	6.429
4º	Ponto Belo	827,67	5.866.536,46	7.088
5º	Alto Rio Novo	795,89	5.866.536,46	7.371
6º	Apiacá	782,52	5.866.536,46	7.497
7º	São José do Calçado	752,34	7.822.048,51	10.397
8º	Presidente Kennedy	750,03	7.822.048,51	10.429
9º	São Domingos do Norte	726,96	5.866.536,46	8.070
10º	Itarana	724,33	7.822.048,51	10.799
11º	Laranja da Terra	723,59	7.822.048,51	10.810
12º	Jerônimo Monteiro	712,13	7.822.048,51	10.984
13º	Vila Valério	707,29	9.777.560,58	13.824
14º	Mantenópolis	707,19	9.777.560,58	13.826
15º	Governador Lindenberg	704,31	7.822.048,10	11.106
16º	Alfredo Chaves	698,05	9.777.560,58	14.007
17º	Itaguaçu	694,43	9.777.560,58	14.080
18º	Marilândia	693,08	7.822.048,51	11.286
19º	Rio Novo do Sul	690,14	7.822.048,51	11.334
20º	Ibiraçu	690,08	7.822.048,51	11.335
21º	São Roque do Canaã	685,78	7.822.048,51	11.406
22º	Boa Esperança	684,80	9.777.560,58	14.278
23º	Muqui	674,04	9.777.560,58	14.506
24º	Água Doce do Norte	672,92	7.822.048,51	11.624
25º	Vila Pavão	672,46	5.866.536,46	8.724
26º	Marechal Floriano	670,80	9.777.560,58	14.576
27º	Fundão	665,44	11.733.072,54	17.632
28º	Conceição do Castelo	663,00	7.822.048,51	11.798
29º	Rio Bananal	662,40	11.733.072,54	17.713
30º	Ibitirama	657,76	5.866.536,46	8.919
31º	Irupi	655,66	7.822.048,51	11.930
32º	Brejetuba	654,56	7.822.048,51	11.950
33º	Montanha	654,09	11.733.072,54	17.938
34º	Muniz Freire	644,60	11.733.072,54	18.202
35º	Santa Leopoldina	640,78	7.822.048,51	12.207
36º	Piúma	630,91	11.733.072,54	18.597
37º	Água Branca	617,08	5.866.536,46	9.507
38º	Iconha	616,83	7.822.048,51	12.681
39º	Bom Jesus do Norte	616,62	5.866.536,46	9.514
40º	João Neiva	615,48	9.777.560,58	15.886
41º	Vargem Alta	604,95	11.733.072,54	19.395
42º	Atílio Vivácqua	582,00	5.866.536,46	10.080
43º	Pedro Canário	568,68	13.688.584,65	24.071
44º	Pinheiros	563,69	13.688.584,65	24.284
45º	Venda Nova do Imigrante	556,23	11.733.072,54	21.094
46º	Anchieta	556,08	13.688.584,65	24.616
47º	Sooretama	554,53	13.688.584,65	24.685
48º	Pancas	540,15	11.733.072,54	21.722
49º	Jaguaré	537,78	13.688.584,65	25.454
50º	Santa Teresa	533,20	11.733.072,54	22.005
51º	Mimoso do Sul	529,38	13.688.584,65	25.858
52º	Ibatiba	513,64	11.733.072,54	22.843
53º	Alegre	510,81	15.644.096,61	30.626
54º	Ecoporanga	507,99	11.733.072,54	23.097
55º	Afonso Cláudio	505,97	15.644.096,61	30.919
56º	Itapemirim	497,89	15.644.096,61	31.421
57º	Iúna	497,55	13.688.584,65	27.512
58º	Domingos Martins	488,24	15.644.096,61	32.042
59º	Guaçuí	485,27	13.688.584,65	28.208
60º	São Gabriel da Palha	479,07	15.644.096,61	32.655
61º	Conceição da Barra	476,21	13.688.584,65	28.745
62º	Baixo Guandu	467,63	13.688.584,65	29.272
63º	Marataizes	451,16	15.644.096,61	34.675
64º	Santa Maria de Jetibá	447,08	15.644.096,61	34.992
65º	Castelo	446,36	15.644.096,61	35.048
66º	Barra de São Francisco	428,11	17.599.608,60	41.110
67º	Nova Venécia	420,66	19.555.120,68	46.487
68º	Viana	351,58	23.466.144,73	66.745
69º	Linhares	340,96	49.656.828,24	145.639
70º	Aracruz	324,26	27.377.168,74	84.429
71º	Vitória	310,70	103.512.942,85	333.162
72º	Guarapari	290,15	31.288.192,85	107.836
73º	São Mateus	279,78	31.288.192,85	111.832
74º	Colatina	276,75	31.288.192,85	113.054
75º	Cachoeiro de Itapemirim	268,60	51.612.340,19	192.156
76º	Cariacica	146,45	51.612.340,19	352.431
77º	Serra	122,14	51.612.340,19	422.569
78º	Vila Velha	121,46	51.612.340,19	424.948
TOTAL		337,15	1.206.355.868,38	3.578.067

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN). População para 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



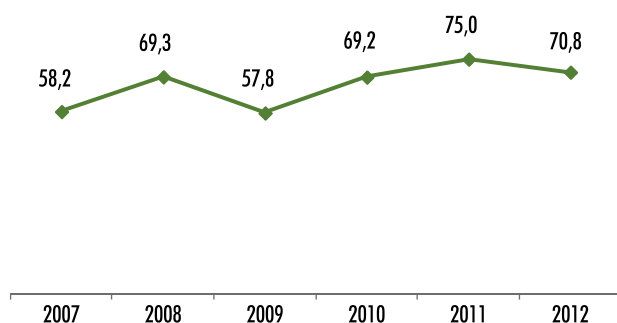
A dívida ativa é composta por tributos não pagos pelos contribuintes e demais créditos que o governo tem direito a receber. Os governos procuram receber os valores da dívida ativa através da cobrança administrativa e judicial ou protestando os devedores e os contribuintes inadimplentes.

Desempenho

Em 2012, o volume de recursos resgatados da dívida ativa pelos municípios capixabas foi de R\$ 70,8 milhões, 5,6% a menos do que o recebido no ano de 2011.

Evolução da receita da dívida ativa

em R\$ milhões - IPCA médio de 2012



Taxa anual de crescimento da receita da dívida ativa em relação ao ano anterior



Com uma forte redução na receita da dívida ativa, que passou de R\$ 10,9 milhões, em 2011, para R\$ 6 milhões, em 2012, Vila Velha foi o principal responsável pela retração do conjunto dos municípios capixabas. Desconsiderando-

-se essa cidade, houve um crescimento de 1,1% entre os municípios.

Vitória, que possui a maior receita de dívida ativa entre os municípios do Espírito Santo, recolheu R\$ 15,1 milhões, 5,7% a mais que no ano anterior. Na sequência, com os maiores valores na receita de dívida ativa, aparecem Serra (R\$ 10,9 milhões, com alta de 14,5%), Cariacica (R\$ 9,2 milhões, com redução de 2,9%) e Cachoeiro de Itapemirim (R\$ 8,1 milhões e alta de 2,5%). Esses cinco municípios concentraram quase 70% do total da receita da dívida ativa.

Resgate da dívida ativa

O esforço dos municípios em recuperar seus créditos junto aos devedores pode ser mensurado através do indicador de resgate que expressa, em percentual, a razão entre a receita da dívida ativa do ano analisado e o estoque total da dívida ativa inscrita no ano anterior.

Deve-se ressaltar que esse indicador apresenta uma séria limitação. Muitos municípios não administram de forma adequada o cadastro da dívida ativa. Pode ocorrer de um município apresentar um bom indicador de resgate simplesmente pelo fato de ter resgatado débitos além daqueles registrados em seu cadastro. Por outro lado, um município pode apresentar um baixo indicador de resgate, simplesmente por que acumulou “créditos podres” em seu cadastro, durante muitos anos. Os “créditos podres” são aqueles cujas chances de se tornarem receita de fato são baixíssimas, pois são constituídos de dívidas muito antigas e já prescritas, ou dívidas de pessoas ou empresas falsas e que não são mais localizadas, dentre outros casos.

Apesar da limitação, **Finanças dos Municípios Capixabas** optou por apresentar o indicador de resgate para que a sociedade tenha um parâmetro de comparabilidade do esforço empreendido pelas administrações para cobrar a dívida ativa.

Desde 2009, a taxa de resgate da dívida ativa vem se reduzindo paulatinamente para atingir seu menor nível em 2012, quando os municípios capixabas resgataram apenas 1,5% do estoque de dívida ativa inscrito no exercício de 2011, o menor percentual desde 2003. O indicador já foi maior em 2007 (3,7%) e em 2008 (4,1%), anos nos quais a economia do país estava crescendo a taxas muito

superiores às atuais. Portanto, o melhor desempenho do resgate, naqueles anos, pode estar mais associado à disposição voluntária dos inadimplentes em sanar suas pendências para com o fisco municipal do que com uma atitude proativa das administrações nesse sentido.

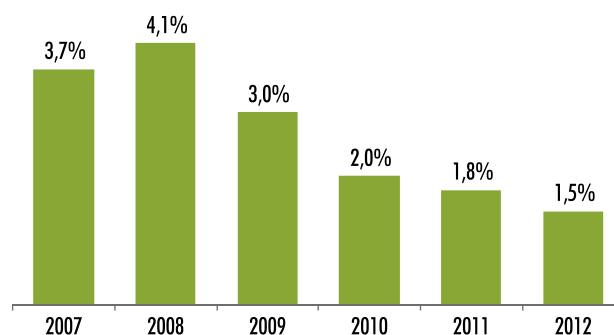
O valor total inscrito na dívida ativa do conjunto dos municípios capixabas até o final de 2011 era de R\$ 4,79 bilhões, em valores corrigidos da inflação. Em 2012, o ano foi concluído com um estoque de R\$ 4,54 bilhões, valor 5,3% abaixo do ano anterior. Esse valor é, pelo menos, três vezes maior que a soma de todos os investimentos efetuados pelas administrações municipais no Espírito Santo no mesmo ano. O grande volume da dívida ativa municipal justifica, portanto, maiores esforços por parte das administrações no sentido de limpar o cadastro dos “créditos podres”, buscar uma forma mais eficiente de resgatá-la e de evitar que ela cresça.

Com relação aos esforços para receber a dívida ativa, o indicador de resgate mostra que ele tem sido mínimo ou pouco eficiente. O volume arrecadado em 2012 representou apenas 1,5% do estoque registrado no final de 2011, o menor percentual desde 2003. Ao lembrar que esse indicador pode estar superestimado em função das limitações citadas acima, pode-se concluir que o resgate da dívida ativa tem sido um desastre. O indicador já foi maior em 2007 (3,7%) e em 2008 (4,1%), anos nos quais a economia do país estava crescendo a taxas muito superiores às atuais. Portanto, o melhor desempenho do resgate, naqueles anos, pode estar mais associado à disposição voluntária dos inadimplentes em sanar suas pendências para com o fisco municipal do que com uma atitude proativa das administrações nesse sentido.

Os municípios que obtiveram os maiores índices de recuperação dos créditos inscritos, em 2012, foram: Água Doce do Norte (27,5%), Iúna (23,1%), Venda Nova do Imigrante (18,9%), Brejetuba, São Roque do Canaã (18,8% cada um) e Barra de São Francisco (18,6%). Caberia analisar a consistência de seus cadastros para confirmar se seus esforços foram realmente relevantes.

Entre os municípios maiores, com mais de 50 mil habitantes, os melhores desempenhos na recuperação da dívida ativa foram de Cachoeiro de Itapemirim (8,6%), Cariacica (7,3%), Colatina (6,6%) e Serra (6,1%). Na capital, o indicador foi de 1,4%.

Indicador de resgate da dívida ativa



Os municípios com os maiores estoques de dívida ativa, no final de 2012, eram Vitória (R\$ 1,16 bilhão), Itapemirim (R\$ 730,1 milhões), Cariacica (R\$ 449,8 milhões), Maratáizes (R\$ 449,6 milhões), Linhares (R\$ 388,9 milhões) e Aracruz (R\$ 321,3 milhões). A recuperação desses créditos deve ser efetuada a partir de 2013.

Aequus Consultoria
Desenvolvimento de
estudos e publicações
especializadas.



Receita da dívida ativa - 2007-2012

Regiões e municípios	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (A)	Variação relativa 2012/2011	Estoque da dívida 2011 (B)	Indicador de resgate (A / B)	Partic. na rec. corr.¹ 2012	Receita da dívida ativa per capita 2012 em R\$
	em R\$ mil - IPCA médio de 2012					em %	em R\$ mil	em %			
MS Noroeste	3.519,8	3.850,1	2.999,8	3.600,9	3.960,4	3.576,4	-9,7	55.330,8	6,5	0,4	8,58
Água Doce do Norte	29,7	16,8	48,4	101,6	51,3	75,5	47,3	274,4	27,5	0,3	6,50
Águia Branca	9,0	22,1	8,9	8,5	25,6	29,6	15,5	577,4	5,1	0,1	3,11
Alto Rio Novo	-	-	29,7	15,5	19,9	24,6	23,5	1.281,6	1,9	0,1	3,34
Baixo Guandu	250,9	200,1	295,8	296,4	306,9	246,4	-19,7	6.626,4	3,7	0,4	8,42
Barra de São Francisco	801,9	250,1	386,8	545,4	390,6	437,7	12,1	2.348,8	18,6	0,6	10,65
Boa Esperança	189,6	43,3	45,9	36,7	74,9	65,9	-12,0	1.757,3	3,8	0,2	4,62
Colatina	1.269,8	1.969,7	1.008,5	1.316,0	1.541,0	1.396,6	-9,4	21.018,3	6,6	0,6	12,35
Ecoporanga	35,7	25,8	36,6	38,7	59,2	35,9	-39,4	1.716,1	2,1	0,1	1,55
Governador Lindenberg	7,0	3,3	4,4	4,4	3,5	2,7	-24,3	52,8	5,1	0,0	0,24
Mantenópolis	136,1	174,8	200,6	219,6	233,0	256,8	10,2	4.557,9	5,6	0,9	18,57
Marilândia	55,7	39,9	26,7	35,1	15,2	52,9	247,3	2.179,3	2,4	0,2	4,69
Nova Venécia	352,7	497,6	372,8	251,2	422,1	288,4	-31,7	2.678,9	10,8	0,3	6,20
Pancas	85,4	65,5	75,8	141,5	88,6	61,4	-30,6	1.258,5	4,9	0,2	2,83
São Domingos do Norte	11,8	23,1	24,1	54,3	124,6	39,3	-68,4	395,1	9,9	0,2	4,87
São Gabriel da Palha	198,1	275,9	320,4	421,9	489,7	462,0	-5,7	7.419,6	6,2	0,8	14,15
Vila Pavão	33,8	191,1	24,2	23,6	45,3	22,7	-50,0	216,2	10,5	0,1	2,60
Vila Valério	52,7	50,8	90,2	90,5	68,7	77,9	13,3	972,0	8,0	0,2	5,63
MS Litoral Norte	4.589,4	3.655,4	4.631,6	6.264,0	5.113,9	4.587,1	-10,3	526.702,6	0,9	0,3	8,16
Aracruz	1.264,5	861,4	743,2	784,8	790,7	1.112,8	40,7	333.192,4	0,3	0,4	13,18
Conceição da Barra	378,0	397,2	416,1	786,7	691,7	575,6	-16,8	15.082,6	3,8	0,8	20,02
Fundão	57,2	62,1	65,2	75,8	147,2	52,1	-64,6	4.509,0	1,2	0,1	2,96
Ibiraçu	354,2	333,8	332,9	367,5	411,8	216,0	-47,6	3.048,7	7,1	0,8	19,05
Jaguari	118,9	93,5	82,2	89,8	193,0	142,2	-26,3	6.828,0	2,1	0,2	5,59
João Neiva	253,7	202,6	186,9	147,8	208,1	164,7	-20,9	1.574,3	10,5	0,4	10,37
Linhares	1.324,0	1.172,0	2.258,5	3.416,7	1.669,1	1.639,4	-1,8	129.726,7	1,3	0,4	11,26
Montanha	25,3	22,7	21,0	24,2	24,0	21,6	-10,1	1.526,8	1,4	0,1	1,20
Mucurici	5,1	2,6	4,8	-	2,2	8,5	281,5	396,8	2,1	0,0	1,52
Pedro Canário	65,8	47,7	27,4	34,3	251,0	59,7	-76,2	5.436,1	1,1	0,1	2,48
Pinheiros	42,7	29,9	122,2	128,9	121,7	127,5	4,8	1.202,1	10,6	0,2	5,25
Ponto Belo	12,7	14,0	10,3	18,8	9,5	8,7	-8,9	189,5	4,6	0,0	1,22
Rio Bananal	127,9	77,2	38,8	35,2	132,4	18,6	-86,0	206,7	9,0	0,0	1,05
São Mateus	509,9	304,7	291,5	314,1	392,4	404,4	3,0	22.534,1	1,8	0,2	3,62
Sooretama	49,4	34,0	30,6	39,5	68,9	35,2	-48,9	1.248,9	2,8	0,1	1,43
MS Central	4.167,5	4.222,9	4.093,6	4.088,7	4.458,5	3.512,7	-21,2	80.029,6	4,4	0,4	10,98
Afonso Cláudio	201,4	153,0	241,8	223,4	237,0	123,2	-48,0	2.956,3	4,2	0,2	3,99
Alfredo Chaves	201,9	78,7	71,9	66,7	63,5	77,8	22,6	3.840,9	2,0	0,2	5,55
Anchieta	1.449,9	1.294,7	1.165,9	1.358,4	1.665,5	1.570,9	-5,7	48.912,6	3,2	0,6	63,82
Brejetuba	3,7	-	3,9	0,6	8,5	18,7	121,0	99,6	18,8	0,1	1,57
Conceição do Castelo	36,9	33,5	45,1	47,0	37,3	23,9	-35,9	843,4	2,8	0,1	2,03
Domingos Martins	198,1	332,4	256,6	178,4	203,4	216,0	6,2	2.478,4	8,7	0,3	6,74
Iconha	371,6	280,8	135,0	191,5	172,3	128,5	-25,4	2.492,4	5,2	0,4	10,13
Itaguaçu	137,8	121,5	110,9	101,0	122,0	144,0	18,0	1.348,7	10,7	0,4	10,23
Itarana	58,8	18,8	56,4	40,3	28,5	16,0	-43,9	285,5	5,6	0,1	1,48
Laranja da Terra	40,8	39,1	23,8	29,4	58,3	63,5	8,9	827,8	7,7	0,3	5,87
Marechal Floriano	146,2	225,4	50,8	103,2	95,2	116,1	22,0	1.744,9	6,7	0,3	7,97
Piúma	526,0	890,1	394,4	856,2	938,9	456,7	-51,4	8.370,6	5,5	0,8	24,56
Rio Novo do Sul	42,5	36,8	65,8	67,9	22,1	21,6	-2,1	-	..	0,1	1,91
Santa Leopoldina	10,6	22,2	17,8	10,8	14,3	10,5	-26,8	774,0	1,4	0,0	0,86
Santa Maria de Jetibá	459,3	486,0	981,1	458,5	459,9	159,4	-65,3	1.409,9	11,3	0,2	4,55
Santa Teresa	131,2	105,2	206,3	148,0	134,3	156,2	16,3	2.533,9	6,2	0,3	7,10
São Roque do Canaã	16,3	12,4	12,5	44,8	43,0	9,0	-79,0	48,0	18,8	0,0	0,79
Venda Nova do Imigrante	134,6	92,4	253,5	162,5	154,4	200,7	30,0	1.062,7	18,9	0,4	9,51
Região Metropolitana	36.371,2	46.005,5	34.133,0	44.106,9	47.441,9	45.479,6	-4,1	2.928.816,6	1,6	1,2	26,63
Cariacica	6.934,3	7.407,3	7.360,3	8.442,5	9.491,8	9.219,5	-2,9	126.717,3	7,3	2,0	26,16
Guarapari	3.850,2	12.191,2	1.728,9	1.449,0	1.287,5	1.702,5	32,2	188.834,0	0,9	0,8	15,79
Serra	7.384,6	6.365,2	7.562,4	11.171,9	9.570,1	10.962,2	14,5	179.682,6	6,1	1,3	25,94
Viana	1.672,8	1.777,7	1.254,9	1.611,5	1.930,4	2.463,4	27,6	69.906,2	3,5	2,0	36,91
Vila Velha	2.682,7	4.818,5	4.345,9	8.093,1	10.875,6	6.029,3	-44,6	1.298.611,5	0,5	0,9	14,19
Vitória	13.846,6	13.445,6	11.880,7	13.338,9	14.286,5	15.102,6	5,7	1.065.065,0	1,4	1,1	45,33
MS Sul	9.579,4	11.577,6	11.932,3	11.179,1	14.024,0	13.677,8	-2,5	1.199.560,1	1,1	0,8	23,95
Alegre	771,0	1.004,3	2.232,7	603,6	708,4	519,6	-26,6	11.388,7	4,6	0,8	16,97
Apiaçá	77,8	95,6	158,0	87,7	72,6	76,0	4,7	1.005,8	7,6	0,4	10,14
Atílio Vivacqua	35,0	26,4	111,2	33,8	12,0	19,5	62,0	291,8	6,7	0,1	1,93
Bom Jesus do Norte	26,1	9,5	7,5	17,0	40,0	33,1	-17,2	1.765,2	1,9	0,2	3,48
Cachoeiro de Itapemirim	5.123,4	5.966,6	5.917,5	5.829,4	7.860,6	8.055,1	2,5	93.497,5	8,6	2,6	41,92
Castelo	346,5	394,6	227,7	388,3	205,9	233,7	13,5	3.802,5	6,1	0,3	6,67
Divino de São Lourenço	28,9	16,5	52,2	10,2	19,2	24,9	29,5	282,6	8,8	0,2	5,56
Dores do Rio Preto	12,7	6,6	0,1	12,0	7,0	5,3	-24,7	485,5	1,1	0,0	0,83
Guaçu	200,1	108,7	187,2	259,9	562,8	315,9	-43,9	2.476,2	12,8	0,5	11,20
Ibatiba	105,1	56,0	21,2	58,9	54,3	59,7	10,0	1.939,6	3,1	0,1	2,61
Ibitirama	82,1	121,4	48,8	50,7	79,9	64,2	-19,7	588,7	10,9	0,3	7,19
Irupi	22,8	36,7	11,3	13,1	31,1	20,4	-34,2	301,1	6,8	0,1	1,71
Itapemirim	515,0	490,0	540,9	531,3	903,5	815,4	-9,8	769.356,2	0,1	0,3	25,95
Iúna	323,6	163,6	217,6	265,1	206,7	292,9	41,7	1.270,5	23,1	0,6	10,65
Jerônimo Monteiro	35,2	180,0	204,9	166,6	122,8	78,2	-36,3	990,0	7,9	0,3	7,12
Maratáizes	971,4	1.034,0	975,9	1.722,7	1.937,3	2.278,6	17,6	268.963,9	0,8	2,1	65,71
Mimoso do Sul	236,9	244,1	186,6	317,9	147,6	56,7	-61,6	12.946,8	0,4	0,1	2,19
Muniz Freire	199,2	286,5	297,3	212,0	230,7	224,2	-2,8	2.485,8	9,0	0,5	12,32
Muqui	92,8	50,1	49,7	46,1	104,9	69,9	-33,3	4.436,3	1,6	0,3	4,82
Presidente Kennedy	149,8	1.177,4	383,8	406,6	528,5	302,7	-42,7	15.723,2	1,9	0,1	29,02
São José do Calçado	177,6	57,8	-	20,1	64,1	49,5	-22,9	4.414,5	1,1	0,2	4,76
Vargem Alta	46,5	51,2	100,2	126,0	124,2	82,5	-33,6	1.147,7	7,2	0,2	4,25
TOTAL	58.227,3	69.311,6	57.790,3	69.239,6	74.998,6	70.833,7	-5,6	4.790.439,7	1,5	0,8	19,80

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. Nota: *receita corrente excluída a receita intraorçamentária e a parcela destinada ao Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

Receita da dívida ativa

Posição	Município	Receita da dívida ativa em R\$	População 2012
1º	Vitória	15.102.638,58	333.162
2º	Serra	10.962.224,23	422.569
3º	Cariacica	9.219.537,74	352.431
4º	Cachoeiro de Itapemirim	8.055.054,89	192.156
5º	Vila Velha	6.029.349,70	424.948
6º	Viana	2.463.434,81	66.745
7º	Marataízes	2.278.604,24	34.675
8º	Guarapari	1.702.457,19	107.836
9º	Linhares	1.639.407,76	145.639
10º	Anchieta	1.570.913,49	24.616
11º	Colatina	1.396.623,12	113.054
12º	Aracruz	1.112.822,00	84.429
13º	Itapemirim	815.382,63	31.421
14º	Conceição da Barra	575.561,10	28.745
15º	Alegre	519.641,07	30.626
16º	São Gabriel da Palha	462.017,66	32.655
17º	Piúma	456.657,18	18.597
18º	Barra de São Francisco	437.747,96	41.110
19º	São Mateus	404.367,78	111.832
20º	Guaçuí	315.886,86	28.208
21º	Presidente Kennedy	302.668,02	10.429
22º	Lúna	292.904,78	27.512
23º	Nova Venécia	288.431,42	46.487
24º	Mantenópolis	256.754,21	13.826
25º	Baixo Guandu	246.355,16	29.272
26º	Castelo	233.686,21	35.048
27º	Muniz Freire	224.215,37	18.202
28º	Domingos Martins	216.023,61	32.042
29º	Ibiraçu	215.973,90	11.335
30º	Venda Nova do Imigrante	200.702,22	21.094
31º	João Neiva	164.732,42	15.886
32º	Santa Maria de Jetibá	159.379,28	34.992
33º	Santa Teresa	156.178,64	22.005
34º	Itaguaçu	144.005,45	14.080
35º	Jaguaré	142.249,31	25.454
36º	Iconha	128.474,04	12.681
37º	Pinheiros	127.531,44	24.284
38º	Afonso Cláudio	123.230,88	30.919
39º	Marechal Floriano	116.111,32	14.576
40º	Vargem Alta	82.515,38	19.395
41º	Jerônimo Monteiro	78.199,02	10.984
42º	Vila Valério	77.869,86	13.824
43º	Alfredo Chaves	77.770,82	14.007
44º	Apicá	75.988,69	7.497
45º	Água Doce do Norte	75.543,80	11.624
46º	Muqui	69.924,81	14.506
47º	Boa Esperança	65.902,02	14.278
48º	Ibitirama	64.152,20	8.919
49º	Laranja da Terra	63.506,46	10.810
50º	Pancas	61.442,58	21.722
51º	Pedro Canário	59.748,33	24.071
52º	Ibatiba	59.675,81	22.843
53º	Mimoso do Sul	56.672,21	25.858
54º	Mariilândia	52.930,86	11.286
55º	Fundão	52.115,34	17.632
56º	São José do Calçado	49.451,41	10.397
57º	São Domingos do Norte	39.308,57	8.070
58º	Ecoporanga	35.905,54	23.097
59º	Sooretama	35.199,07	24.685
60º	Bom Jesus do Norte	33.137,33	9.514
61º	Água Branca	29.597,82	9.507
62º	Divino de São Lourenço	24.854,94	4.471
63º	Alto Rio Novo	24.612,09	7.371
64º	Conceição do Castelo	23.903,07	11.798
65º	Vila Pavão	22.654,13	8.724
66º	Montanha	21.604,77	17.938
67º	Rio Novo do Sul	21.603,19	11.334
68º	Irupi	20.449,26	11.930
69º	Atílio Vivácqua	19.462,30	10.080
70º	Brejetuba	18.735,21	11.950
71º	Rio Bananal	18.580,95	17.713
72º	Itarana	16.026,94	10.799
73º	Santa Leopoldina	10.489,12	12.207
74º	São Roque do Canaã	9.028,43	11.406
75º	Ponto Belo	8.650,00	7.088
76º	Mucurici	8.531,17	5.619
77º	Dores do Rio Preto	5.305,83	6.429
78º	Governador Lindenberg	2.686,96	11.106
TOTAL		70.833.673,96	3.578.067

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. População para 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Receita da dívida ativa per capita

Posição	Município	A / B	Receita da dívida ativa (A) em R\$	População 2012 (B)
1º	Marataízes	65,71	2.278.604,24	34.675
2º	Anchieta	63,82	1.570.913,49	24.616
3º	Vitória	45,33	15.102.638,58	333.162
4º	Cachoeiro de Itapemirim	41,92	8.055.054,89	192.156
5º	Viana	36,91	2.463.434,81	66.745
6º	Presidente Kennedy	29,02	302.668,02	10.429
7º	Cariacica	26,16	9.219.537,74	352.431
8º	Itapemirim	25,95	815.382,63	31.421
9º	Serra	25,94	10.962.224,23	422.569
10º	Piúma	24,56	456.657,18	18.597
11º	Conceição da Barra	20,02	575.561,10	28.745
12º	Ibiraçu	19,05	215.973,90	11.335
13º	Mantenópolis	18,57	256.754,21	13.826
14º	Alegre	16,97	519.641,07	30.626
15º	Guarapari	15,79	1.702.457,19	107.836
16º	Vila Velha	14,19	6.029.349,70	424.948
17º	São Gabriel da Palha	14,15	462.017,66	32.655
18º	Aracruz	13,18	1.112.822,00	84.429
19º	Colatina	12,35	1.396.623,12	113.054
20º	Muniz Freire	12,32	224.215,37	18.202
21º	Linhares	11,26	1.639.407,76	145.639
22º	Guaçuí	11,20	315.886,86	28.208
23º	Barra de São Francisco	10,65	437.747,96	41.110
24º	Lúna	10,65	292.904,78	27.512
25º	João Neiva	10,37	164.732,42	15.886
26º	Itaguaçu	10,23	144.005,45	14.080
27º	Apicá	10,14	75.988,69	7.497
28º	Iconha	10,13	128.474,04	12.681
29º	Venda Nova do Imigrante	9,51	200.702,22	21.094
30º	Baixo Guandu	8,42	246.355,16	29.272
31º	Marechal Floriano	7,97	116.111,32	14.576
32º	Ibitirama	7,19	64.152,20	8.919
33º	Jerônimo Monteiro	7,12	78.199,02	10.984
34º	Santa Teresa	7,10	156.178,64	22.005
35º	Domingos Martins	6,74	216.023,61	32.042
36º	Castelo	6,67	233.686,21	35.048
37º	Água Doce do Norte	6,50	75.543,80	11.624
38º	Nova Venécia	6,20	288.431,42	46.487
39º	Laranja da Terra	5,87	63.506,46	10.810
40º	Vila Valério	5,63	77.869,86	13.824
41º	Jaguaré	5,59	142.249,31	25.454
42º	Divino de São Lourenço	5,56	24.854,94	4.471
43º	Alfredo Chaves	5,55	77.770,82	14.007
44º	Pinheiros	5,25	127.531,44	24.284
45º	São Domingos do Norte	4,87	39.308,57	8.070
46º	Muqui	4,82	69.924,81	14.506
47º	São José do Calçado	4,76	49.451,41	10.397
48º	Mariilândia	4,69	52.930,86	11.286
49º	Boa Esperança	4,62	65.902,02	14.278
50º	Santa Maria de Jetibá	4,55	159.379,28	34.992
51º	Vargem Alta	4,25	82.515,38	19.395
52º	Afonso Cláudio	3,99	123.230,88	30.919
53º	São Mateus	3,62	404.367,78	111.832
54º	Bom Jesus do Norte	3,48	33.137,33	9.514
55º	Alto Rio Novo	3,34	24.612,09	7.371
56º	Água Branca	3,11	29.597,82	9.507
57º	Fundão	2,96	52.115,34	17.632
58º	Pancas	2,83	61.442,58	21.722
59º	Ibatiba	2,61	59.675,81	22.843
60º	Vila Pavão	2,60	22.654,13	8.724
61º	Pedro Canário	2,48	59.748,33	24.071
62º	Mimoso do Sul	2,19	56.672,21	25.858
63º	Conceição do Castelo	2,03	23.903,07	11.798
64º	Atílio Vivácqua	1,93	19.462,30	10.080
65º	Rio Novo do Sul	1,91	21.603,19	11.334
66º	Irupi	1,71	20.449,26	11.930
67º	Brejetuba	1,57	18.735,21	11.950
68º	Ecoporanga	1,55	35.905,54	23.097
69º	Mucurici	1,52	8.531,17	5.619
70º	Itarana	1,48	16.026,94	10.799
71º	Sooretama	1,43	35.199,07	24.685
72º	Ponto Belo	1,22	8.650,00	7.088
73º	Montanha	1,20	21.604,77	17.938
74º	Rio Bananal	1,05	18.580,95	17.713
75º	Santa Leopoldina	0,86	10.489,12	12.207
76º	Dores do Rio Preto	0,83	5.305,83	6.429
77º	São Roque do Canaã	0,79	9.028,43	11.406
78º	Governador Lindenberg	0,24	2.686,96	11.106
TOTAL		19,80	70.833.673,96	3.578.067

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. População para 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Saldo Fundeb

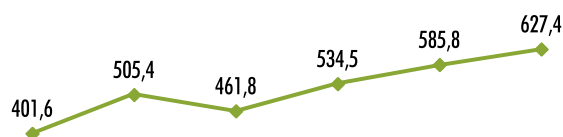
Desempenho

Em 2012, o saldo Fundeb foi de R\$ 627,4 milhões, 7,1% a mais que no ano anterior. Fundeb é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação e o seu saldo é a diferença entre os valores que os municípios recebem dele e os valores com os quais os municípios são obrigados legalmente a contribuir para com o Fundo (veja mais detalhes no *Saiba mais sobre o Fundeb*, na página 63).

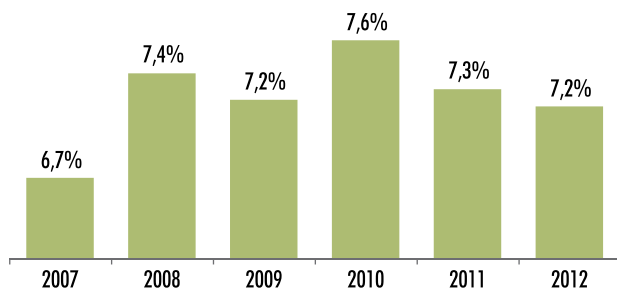
O saldo Fundeb representou, em média, 7,2% da receita corrente dos municípios capixabas. Entretanto, após alcançar o ápice de 7,6%, em 2010, nota-se que essa participação na receita corrente diminuiu suavemente nos dois anos seguintes, apesar dos sucessivos aumentos reais do saldo Fundeb. Essa queda na participação deveu-se aos expressivos incrementos reais das receitas dos royalties e das participações especiais do petróleo e gás natural, da

Evolução do saldo Fundeb

em R\$ milhões - IPCA médio de 2012



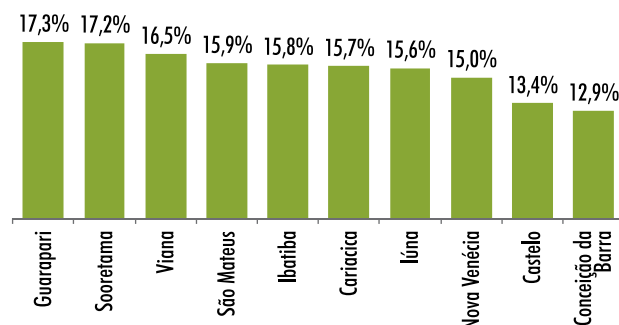
Participação do saldo Fundeb na receita corrente



Quota-parte Municipal do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (QPM-ICMS) e da receita tributária, em 2011 e 2012, que suplantaram com folga o acréscimo do saldo Fundeb, no mesmo período, respondendo, em média, por mais de 50% do crescimento da receita corrente.

Pelo segundo ano consecutivo, Guarapari liderou o ranking capixaba de maior participação do saldo Fundeb na formação da receita corrente, com 17,3%. Em segundo lugar está Sooretama, que ocupava a sexta posição em 2011, com 17,2%, seguido por Viana (16,5%) e São Mateus (15,9%), que mantiveram as mesmas posições do ano anterior.

As dez maiores participações do saldo Fundeb na composição da receita corrente - 2012



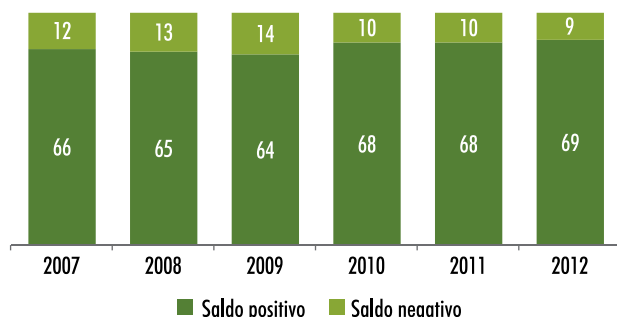
Em 2012, nove municípios apresentaram saldos deficitários. Nos dois anos imediatamente anteriores, dez cidades possuíam saldo Fundeb negativo. Sempre estiveram presentes nessa lista dos três últimos anos: Anchieta, Divino de São Lourenço, Dorés do Rio Preto, Governador Lindenberg, Itarana e São Roque do Canaã, sendo que Anchieta apresentou o maior saldo Fundeb negativo em 2012, com R\$ -18 milhões, seguido por Governador Lindenberg, com R\$ -962,4 mil. Isso significa que esses municípios mais contribuem para o Fundeb do que recebem dele, o que se deve ao reduzido número de alunos de suas respectivas redes de ensino, uma vez que os recursos do Fundeb são distribuídos de acordo com o número de alunos matriculados no ensino básico. No caso de Anchieta, pesa mais o fato do município possuir uma elevada receita de ICMS, o que faz com que sua contribuição ao Fundeb seja maior que seus recebimentos relativos aos alunos matriculados na rede municipal de ensino infantil e fundamental em

2011 (utiliza-se o número de alunos do ano anterior para a distribuição do Fundeb).

Em sentido oposto, Serra (R\$ 87,2 milhões), Vila Velha (R\$ 77,4 milhões), Cariacica (R\$ 73,1 milhões), São Mateus (R\$ 37,1 milhões) e Guarapari (R\$ 36,7 milhões) novamente se destacaram com os maiores saldos positivos, com participações na receita corrente superiores a 10%.

Em Vitória, o saldo Fundeb totalizou R\$ 5,8 milhões, valor 135,5% maior que o registrado em 2011, mas que representou apenas 0,4% de sua receita corrente. Após um período conturbado, com déficits expressivos entre 2007 e 2009, a capital capixaba registrou o terceiro ano consecutivo de saldo positivo junto ao Fundeb.

Número de municípios com saldos Fundeb positivos e negativos



Saiba mais sobre o Fundeb

O Fundeb, criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006, é uma ampliação do extinto Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que vigorou de 1997 a 2006. Seus recursos, formados por 20% da receita bruta estadual e municipal do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação

(ICMS), do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), do Imposto sobre Produtos Industrializados na saída de produtos para o exterior (IPI-exportação), da Compensação pela Desoneração do ICMS das Exportações (LC nº 87/1996), do Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Fundo de Participação dos Estados (FPE), objetivam promover a universalização, manutenção e melhoria da qualidade do ensino, focando, principalmente, na reestruturação dos salários e qualificação do magistério de toda a educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos).

Além disso, o Fundeb também conta com uma complementação da União nos casos em que o valor repassado por aluno não atinja o mínimo estabelecido nacionalmente, atualizado todos os anos por decreto presidencial. Dessa forma, o Fundeb tenta minimizar as desigualdades existentes entre as várias regiões do país, garantindo um repasse mínimo dos recursos a cada ente governamental.

Os recursos destinados à formação do Fundeb formam um fundo de âmbito estadual e são distribuídos aos estados e seus municípios, levando-se em conta o número de matrículas em suas respectivas redes de ensino, considerando-se o nível de ensino de atuação prioritária de cada ente federado, definidos no artigo 211, da Constituição Federal. Esse mecanismo de distribuição acentuou o processo de municipalização na educação desde 1997, uma vez que os municípios passaram a reivindicar para si a tutela dos alunos do ensino fundamental que ainda faziam parte da rede estadual, como forma de aumentar o recebimento dos recursos e, por conseguinte, o saldo Fundeb.

Pela legislação vigente, no mínimo, 60% dos recursos recebidos do Fundeb devem ser destinados à remuneração dos profissionais do magistério dos ensinos infantil e fundamental e, no máximo, 40% nas ações de manutenção e desenvolvimento do ensino básico.

Matrícula inicial nas redes de ensino estadual e municipal no Espírito Santo 2004-2012

Rede	Modalidade de ensino	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Participação no total de 2012
Estadual	Fundamental	237.822	175.960	148.015	137.609	133.960	131.457	124.984	121.930	119.283	15,1%
	Médio	132.915	126.362	123.602	116.330	117.101	116.178	109.186	110.468	112.234	14,2%
	EJA	66.425	62.286	55.604	51.525	49.495	49.093	46.495	44.009	46.953	6,0%
	Especial	3.467	2.126	1.673	1.445	1.887	1.478	2.385	2.676	3.552	0,5%
	Subtotal	440.629	366.734	328.894	306.909	302.443	298.206	283.050	279.083	282.022	35,8%
Municipal	Infantil	119.037	119.176	118.057	119.521	123.256	128.420	126.965	132.763	137.008	17,4%
	Fundamental	263.515	320.928	349.687	351.644	348.172	346.365	345.277	341.016	335.633	42,6%
	Médio	810	1.156	716	209	99	98	141	127	125	0,0%
	Especial	3.436	4.975	5.093	5.765	9.303	5.661	9.082	9.745	22.792	2,9%
	EJA	12.188	14.095	14.552	13.003	15.878	18.789	21.363	22.190	10.582	1,3%
Subtotal		398.986	460.330	488.105	490.142	496.708	499.333	502.828	505.841	506.140	64,2%
Total		839.615	827.064	816.999	797.051	799.151	797.539	785.878	784.924	788.162	100,0%

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Saldo Fundeb - 2007-2012

Regiões e municípios	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2012		Partic. na rec. corrente¹ 2012 em %
							Receita Fundeb	Despesa Fundeb	
							em R\$ mil - IPCA médio de 2012		
MS Noroeste	50.089,9	61.014,9	49.666,5	57.045,7	61.544,4	68.772,5	157.734,1	88.961,6	8,1
Água Doce do Norte	1.182,1	1.699,2	1.343,0	1.771,6	1.878,1	1.993,6	4.911,3	2.917,7	7,9
Água Branca	1.133,6	1.252,9	980,0	1.257,2	1.459,4	1.688,2	4.587,3	2.899,1	6,4
Alto Rio Novo	617,1	828,6	616,3	318,5	529,5	795,4	3.084,8	2.289,5	4,3
Baixo Guandu	2.852,1	5.824,4	4.515,5	4.424,0	4.270,9	5.570,3	11.533,9	5.963,6	9,8
Barra de São Francisco	7.376,4	7.684,1	5.282,9	5.883,7	6.353,5	7.114,2	14.799,7	7.685,4	9,9
Boa Esperança	1.495,5	2.900,6	2.081,2	2.116,7	1.950,4	2.076,6	5.688,4	3.611,8	5,9
Colatina	18.202,2	20.939,3	19.010,4	21.737,2	24.011,9	25.470,1	42.585,8	17.115,6	11,3
Ecoporanga	403,8	490,1	189,0	469,4	442,5	875,5	7.146,3	6.270,8	1,8
Governador Lindenberg	-1.680,0	-1.528,3	-1.554,1	-1.469,0	-1.365,6	-962,4	2.360,6	3.323,1	-3,8
Mantenópolis	1.895,6	2.317,3	1.413,9	2.474,5	1.619,7	1.534,8	4.779,6	3.244,8	5,2
Mariândia	9,8	-64,5	-213,3	-5,2	211,4	505,1	3.798,1	3.293,0	2,0
Nova Venécia	11.091,1	12.389,6	10.685,1	11.835,5	13.206,1	13.389,1	22.482,2	9.093,2	15,0
Pancas	1.668,0	1.891,7	1.559,4	1.305,6	1.553,1	1.734,6	6.163,7	4.429,1	4,6
São Domingos do Norte	-275,0	-515,0	-469,7	-453,1	-385,0	5,9	2.950,9	2.945,0	0,0
São Gabriel da Palha	2.355,8	3.231,4	2.961,4	3.709,0	4.069,1	4.679,5	11.130,4	6.450,9	7,9
Vila Pavão	1.325,5	1.474,8	1.370,4	1.483,9	1.585,0	1.593,8	4.306,4	2.712,6	7,5
Vila Valério	436,3	198,8	-104,7	186,2	154,2	708,1	5.424,6	4.716,5	2,2
MS Litoral Norte	86.370,1	112.998,4	107.419,0	122.178,1	132.407,1	142.024,4	268.292,9	126.268,5	9,2
Aracruz	8.838,3	12.904,5	12.141,5	15.373,9	17.671,6	17.289,6	42.893,6	25.603,9	5,6
Conceição da Barra	6.433,6	8.574,6	9.235,4	9.764,1	9.006,5	9.597,0	16.873,4	7.276,3	12,9
Fundão	2.234,5	4.383,6	3.590,6	4.740,4	4.572,5	5.432,1	8.873,9	3.441,8	11,0
Ibiraçu	-445,7	-123,9	-114,3	0,9	-136,1	-200,3	2.926,4	3.126,6	-0,7
Jaguare	3.795,3	5.054,6	5.355,7	7.141,1	8.168,7	8.575,6	15.357,6	6.782,0	12,2
João Neiva	3.107,0	2.827,5	2.610,5	3.065,0	3.513,1	3.688,7	7.235,6	3.547,0	9,5
Linhares	18.419,8	25.590,8	25.501,0	25.041,7	28.989,2	33.498,9	62.307,5	28.808,6	7,3
Montanha	2.078,2	2.257,7	1.818,0	2.500,3	2.950,4	3.014,2	8.310,9	5.296,7	7,1
Mucurici	-59,0	178,1	184,6	268,8	-88,4	-76,3	2.732,5	2.808,8	-0,3
Pedro Canário	2.950,9	3.904,2	2.809,3	3.751,2	4.432,5	4.325,3	8.682,8	4.357,5	10,3
Pinheiros	5.116,1	6.157,7	5.715,9	6.602,9	6.918,8	6.841,9	12.886,7	6.044,8	12,2
Ponto Belo	370,9	549,4	560,6	652,7	550,3	815,7	3.272,8	2.457,1	4,1
Rio Bananal	2.675,0	2.815,3	2.104,4	2.918,1	3.108,2	3.394,0	8.924,2	5.530,2	6,5
São Mateus	25.107,5	31.327,6	29.652,7	33.803,7	35.838,1	37.135,7	52.913,5	15.777,8	15,9
Sooretama	5.747,8	6.596,9	6.252,7	6.553,2	6.911,7	8.692,2	14.101,5	5.409,3	17,2
MS Central	19.753,9	25.980,5	22.245,6	24.174,2	18.571,1	13.130,2	125.712,3	112.582,0	1,3
Afonso Cláudio	4.728,0	4.929,3	4.898,3	5.409,0	5.080,9	5.612,1	12.119,1	6.507,0	9,5
Alfredo Chaves	727,4	1.048,3	764,3	1.096,2	975,4	1.218,6	5.578,7	4.360,1	3,5
Anchieta	-285,5	1.809,4	-368,2	-5.385,9	-9.398,3	-18.019,0	15.201,8	33.220,8	-6,3
Brejetuba	43,2	-296,0	104,3	346,3	234,0	626,5	4.003,4	3.376,8	2,1
Conceição do Castelo	1.281,0	1.327,2	1.495,1	2.113,0	2.364,4	2.465,0	6.163,2	3.698,1	8,3
Domingos Martins	3.543,2	4.602,0	4.312,4	5.435,5	5.839,6	6.307,9	14.718,5	8.410,6	8,4
Iconha	563,0	1.481,5	727,8	860,2	932,4	1.114,8	4.701,5	3.586,7	3,4
Itaguaçu	491,9	544,3	390,5	558,8	461,7	561,3	4.375,5	3.814,2	1,7
Itarana	-177,7	-215,4	-213,6	-121,0	-438,1	-366,1	2.686,3	3.052,4	-1,5
Laranja da Terra	450,4	262,1	148,4	352,2	167,9	307,4	3.444,6	3.137,2	1,3
Marechal Floriano	528,4	1.718,9	1.958,5	2.464,7	1.970,6	2.637,7	7.356,4	4.718,7	7,1
Piúma	5.135,5	5.592,4	5.002,2	5.266,0	5.517,0	5.339,7	9.323,6	3.983,9	9,8
Rio Novo do Sul	203,9	361,0	322,9	592,8	693,8	872,6	3.480,6	2.608,0	3,4
Santa Leopoldina	-96,5	-24,8	-86,1	854,6	479,2	322,4	3.792,1	3.469,7	1,2
Santa Maria de Jetibá	259,5	408,3	216,9	983,6	98,4	-276,7	9.637,9	9.914,6	-0,4
Santa Teresa	3.225,8	3.649,1	3.487,3	4.075,2	4.095,0	4.481,6	9.814,8	5.333,3	8,2
São Roque do Canaã	-481,7	-551,7	-512,6	-407,0	-344,9	-293,3	2.845,0	3.138,3	-1,2
Venda Nova do Imigrante	-386,0	-665,4	-402,6	-319,9	-157,8	217,7	6.469,4	6.251,6	0,5
Região Metropolitana	183.386,5	219.890,7	202.876,5	239.238,3	277.314,0	300.653,3	608.208,3	307.555,0	8,1
Cariacica	56.308,1	66.793,7	62.811,1	68.394,7	72.814,6	73.070,6	109.409,3	36.338,6	15,7
Guarapari	22.118,5	28.155,7	26.462,7	29.876,7	34.025,6	36.739,9	48.716,4	11.976,4	17,3
Serra	31.148,7	46.573,8	43.006,9	56.165,2	76.393,8	87.181,6	160.307,7	73.126,1	10,2
Viana	17.532,2	18.208,4	16.504,2	18.203,5	19.666,1	20.444,0	30.866,5	10.422,5	16,5
Vila Velha	60.898,7	68.859,9	59.076,0	64.611,0	71.965,2	77.449,4	127.778,0	50.328,6	11,6
Vitória	-4.619,8	-8.700,8	-4.984,3	1.987,3	2.448,7	5.767,7	131.130,5	125.362,8	0,4
MS Sul	62.047,4	85.495,4	79.623,0	91.888,5	95.948,7	102.835,1	217.973,0	115.137,9	6,2
Alegre	-51,7	952,0	1.126,7	1.082,0	1.174,4	901,3	6.742,2	5.841,0	1,5
Apiaçá	1.562,9	1.813,1	1.366,8	1.619,4	1.562,2	1.454,9	3.551,3	2.096,5	7,7
Atílio Vivácqua	1.133,2	2.369,9	1.957,0	2.369,6	2.470,4	2.825,1	5.747,1	2.922,1	11,1
Bom Jesus do Norte	89,4	-81,0	-346,1	-141,8	130,2	141,7	2.349,4	2.207,7	0,8
Cachoeiro de Itapemirim	23.001,4	29.204,3	27.587,4	29.784,0	31.030,7	32.938,6	61.355,2	28.416,6	10,6
Castelo	2.397,2	5.081,4	4.612,9	5.744,9	7.204,2	9.201,8	16.222,8	7.021,0	13,4
Divino de São Lourenço	-407,5	-678,1	-748,8	-792,8	-936,7	-845,7	1.054,6	1.900,3	-5,3
Dores do Rio Preto	89,9	-78,0	-208,1	-129,6	-233,3	-348,9	1.906,5	2.255,4	-1,8
Guaçu	5.028,4	8.188,8	7.709,0	8.040,7	8.473,8	7.087,4	11.934,6	4.847,2	12,3
Ibatiba	3.609,0	4.384,3	4.291,3	5.056,6	5.190,8	6.387,9	10.549,7	4.161,8	15,8
Ibitirama	1.042,2	1.143,8	1.397,3	1.846,5	1.861,5	1.988,4	4.404,6	2.416,2	8,6
Irupi	1.389,6	1.253,0	1.204,4	1.425,3	1.475,1	1.831,4	5.089,4	3.257,9	7,0
Itapemirim	2.188,6	3.736,4	5.171,2	5.432,2	4.416,9	3.856,1	15.043,1	11.187,0	1,4
Iúna	5.729,9	6.949,1	6.031,4	7.009,1	7.266,7	7.807,5	13.117,0	5.309,5	15,6
Jerônimo Monteiro	422,3	804,3	622,9	825,8	777,7	795,0	3.433,6	2.638,5	2,8
Maratáizes	4.342,2	8.170,0	7.685,1	9.818,4	10.510,2	11.515,7	16.258,2	4.742,5	10,4
Mimoso do Sul	1.973,8	2.233,3	2.059,2	2.435,9	2.259,9	2.139,7	7.479,5	5.339,8	4,3
Muniz Freire	3.803,0	3.622,3	2.611,6	3.107,8	3.283,0	4.189,6	8.665,6	4.475,9	9,7
Muqui	232,4	652,3	784,8	1.247,0	1.189,2	1.000,5	4.277,6	3.277,1	3,6
Presidente Kennedy	1.400,8	1.426,7	878,6	1.334,6	2.588,4	3.265,9	6.442,3	3.176,4	1,0
São José do Calçado	165,3	1.039,1	706,7	1.170,8	836,0	840,4	3.751,3	2.910,9	3,2
Vargem Alta	2.905,0	3.308,5	3.121,7	3.602,0	3.417,2	3.860,8	8.597,5	4.736,7	8,1
TOTAL	401.647,8	505.379,9	461.830,7	534.524,8	585.785,1	627.415,6	1.377.920,6	750.505,0	7,2

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. Nota: *receita corrente excluída a receita intraorçamentária e a parcela destinada ao Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).



Com tanta variedade, sempre tem uma linha que combina com o seu negócio.

Linhas de crédito Banestes.

O banco certo, na hora que você precisa.

O segmento de rochas pode contar sempre com o Banestes, o banco que apoia o crescimento das empresas capixabas, seja qual for o tamanho ou perfil. Por isso, oferece linhas de crédito com as melhores taxas e prazos de pagamento para iniciar, ampliar ou modernizar o seu empreendimento. Veja aqui as modalidades de crédito e escolha a que se adapta à sua necessidade:

Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC):

tem como objetivo principal apoiar a produção de bens a serem exportados, em moeda nacional, sendo isento do IOF.

Capital de Giro: taxas e prazos diferenciados, em um empréstimo para sua empresa suprir deficiências de caixa.

Finame PSI e Finame Convencional:

criado para o financiamento da produção e comercialização de equipamentos novos de fabricação nacional, credenciados no BNDES.

Desconto de Duplicata: o Banestes transforma em dinheiro as duplicatas de sua emissão, originárias de vendas a prazo, de forma simples e segura.

Leasing: financiamento de veículos, máquinas, equipamentos, computadores e outros bens de consumo duráveis com taxas competitivas e agilidade na liberação dos recursos.

Finimp: crédito destinado a empresas importadoras.

Conta Garantida: um limite rotativo vinculado à conta da sua empresa, para você usufruir todo dia com agilidade e facilidade.

Conheça mais sobre os produtos no site:

www.banestes.com.br

Ouvidoria Geral **0800 727 0030**



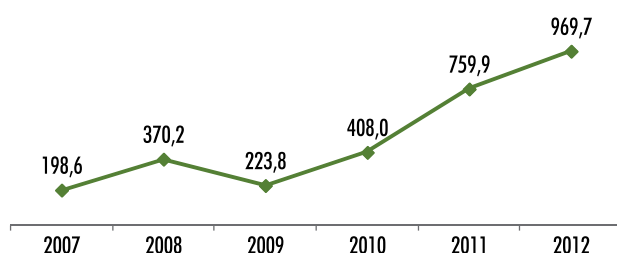


Desempenho

Os municípios capixabas receberam R\$ 969,7 milhões a título de royalties e participações especiais pela exploração de petróleo e gás natural. O valor foi o mais alto já recebido pelas cidades capixabas, desde 1999, com alta de 27,6% em relação a 2011. As informações são da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que regula todo o setor petrolífero no Brasil.

Evolução dos repasses de royalties do petróleo e do gás natural mais participações especiais dos municípios capixabas

em R\$ milhões - IPCA médio de 2012



Taxa de crescimento dos royalties e participações especiais do petróleo e gás natural em relação ao ano anterior



Esse forte crescimento foi sustentado principalmente pela produção ocorrida no litoral sul do Espírito Santo. O desempenho dos royalties e das participações especiais nos municípios confrontantes com os campos de produção nessa região foi o mais acentuado entre os municípios capixabas: Itapemirim (72,2%), Marataízes (56,5%) e Presidente Kennedy (38,9%).

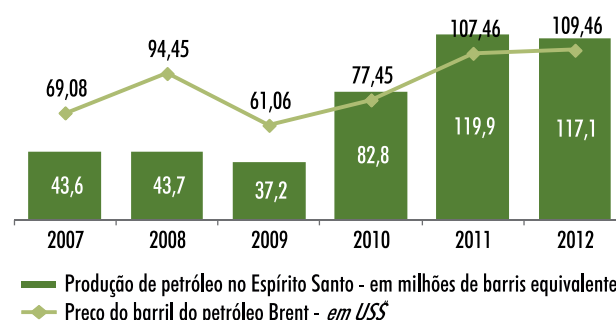
Nas cidades confrontantes com os campos de produção

situados no litoral norte do Espírito Santo o ritmo de crescimento dos royalties e participações especiais ficou abaixo do desempenho geral. Em São Mateus e Linhares, as taxas de crescimento foram de 16,5% e 8,5%, respectivamente. Em Aracruz e Serra o cenário foi adverso, sendo as únicas localidades com diminuição real nesses repasses, de 10,3% e 2%, respectivamente.

Em 2012, a receita de royalties e participações especiais de Presidente Kennedy atingiu o montante de R\$ 269,5 milhões, consolidando a cidade como o maior recebedor dessa receita entre os municípios capixabas. Itapemirim ocupou o segundo lugar no ranking, com R\$ 178 milhões. Na sequência aparecem Linhares (R\$ 111,3 milhões), Anchieta (R\$ 53,4 milhões) e Marataízes (R\$ 52,6 milhões). Nos outros municípios da Zona de Produção Principal (ZPP), como Serra, Vitória, Vila Velha, Piúma e Fundão, os repasses de royalties e participações especiais ficou entre R\$ 12,1 milhões e R\$ 22,2 milhões, com taxas de crescimento entre 4,1% a 15,3% em relação ao ano anterior. Juntas, essas localidades receberam 83,9% do total dos royalties e participações especiais do petróleo e gás natural repassados aos municípios capixabas, em 2012.

Nos demais 67 municípios capixabas, que pertencem à Zona Limítrofe (ZL), a receita de royalties variou entre R\$ 1,6 milhão e R\$ 3,3 milhões (veja mais detalhes sobre as Zonas de Produção no *Saiba mais sobre os royalties e as participações especiais do petróleo e gás natural*, na página 67). As exceções ficam por conta de Jaguaré e Conceição da Barra, que recebem royalties devido à exploração em terra. Os repasses nessas duas cidades foram de R\$ 10,4 milhões e R\$ 3,9 milhões, respectivamente.

Evolução do preço e da produção de petróleo no Espírito Santo



Importância orçamentária

No geral, a participação dos royalties e das participações especiais do petróleo e do gás natural representou, em média, 11,1% da receita corrente das cidades. No entanto, desconsiderando-se as 14 principais receptoras, a participação média cai para apenas 3,6%. Presidente Kennedy, Itapemirim, Marataízes, Piúma, Fundão e Linhares são os municípios mais dependentes dos royalties e das participações especiais do petróleo e do gás natural em seus orçamentos. Nessas cidades esses recursos representaram, respectivamente, 85,7%, 62,6%, 47,6%, 28,2%, 24,5% e 24,4% de suas receitas correntes no ano de 2012.

Estado e o FRDR

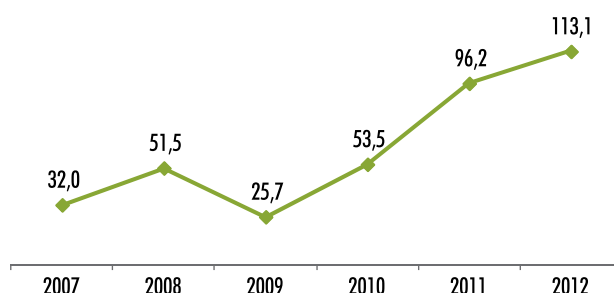
Assim como os municípios, os estados que exploram petróleo em seus territórios também recebem recursos provenientes do petróleo e das participações especiais. Em 2012, os estados receberam R\$ 9,28 bilhões, com ligeira queda de 1%, em relação ao ano anterior. Desse total, R\$ 1,4 bilhão foi destinado ao Espírito Santo, valor 25,1% maior que no ano anterior e que representou 15,1% do total repassado aos estados.

Da produção ocorrida no litoral capixaba, o Espírito Santo tem direito a 30% da alíquota de até 5% e 22,5% da alíquota acima de 5%. Dos royalties referentes à alíquota de 5%, o Governo do Estado destina 30% aos municípios através do Fundo para a Redução das Desigualdades Regionais (FRDR), criado pela Lei Estadual nº 8.308/2006. De acordo com dados da Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo, o montante de R\$ 113,1 milhões repassado aos municípios em 2012 foi 17,5% maior que o do ano anterior, de R\$ 96,2 milhões, em valores corrigidos pela inflação.

Para a distribuição dos recursos desse Fundo são utilizados como critérios a população e o inverso do Índice de Participação Municipal (IPM) no Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), ponderados por 20% e 80%, respectivamente. Estão excluídos os municípios com IPM acima de 10% e aqueles com mais de 2% do total dos royalties destinados aos municípios.

Evolução dos repasses do Fundo de Redução das Desigualdades Regionais

em R\$ milhões - IPCA médio de 2012



Saiba mais sobre os royalties e as participações especiais do petróleo e gás natural

Os royalties do petróleo e do gás natural são compensações financeiras devidas aos governos pelas empresas exploradoras. As participações especiais são compensações, de caráter extraordinário, pagas nos casos de grande volume de produção ou rentabilidade em relação a cada campo.

Segundo a Lei Federal nº 9.478/1997, a alíquota dos royalties de petróleo é de 10%, sendo facultado à ANP reduzi-la até um mínimo de 5%, em função de fatores adversos e riscos geológicos do processo de exploração.

Distribuição dos royalties e participações especiais aos governos estaduais

Estados	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Variação 2012/2011	Participação no total 2012
em R\$ milhões - IPCA médio de 2012							em %	
Alagoas	50.851,3	51.315,5	33.755,4	33.382,7	31.241,9	29.169,8	-6,6	0,3
Amazonas	187.541,7	230.375,1	168.670,9	184.933,7	242.678,9	255.054,1	5,1	2,7
Bahia	202.011,4	253.722,9	164.373,8	183.711,7	208.004,1	229.010,2	10,1	2,5
Ceará	17.180,5	20.785,7	13.107,4	13.564,6	14.124,7	14.212,3	0,6	0,2
Espírito Santo	215.766,0	513.732,0	366.887,5	599.485,0	1.119.316,8	1.400.671,1	25,1	15,1
Paraná	6.208,4	6.692,4	100,1	-	-	-	..	-
Rio de Janeiro	5.708.524,4	8.318.017,3	5.476.938,2	7.201.320,2	7.324.785,2	6.847.351,5	-6,5	73,8
Rio Grande do Norte	227.348,2	290.940,2	176.260,6	188.408,1	228.333,5	260.774,6	14,2	2,8
São Paulo	5.716,5	5.177,7	4.148,9	20.399,5	61.803,6	83.081,7	34,4	0,9
Sergipe	134.423,5	187.857,3	111.780,6	128.490,0	149.911,5	163.354,9	9,0	1,8
Total Estados	6.755.571,8	9.878.616,1	6.516.023,4	8.553.695,5	9.380.200,2	9.282.680,2	-1,0	100,0

Fonte: Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Nota: não estão excluídas as retenções relativas aos contratos de antecipação ou venda futura de royalties firmados pelo Rio de Janeiro e pelo Espírito Santo com a União.

Da parcela de até 5% da produção em plataforma continental, 30% são destinados aos municípios confrontantes com poços e respectivas áreas geoeconômicas, que são organizados em três tipos de zonas territoriais e recebem percentuais diferentes de royalties: a Zona de Produção Principal (ZPP), a Zona de Produção Secundária (ZPS) e a Zona Limítrofe (ZL). É atribuição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a identificação e classificação dos municípios beneficiados.

Pertencem à ZPP os municípios confrontantes com os poços produtores e aqueles onde estiverem localizadas três ou mais instalações industriais para processamento, tratamento, armazenamento e escoamento das instalações

relacionadas às atividades de apoio à exploração. Eles recebem 60% do total. No Espírito Santo, há 11 cidades classificadas como ZPP: Anchieta, Aracruz, Fundão, Itapemirim, Linhares, Marataízes, Piúma, Presidente Kennedy, São Mateus, Serra, Vila Velha e Vitória.

A ZPS abrange as localidades que são atravessadas por oleodutos ou gasodutos e aqueles que sofrem influência das instalações de embarque e desembarque. Nenhum município foi enquadrado nessa zona de produção no Espírito Santo. A ZL é composta pelos municípios contíguos aos pertencentes às ZPPs e os que sofrem consequências sociais ou econômicas da produção marítima. Fazem parte desse grupo os demais 67 municípios capixabas.

Quadro resumo da distribuição dos royalties gerados na plataforma continental

Parcela da alíquota até 5 %		Parcela da alíquota acima de 5 %	
Beneficiários			
30%	Aos estados confrontantes com os poços	25%	Ministério de Ciência e Tecnologia
30%	Aos municípios confrontantes com os poços e respectivas áreas geoeconômicas	22,5%	Estados confrontantes com campos
20%	Ao Ministério da Marinha	22,5%	Municípios litorâneos confrontantes com campos
10%	Ao Fundo Especial	15%	Ministério da Marinha
10%	Aos municípios com instalações de embarque e desembarque de petróleo e gás	7,5%	Fundo Especial (estados e municípios)
		7,5%	Municípios afetados por operações nas instalações de embarque e desembarque de petróleo e gás
Critérios de distribuição aos municípios			
30%	Aos municípios confrontantes com os poços, divididos da seguinte forma: 60% ➡ aos municípios integrantes da zona de produção principal = municípios litorâneos confrontantes com os poços + municípios que dispõem de instalações industriais para processamento e escoamento de petróleo e gás. 10% ➡ aos municípios integrantes da zona de produção secundária = municípios atravessados por oleodutos e gasodutos, destinados exclusivamente ao escoamento da produção petrolífera marítima. 30% ➡ aos municípios limitrofes à zona de produção principal, excluídos os integrantes da zona de produção secundária. São considerados municípios limitrofes os que fazem fronteira ou que estejam localizados numa mesma área geoeconômica com algum dos municípios pertencentes à zona de produção principal. Entende-se por área geoeconômica as mesorregiões geográficas, tal como definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nos três casos acima, o rateio entre os municípios é realizado de acordo com a população, segundo os mesmos coeficientes populacionais que servem de base para a distribuição do FPM, o que beneficia os municípios de menor porte populacional (para mais informações sobre os coeficientes populacionais consulte a seção do FPM na página 54).	22,5% Municípios litorâneos confrontantes com campos	Percentual rateado entre os municípios litorâneos confrontantes com os campos de petróleo e gás proporcionalmente à área do campo localizada em cada um deles. Para efeito de cálculo dessas áreas, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utiliza linhas ortogonais e paralelas projetadas a partir do litoral brasileiro.
10%	Aos municípios com instalações de embarque e desembarque de petróleo e gás. Percentual igualmente distribuído entre os municípios em questão.	7,5%	Municípios afetados por operações nas instalações de embarque e desembarque de petróleo e gás. Percentual distribuído segundo os volumes movimentados de petróleo e gás de origem nacional, nas referidas instalações.

Fonte: Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Para os especialistas
em semear trabalho,
somos especialistas
em colher crescimento.

0800 570 0800 | sebrae.com.br

Quem tem seu próprio negócio é um especialista. Mas para começar ou melhorar a sua empresa, até um especialista precisa de especialistas em pequenos negócios.
Vai empreender? Vai ampliar?
Vai melhorar? Conte com o Sebrae.



> Baixe o aplicativo do Sebrae na App Store ou na Play Store.

f /sebraees

Como vai? **Somos o Sebrae.**

Especialistas em pequenos negócios.

Educação Empreendedora Consultoria Gestão Inovação Resultados

SEBRAE

Royalties e participações especiais - 2007-2012

Regiões e municípios	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Variação relativa 2012/2011	Partic. no total dos royalties 2012	Partic. na rec. corrente¹	Royalties e participações especiais per capita 2012
	em R\$ mil - IPCA médio de 2012						em %			em R\$
MS Noroeste	7.816,1	13.596,2	6.408,5	15.473,9	29.158,8	34.323,7	17,7	3,5	4,0	82,31
Água Doce do Norte	417,4	693,5	326,6	788,7	1.473,3	1.728,5	17,3	0,2	6,9	148,70
Água Branca	379,4	660,0	311,1	751,2	1.403,1	1.646,2	17,3	0,2	6,2	173,16
Alto Rio Novo	379,4	660,0	311,1	751,2	1.403,1	1.646,2	17,3	0,2	8,8	223,34
Baixo Guandu	512,2	923,5	435,5	1.051,6	1.964,4	2.304,7	17,3	0,2	4,0	78,73
Barra de São Francisco	569,1	990,0	466,6	1.126,7	2.155,6	2.551,6	18,4	0,3	3,5	62,07
Boa Esperança	417,4	726,0	342,2	826,3	1.594,3	1.893,2	18,7	0,2	5,4	132,59
Colatina	701,9	1.221,0	575,5	1.389,6	2.595,8	3.045,5	17,3	0,3	1,4	26,94
Ecoporanga	493,2	858,0	404,4	976,5	1.824,1	2.140,1	17,3	0,2	4,4	92,66
Governador Lindenberg	379,4	660,0	311,1	751,2	1.454,0	1.728,5	18,9	0,2	6,9	155,64
Mantenópolis	417,4	693,5	326,6	788,7	1.524,2	1.810,8	18,8	0,2	6,1	130,97
Marilândia	379,4	692,5	326,6	788,7	1.473,3	1.728,5	17,3	0,2	6,8	153,16
Nova Venécia	588,1	1.023,0	482,2	1.164,3	2.174,8	2.551,6	17,3	0,3	2,9	54,89
Pancas	493,2	825,5	388,9	938,9	1.804,8	2.140,1	18,6	0,2	5,7	98,52
São Domingos do Norte	379,4	660,0	311,1	751,2	1.403,1	1.646,2	17,3	0,2	7,5	203,99
São Gabriel da Palha	512,2	923,5	435,5	1.051,6	1.964,4	2.304,7	17,3	0,2	3,9	70,58
Vila Pavão	379,4	660,0	311,1	751,2	1.403,1	1.646,2	17,3	0,2	7,7	188,70
Vila Valério	417,4	726,0	342,2	826,3	1.543,4	1.810,8	17,3	0,2	5,6	130,99
MS Litoral Norte	103.885,9	164.878,4	77.801,3	135.719,7	216.552,4	232.296,7	7,3	24,0	15,1	413,08
Aracruz	27.476,6	40.721,3	13.538,0	35.314,7	38.494,3	34.515,1	-10,3	3,6	11,2	408,81
Conceição da Barra	1.999,8	2.549,6	1.462,4	2.183,0	3.441,0	3.923,8	14,0	0,4	5,3	136,50
Fundão	7.698,1	10.256,2	3.669,2	8.219,9	11.630,4	12.112,1	4,1	1,2	24,5	686,94
Ibiraçu	398,4	693,0	326,6	788,7	1.473,3	1.728,5	17,3	0,2	6,2	152,50
Jaguare	9.249,4	10.619,7	5.873,8	6.319,0	8.958,0	10.378,9	15,9	1,1	14,8	407,75
João Neiva	436,3	759,0	357,8	863,8	1.613,6	1.893,2	17,3	0,2	4,9	119,17
Linhares	31.939,2	69.402,6	34.324,0	55.634,4	102.580,6	111.312,7	8,5	11,5	24,4	764,31
Montanha	455,3	792,0	373,3	901,4	1.683,7	1.975,5	17,3	0,2	4,7	110,13
Mucurici	379,4	660,0	311,1	751,2	1.403,1	1.646,2	17,3	0,2	7,5	292,97
Pedro Canário	493,2	858,0	404,4	976,5	1.824,1	2.140,1	17,3	0,2	5,1	88,91
Pinheiros	493,2	858,0	404,4	976,5	1.824,1	2.140,1	17,3	0,2	3,8	88,13
Ponto Belo	379,4	660,0	311,1	751,2	1.403,1	1.646,2	17,3	0,2	8,3	232,25
Rio Bananal	455,3	792,0	373,3	901,4	1.683,7	1.975,5	17,3	0,2	3,8	111,53
São Mateus	21.557,8	24.399,3	15.667,4	20.161,6	36.715,3	42.768,7	16,5	4,4	18,3	382,44
Sooretama	474,3	857,5	404,4	976,5	1.824,1	2.140,1	17,3	0,2	4,2	86,70
MS Central	10.648,8	17.637,9	8.917,2	44.631,8	90.688,4	99.620,6	9,8	10,3	10,2	311,40
Afonso Cláudio	550,2	924,5	435,5	1.051,6	1.964,4	2.304,7	17,3	0,2	3,9	74,54
Alfredo Chaves	417,4	726,0	342,2	826,3	1.543,4	1.810,8	17,3	0,2	5,1	129,28
Anchieta	3.174,1	4.635,6	2.435,2	24.468,1	51.146,9	53.407,9	4,4	5,5	18,8	2.169,64
Brejetuba	398,4	693,0	326,6	788,7	1.473,3	1.728,5	17,3	0,2	5,9	144,65
Conceição do Castelo	398,4	693,0	326,6	788,7	1.473,3	1.728,5	17,3	0,2	5,8	146,51
Domingos Martins	531,2	924,0	435,5	1.051,6	1.964,4	2.304,7	17,3	0,2	3,1	71,93
Iconha	398,4	693,0	326,6	788,7	1.524,2	1.810,8	18,8	0,2	5,5	142,80
Itaguaçu	436,3	726,5	342,2	826,3	1.594,3	1.893,2	18,7	0,2	5,8	134,46
Itarana	398,4	693,0	326,6	788,7	1.473,3	1.728,5	17,3	0,2	6,9	160,06
Laranja da Terra	398,4	693,0	326,6	788,7	1.473,3	1.728,5	17,3	0,2	7,1	159,90
Marechal Floriano	417,4	726,0	342,2	826,3	1.594,3	1.893,2	18,7	0,2	5,1	129,88
Piúma	436,3	791,5	726,7	6.267,3	13.329,3	15.346,0	15,1	1,6	28,2	825,19
Rio Novo do Sul	398,4	693,0	326,6	788,7	1.473,3	1.728,5	17,3	0,2	6,8	152,51
Santa Leopoldina	417,4	726,0	342,2	826,3	1.543,4	1.810,8	17,3	0,2	6,6	148,34
Santa Maria de Jetibá	531,2	924,0	435,5	1.051,6	2.015,3	2.387,0	18,4	0,2	3,2	68,22
Santa Teresa	493,2	858,0	404,4	976,5	1.824,1	2.140,1	17,3	0,2	3,9	97,25
São Roque do Canaã	398,4	693,0	326,6	788,7	1.473,3	1.728,5	17,3	0,2	7,2	151,55
Venda Nova do Imigrante	455,3	824,5	388,9	938,9	1.804,8	2.140,1	18,6	0,2	4,6	101,45
Região Metropolitana	27.901,9	41.603,1	16.908,6	38.120,6	60.333,4	65.546,2	8,6	6,8	1,8	38,38
Cariacica	758,8	1.320,0	622,2	1.502,3	2.806,2	3.292,4	17,3	0,3	0,7	9,34
Guarapari	683,0	1.220,5	575,5	1.389,6	2.595,8	3.045,5	17,3	0,3	1,4	28,24
Serra	15.072,2	21.774,4	7.678,8	17.286,6	22.611,3	22.151,0	-2,0	2,3	2,6	52,42
Viana	607,1	1.088,5	513,3	1.239,4	2.366,0	2.798,6	18,3	0,3	2,3	41,93
Vila Velha	5.078,6	7.417,0	3.582,4	7.952,7	14.678,4	16.925,6	15,3	1,7	2,5	39,83
Vitória	5.702,1	8.782,7	3.936,3	8.750,0	15.275,7	17.333,0	13,5	1,8	1,2	52,03
MS Sul	48.393,7	132.457,5	113.789,9	174.048,3	363.200,1	537.938,3	48,1	55,5	32,2	941,93
Alegre	531,2	924,0	435,5	1.051,6	1.964,4	2.304,7	17,3	0,2	3,7	75,25
Apiacá	379,4	660,0	311,1	751,2	1.403,1	1.646,2	17,3	0,2	8,7	219,58
Atilio Vivacqua	379,4	660,0	311,1	751,2	1.403,1	1.646,2	17,3	0,2	6,5	163,32
Bom Jesus do Norte	379,4	660,0	311,1	751,2	1.403,1	1.646,2	17,3	0,2	8,8	173,03
Cachoeiro de Itapemirim	758,8	1.320,0	622,2	1.502,3	2.806,2	3.292,4	17,3	0,3	1,1	17,13
Castelo	550,2	957,0	451,1	1.089,2	2.034,5	2.387,0	17,3	0,2	3,5	68,11
Divino de São Lourenço	379,4	660,0	311,1	751,2	1.403,1	1.646,2	17,3	0,2	10,3	368,20
Dores do Rio Preto	379,4	660,0	311,1	751,2	1.403,1	1.646,2	17,3	0,2	8,4	256,06
Guaçu	512,2	891,0	420,0	1.014,1	1.894,2	2.222,4	17,3	0,2	3,9	78,79
Ibatiba	474,3	825,0	388,9	938,9	1.804,8	2.140,1	18,6	0,2	5,3	93,69
Ibitirama	379,4	660,0	311,1	751,2	1.403,1	1.646,2	17,3	0,2	7,1	184,57
Irupí	398,4	693,0	326,6	788,7	1.473,3	1.728,5	17,3	0,2	6,6	144,89
Itapemirim	13.032,7	23.192,5	14.247,3	25.247,0	103.350,4	178.012,3	72,2	18,4	62,6	5.665,39
Iúna	512,2	891,0	420,0	1.014,1	1.894,2	2.222,4	17,3	0,2	4,4	80,78
Jerônimo Monteiro	398,4	693,0	326,6	788,7	1.473,3	1.728,5	17,3	0,2	6,1	157,37
Marataízes	1.884,1	3.493,6	4.955,2	7.550,2	33.585,6	52.576,9	56,5	5,4	47,6	1.516,28
Mimoso do Sul	512,2	891,0	420,0	1.014,1	1.894,2	2.222,4	17,3	0,2	4,4	85,95
Muniz Freire	474,3	825,0	388,9	938,9	1.753,9	2.057,8	17,3	0,2	4,8	113,05
Muqui	417,4	726,0	342,2	826,3	1.594,3	1.893,2	18,7	0,2	6,8	130,51
Presidente Kennedy	24.807,1	90.690,1	87.478,9	124.087,2	194.050,0	269.486,1	38,9	27,8	85,7	25.840,07
São José do Calçado	398,4	693,0	326,6	788,7	1.473,3	1.728,5	17,3	0,2	6,6	166,25
Vargem Alta	455,3	792,0	373,3	901,4	1.734,6	2.057,8	18,6	0,2	4,3	106,10
TOTAL	198.646,3	370.173,1	223.825,5	407.994,3	759.933,2	969.725,5	27,6	100,0	11,1	271,02

Fonte: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Notas: ¹receita corrente excluída a receita intraorçamentária e a parcela destinada ao Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

Royalties e part. especiais

Posição	Município	Royalties e part. especiais em R\$	População 2012
1º	Presidente Kennedy	269.486,085,71	10.429
2º	Itapemirim	178.012.282,32	31.421
3º	Linhares	111.312.698,16	145.639
4º	Anchieta	53.407.932,98	24.616
5º	Marataizes	52.576.865,20	34.675
6º	São Mateus	42.768.732,72	111.832
7º	Aracruz	34.515.133,81	84.429
8º	Serra	22.151.016,99	422.569
9º	Vitória	17.333.046,46	333.162
10º	Vila Velha	16.925.614,29	424.948
11º	Piúma	15.346.038,48	18.597
12º	Fundão	12.112.139,71	17.632
13º	Jaguaré	10.378.898,39	25.454
14º	Conceição da Barra	3.923.763,10	28.745
15º	Cariacica	3.292.440,46	352.431
16º	Cachoeiro de Itapemirim	3.292.440,46	192.156
17º	Guarapari	3.045.507,43	107.836
18º	Colatina	3.045.507,43	113.054
19º	Viana	2.798.574,38	66.745
20º	Barra de São Francisco	2.551.641,31	41.110
21º	Nova Venécia	2.551.641,31	46.487
22º	Castelo	2.387.019,31	35.048
23º	Santa Maria de Jetibá	2.387.019,31	34.992
24º	Alegre	2.304.708,27	30.626
25º	São Gabriel da Palha	2.304.708,27	32.655
26º	Baixo Guandu	2.304.708,27	29.272
27º	Domingos Martins	2.304.708,27	32.042
28º	Afonso Cláudio	2.304.708,27	30.919
29º	Guaçuí	2.222.397,25	28.208
30º	Lúna	2.222.397,25	27.512
31º	Mimoso do Sul	2.222.397,25	25.858
32º	Venda Nova do Imigrante	2.140.086,24	21.094
33º	Santa Teresa	2.140.086,24	22.005
34º	Pinheiros	2.140.086,24	24.284
35º	Pancas	2.140.086,24	21.722
36º	Pedro Canário	2.140.086,24	24.071
37º	Ibatiba	2.140.086,24	22.843
38º	Ecoporanga	2.140.086,24	23.097
39º	Sooretama	2.140.086,24	24.685
40º	Muniz Freire	2.057.775,21	18.202
41º	Vargem Alta	2.057.775,21	19.395
42º	Montanha	1.975.464,24	17.938
43º	Rio Bananal	1.975.464,24	17.713
44º	João Neiva	1.893.153,20	15.886
45º	Itaguaçu	1.893.153,20	14.080
46º	Marechal Floriano	1.893.153,20	14.576
47º	Muqui	1.893.153,20	14.506
48º	Boa Esperança	1.893.153,20	14.278
49º	Mantenópolis	1.810.842,19	13.826
50º	Iconha	1.810.842,19	12.681
51º	Vila Valério	1.810.842,19	13.824
52º	Alfredo Chaves	1.810.842,19	14.007
53º	Santa Leopoldina	1.810.842,19	12.207
54º	Ibiraçu	1.728.531,18	11.335
55º	Jerônimo Monteiro	1.728.531,18	10.984
56º	Água Doce do Norte	1.728.531,18	11.624
57º	Laranja da Terra	1.728.531,18	10.810
58º	Mariândia	1.728.531,18	11.286
59º	São José do Calçado	1.728.531,18	10.397
60º	Conceição do Castelo	1.728.531,18	11.798
61º	Rio Novo do Sul	1.728.531,18	11.334
62º	Irupi	1.728.531,18	11.930
63º	Brejetuba	1.728.531,18	11.950
64º	Itarana	1.728.531,18	10.799
65º	São Roque do Canaã	1.728.531,18	11.406
66º	Governador Lindenberg	1.728.531,18	11.106
67º	Apiaçá	1.646.220,17	7.497
68º	Ibitirama	1.646.220,17	8.919
69º	São Domingos do Norte	1.646.220,17	8.070
70º	Bom Jesus do Norte	1.646.220,17	9.514
71º	Água Branca	1.646.220,17	9.507
72º	Divino de São Lourenço	1.646.220,17	4.471
73º	Alto Rio Novo	1.646.220,17	7.371
74º	Vila Pavão	1.646.220,17	8.724
75º	Atílio Vivácqua	1.646.220,17	10.080
76º	Ponto Belo	1.646.220,17	7.088
77º	Mucurici	1.646.220,17	5.619
78º	Dores do Rio Preto	1.646.220,17	6.429
TOTAL		969.725.465,97	3.578.067

Fonte: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). População para 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Royalties e part. especiais per capita

Posição	Município	A / B	Royalties e part. especiais (A) em R\$	População 2012 (B)
1º	Presidente Kennedy	25.840,07	269.486,085,71	10.429
2º	Itapemirim	5.665,39	178.012.282,32	31.421
3º	Anchieta	2.169,64	53.407.932,98	24.616
4º	Marataizes	1.516,28	52.576.865,20	34.675
5º	Piúma	825,19	15.346.038,48	18.597
6º	Linhares	764,31	111.312.698,16	145.639
7º	Fundão	686,94	12.112.139,71	17.632
8º	Aracruz	408,81	34.515.133,81	84.429
9º	Jaguaré	407,75	10.378.898,39	25.454
10º	São Mateus	382,44	42.768.732,72	111.832
11º	Divino de São Lourenço	368,20	1.646.220,17	4.471
12º	Mucurici	292,97	1.646.220,17	5.619
13º	Dores do Rio Preto	256,06	1.646.220,17	6.429
14º	Ponto Belo	232,25	1.646.220,17	7.088
15º	Alto Rio Novo	223,34	1.646.220,17	7.371
16º	Apiaçá	219,58	1.646.220,17	7.497
17º	São Domingos do Norte	203,99	1.646.220,17	8.070
18º	Vila Pavão	188,70	1.646.220,17	8.724
19º	Ibitirama	184,57	1.646.220,17	8.919
20º	Água Branca	173,16	1.646.220,17	9.507
21º	Bom Jesus do Norte	173,03	1.646.220,17	9.514
22º	São José do Calçado	166,25	1.728.531,18	10.397
23º	Atílio Vivácqua	163,32	1.646.220,17	10.080
24º	Itarana	160,06	1.728.531,18	10.799
25º	Laranja da Terra	159,90	1.728.531,18	10.810
26º	Jerônimo Monteiro	157,37	1.728.531,18	10.984
27º	Governador Lindenberg	155,64	1.728.531,18	11.106
28º	Mariândia	153,16	1.728.531,18	11.286
29º	Rio Novo do Sul	152,51	1.728.531,18	11.334
30º	Ibiraçu	152,50	1.728.531,18	11.335
31º	São Roque do Canaã	151,55	1.728.531,18	11.406
32º	Água Doce do Norte	148,70	1.728.531,18	11.624
33º	Santa Leopoldina	148,34	1.810.842,19	12.207
34º	Conceição do Castelo	146,51	1.728.531,18	11.798
35º	Irupi	144,89	1.728.531,18	11.930
36º	Brejetuba	144,65	1.728.531,18	11.950
37º	Iconha	142,80	1.810.842,19	12.681
38º	Conceição da Barra	136,50	3.923.763,10	28.745
39º	Itaguaçu	134,46	1.893.153,20	14.080
40º	Boa Esperança	132,59	1.893.153,20	14.278
41º	Vila Valério	130,99	1.810.842,19	13.824
42º	Mantenópolis	130,97	1.810.842,19	13.826
43º	Muqui	130,51	1.893.153,20	14.506
44º	Marechal Floriano	129,88	1.893.153,20	14.576
45º	Alfredo Chaves	129,28	1.810.842,19	14.007
46º	João Neiva	119,17	1.893.153,20	15.886
47º	Muniz Freire	113,05	2.057.775,21	18.202
48º	Rio Bananal	111,53	1.975.464,24	17.713
49º	Montanha	110,13	1.975.464,24	17.938
50º	Vargem Alta	106,10	2.057.775,21	19.395
51º	Venda Nova do Imigrante	101,45	2.140.086,24	21.094
52º	Pancas	98,52	2.140.086,24	21.722
53º	Santa Teresa	97,25	2.140.086,24	22.005
54º	Ibatiba	93,69	2.140.086,24	22.843
55º	Ecoporanga	92,66	2.140.086,24	23.097
56º	Pedro Canário	88,91	2.140.086,24	24.071
57º	Pinheiros	88,13	2.140.086,24	24.284
58º	Sooretama	86,70	2.140.086,24	24.685
59º	Mimoso do Sul	85,95	2.222.397,25	25.858
60º	Lúna	80,78	2.222.397,25	27.512
61º	Guaçuí	78,79	2.222.397,25	28.208
62º	Baixo Guandu	78,73	2.304.708,27	29.272
63º	Alegre	75,25	2.304.708,27	30.626
64º	Afonso Cláudio	74,54	2.304.708,27	30.919
65º	Domingos Martins	71,93	2.304.708,27	32.042
66º	São Gabriel da Palha	70,58	2.304.708,27	32.655
67º	Santa Maria de Jetibá	68,22	2.387.019,31	34.992
68º	Castelo	68,11	2.387.019,31	35.048
69º	Barra de São Francisco	62,07	2.551.641,31	41.110
70º	Nova Venécia	54,89	2.551.641,31	46.487
71º	Serra	52,42	22.151.016,99	422.569
72º	Vitória	52,03	17.333.046,46	333.162
73º	Viana	41,93	2.798.574,38	66.745
74º	Vila Velha	39,83	16.925.614,29	424.948
75º	Guarapari	28,24	3.045.507,43	107.836
76º	Colatina	26,94	3.045.507,43	113.054
77º	Cachoeiro de Itapemirim	17,13	3.292.440,46	192.156
78º	Cariacica	9,34	3.292.440,46	352.431
TOTAL		271,02	969.725.465,97	3.578.067

Fonte: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). População para 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



Nota

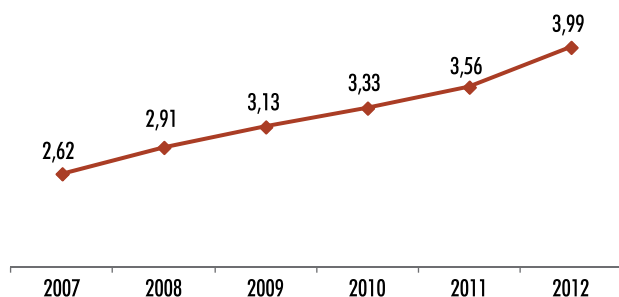
Com o objetivo de evitar dupla contagem dos gastos com pessoal, foram expurgados os valores referentes às aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos, já que esses valores são computados pelos órgãos da administração indireta e também pela prefeitura por repassar esses recursos para a referida instituição. Contudo, devido ao fato de alguns municípios adotarem procedimentos contábeis diferenciados e em função das alterações contábeis que acontecem de um ano para o outro, podem, eventualmente, ocorrer casos de superestimação dos gastos.

Desempenho

O gasto com pessoal dos municípios capixabas totalizou R\$ 3,99 bilhões em 2012. O valor foi 12,1% maior que no ano anterior, em valores corrigidos pela inflação. Foi a maior alta dos últimos quatro anos. Apesar disso, de um modo geral, o nível de comprometimento da receita corrente com pessoal, de 42,5%, manteve-se praticamente inalterado se comparado à taxa do ano anterior.

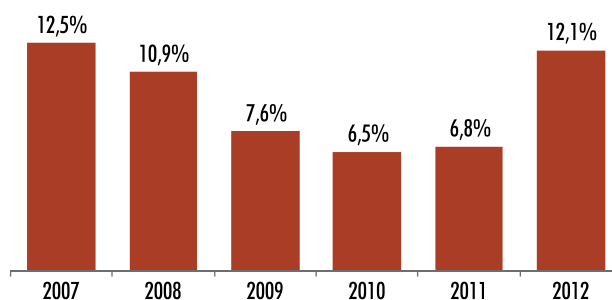
Evolução do gasto com pessoal

em R\$ bilhões - IPCA médio de 2012



Individualmente, os municípios que mais ampliaram os gastos com pessoal foram Marataízes, Anchieta e Itapemirim, com respectivas taxas de 34,3%, 34% e 30,6% em relação ao ano anterior. Foram também os três municípios, juntos com Presidente Kennedy, que mais cresceram a receita corrente, sustentada principalmente pelo forte recebimento dos royalties do petróleo.

Taxa de crescimento do gasto com pessoal e da receita corrente em relação ao ano anterior



Apenas quatro municípios reduziram os gastos com pessoal em 2012, sendo de relevância somente de Jaguaré (-7,7%) e de Colatina (-6,8%). As outras duas cidades com queda foram Barra de São Francisco (-0,9%) e Ecoporanga (-1,5%).

Considerando os municípios com mais de 50 mil habitantes, São Mateus obteve a maior alta, de 24,6%, com recursos adicionais de R\$ 26,8 milhões. Na sequência, aparecem Guarapari (19,4%), Aracruz (16,9%), Linhares (15,8%), Cachoeiro de Itapemirim (13,6%) e Serra (12,1%). Em termos absolutos, os maiores acréscimos foram visto em Vitória (R\$ 55,4 milhões) e Serra (R\$ 47,4 milhões).

Participação na receita corrente

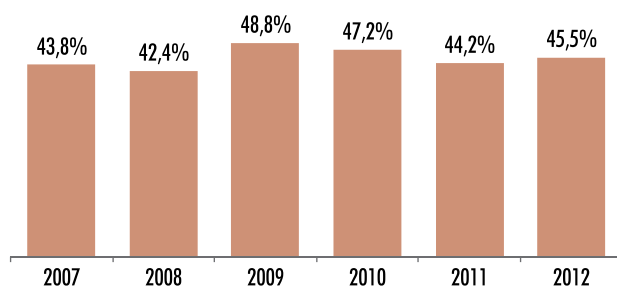
O gasto com pessoal é a principal despesa para a maioria dos municípios capixabas. Em média, comprometeu 45,5% da receita corrente em 2012. Esse valor foi ligeiramente superior àquele verificado no ano anterior (44,2%) e abaixo do nível de 2009 (48,8%), que foi o mais crítico registrado na década devido à queda sofrida pela receita naquele ano.

Por outro lado, voltou a subir vertiginosamente o número de municípios onde a participação da despesa com pessoal consumiu mais da metade da receita corrente. Em 2011, apenas 24 possuíam comprometimento acima de 50%, frente a 48 casos em 2009 e 38 em 2010. Já em 2012, o número saltou para 40 cidades.

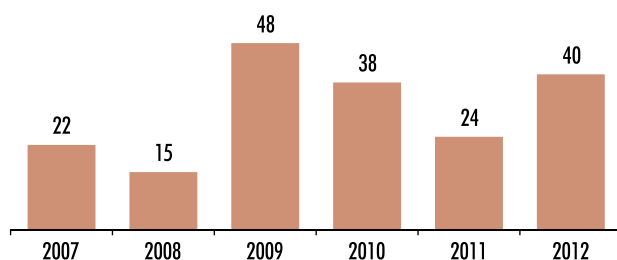
Individualmente, o gasto com pessoal teve maior peso na receita corrente de Água Doce do Norte (63,4%), Bom Jesus do Norte (61,8%), Rio Novo do Sul (60,5%), Muniz Freire (60,4%) e Alto Rio Novo (60,2%). No sentido oposto,

Itapemirim (21,4%) e Presidente Kennedy (13%) possuem as mais baixas participações.

Participação do gasto com pessoal na receita corrente



Número de municípios que comprometeram mais de 50% da receita corrente em gastos com pessoal



É importante ressaltar que a participação do gasto com pessoal na receita corrente apurado por Finanças dos Municípios Capixabas não utiliza exatamente o mesmo conceito aplicado na LRF e publicado oficialmente através dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF). Contudo, a metodologia de cálculo é muito semelhante, aproximando o resultado de ambos. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) preconiza o limite máximo de 60% da Receita Corrente Líquida (RCL) para as despesas com pessoal (ver Notas metodológicas, na página 4).

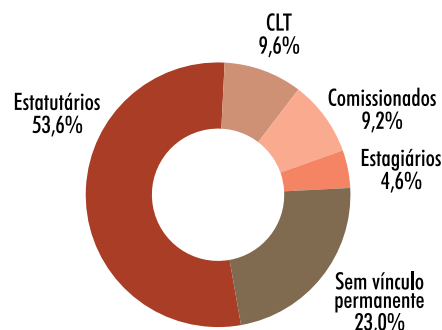
Número de servidores

De acordo com a pesquisa Perfil dos Municípios Brasileiros, realizada em 2012 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os municípios capixabas possuíam naquele ano 138.937 servidores. Houve um crescimento de 8,2% em relação à pesquisa realizada em 2011.

A maioria (53,6%) estava contratada sob o regime estatutário, enquanto que outros 9,6% eram regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Os servidores comissionados equivaliam a 9,2% do total, e os estagiários a 4,6%. Os 23% restantes eram formados por servidores

“sem vínculo permanente”. Segundo o IBGE, essa última categoria abriga todos os servidores cedidos por outros órgãos públicos federais ou estaduais, os contratados por designação temporária ou contratados administrativamente, os voluntários, dentre outros.

Composição do quadro de servidores - 2012



O número de funcionários públicos municipais por habitante tende a ser maior nos menores municípios. Anchieta, com 163,6 servidores para cada mil habitantes, liderou o ranking entre os municípios capixabas. Na outra ponta, com as menores relações de servidores por mil habitantes, aparecem Serra, João Neiva, Vila Velha e Cariacica, com 26,9, 25,6, 20,7 e 18,3 funcionários, respectivamente. Vitória, capital do Estado, possuía 48,7 servidores para cada mil habitantes.

Fatores econômicos, políticos e administrativos contribuem para o maior número de servidores por habitantes em municípios de menor porte populacional. Pode-se destacar o ganho de escala que os municípios maiores têm no fornecimento dos serviços públicos, bem como a escassez da oferta de empregos pela iniciativa privada nas pequenas cidades do interior, o que pressiona o poder público a contratar uma quantidade relativamente maior de servidores. O tamanho da receita por habitante dos municípios também exerce influência, a exemplo de Presidente Kennedy, cuja receita per capita de 2012 foi de R\$ 30,6 mil, a mais elevada entre todos os municípios do Brasil.

Número de servidores por mil habitantes - 2012

Os dez maiores			Os dez menores		
1º	Anchieta	163,6	1º	Guarapari	36,3
2º	Presidente Kennedy	108,0	2º	Barra de São Francisco	35,1
3º	Alto Rio Novo	104,7	3º	São Gabriel da Palha	34,0
4º	Mucurici	94,4	4º	Colatina	32,5
5º	Atilio Vivácqua	74,7	5º	Cachoeiro de Itapemirim	32,3
6º	Divino de São Lourenço	72,8	6º	Iúna	31,1
7º	Marechal Floriano	70,7	7º	Serra	26,9
8º	Bom Jesus do Norte	69,8	8º	João Neiva	25,6
9º	Vila Pavão	68,7	9º	Vila Velha	20,7
10º	Apicá	68,6	10º	Cariacica	18,3

Despesa com pessoal¹ - 2007-2012

Regiões e municípios	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Variação 2012/2011	Participação 2012		Despesa pessoal¹ per capita 2012 em R\$
	em R\$ mil - IPCA médio de 2012							no total da desp. pessoal¹	na receita corrente²	
MS Noroeste	303.715,1	342.602,9	358.619,1	368.518,5	396.577,1	420.038,8	5,9	10,5	49,4	1.007,26
Água Doce do Norte	10.637,8	12.516,8	12.895,6	12.964,4	13.345,0	15.979,3	19,7	0,4	63,4	1.374,68
Água Branca	8.563,3	9.261,5	9.361,0	10.466,1	11.350,9	12.660,1	11,5	0,3	48,0	1.331,66
Alto Rio Novo	6.956,7	8.279,7	8.952,0	8.985,3	9.214,3	11.232,8	21,9	0,3	60,2	1.523,91
Baixo Guandu	24.430,7	24.341,4	25.014,6	26.373,5	27.572,7	31.619,6	14,7	0,8	55,4	1.080,20
Barra de São Francisco	32.363,8	39.462,6	38.000,8	31.925,7	38.185,5	37.848,9	-0,9	0,9	52,5	920,67
Boa Esperança	11.403,5	12.661,8	12.942,2	13.589,0	14.699,1	16.765,9	14,1	0,4	47,9	1.174,25
Colatina	75.789,4	86.045,8	87.978,5	92.674,8	98.123,6	91.436,5	-6,8	2,3	40,6	808,79
Ecoporanga	18.326,4	21.363,1	21.403,2	23.232,8	24.574,4	24.196,6	-1,5	0,6	49,9	1.047,61
Governador Lindenberg	8.581,1	9.879,0	10.632,3	10.993,6	12.520,8	14.319,9	14,4	0,4	56,8	1.289,39
Mantenópolis	9.525,8	10.508,7	10.547,5	11.206,2	11.937,8	14.417,6	20,8	0,4	48,9	1.042,79
Marilândia	9.380,8	10.348,4	11.152,4	11.335,6	11.564,1	12.977,6	12,2	0,3	51,0	1.149,88
Nova Venécia	32.226,9	36.200,8	43.104,1	44.725,7	45.920,4	51.084,2	11,2	1,3	57,3	1.098,89
Pancas	14.064,6	15.576,5	16.735,8	17.221,1	18.285,1	20.177,6	10,3	0,5	54,0	928,90
São Domingos do Norte	6.840,9	8.068,3	8.587,7	9.792,7	10.010,9	10.921,3	9,1	0,3	49,8	1.353,32
São Gabriel da Palha	17.932,6	18.944,9	20.754,4	22.452,6	25.191,3	27.353,1	8,6	0,7	46,2	837,64
Vila Pavao	8.519,6	9.727,8	10.213,6	8.819,6	9.732,9	10.856,7	11,5	0,3	50,8	1.244,46
Vila Valério	8.171,2	9.415,7	10.343,5	11.759,7	14.348,3	16.191,4	12,8	0,4	49,8	1.171,26
MS Litoral Norte	479.465,0	525.297,0	566.133,9	593.988,9	633.240,7	726.649,0	14,8	18,2	47,2	1.292,16
Aracruz	115.078,2	121.534,4	120.112,6	115.246,9	121.794,3	142.358,2	16,9	3,6	46,4	1.686,13
Conceição da Barra	28.386,2	29.347,6	31.047,0	33.216,9	34.926,9	38.028,0	8,9	1,0	51,0	1.322,94
Fundão	16.128,9	18.691,6	20.152,3	21.667,6	25.059,4	26.615,5	6,2	0,7	53,9	1.509,50
Ibiraçu	10.184,8	10.304,6	10.870,1	11.927,7	13.200,9	14.492,0	9,8	0,4	52,3	1.278,52
Jaguare	19.921,3	21.956,8	21.612,9	27.513,8	29.165,9	26.913,0	-7,7	0,7	38,3	1.057,32
João Neiva	14.232,1	13.899,4	12.795,6	13.137,0	14.063,0	16.067,0	14,3	0,4	41,6	1.011,40
Linhares	107.818,6	120.520,1	141.460,2	152.242,8	164.513,2	190.509,1	15,8	4,8	41,8	1.308,09
Montanha	12.746,0	14.585,6	16.269,8	16.749,7	16.387,5	17.969,9	9,7	0,5	42,5	1.001,78
Mucurici	6.811,8	6.524,2	6.874,4	7.792,3	8.000,0	8.744,5	9,3	0,2	40,1	1.556,24
Pedro Canário	14.600,0	17.204,0	18.848,3	17.826,1	19.216,4	21.454,4	11,6	0,5	51,2	891,29
Pinheiros	16.775,2	20.587,6	22.903,2	25.636,3	27.993,7	29.309,7	4,7	0,7	52,5	1.206,95
Ponto Belo	4.970,0	7.487,9	7.700,3	8.504,7	8.559,4	8.815,4	3,0	0,2	44,3	1.243,71
Rio Bananal	15.634,4	17.076,6	18.326,7	18.544,1	19.880,9	24.128,8	21,4	0,6	46,3	1.362,21
São Mateus	80.536,3	87.853,5	98.318,5	103.085,9	108.680,2	135.447,4	24,6	3,4	58,1	1.211,17
Sooretama	15.641,2	17.723,2	18.842,0	20.897,1	21.799,1	25.796,1	18,3	0,6	51,1	1.045,01
MS Central	265.847,0	298.939,3	312.042,1	332.910,4	368.425,4	435.008,7	18,1	10,9	44,7	1.359,77
Afonso Cláudio	23.454,0	24.040,6	24.122,8	26.342,5	28.806,2	33.335,2	15,7	0,8	56,4	1.078,15
Alfredo Chaves	9.706,4	11.069,3	11.684,5	11.735,7	13.732,4	15.141,4	10,3	0,4	43,0	1.080,99
Anchieta	42.464,6	49.328,0	51.636,3	59.200,1	73.731,5	98.826,4	34,0	2,5	34,8	4.014,72
Brejetuba	10.343,2	11.378,4	12.769,9	11.398,2	12.791,4	14.147,8	10,6	0,4	48,4	1.183,92
Conceição do Castelo	12.310,8	13.511,8	13.959,4	13.412,7	14.387,2	16.525,8	14,9	0,4	55,7	1.400,72
Domingos Martins	23.973,8	26.644,4	27.085,9	27.231,8	28.401,8	33.571,9	18,2	0,8	44,6	1.047,75
Iconha	11.162,1	11.507,7	12.319,7	14.141,0	13.445,0	14.534,0	8,1	0,4	44,0	1.146,12
Itaguaçu	9.243,6	12.103,8	13.017,0	13.835,2	15.778,4	17.883,7	13,3	0,4	55,1	1.270,15
Itarana	7.485,0	8.887,0	9.389,7	10.079,6	10.731,4	11.731,7	9,3	0,3	46,8	1.086,37
Laranja da Terra	8.851,8	10.510,3	10.828,5	10.855,0	11.569,0	12.483,5	7,9	0,3	51,6	1.154,81
Marechal Floriano	13.574,8	14.698,8	16.142,7	16.527,9	16.831,7	19.657,7	16,8	0,5	53,1	1.348,63
Piúma	15.065,3	16.250,0	17.038,1	18.940,1	20.665,1	22.311,1	8,0	0,6	41,0	1.199,72
Rio Novo do Sul	8.541,2	10.440,9	9.296,4	11.135,9	12.525,7	15.469,1	23,5	0,4	60,5	1.364,84
Santa Leopoldina	12.288,3	13.121,9	12.424,8	13.042,6	12.336,1	12.606,4	2,2	0,3	45,8	1.032,72
Santa Maria de Jetibá	21.877,1	24.918,0	26.230,7	27.960,4	31.659,3	36.895,1	16,5	0,9	48,8	1.054,39
Santa Teresa	17.073,9	19.045,6	21.210,0	22.393,3	24.260,9	27.570,0	13,6	0,7	50,3	1.252,90
São Roque do Canaã	6.656,5	7.566,8	8.332,8	8.690,6	10.125,1	11.476,0	13,3	0,3	48,1	1.006,14
Venda Nova do Imigrante	11.774,5	13.916,1	14.552,6	15.987,8	16.647,1	20.841,8	25,2	0,5	44,5	988,04
Região Metropolitana	1.165.084,4	1.265.169,3	1.404.190,0	1.519.738,6	1.590.461,3	1.756.910,4	10,5	44,0	47,1	1.028,82
Cariacica	134.562,7	141.541,8	159.439,6	170.364,5	187.842,7	204.645,6	8,9	5,1	44,0	580,67
Guarapari	56.489,0	64.343,1	75.162,0	79.233,9	84.301,9	100.665,2	19,4	2,5	47,3	933,50
Serra	227.154,7	263.883,4	319.850,3	387.320,9	391.424,6	438.787,4	12,1	11,0	51,3	1.038,38
Viana	38.831,2	41.319,5	49.421,9	55.887,8	62.568,6	65.992,3	5,5	1,7	53,3	988,72
Vila Velha	173.422,4	196.132,5	226.413,6	237.703,0	274.584,4	301.699,1	9,9	7,6	45,3	709,97
Vitória	534.624,5	557.949,0	573.902,7	589.228,5	589.739,0	645.120,9	9,4	16,2	45,7	1.936,36
MS Sul	407.379,9	475.451,4	488.604,8	518.598,9	572.069,3	653.238,5	14,2	16,4	39,1	1.143,83
Alegre	24.429,6	26.009,8	28.741,9	32.204,1	32.021,8	35.628,0	11,3	0,9	57,8	1.163,33
Apiacá	7.523,3	8.556,5	8.762,6	8.680,3	9.233,6	10.021,7	8,5	0,3	52,8	1.336,77
Atílio Vivacqua	8.407,6	10.361,7	10.426,3	10.919,3	12.551,5	13.539,1	7,9	0,3	53,1	1.343,16
Bom Jesus do Norte	6.997,6	7.980,6	8.031,8	9.414,9	9.529,4	11.609,9	21,8	0,3	61,8	1.220,29
Cachoeiro de Itapemirim	113.361,6	134.839,1	124.962,9	130.660,5	143.372,0	162.931,8	13,6	4,1	52,2	847,91
Castelo	26.152,0	30.060,2	30.058,2	31.993,5	35.759,2	37.033,7	3,6	0,9	53,8	1.056,66
Divino de São Lourenço	5.558,3	5.859,6	5.968,5	5.612,6	7.167,9	7.602,6	6,1	0,2	47,7	1.700,42
Dores do Rio Preto	5.933,5	6.706,6	6.649,3	7.177,6	5.737,2	6.561,1	14,4	0,2	33,4	1.020,55
Guaçu	20.102,4	26.358,5	26.677,7	26.808,2	28.748,6	30.772,8	7,0	0,8	53,5	1.090,93
Ibatiba	15.451,5	15.546,9	16.984,6	18.465,4	19.797,4	21.781,5	10,0	0,5	53,9	953,53
Ibitirama	7.909,0	9.344,9	9.506,1	10.183,0	10.497,3	12.615,4	20,2	0,3	54,3	1.414,44
Irupi	9.923,2	10.519,6	11.018,3	12.739,4	14.171,8	14.680,5	3,6	0,4	55,9	1.230,55
Itapemirim	29.657,0	33.948,0	35.001,1	37.929,7	46.581,0	60.824,0	30,6	1,5	21,4	1.935,78
Iúna	18.860,7	22.569,8	21.510,4	22.918,7	25.800,8	27.796,5	7,7	0,7	55,6	1.010,34
Jerônimo Monteiro	8.743,0	10.561,3	11.241,3	10.710,5	11.378,5	12.555,3	10,3	0,3	44,3	1.143,06
Marataizes	18.875,0	24.812,6	28.490,7	27.979,3	33.979,0	45.628,4	34,3	1,1	41,3	1.315,89
Mimoso do Sul	17.299,1	16.329,1	21.157,7	22.065,4	22.668,6	25.811,0	13,9	0,6	51,7	998,18
Muniz Freire	15.261,1	19.232,8	19.318,1	20.180,6	21.380,0	26.033,9	21,8	0,7	60,4	1.430,28
Muqui	8.103,7	9.126,3	10.608,3	11.661,7	12.519,8	14.508,1	15,9	0,4	51,9	1.000,15
Presidente Kennedy	15.883,3	19.355,9	25.036,4	30.334,7	37.580,1	40.848,1	8,7	1,0	13,0	3.916,78
São José do Calçado	8.754,5	10.067,9	10.283,9	11.097,3						

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹inclui encargos, inativos, pensionistas e salário-família; ²receita corrente excluída a receita intraorçamentária e a parcela destinada ao Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

Despesa com pessoal

Posição	Município	Despesa com pessoal ¹ em R\$	População 2012
1º	Vitória	645.120.884,29	333.162
2º	Serra	438.787.408,77	422.569
3º	Vila Velha	301.699.090,13	424.948
4º	Cariacica	204.645.563,42	352.431
5º	Linhares	190.509.100,29	145.639
6º	Cachoeiro de Itapemirim	162.931.754,41	192.156
7º	Aracruz	142.358.236,00	84.429
8º	São Mateus	135.447.377,72	111.832
9º	Guarapari	100.665.202,83	107.836
10º	Anchieta	98.826.412,56	24.616
11º	Colatina	91.436.461,48	113.054
12º	Viana	65.992.251,23	66.745
13º	Itapemirim	60.824.037,19	31.421
14º	Nova Venécia	51.084.160,14	46.487
15º	Marataízes	45.628.362,68	34.675
16º	Presidente Kennedy	40.848.131,64	10.429
17º	Conceição da Barra	38.027.958,63	28.745
18º	Barra de São Francisco	37.848.852,18	41.110
19º	Castelo	37.033.722,07	35.048
20º	Santa Maria de Jetibá	36.895.120,41	34.992
21º	Alegre	35.628.043,94	30.626
22º	Domingos Martins	33.571.890,14	32.042
23º	Afonso Cláudio	33.335.223,60	30.919
24º	Baixo Guandu	31.619.559,67	29.272
25º	Guaçuí	30.772.817,14	28.208
26º	Pinheiros	29.309.654,99	24.284
27º	Iúna	27.796.524,73	27.512
28º	Santa Teresa	27.569.982,98	22.005
29º	São Gabriel da Palha	27.353.149,58	32.655
30º	Jaguaré	26.913.010,47	25.454
31º	Fundão	26.615.494,48	17.632
32º	Muniz Freire	26.033.936,83	18.202
33º	Mimoso do Sul	25.811.040,62	25.858
34º	Sooretama	25.796.079,04	24.685
35º	Ecoporanga	24.196.614,25	23.097
36º	Rio Bananal	24.128.808,71	17.713
37º	Piúma	22.311.124,05	18.597
38º	Ibatiba	21.781.548,02	22.843
39º	Pedro Canário	21.454.356,79	24.071
40º	Vargem Alta	21.224.777,99	19.395
41º	Venda Nova do Imigrante	20.841.817,33	21.094
42º	Pancas	20.177.555,02	21.722
43º	Marechal Floriano	19.657.687,60	14.576
44º	Montanha	17.969.877,47	17.938
45º	Itaguaçu	17.883.683,67	14.080
46º	Boa Esperança	16.765.875,92	14.278
47º	Conceição do Castelo	16.525.752,37	11.798
48º	Vila Valério	16.191.435,50	13.824
49º	João Neiva	16.067.031,63	15.886
50º	Água Doce do Norte	15.979.255,71	11.624
51º	Rio Novo do Sul	15.469.148,80	11.334
52º	Alfredo Chaves	15.141.430,30	14.007
53º	Irupi	14.680.501,24	11.930
54º	Iconha	14.534.004,89	12.681
55º	Muqui	14.508.133,32	14.506
56º	Ibiraçu	14.492.029,87	11.335
57º	Mantenópolis	14.417.562,84	13.826
58º	Governador Lindenberg	14.319.937,87	11.106
59º	Brejetuba	14.147.828,39	11.950
60º	Atílio Vivacqua	13.539.090,42	10.080
61º	São José do Calçado	13.230.006,74	10.397
62º	Marilândia	12.977.558,43	11.286
63º	Água Branca	12.660.112,24	9.507
64º	Ibitirama	12.615.375,36	8.919
65º	Santa Leopoldina	12.606.418,55	12.207
66º	Jerônimo Monteiro	12.555.343,90	10.984
67º	Laranja da Terra	12.483.476,32	10.810
68º	Itarana	11.731.680,09	10.799
69º	Bom Jesus do Norte	11.609.873,61	9.514
70º	São Roque do Canaã	11.476.022,68	11.406
71º	Alto Rio Novo	11.232.760,87	7.371
72º	São Domingos do Norte	10.921.293,76	8.070
73º	Vila Pavão	10.856.669,71	8.724
74º	Apiacá	10.021.743,80	7.497
75º	Ponto Belo	8.815.431,61	7.088
76º	Mucurici	8.744.533,58	5.619
77º	Divino de São Lourenço	7.602.594,60	4.471
78º	Dores do Rio Preto	6.561.126,94	6.429
TOTAL		3.991.845.389,04	3.578.067

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário; População para 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ¹inclui inativos, pensionistas e salário-família.

Despesa com pessoal per capita

Posição	Município	A / B	Despesa com pessoal ¹ (A) em R\$	População 2012 (B)
1º	Anchieta	4.014,72	98.826.412,56	24.616
2º	Presidente Kennedy	3.916,78	40.848.131,64	10.429
3º	Vitória	1.936,36	645.120.884,29	333.162
4º	Itapemirim	1.935,78	60.824.037,19	31.421
5º	Divino de São Lourenço	1.700,42	7.602.594,60	4.471
6º	Aracruz	1.686,13	142.358.236,00	84.429
7º	Mucurici	1.556,24	8.744.533,58	5.619
8º	Alto Rio Novo	1.523,91	11.232.760,87	7.371
9º	Fundão	1.509,50	26.615.494,48	17.632
10º	Muniz Freire	1.430,28	26.033.936,83	18.202
11º	Ibitirama	1.414,44	12.615.375,36	8.919
12º	Conceição do Castelo	1.400,72	16.525.752,37	11.798
13º	Água Doce do Norte	1.374,68	15.979.255,71	11.624
14º	Rio Novo do Sul	1.364,84	15.469.148,80	11.334
15º	Rio Bananal	1.362,21	24.128.808,71	17.713
16º	São Domingos do Norte	1.353,32	10.921.293,76	8.070
17º	Marechal Floriano	1.348,63	19.657.687,60	14.576
18º	Atílio Vivacqua	1.343,16	13.539.090,42	10.080
19º	Apiacá	1.336,77	10.021.743,80	7.497
20º	Água Branca	1.331,66	12.660.112,24	9.507
21º	Conceição da Barra	1.322,94	38.027.958,63	28.745
22º	Marataízes	1.315,89	45.628.362,68	34.675
23º	Linhares	1.308,09	190.509.100,29	145.639
24º	Governador Lindenberg	1.289,39	14.319.937,87	11.106
25º	Ibiraçu	1.278,52	14.492.029,87	11.335
26º	São José do Calçado	1.272,48	13.230.006,74	10.397
27º	Itaguaçu	1.270,15	17.883.683,67	14.080
28º	Santa Teresa	1.252,90	27.569.982,98	22.005
29º	Vila Pavão	1.244,46	10.856.669,71	8.724
30º	Ponto Belo	1.243,71	8.815.431,61	7.088
31º	Irupi	1.230,55	14.680.501,24	11.930
32º	Bom Jesus do Norte	1.220,29	11.609.873,61	9.514
33º	São Mateus	1.211,17	135.447.377,72	111.832
34º	Pinheiros	1.206,95	29.309.654,99	24.284
35º	Piúma	1.199,72	22.311.124,05	18.597
36º	Brejetuba	1.183,92	14.147.828,39	11.950
37º	Boa Esperança	1.174,25	16.765.875,92	14.278
38º	Vila Valério	1.171,26	16.191.435,50	13.824
39º	Alegre	1.163,33	35.628.043,94	30.626
40º	Laranja da Terra	1.154,81	12.483.476,32	10.810
41º	Marilândia	1.149,88	12.977.558,43	11.286
42º	Iconha	1.146,12	14.534.004,89	12.681
43º	Jerônimo Monteiro	1.143,06	12.555.343,90	10.984
44º	Nova Venécia	1.098,89	51.084.160,14	46.487
45º	Vargem Alta	1.094,34	21.224.777,99	19.395
46º	Guaçuí	1.090,93	30.772.817,14	28.208
47º	Itarana	1.086,37	11.731.680,09	10.799
48º	Alfredo Chaves	1.080,99	15.141.430,30	14.007
49º	Baixo Guandu	1.080,20	31.619.559,67	29.272
50º	Afonso Cláudio	1.078,15	33.335.223,60	30.919
51º	Jaguaré	1.057,32	26.913.010,47	25.454
52º	Castelo	1.056,66	37.033.722,07	35.048
53º	Santa Maria de Jetibá	1.054,39	36.895.120,41	34.992
54º	Domingos Martins	1.047,75	33.571.890,14	32.042
55º	Ecoporanga	1.047,61	24.196.614,25	23.097
56º	Sooretama	1.045,01	25.796.079,04	24.685
57º	Mantenópolis	1.042,79	14.417.562,84	13.826
58º	Serra	1.038,38	438.787.408,77	422.569
59º	Santa Leopoldina	1.032,72	12.606.418,55	12.207
60º	Dores do Rio Preto	1.020,55	6.561.126,94	6.429
61º	João Neiva	1.011,40	16.067.031,63	15.886
62º	Iúna	1.010,34	27.796.524,73	27.512
63º	São Roque do Canaã	1.006,14	11.476.022,68	11.406
64º	Montanha	1.001,78	17.969.877,47	17.938
65º	Muqui	1.000,15	14.508.133,32	14.506
66º	Mimoso do Sul	998,18	25.811.040,62	25.858
67º	Viana	988,72	65.992.251,23	66.745
68º	Venda Nova do Imigrante	988,04	20.841.817,33	21.094
69º	Ibatiba	953,53	21.781.548,02	22.843
70º	Guarapari	933,50	100.665.202,83	107.836
71º	Pancas	928,90	20.177.555,02	21.722
72º	Barra de São Francisco	920,67	37.848.852,18	41.110
73º	Pedro Canário	891,29	21.454.356,79	24.071
74º	Cachoeiro de Itapemirim	847,91	162.931.754,41	192.156
75º	São Gabriel da Palha	837,64	27.353.149,58	32.655
76º	Colatina	808,79	91.436.461,48	113.054
77º	Vila Velha	709,97	301.699.090,13	424.948
78º	Cariacica	580,67	204.645.563,42	352.431
TOTAL		1.115,64	3.991.845.389,04	3.578.067

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário; População para 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ¹inclui inativos, pensionistas e salário-família.

Número de servidores, servidores por vínculo e servidores por mil habitantes em 2012

Regiões e municípios	Número de Servidores	Servidores por vínculo					Servidores por 1.000 habitantes
		Estatutários	CLT	Comissionados	Estagiários	Sem vínculo permanente	
MS Noroeste	18.239	8.190	3.436	1.927	672	4.014	44,8
Água Doce do Norte	553	362	62	82	5	42	45,7
Água Branca	640	261	-	96	52	231	67,3
Alto Rio Novo	646	-	549	60	15	22	104,7
Baixo Guandu	1.625	1.158	104	321	42	-	54,4
Barra de São Francisco	1.460	781	141	118	-	420	35,1
Boa Esperança	733	267	7	111	-	348	55,9
Colatina	3.614	602	1.872	324	376	440	32,5
Ecoporanga	1.377	615	253	82	46	381	57,6
Governador Lindenberg	518	377	2	40	3	96	49,7
Mantenópolis	667	304	42	21	-	300	57,4
Marilândia	558	109	-	77	13	359	52,3
Nova Venécia	2.199	1.018	3	311	-	867	47,4
Pancas	878	572	248	58	-	-	47,5
São Domingos do Norte	488	193	-	22	14	259	59,5
São Gabriel da Palha	1.042	652	113	37	106	134	34,0
Vila Pavão	627	504	-	118	-	5	68,7
Vila Valério	614	415	40	49	-	110	43,7
MS Litoral Norte	29.287	15.621	4.019	3.134	945	5.568	55,6
Aracruz	4.861	2.419	2.017	369	56	-	61,8
Conceição da Barra	1.850	861	-	150	-	839	68,4
Fundão	944	271	11	397	-	265	57,5
Ibiraçu	575	281	205	75	7	7	53,6
Jaguaré	1.397	574	-	232	89	502	59,5
João Neiva	375	251	-	109	14	1	25,6
Linhares	8.236	5.248	-	743	670	1.575	62,1
Montanha	1.179	275	512	183	-	209	62,5
Mucurici	558	380	14	127	3	34	94,4
Pedro Canário	985	574	123	105	-	183	40,4
Pinheiros	1.231	11	900	130	-	190	51,6
Ponto Belo	489	364	-	85	-	40	67,5
Rio Bananal	906	546	-	29	29	302	52,5
São Mateus	4.587	3.008	237	296	72	974	45,1
Sooretama	1.114	558	-	104	5	447	46,9
MS Central	17.675	9.047	1.793	1.880	322	4.633	57,1
Afonso Cláudio	1.519	930	-	81	23	485	48,4
Alfredo Chaves	712	280	2	121	17	292	48,8
Anchieta	3.308	1.550	-	450	62	1.246	163,6
Brejetuba	591	386	3	41	7	154	53,3
Conceição do Castelo	682	317	-	18	64	283	57,5
Domingos Martins	1.429	820	78	111	-	420	44,0
Iconha	617	367	-	96	-	154	51,8
Itaguaçu	743	291	339	29	9	75	52,4
Itarana	482	48	89	9	-	336	45,2
Laranja da Terra	583	283	33	160	-	107	52,4
Marechal Floriano	941	501	-	170	-	270	70,7
Piúma	833	645	-	108	-	80	48,4
Rio Novo do Sul	611	374	-	57	3	177	53,4
Santa Leopoldina	557	460	-	54	1	42	43,7
Santa Maria de Jetibá	1.496	948	383	102	63	-	44,1
Santa Teresa	1.163	597	56	140	10	360	56,1
São Roque do Canaã	497	250	-	87	8	152	45,9
Venda Nova do Imigrante	911	-	810	46	55	-	45,5
Região Metropolitana	47.768	26.825	2.025	3.667	3.802	11.485	28,6
Cariacica	6.687	2.296	259	508	137	3.523	18,3
Guarapari	3.794	2.577	292	154	88	683	36,3
Serra	10.886	6.172	902	759	1.093	1.960	26,9
Viana	2.248	1.198	8	377	124	541	37,0
Vila Velha	8.577	4.318	-	981	254	3.024	20,7
Vitória	15.576	10.264	564	888	2.106	1.754	48,7
MS Sul	25.968	14.764	2.048	2.151	682	6.323	45,2
Alegre	1.257	857	274	123	3	-	40,4
Apiaçá	541	-	316	126	-	99	68,6
Atilio Vivacqua	699	510	-	16	-	173	74,7
Bom Jesus do Norte	675	371	40	110	-	154	69,8
Cachoeiro de Itapemirim	6.499	3.207	313	413	262	2.304	32,3
Castelo	1.835	912	17	149	10	747	55,3
Divino de São Lourenço	365	174	134	27	30	-	72,8
Dores do Rio Preto	288	157	-	28	103	-	45,8
Guaçuí	1.266	829	-	113	5	319	47,3
Ibatiba	923	622	-	66	9	226	45,1
Ibitirama	536	285	-	75	-	176	58,0
Irupi	511	393	67	51	-	-	47,6
Itapemirim	2.211	1.249	119	243	76	524	67,5
Iúna	816	645	10	47	1	113	31,1
Jerônimo Monteiro	490	332	37	31	18	72	43,6
Marataizes	1.732	1.291	-	69	70	302	53,3
Mimoso do Sul	1.132	694	-	187	7	244	41,7
Muniz Freire	789	616	14	28	26	105	43,0
Muqui	612	4	498	28	10	72	42,6
Presidente Kennedy	1.178	644	2	99	18	415	108,0
São José do Calçado	600	386	159	55	-	-	54,7
Vargem Alta	1.013	586	48	67	34	278	54,4
TOTAL	138.937	74.447	13.321	12.759	6.423	32.023	39,8

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa de Informações Municipais - Perfil dos Municípios Brasileiros - 2012.



Compra e Nota Fiscal: o par perfeito que faz muito bem para você e todo o Estado.

Pedindo a nota, o valor arrecadado com o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) é revertido em obras e serviços para a sociedade, contribuindo para a melhora da saúde, educação e infraestrutura do Espírito Santo e municípios. Não importa o tamanho ou valor, toda compra deve estar sempre acompanhada da nota fiscal. **Peça sempre, leve a nota.**

**LEVE
A NOTA!**

SECRETARIA
DA FAZENDA

GOVERNO DO
**ESPIRITO
SANTO**
CRESCER É COM A GENTE

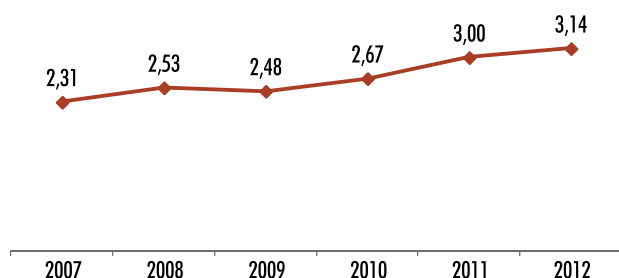


Desempenho

A despesa com custeio dos municípios capixabas apresentou um crescimento de 4,6%, entre 2011 e 2012, passando de R\$ 3 bilhões para R\$ 3,14 bilhões, respectivamente.

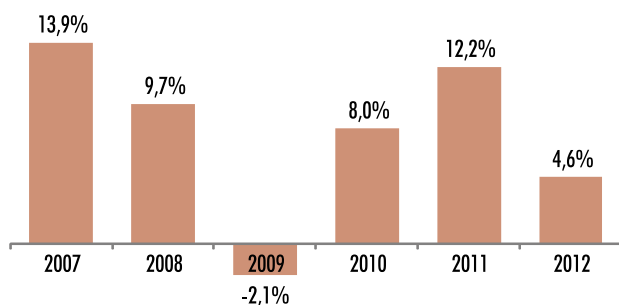
Evolução da despesa com custeio

em R\$ bilhões - IPCA médio de 2012



Taxa de crescimento da despesa com custeio em relação ao ano anterior

em R\$ bilhões - IPCA médio de 2012



Esse aumento de 4,6% no custeio, bem abaixo da média dos últimos nove anos, foi influenciado, principalmente, pela forte retração nos gastos do município de Presidente Kennedy, que reduziu o custeio em 70,7% em comparação a 2011, passando de R\$ 113,5 milhões para R\$ 33,2 milhões. Excluindo-se esse município da análise, o crescimento do custeio do conjunto dos municípios capixabas subiria para 7,6%.

Dos R\$ 80,3 milhões economizados por Presidente Kennedy, R\$ 66,1 milhões provieram de cortes na conta “Outros

Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica”, e R\$ 9,9 milhões com “Material de Consumo”. Vale salientar que durante o segundo semestre de 2012, após uma série de denúncias e investigações realizadas pelo Ministério Público do Estado do Espírito Santo e da Polícia Civil, o município de Presidente Kennedy sofreu uma intervenção judicial e teve auditado todos os seus contratos com fornecedores, resultando na suspensão e no cancelamento de vários deles, o que explica a forte redução nos gastos. A despesa com custeio do município, em 2012, ficou bem abaixo do valor dos dois últimos anos (R\$ 113,5 milhões, em 2011, e R\$ 75 milhões, em 2010), mas retornou ao patamar médio de 2009 e 2008.

Além de Presidente Kennedy, outros 26 municípios também tiveram redução das despesas com custeio. Dentre esses, as maiores ocorreram em Brejetuba (-15,8%), São Mateus (-12,1%), Governador Lindenberg (-11,5%), Afonso Cláudio (-10,6%) e Guarapari (-10,4%). Entre os que apresentaram expansão, os destaques ficaram com Marataízes (71,1%), Itapemirim (51,3%), Colatina (30,8%), Marechal Floriano (29,3%), Anchieta (28,4%) e Barra de São Francisco (24,8%). Colatina também alcançou o maior aumento em termos absolutos, com um incremento real de R\$ 28,3 milhões, entre 2011 e 2012. O aumento com custeio em Colatina representou um maior comprometimento da receita corrente com esse item do gasto. De 2007 a 2011, o município destinou de 38,6% a 44,4% de sua receita corrente para o financiamento do custeio. Esse percentual passou para 53,4%, em 2012.

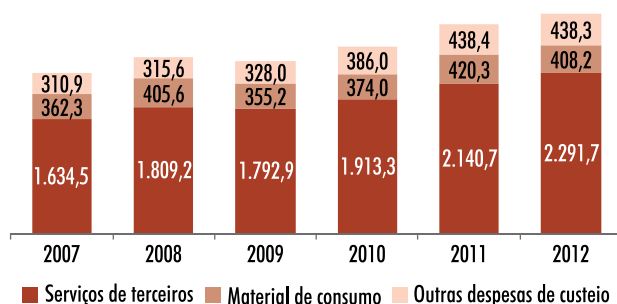
Na capital, o gasto com o custeio municipal, em 2012, totalizou R\$ 512,2 milhões, 4,5% a mais em relação ao ano anterior, o que representou um incremento de R\$ 22,3 milhões na despesa.

Composição dos custeios e participação orçamentária

Para efeito de análise, **Finanças dos Municípios Capixabas** subdividiu a despesa de custeio em três grandes categorias: material de consumo; serviços de terceiros; e outras despesas de custeio. Para maiores detalhes sobre essas categorias leia o *Saiba mais sobre o custeio municipal*, na página 79.

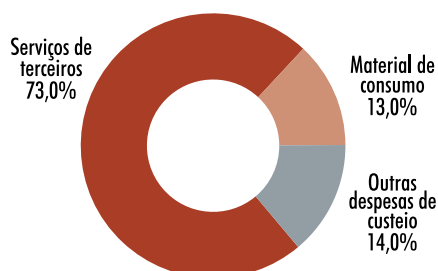
Evolução das principais despesas com custeio

em R\$ milhões - IPCA médio de 2012

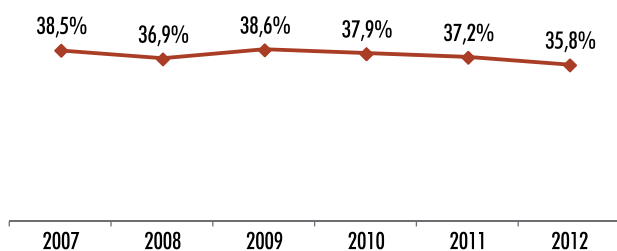


Em 2012, os serviços de terceiros, principal item do custeio, tiveram um crescimento real de 7,1%, em relação a 2011, totalizando R\$ 2,29 bilhões. O gasto com materiais de consumo apresentou uma queda de 2,9%, passando de R\$ 420,3 milhões para R\$ 402,5 milhões e as outras despesas menores somadas ficaram praticamente estáveis. Os serviços de terceiros representaram 73% do volume total despendido com custeio pelos municípios capixabas, enquanto que o material de consumo equivaleu a 13% e os demais itens ficaram com os 14% restantes.

Composição das despesas com custeio - 2012



Participação da despesa com custeio na receita corrente



Apesar de a participação média das despesas com custeio na receita corrente ter diminuído, chegando a 35,8% em 2012, o menor patamar desde 2002, o número de municípios com comprometimento superior a 50% aumentou, totalizando cinco contra apenas um em 2011. São eles: João Neiva (56,8%), Jaguaré (54,6%), Barra de São Francisco (54,3%), Colatina (53,4%) e Itarana (50,7%). Em 2011, somente João Neiva ultrapassava 50%, atingindo 55,6%.

Saiba mais sobre o custeio municipal

As despesas com custeio compreendem os gastos voltados para a operacionalização dos serviços prestados pela prefeitura à população, bem como os custos inerentes à burocracia estatal e à manutenção e conservação do patrimônio público.

Seus maiores itens são os serviços de iluminação pública, telefonia, limpeza urbana, coleta de lixo, aterro sanitário, sinalização, manutenção de equipamentos e áreas públicas, como vias, escolas, postos de saúde, centros esportivos, praças, parques, jardins e teatros, entre outros. Como a maior parte desses serviços é realizada através da contratação de empresas, essa despesa é classificada como serviços de terceiros. A aquisição de material de consumo, tais como os utilizados na prestação dos serviços de saúde; os combustíveis; as peças; o material das escolas, de limpeza, de escritório; entre outros, também são partes importantes do custeio.

Normalmente, a despesa com custeio tende a se expandir após a maturação dos investimentos. Por exemplo, após a construção de novos postos de saúde, hospitais, escolas, dentre tantos outros investimentos, são necessários recursos para colocá-los em funcionamento e para a sua manutenção. Além das pessoas que serão contratadas, os serviços que serão prestados nesses locais deverão ser mantidos através do consumo de diversos insumos e serviços.

Também os investimentos em urbanização, como vias públicas, pontes e viadutos, canais, iluminação pública, praças, parques e jardins, necessitam de manutenção periódica realizada através das despesas de custeio. Dessa forma, os investimentos refletem-se no crescimento dos custeios e esse impacto deve ser previsto no planejamento fiscal que, por sua vez, deve ser capaz de avaliar se a receita do ente público terá condições de suportar gastos adicionais nos exercícios futuros.

Despesa de custeio¹ - 2007-2012

Regiões e municípios	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Variação 2012/2011	Participação 2012		Despesa custeio¹ per capita 2012 em R\$
	em R\$ mil - IPCA médio de 2012							no total da desp. de custeio¹	na receita corrente²	
	em %									
MS Noroeste	250.301,0	276.797,2	267.088,3	300.984,9	331.609,0	368.924,9	11,3	11,8	43,4	884,68
Água Doce do Norte	7.234,3	7.490,6	6.732,9	7.084,1	8.029,9	9.530,0	18,7	0,3	37,8	819,86
Água Branca	5.305,9	7.081,7	6.699,4	7.489,8	8.756,0	8.565,1	-2,2	0,3	32,5	900,93
Alto Rio Novo	5.029,0	6.446,2	6.447,0	5.897,4	8.084,4	7.980,4	-1,3	0,3	42,8	1.082,68
Baixo Guandu	21.614,5	22.671,7	22.080,1	22.427,7	21.927,7	20.616,7	-6,0	0,7	36,1	704,32
Barra de São Francisco	18.995,7	21.572,1	19.812,3	28.655,0	31.428,1	39.213,6	24,8	1,2	54,3	953,87
Boa Esperança	9.106,8	10.678,3	8.283,2	8.888,6	12.264,7	11.575,7	-5,6	0,4	33,1	810,74
Colatina	72.078,2	68.768,0	70.858,7	79.323,5	91.883,4	120.165,0	30,8	3,8	53,4	1.062,90
Ecoporanga	14.181,6	15.450,1	17.312,1	16.023,2	16.378,9	18.645,5	13,8	0,6	38,5	807,27
Governador Lindenberg	7.404,0	8.607,4	7.624,6	8.519,6	9.480,8	8.390,2	-11,5	0,3	33,3	755,46
Mantenópolis	9.294,0	11.640,2	8.672,7	10.013,3	11.035,5	10.608,7	-3,9	0,3	36,0	767,30
Marilândia	8.023,8	8.764,9	8.858,5	9.295,0	10.421,5	10.963,5	5,2	0,3	43,1	971,42
Nova Venécia	23.666,2	29.197,6	27.655,4	32.961,0	33.226,3	32.670,2	-1,7	1,0	36,6	702,78
Pancas	12.028,1	12.113,8	10.842,1	13.277,3	14.164,9	14.160,8	-0,0	0,5	37,9	651,91
São Domingos do Norte	8.297,6	7.688,0	7.141,8	7.482,5	8.268,9	8.535,5	3,2	0,3	38,9	1.057,68
São Gabriel da Palha	10.685,0	15.798,9	17.479,6	20.926,4	21.168,2	23.470,1	10,9	0,7	39,6	718,73
Vila Pavao	8.065,9	7.947,4	6.911,3	7.960,5	9.556,9	8.644,2	-9,6	0,3	40,5	990,85
Vila Valério	9.290,5	14.880,3	13.676,7	14.760,2	15.533,0	15.189,8	-2,2	0,5	46,7	1.098,80
MS Litoral Norte	429.709,0	499.253,2	458.042,6	477.446,5	546.599,3	583.891,1	6,8	18,6	37,9	1.038,31
Aracruz	90.992,1	98.170,3	102.007,1	97.915,9	109.914,4	121.494,0	10,5	3,9	39,6	1.439,01
Conceição da Barra	16.985,4	21.976,4	17.047,3	18.983,5	23.029,0	22.977,7	-0,2	0,7	30,8	799,36
Fundão	16.215,0	17.088,0	15.799,1	15.408,9	13.591,5	16.706,7	22,9	0,5	33,8	947,52
Ibiraçu	8.588,2	8.080,2	8.238,2	9.436,6	10.149,0	11.203,1	10,4	0,4	40,4	988,36
Jaguare	30.873,8	35.741,1	26.879,0	25.823,2	32.875,3	38.345,2	16,6	1,2	54,6	1.506,45
João Neiva	12.885,1	17.609,9	16.572,7	17.567,3	20.838,5	21.944,3	5,3	0,7	56,8	1.381,36
Linhares	109.467,3	145.389,0	114.735,2	138.479,8	159.772,3	174.120,9	9,0	5,5	38,2	1.195,56
Montanha	10.362,9	13.670,5	12.218,1	15.390,5	18.894,5	20.256,6	7,2	0,6	47,9	1.129,26
Mucurici	5.551,3	5.985,6	5.974,7	7.114,9	7.119,1	8.092,3	13,7	0,3	37,1	1.440,16
Pedro Canário	13.677,7	12.907,1	13.618,8	12.415,5	11.308,8	12.745,4	12,7	0,4	30,4	529,49
Pinheiros	13.724,9	15.068,8	14.390,9	18.107,4	18.147,4	19.753,4	8,9	0,6	35,4	813,43
Ponto Belo	5.826,7	7.214,0	6.157,1	6.733,8	7.931,6	8.218,7	3,6	0,3	41,3	1.159,53
Rio Bananal	10.092,8	11.219,0	11.746,8	13.656,0	16.205,6	17.123,4	5,7	0,5	32,9	966,71
São Mateus	69.969,7	70.548,7	77.358,4	65.570,3	80.881,7	71.084,3	-12,1	2,3	30,5	635,63
Sooretama	14.496,2	18.584,6	15.299,4	14.843,0	15.940,7	19.825,3	24,4	0,6	39,3	803,13
MS Central	245.567,0	269.514,4	269.418,1	293.997,1	335.238,3	370.195,9	10,4	11,8	38,0	1.157,18
Afonso Cláudio	14.527,7	17.419,2	19.628,1	21.129,7	24.251,1	21.678,7	-10,6	0,7	36,7	701,14
Alfredo Chaves	11.998,4	13.913,4	12.641,6	13.006,3	16.113,4	15.831,3	-1,8	0,5	45,0	1.130,24
Anchieta	47.458,3	48.916,7	53.055,6	61.753,4	71.096,0	91.298,9	28,4	2,9	32,1	3.708,92
Brejetuba	9.681,0	11.108,3	10.778,6	12.219,2	13.243,3	11.146,3	-15,8	0,4	38,1	932,75
Conceição do Castelo	8.306,2	8.822,0	8.680,3	9.456,8	11.079,3	12.281,7	10,9	0,4	41,4	1.041,00
Domingos Martins	17.247,2	18.796,0	19.986,2	24.908,0	27.568,5	27.295,5	-1,0	0,9	36,3	851,87
Iconha	11.494,2	13.693,5	10.970,4	9.974,9	11.746,3	12.933,6	10,1	0,4	39,1	1.019,92
Itaguaçu	11.130,9	11.932,3	11.448,9	12.157,3	13.064,7	12.718,0	-2,7	0,4	39,2	903,27
Itarana	9.773,7	11.407,3	10.206,3	9.604,7	11.268,3	12.725,5	12,9	0,4	50,7	1.178,39
Laranja da Terra	6.496,9	7.496,7	6.795,1	7.853,0	8.508,0	9.210,5	8,3	0,3	38,1	852,03
Marechal Floriano	12.211,9	12.003,4	11.488,3	9.680,5	11.700,5	15.124,7	29,3	0,5	40,8	1.037,65
Piúma	9.182,7	9.811,9	9.999,3	15.336,7	21.735,7	25.603,3	17,8	0,8	47,1	1.376,74
Rio Novo do Sul	6.081,4	6.586,3	6.161,6	6.580,8	6.238,0	6.064,5	-2,8	0,2	23,7	535,08
Santa Leopoldina	9.404,7	11.114,0	9.988,7	9.169,4	9.468,7	10.387,1	9,7	0,3	37,8	850,92
Santa Maria de Jetibá	20.446,3	21.843,9	23.450,9	24.201,4	26.420,1	29.782,1	12,7	0,9	39,4	851,11
Santa Teresa	14.328,3	17.640,5	18.828,8	18.187,8	21.550,0	24.010,3	11,4	0,8	43,8	1.091,13
São Roque do Canaã	8.335,5	9.463,4	8.533,8	8.968,0	10.191,3	10.783,9	5,8	0,3	45,2	945,45
Venda Nova do Imigrante	17.461,5	17.545,5	16.775,6	19.809,3	19.995,0	21.320,0	6,6	0,7	45,5	1.010,71
Região Metropolitana	1.056.507,9	1.101.571,7	1.110.812,5	1.168.616,3	1.276.277,1	1.336.265,6	4,7	42,6	35,8	782,50
Cariacica	89.770,9	84.987,2	84.771,9	126.716,9	138.516,5	149.995,8	8,3	4,8	32,3	425,60
Guarapari	44.352,0	34.873,1	52.334,9	56.046,0	58.067,5	52.004,7	-10,4	1,7	24,5	482,26
Serra	256.257,5	261.817,7	268.580,2	239.052,6	285.336,9	297.427,1	4,2	9,5	34,8	703,85
Viana	27.386,8	29.228,4	29.751,3	35.026,1	41.926,6	41.949,7	0,1	1,3	33,9	628,51
Vila Velha	185.391,0	221.916,3	194.940,0	232.004,0	262.504,7	282.677,1	7,7	9,0	42,5	665,20
Vitória	453.349,7	468.748,9	480.434,2	479.770,7	489.924,8	512.211,3	4,5	16,3	36,3	1.537,42
MS Sul	325.543,0	383.248,0	370.695,1	432.266,7	509.709,8	478.855,1	-6,1	15,3	28,6	838,48
Alegre	17.607,8	21.172,0	20.713,9	20.962,9	22.067,3	22.595,8	2,4	0,7	36,7	737,80
Apiaçá	6.379,5	6.345,4	5.475,8	5.441,4	9.021,8	8.779,5	-2,7	0,3	46,2	1.171,07
Atílio Vivacqua	8.025,7	8.237,3	7.819,7	8.225,9	8.319,2	9.227,4	10,9	0,3	36,2	915,41
Bom Jesus do Norte	4.916,2	7.543,8	6.241,8	6.231,3	7.157,1	6.508,8	-9,1	0,2	34,7	684,13
Cachoeiro de Itapemirim	75.118,3	93.747,5	84.334,9	90.831,0	92.763,8	101.233,0	9,1	3,2	32,4	526,83
Castelo	19.828,5	20.497,8	20.239,2	20.304,6	23.927,9	25.823,5	7,9	0,8	37,5	736,81
Divino de São Lourenço	4.320,3	6.082,1	4.411,9	5.069,5	5.183,2	6.202,9	19,7	0,2	38,9	1.387,36
Dores do Rio Preto	5.596,3	5.920,8	5.571,3	5.284,1	6.117,7	7.588,1	24,0	0,2	38,7	1.180,29
Guaçu	17.005,3	20.425,3	17.127,9	19.914,7	21.263,3	21.484,5	1,0	0,7	37,3	761,65
Ibatiba	12.732,3	14.279,8	12.414,8	11.709,1	15.217,7	14.866,0	-2,3	0,5	36,8	650,79
Ibitirama	5.639,7	5.842,1	6.393,4	6.613,3	8.526,7	8.823,2	3,5	0,3	38,0	989,26
Irupi	7.502,2	8.114,2	7.797,9	8.966,1	9.124,9	9.671,2	6,0	0,3	36,8	810,66
Itapemirim	25.879,4	29.971,2	26.927,3	32.082,2	42.731,3	64.636,2	51,3	2,1	22,7	2.057,10
Iúna	14.616,4	15.282,9	14.461,4	17.128,5	18.159,9	16.533,7	-9,0	0,5	33,1	600,96
Jerônimo Monteiro	5.966,7	6.631,0	5.879,6	7.747,1	8.915,1	9.774,9	9,6	0,3	34,5	889,92
Marataizes	12.702,5	13.351,2	14.987,9	19.096,1	20.625,8	35.280,7	71,1	1,1	31,9	1.017,47
Mimoso do Sul	16.054,8	21.406,0	20.466,0	19.851,9	20.967,8	20.750,0	-1,0	0,7	41,5	802,46
Muniz Freire	13.303,0	15.472,6	15.735,9	16.756,3	17.380,1	17.845,3	2,7	0,6	41,4	980,40
Muqui	9.576,6	9.830,9	11.482,7	9.429,1	11.636,0	11.649,2	0,1	0,4	41,7	803,06
Presidente Kennedy	21.222,9	29.691,5	36.691,5	74.973,8	113.506,9	33.200,9	-70,7	1,1	10,6	3.183,52
São José do Calçado	8.879,2	9.815,5	9.357,6	10.334,9	10.639,5	10.905,7	2,5	0,3	41,4	1.048,93
Vargem Alta	12.669,4	13.587,0	16.162,6	15.313,0	16.456,7	15.474,6	-6,0	0,5	32,3	797,87
TOTAL	2.307.627,8	2.530.384,5	2.476.056,6	2.673.311,6	2.999.433,6	3.138.132,7	4,6	100,0	35,8	877,05

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹exceto os gastos com pessoal, encargos, inativos, pensionistas e salário-família; ²receita corrente excluída a receita intraorçamentária e a parcela destinada ao Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

Despesa com custeio

Posição	Município	Despesa com custeio ¹ em R\$	População 2012
1º	Vitória	512.211.277,90	333.162
2º	Serra	297.427.067,19	422.569
3º	Vila Velha	282.677.137,25	424.948
4º	Linhares	174.120.885,39	145.639
5º	Cariacica	149.995.821,66	352.431
6º	Aracruz	121.493.980,00	84.429
7º	Colatina	120.165.043,53	113.054
8º	Cachoeiro de Itapemirim	101.233.027,22	192.156
9º	Anchieta	91.298.855,34	24.616
10º	São Mateus	71.084.315,29	111.832
11º	Itapemirim	64.636.155,22	31.421
12º	Guarapari	52.004.659,03	107.836
13º	Viana	41.949.670,97	66.745
14º	Barra de São Francisco	39.213.632,66	41.110
15º	Jaguaré	38.345.207,53	25.454
16º	Marataízes	35.280.738,16	34.675
17º	Presidente Kennedy	33.200.900,10	10.429
18º	Nova Venécia	32.670.159,54	46.487
19º	Santa Maria de Jetibá	29.782.051,59	34.992
20º	Domingos Martins	27.295.511,84	32.042
21º	Castelo	25.823.547,34	35.048
22º	Piúma	25.603.301,50	18.597
23º	Santa Teresa	24.010.320,18	22.005
24º	São Gabriel da Palha	23.470.072,83	32.655
25º	Conceição da Barra	22.977.674,42	28.745
26º	Alegre	22.595.841,52	30.626
27º	João Neiva	21.944.280,57	15.886
28º	Afonso Cláudio	21.678.681,58	30.919
29º	Guaçuí	21.484.488,53	28.208
30º	Venda Nova do Imigrante	21.319.969,22	21.094
31º	Mimoso do Sul	20.749.960,21	25.858
32º	Baixo Guandu	20.616.721,95	29.272
33º	Montanha	20.256.593,03	17.938
34º	Sooretama	19.825.275,73	24.685
35º	Pinheiros	19.753.438,03	24.284
36º	Ecoporanga	18.645.503,62	23.097
37º	Muniz Freire	17.845.282,46	18.202
38º	Rio Bananal	17.123.386,30	17.713
39º	Fundão	16.706.697,34	17.632
40º	Iúna	16.533.691,41	27.512
41º	Alfredo Chaves	15.831.303,92	14.007
42º	Vargem Alta	15.474.600,04	19.395
43º	Vila Valério	15.189.819,35	13.824
44º	Marechal Floriano	15.124.717,28	14.576
45º	Ibatiba	14.866.035,83	22.843
46º	Pancas	14.160.812,16	21.722
47º	Iconha	12.933.572,02	12.681
48º	Pedro Canário	12.745.350,53	24.071
49º	Itarana	12.725.483,12	10.799
50º	Itaguaçu	12.718.045,74	14.080
51º	Conceição do Castelo	12.281.738,20	11.798
52º	Muqui	11.649.202,44	14.506
53º	Boa Esperança	11.575.705,87	14.278
54º	Ibiraçu	11.203.055,94	11.335
55º	Brejetuba	11.146.349,70	11.950
56º	Marilândia	10.963.450,83	11.286
57º	São José do Calçado	10.905.697,88	10.397
58º	São Roque do Canaã	10.783.851,87	11.406
59º	Mantenópolis	10.608.665,89	13.826
60º	Santa Leopoldina	10.387.145,43	12.207
61º	Jerônimo Monteiro	9.774.862,74	10.984
62º	Irupi	9.671.151,83	11.930
63º	Água Doce do Norte	9.530.033,29	11.624
64º	Atílio Vivácqua	9.227.371,26	10.080
65º	Laranja da Terra	9.210.481,84	10.810
66º	Ibitirama	8.823.237,39	8.919
67º	Apiaçá	8.779.513,99	7.497
68º	Vila Pavão	8.644.185,92	8.724
69º	Água Branca	8.565.097,24	9.507
70º	São Domingos do Norte	8.535.451,77	8.070
71º	Governador Lindenberg	8.390.160,03	11.106
72º	Ponto Belo	8.218.717,97	7.088
73º	Mucurici	8.092.278,99	5.619
74º	Alto Rio Novo	7.980.404,70	7.371
75º	Dores do Rio Preto	7.588.091,63	6.429
76º	Bom Jesus do Norte	6.508.843,50	9.514
77º	Divino de São Lourenço	6.202.882,44	4.471
78º	Rio Novo do Sul	6.064.542,68	11.334
TOTAL		3.138.132.738,43	3.578.067

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário; População para 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ¹exceto os gastos com pessoal, encargos, inativos, pensionistas e salários-família.

Despesa com custeio per capita

Posição	Município	A / B	Despesa com custeio ¹ (A) em R\$	População 2012 (B)
1º	Anchieta	3.708,92	91.298.855,34	24.616
2º	Presidente Kennedy	3.183,52	33.200.900,10	10.429
3º	Itapemirim	2.057,10	64.636.155,22	31.421
4º	Vitória	1.537,42	512.211.277,90	333.162
5º	Jaguaré	1.506,45	38.345.207,53	25.454
6º	Mucurici	1.440,16	8.092.278,99	5.619
7º	Aracruz	1.439,01	121.493.980,00	84.429
8º	Divino de São Lourenço	1.387,36	6.202.882,44	4.471
9º	João Neiva	1.381,36	21.944.280,57	15.886
10º	Piúma	1.376,74	25.603.301,50	18.597
11º	Linhares	1.195,56	174.120.885,39	145.639
12º	Dores do Rio Preto	1.180,29	7.588.091,63	6.429
13º	Itarana	1.178,39	12.725.483,12	10.799
14º	Apiaçá	1.171,07	8.779.513,99	7.497
15º	Ponto Belo	1.159,53	8.218.717,97	7.088
16º	Alfredo Chaves	1.130,24	15.831.303,92	14.007
17º	Montanha	1.129,26	20.256.593,03	17.938
18º	Vila Valério	1.098,80	15.189.819,35	13.824
19º	Santa Teresa	1.091,13	24.010.320,18	22.005
20º	Alto Rio Novo	1.082,68	7.980.404,70	7.371
21º	Colatina	1.062,90	120.165.043,53	113.054
22º	São Domingos do Norte	1.057,68	8.535.451,77	8.070
23º	São José do Calçado	1.048,93	10.905.697,88	10.397
24º	Conceição do Castelo	1.041,00	12.281.738,20	11.798
25º	Marechal Floriano	1.037,65	15.124.717,28	14.576
26º	Iconha	1.019,92	12.933.572,02	12.681
27º	Marataízes	1.017,47	35.280.738,16	34.675
28º	Venda Nova do Imigrante	1.010,71	21.319.969,22	21.094
29º	Vila Pavão	990,85	8.644.185,92	8.724
30º	Ibitirama	989,26	8.823.237,39	8.919
31º	Ibiraçu	988,36	11.203.055,94	11.335
32º	Muniz Freire	980,40	17.845.282,46	18.202
33º	Marilândia	971,42	10.963.450,83	11.286
34º	Rio Bananal	966,71	17.123.386,30	17.713
35º	Barra de São Francisco	953,87	39.213.632,66	41.110
36º	Fundão	947,52	16.706.697,34	17.632
37º	São Roque do Canaã	945,45	10.783.851,87	11.406
38º	Brejetuba	932,75	11.146.349,70	11.950
39º	Atílio Vivácqua	915,41	9.227.371,26	10.080
40º	Itaguaçu	903,27	12.718.045,74	14.080
41º	Água Branca	900,93	8.565.097,24	9.507
42º	Jerônimo Monteiro	889,92	9.774.862,74	10.984
43º	Laranja da Terra	852,03	9.210.481,84	10.810
44º	Domingos Martins	851,87	27.295.511,84	32.042
45º	Santa Maria de Jetibá	851,11	29.782.051,59	34.992
46º	Santa Leopoldina	850,92	10.387.145,43	12.207
47º	Água Doce do Norte	819,86	9.530.033,29	11.624
48º	Pinheiros	813,43	19.753.438,03	24.284
49º	Boa Esperança	810,74	11.575.705,87	14.278
50º	Irupi	810,66	9.671.151,83	11.930
51º	Ecoporanga	807,27	18.645.503,62	23.097
52º	Sooretama	803,13	19.825.275,73	24.685
53º	Muqui	803,06	11.649.202,44	14.506
54º	Mimoso do Sul	802,46	20.749.960,21	25.858
55º	Conceição da Barra	799,36	22.977.674,42	28.745
56º	Vargem Alta	797,87	15.474.600,04	19.395
57º	Mantenópolis	767,30	10.608.665,89	13.826
58º	Guaçuí	761,65	21.484.488,53	28.208
59º	Governador Lindenberg	755,46	8.390.160,03	11.106
60º	Alegre	737,80	22.595.841,52	30.626
61º	Castelo	736,81	25.823.547,34	35.048
62º	São Gabriel da Palha	718,73	23.470.072,83	32.655
63º	Baixo Guandu	704,32	20.616.721,95	29.272
64º	Serra	703,85	297.427.067,19	422.569
65º	Nova Venécia	702,78	32.670.159,54	46.487
66º	Afonso Cláudio	701,14	21.678.681,58	30.919
67º	Bom Jesus do Norte	684,13	6.508.843,50	9.514
68º	Vila Velha	665,20	282.677.137,25	424.948
69º	Pancas	651,91	14.160.812,16	21.722
70º	Ibatiba	650,79	14.866.035,83	22.843
71º	São Mateus	635,63	71.084.315,29	111.832
72º	Viana	628,51	41.949.670,97	66.745
73º	Iúna	600,96	16.533.691,41	27.512
74º	Rio Novo do Sul	535,08	6.064.542,68	11.334
75º	Pedro Canário	529,49	12.745.350,53	24.071
76º	Cachoeiro de Itapemirim	526,83	101.233.027,22	192.156
77º	Guarapari	482,26	52.004.659,03	107.836
78º	Cariacica	425,60	149.995.821,66	352.431
TOTAL		877,05	3.138.132.738,43	3.578.067

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário; População para 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ¹exceto os gastos com pessoal, encargos, inativos, pensionistas e salários-família.



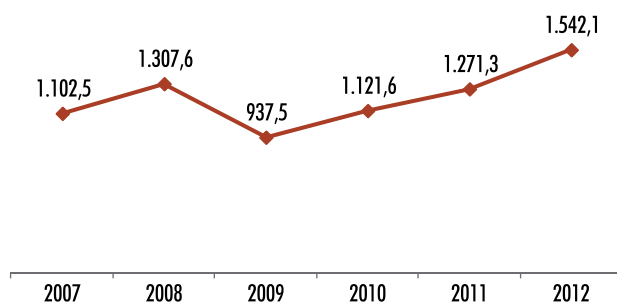
Desempenho

Em 2012, depois de quatro anos consecutivos, finalmente os municípios capixabas conseguiram superar os investimentos realizados em 2008. Tal fato demonstra o quão forte foram os efeitos da crise financeira internacional sobre os investimentos municipais a partir de 2009. Com um incremento real de R\$ 270,8 milhões, as cidades capixabas investiram R\$ 1,54 bilhão, em 2012, valor 21,3% maior que o de 2011, quando corrigido da inflação pelo IPCA médio do ano.

O crescimento dos investimentos municipais no Espírito Santo foi influenciado, especialmente, pelo incremento ocorrido em Itapemirim, de R\$ 92,6 milhões. Os investimentos em Itapemirim mais que triplicaram, passando de R\$ 37,3 milhões para R\$ 129,9 milhões, entre 2011 e 2012, devido ao aumento em suas receitas de royalties e participações especiais relativos à exploração de petróleo e gás natural. Com esse desempenho, o município saltou da sétima para a terceira posição no ranking dos maiores volumes de investimento, no mesmo período. Desconsiderando-se o município de Itapemirim, o crescimento dos investimentos municipais no Estado teria sido de 14,4%, o que ainda manteria o valor total do investimento superior ao de 2008. Anchieta também se destacou com o segundo maior aumento, em termos absolutos, com um incremento de R\$ 40,4 milhões.

Evolução dos investimentos

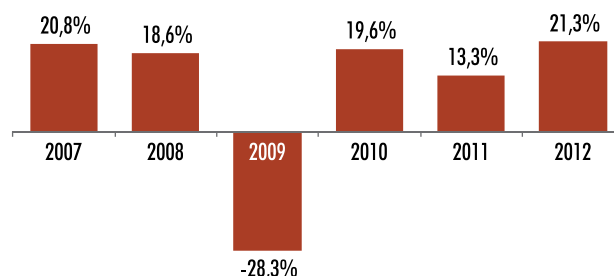
em R\$ milhões - IPCA médio de 2012



Das 46 cidades que apresentaram crescimento nos investimentos, 12 conseguiram, no mínimo, dobrar o volume empenhado, em relação a 2011: Fundão (363,6%), Apiacá (253,2%), Jaguaré (250,6%), Itapemirim (248,4%), Je-

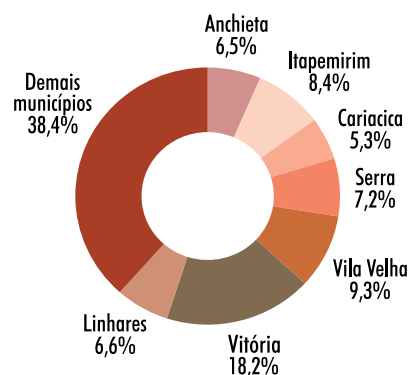
rônimo Monteiro (212,2%), Vila Valério (183%), Itarana (182,6%), Muqui (161,7%), Ibirapu (151,4%), Baixo Guandu (112,2%), Itaguaçu (111,4%) e Ecoporanga (104,1%). Em contrapartida, Presidente Kennedy (-93,8%), Muniz Freire (-69,4%), Afonso Cláudio (-59,5%), Irupi (-39,2%), Lúna (-34,2%), Guaçu (-34,2%) e Pinheiros (-33,5%) destacaram-se entre os municípios que mais reduziram o volume de investimentos. No caso de Presidente Kennedy, a queda dos investimentos deveu-se à suspensão e ao cancelamento dos vários contratos firmados pela prefeitura, após a auditoria realizada pela intervenção judicial nomeada pelo Ministério Público do Estado do Espírito Santo, no segundo semestre de 2012.

Taxa de crescimento da despesa com investimento em relação ao ano anterior



Entre os municípios com mais de 50 mil habitantes, Linhares (R\$ 38,2 milhões), Vitória (R\$ 29,8 milhões), Vila Velha (R\$ 21,5 milhões), Cachoeiro de Itapemirim (R\$ 13,5 milhões) e Cariacica (R\$ 11,9 milhões) se destacaram com os maiores aumentos, em termos absolutos. Nesse

Participação dos municípios no total dos investimentos - 2012



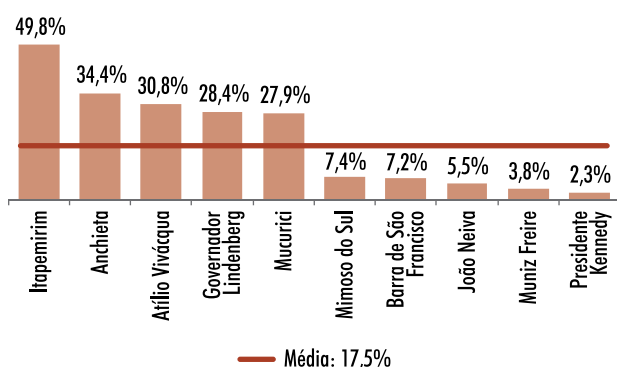
grupo, apenas dois municípios apresentaram diminuições: Serra (R\$ -28,3 milhões) e São Mateus (R\$ -3,6 milhões). O investimento municipal no Espírito Santo está bastante concentrado nas quatro maiores cidades da Região Metropolitana: Vitória, Serra, Vila Velha e Cariacica somam 40,1% do total. Se a essas cidades forem somados os investimentos de Linhares, Anchieta e Itapemirim, chega-se a 61,6%.

Participação na despesa total

Em 2012, os investimentos responderam, em média, por 17,5% da despesa total municipal, chegando próximo à proporção recorde de 19%, alcançada no ano de 2008.

As maiores participações dos investimentos na despesa total foram verificadas em Itapemirim (49,8%), Anchieta (34,4%), Governador Lindenberg (28,4%), Mucurici (27,9%), Marataízes (27,1%) e Boa Esperança (25,2%). Dentre esses, Itapemirim e Anchieta, ocupam, respectivamente, a primeira e segunda posições, desde 2011, e Mucurici se mantém entre os cinco maiores desde 2010. Em sentido oposto, Presidente Kennedy (2,3%), Muniz Freire (3,8%), João Neiva (5,5%), Barra de São Francisco (7,2%) e Mimoso do Sul (7,4%) figuraram entre os municípios que destinaram as menores parcelas da despesa aos investimentos.

As cinco maiores e menores participações dos investimentos na despesa total - 2012



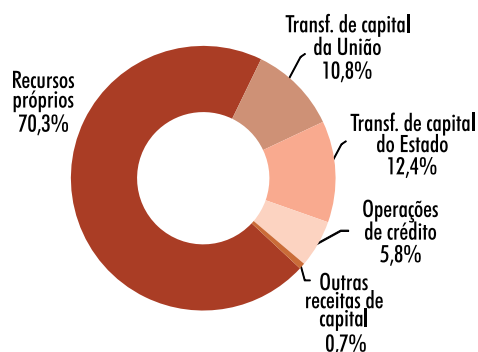
Recursos próprios X receitas de capital

Os investimentos públicos municipais são financiados por recursos próprios, pelas transferências de capital federais e estaduais, pelas operações de crédito e por outras fontes de menor relevância. O conceito de investimentos com recursos próprios, utilizado por **Finanças dos Municípios Capixabas**, equivale ao total da despesa com investimento (que inclui as inversões financeiras) subtraído o valor das

receitas de capital. Dessa forma, é possível avaliar qual parcela das receitas correntes municipais foi utilizada para investimentos, sem contar com as operações de crédito e as transferências de capital recebidas do Estado ou da União.

Em 2012, 70,3% do total dos investimentos municipais foram financiados por recursos próprios, totalizando R\$ 1,08 bilhão. Outros R\$ 361,8 milhões (23,5% do total) provieram de transferências de capital, dos quais R\$ 166,3 milhões (10,8% do total) foram repasses da União e R\$ 191 milhões (12,4% do total) do Governo do Estado do Espírito Santo.

Origem dos recursos investidos - 2012



Onze municípios também financiaram seus investimentos com recursos advindos de operações de crédito, que somaram R\$ 89,5 milhões (5,8% do total). Desse total, 72%, ou seja, R\$ 64,4 milhões, foram obtidos por Vitória, que alcançou, em 2012, o maior volume em receita de operação de crédito, desde 1998. Esses recursos foram responsáveis por 23% dos investimentos da capital.

Operações de crédito e investimentos efetuados - 2012

Município	Operações de crédito (A)	Investimentos (B)	Part. das operações de crédito nos invest. (A/B)
	em R\$ mil		
Vitória	64.450,6	280.346,0	23,0%
Vila Velha	10.828,7	143.656,3	7,5%
Cachoeiro de Itapemirim	8.100,0	46.436,3	17,4%
Cariacica	1.942,4	82.207,8	2,4%
Linhares	1.457,3	101.500,1	1,4%
Aracruz	1.208,0	26.611,4	4,5%
Itapemirim	484,2	129.928,3	0,4%
São Mateus	395,2	23.637,5	1,7%
Domingos Martins	309,6	10.168,9	3,0%
Colatina	288,2	24.448,4	1,2%
Venda Nova do Imigrante	63,0	10.716,9	0,6%
Subtotal	89.527,2	879.657,9	10,2%
Demais municípios	-	662.455,2	0,0%
Total	89.527,2	1.542.113,0	5,8%

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário.

No Espírito Santo, as cidades com até 50 mil habitantes são as mais dependentes das transferências de capital dos demais níveis de governo para a realização de seus investimentos. Em 2012, esses recursos representaram, em média, 41,4% dos investimentos desse grupo. Desse cálculo excluíram-se os municípios de Anchieta, Itapemirim e Marataízes devido à grande participação dos recursos próprios nos investimentos, especialmente dos royalties e das participações especiais pela exploração do petróleo e gás natural, o que acaba distorcendo a análise desse agregado populacional.

Nos municípios com mais de 50 mil habitantes, exceto Vitória, a participação das transferências de capital nos investimentos foi de 27,1%. Entretanto, mesmo nesse grupo, algumas cidades apresentaram um alto grau de dependência dessas transferências para a realização de seus investimentos em 2012. No município de Serra, 51,8% dos investimentos foram financiados com recursos próprios, 29,9% com recursos da União e 18,2% com transferências do governo estadual. Já em Viana, a participação do Estado nos investimentos municipais foi bem maior, 34,2%, enquanto a da União foi de 7,2%.

Composição dos investimentos municipais, por porte populacional - 2012

Municípios	Investimento total (A)	Invest. com recursos próprios (B)	B / A	Invest. com receita de capital (C)	C / A	Invest. com transferência de capital (D)	D / A	Invest. com transferência de capital da União (E)	E / A	Invest. com transferência de capital do Estado (F)	F / A
	em R\$ milhões			em R\$ milhões		em R\$ milhões		em R\$ milhões		em R\$ milhões	
Até 50 mil habitantes ¹	380,1	218,2	57,4%	161,9	42,6%	157,2	41,4%	86,9	22,9%	69,0	18,1%
Anchieta	100,7	100,2	99,5%	0,5	0,5%	0,5	0,5%	0,4	0,4%	0,1	0,1%
Itapemirim	129,9	128,0	98,5%	2,0	1,5%	1,1	0,8%	0,8	0,6%	0,3	0,2%
Marataízes	30,1	29,6	98,5%	0,5	1,5%	0,5	1,5%	0,1	0,4%	0,3	1,1%
Acima de 50 mil hab. ²	621,0	426,2	68,6%	194,8	31,4%	168,3	27,1%	65,9	10,6%	99,6	16,0%
Vitória	280,3	181,2	64,6%	99,2	35,4%	34,3	12,2%	12,4	4,4%	21,9	7,8%
Total	1.542,1	1.083,4	70,3%	458,7	29,7%	361,8	23,5%	166,5	10,8%	191,2	12,4%

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. Notas: ¹exceto Anchieta, Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy; ²exceto Vitória.

Evolução dos recursos destinados aos investimentos municipais - 2007-2012

Origem do recurso	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Variação 2012/2011
	em R\$ mil - IPCA médio de 2012						em %
Recursos próprios	877.694,9	997.297,9	636.279,4	720.818,8	943.335,9	1.083.401,5	14,8
Receita de capital	224.845,1	310.329,3	301.186,3	400.771,0	327.976,9	458.711,5	39,9
Transferências de capital	175.951,4	256.934,6	210.219,9	320.236,4	274.349,3	361.765,9	31,9
Transferências da União	92.923,7	128.304,7	111.459,3	104.834,9	109.872,4	166.544,3	51,6
Transferências do Estado	76.485,8	128.052,2	98.224,7	206.812,9	162.494,8	191.153,2	17,6
Outras transf. de capital	6.541,9	577,8	535,8	8.588,5	1.982,1	4.068,4	105,3
Operações de crédito	8.966,5	40.273,7	77.615,0	68.721,8	42.875,9	89.527,2	108,8
Outras receitas de capital ¹	39.927,2	13.120,9	13.351,4	11.812,8	10.751,7	7.418,4	-31,0
Investimento total	1.102.540,0	1.307.627,2	937.465,8	1.121.589,7	1.271.312,8	1.542.113,0	21,3

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹Inclui alienação de bens, outras transferências de capital e outras receitas de capital.

Composição dos recursos destinados aos investimentos municipais - 2007-2012

Origem do recurso	2007	2008	2009	2010	2011	2012
	em %					
Recursos próprios	79,6	76,3	67,9	64,3	74,2	70,3
Receita de capital	20,4	23,7	32,1	35,7	25,8	29,7
Transferências de capital	16,0	19,6	22,4	28,6	21,6	23,5
Transferências da União	8,4	9,8	11,9	9,3	8,6	10,8
Transferências do Estado	6,9	9,8	10,5	18,4	12,8	12,4
Outras transferências de capital	0,6	0,0	0,1	0,8	0,2	0,3
Operações de crédito	0,8	3,1	8,3	6,1	3,4	5,8
Outras receitas de capital ¹	3,6	1,0	1,4	1,1	0,8	0,5
Investimento total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹Inclui alienação de bens, outras transferências de capital e outras receitas de capital.

Desde 1989 representa os municípios brasileiros
e promove os interesses municipais.



Filie-se à **Frente Nacional de Prefeitos** e faça parte da única entidade municipalista dirigida exclusivamente por prefeitos e prefeitas em efetivo exercício de mandatos.



**Pensar além da sua cidade,
para melhorar a sua cidade.**

www.fnp.org.br

Tel.(61) 3044-9800 - Fax (61)3044-9808

SRTV, Quadra 701, Bloco H, Lote 10, Sala 603 - Brasília/DF - CEP 70340-710

Despesa com investimentos¹ - 2007-2012

Regiões e municípios	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Variação 2012/2011	Participação 2012		Despesa invest. ¹ per capita 2012 em R\$
								no total da desp. com invest. ¹	na receita total ²	
	em R\$ mil - IPCA médio de 2012							em %		
MS Noroeste	74.874,4	105.595,1	73.882,8	102.735,3	106.816,0	132.238,5	23,8	8,6	14,1	317,11
Água Doce do Norte	2.133,3	2.678,0	2.803,6	5.822,0	5.439,3	4.017,3	-26,1	0,3	13,4	345,60
Água Branca	3.564,1	5.835,8	2.193,1	5.249,5	4.091,5	4.821,9	17,9	0,3	18,3	507,19
Alto Rio Novo	1.916,8	1.917,9	2.254,9	1.749,6	3.148,3	3.115,5	-1,0	0,2	13,6	422,67
Baixo Guandu	4.658,3	6.721,4	4.505,1	4.749,0	3.959,3	8.400,1	112,2	0,5	13,5	286,97
Barra de São Francisco	1.923,0	3.985,3	3.901,0	3.938,3	5.698,6	6.045,0	6,1	0,4	7,2	147,05
Boa Esperança	1.433,0	3.795,2	4.821,6	4.564,8	7.254,8	9.750,0	34,4	0,6	25,2	682,87
Colatina	24.607,3	20.339,8	19.395,3	22.013,0	20.831,8	24.448,4	17,4	1,6	10,1	216,25
Ecoporanga	1.757,0	6.272,0	3.290,6	6.243,0	5.048,1	10.302,2	104,1	0,7	19,0	446,04
Governador Lindenberg	4.544,5	7.157,4	3.806,8	5.150,7	5.435,0	8.994,6	65,5	0,6	28,4	809,89
Mantenópolis	1.206,6	1.851,4	1.769,1	3.654,9	3.939,9	4.833,3	22,7	0,3	15,7	349,58
Marilândia	1.510,4	2.310,4	1.027,8	3.665,8	2.970,7	5.099,1	71,6	0,3	17,5	451,80
Nova Venécia	5.405,5	10.139,6	8.108,1	6.665,6	10.564,1	7.970,1	-24,6	0,5	8,6	171,45
Pancas	2.829,6	4.375,0	3.213,4	5.029,1	8.292,3	6.267,3	-24,4	0,4	15,3	288,52
São Domingos do Norte	1.699,9	5.504,9	1.949,5	2.635,4	4.044,8	3.902,0	-3,5	0,3	16,6	483,52
São Gabriel da Palha	6.246,7	12.904,6	5.368,2	14.637,1	9.473,4	13.772,2	45,4	0,9	21,1	421,75
Vila Pavão	2.997,7	2.351,0	1.882,1	2.817,0	3.849,9	2.649,8	-31,2	0,2	11,8	303,74
Vila Valério	6.440,7	7.455,3	3.592,5	4.150,5	2.774,1	7.849,7	183,0	0,5	19,8	567,83
MS Litoral Norte	166.175,2	209.620,4	114.441,7	136.818,3	169.538,0	231.356,5	36,5	15,0	14,8	411,41
Aracruz	49.146,0	42.660,9	20.699,1	15.664,2	20.138,2	26.611,4	32,1	1,7	8,9	315,19
Conceição da Barra	2.848,4	4.186,3	3.938,6	11.495,8	9.745,8	9.739,6	-0,1	0,6	13,3	338,83
Fundão	3.119,1	4.132,7	1.256,7	1.045,7	1.201,5	5.569,8	363,6	0,4	10,9	315,89
Ibiraçu	4.490,3	5.570,2	3.350,8	3.526,7	3.040,1	7.644,2	151,4	0,5	22,6	674,39
Jaguare	6.859,4	4.448,4	6.538,6	2.789,8	4.057,1	14.223,7	250,6	0,9	17,9	558,80
João Neiva	4.966,8	6.187,2	2.837,5	2.699,3	1.884,9	2.212,3	17,4	0,1	5,5	139,26
Linhares	39.481,9	73.151,3	41.383,9	50.784,4	63.298,3	101.500,1	60,4	6,6	21,5	696,93
Montanha	9.418,7	9.716,6	4.718,1	4.276,2	5.405,9	5.000,6	-7,5	0,3	11,5	278,77
Mucurici	4.781,1	4.423,7	2.264,8	4.820,2	5.011,8	6.631,9	32,3	0,4	27,9	1.180,26
Pedro Canário	6.143,4	3.456,7	3.156,4	8.346,8	5.386,9	5.272,2	-2,1	0,3	13,1	219,03
Pinheiros	16.084,2	19.644,5	4.517,8	3.389,1	6.831,6	4.545,0	-33,5	0,3	8,2	187,16
Ponto Belo	3.476,6	3.836,3	2.425,4	3.585,9	4.282,5	5.526,0	29,0	0,4	24,2	779,63
Rio Bananal	3.163,2	8.076,2	4.901,8	5.901,8	7.101,9	7.315,9	3,0	0,5	15,0	413,03
São Mateus	9.659,5	16.420,8	8.497,8	14.324,8	27.235,8	23.637,5	-13,2	1,5	10,1	211,37
Sooretama	2.536,6	3.708,5	3.954,5	4.167,6	4.915,7	5.926,3	20,6	0,4	11,4	240,08
MS Central	98.761,3	135.980,3	90.900,1	117.356,4	166.317,0	206.219,9	24,0	13,4	20,2	644,61
Afonso Cláudio	4.229,4	5.897,5	3.510,5	9.432,7	15.945,2	6.450,6	-59,5	0,4	10,5	208,63
Alfredo Chaves	3.578,0	6.315,6	7.316,3	3.936,5	5.398,3	4.749,1	-12,0	0,3	12,9	339,05
Anchieta	21.138,1	31.244,4	18.990,3	22.630,1	60.279,7	100.720,5	67,1	6,5	34,4	4.091,67
Brejetuba	3.592,8	4.334,0	1.810,4	6.947,7	4.012,0	6.862,1	71,0	0,4	21,3	574,24
Conceição do Castelo	7.478,3	4.827,6	3.217,6	8.369,5	6.167,5	5.795,0	-6,0	0,4	16,6	491,18
Domingos Martins	5.799,8	9.574,0	10.686,7	9.574,9	10.047,1	10.168,9	1,2	0,7	14,1	317,36
Iconha	2.192,5	5.860,5	1.759,9	3.109,0	5.148,7	4.985,9	-3,2	0,3	14,9	393,18
Itaguaçu	6.466,4	5.475,7	2.169,0	7.100,0	2.714,5	5.739,7	111,4	0,4	15,6	407,65
Itarana	2.374,5	6.130,0	1.994,0	2.326,9	2.261,8	6.392,1	182,6	0,4	20,7	591,92
Laranja da Terra	3.213,5	4.833,8	3.299,7	2.719,8	6.628,3	5.619,5	-15,2	0,4	20,3	519,84
Marechal Floriano	2.990,3	4.812,6	2.842,6	3.034,6	5.723,1	4.423,9	-22,7	0,3	11,3	303,51
Piúma	3.238,8	4.224,5	3.948,4	5.397,1	8.110,0	7.412,6	-8,6	0,5	13,3	398,59
Rio Novo do Sul	2.234,2	2.160,5	2.389,7	2.791,7	3.143,3	2.419,4	-23,0	0,2	10,0	213,47
Santa Leopoldina	2.025,9	5.482,3	4.030,7	2.543,5	2.792,0	2.693,8	-3,5	0,2	10,2	220,68
Santa Maria de Jetibá	7.837,9	10.929,5	5.325,1	7.581,0	6.304,8	8.956,5	42,1	0,6	11,8	255,96
Santa Teresa	8.582,5	9.521,2	6.723,3	5.268,6	6.031,0	6.940,7	15,1	0,5	11,8	315,41
São Roque do Canaã	1.910,8	3.915,6	3.786,2	5.568,8	5.894,7	5.172,7	-12,2	0,3	18,9	453,51
Venda Nova do Imigrante	9.877,4	10.440,9	7.099,9	9.023,8	9.714,9	10.716,9	10,3	0,7	20,2	508,05
Região Metropolitana	647.442,8	681.705,2	567.535,8	608.658,6	630.165,5	678.711,3	7,7	44,0	17,6	397,44
Cariacica	70.588,4	66.712,2	61.189,4	57.808,4	70.338,3	82.207,8	16,9	5,3	18,5	233,26
Guarapari	14.164,2	12.987,9	19.721,6	41.234,4	37.266,0	43.491,8	16,7	2,8	21,8	403,31
Serra	179.790,4	207.164,1	164.140,6	149.404,4	139.890,8	111.604,4	-20,2	7,2	12,8	264,11
Viana	17.502,7	23.714,9	15.625,7	8.690,7	9.985,1	17.405,1	74,3	1,1	13,7	260,77
Vila Velha	67.929,2	126.525,7	66.132,4	126.038,6	122.107,9	143.656,3	17,6	9,3	19,3	338,06
Vitória	297.467,9	244.600,4	240.726,2	225.482,1	250.577,5	280.346,0	11,9	18,2	19,1	841,47
MS Sul	115.286,4	174.726,3	90.705,3	156.021,1	198.476,3	293.586,8	47,9	19,0	20,2	514,07
Alegre	6.212,0	7.016,5	3.837,7	6.065,1	8.971,2	6.884,3	-23,3	0,4	10,4	224,78
Apiaçá	1.451,2	3.029,4	1.454,2	557,9	1.119,6	3.954,7	253,2	0,3	17,2	527,50
Atílio Vivacqua	2.201,3	3.032,5	4.093,0	3.757,1	3.930,0	7.374,9	87,7	0,5	24,3	731,64
Bom Jesus do Norte	1.887,6	3.702,8	2.066,2	2.870,7	3.670,3	3.064,8	-16,5	0,2	14,3	322,13
Cachoeiro de Itapemirim	24.665,9	32.435,6	9.175,0	21.811,0	32.911,5	46.436,3	41,1	3,0	14,6	241,66
Castelo	10.393,8	11.746,3	9.503,4	10.114,1	8.029,4	9.757,7	21,5	0,6	13,3	278,41
Divino de São Lourenço	1.646,6	871,9	555,1	1.398,8	1.330,3	2.410,2	81,2	0,2	14,9	539,08
Dores do Rio Preto	2.037,7	2.027,3	1.315,6	2.064,6	1.226,2	2.057,3	67,8	0,1	12,4	320,00
Guaçu	4.050,7	6.289,0	7.053,0	8.786,8	9.395,4	6.178,2	-34,2	0,4	10,3	219,02
Ibatiba	2.777,4	4.002,6	2.421,8	6.795,4	6.599,8	6.476,3	-1,9	0,4	14,6	283,52
Ibitirama	4.442,0	6.273,8	1.006,9	2.128,6	3.538,4	2.678,5	-24,3	0,2	11,0	300,31
Irupi	1.184,7	2.273,4	1.078,5	1.238,7	3.311,6	2.014,5	-39,2	0,1	7,5	168,86
Itapemirim	7.632,2	19.128,3	10.731,5	11.974,7	37.295,7	129.928,3	248,4	8,4	49,8	4.135,08
Iúna	4.276,5	4.489,1	3.849,7	8.172,6	8.337,0	5.486,7	-34,2	0,4	10,9	199,43
Jerônimo Monteiro	2.715,5	3.031,7	1.120,3	3.177,2	1.753,2	5.473,2	212,2	0,4	19,4	498,29
Marataizes	8.649,6	13.697,0	3.598,3	12.958,3	20.351,4	30.050,1	47,7	1,9	27,1	866,62
Mimoso do Sul	4.866,6	4.513,9	2.211,8	2.699,5	4.057,4	3.867,3	-4,7	0,3	7,4	149,56
Muniz Freire	4.509,6	4.183,1	3.335,0	4.091,1	5.692,0	1.743,0	-69,4	0,1	3,8	95,76
Muqui	4.117,2	5.797,6	1.719,3	749,8	2.620,4	6.856,2	161,7	0,4	20,4	472,65
Presidente Kennedy	6.858,3	27.652,7	8.685,5	34.657,9	27.948,1	1.745,1	-93,8	0,1	2,3	167,33
São José do Calçado	2.755,3	3.627,4	3.300,8	2.454,1	1.921,5	2.716,7	41,4	0,2	10,0	261,29
Vargem Alta	5.954,7	5.904,6	8.592,8	7.497,1	4.465,8	6.432,6	44,0	0,4	14,5	331,67
TOTAL	1.102.540,0	1.307.627,2	937.465,8	1.121.589,7	1.271.312,8	1.542.113,0	21,3	100,0	17,5	430,99

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹toda a despesa de capital exceto as amortizações com a dívida. ²Receita total excluída a receita intraorçamentária e a parcela destinada ao Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

Investimentos

Posição	Município	Investimentos ¹ em R\$	População 2012
1º	Vitória	280.345.990,38	333.162
2º	Vila Velha	143.656.280,19	424.948
3º	Itapemirim	129.928.344,75	31.421
4º	Serra	111.604.356,10	422.569
5º	Linhares	101.500.104,62	145.639
6º	Anchieta	100.720.486,67	24.616
7º	Cariacica	82.207.790,41	352.431
8º	Cachoeiro de Itapemirim	46.436.303,70	192.156
9º	Guarapari	43.491.841,98	107.836
10º	Marataizes	30.050.072,41	34.675
11º	Aracruz	26.611.372,00	84.429
12º	Colatina	24.448.357,26	113.054
13º	São Mateus	23.637.524,03	111.832
14º	Viana	17.405.080,49	66.745
15º	Jaguaré	14.223.678,29	25.454
16º	São Gabriel da Palha	13.772.247,83	32.655
17º	Venda Nova do Imigrante	10.716.900,71	21.094
18º	Ecoporanga	10.302.244,20	23.097
19º	Domingos Martins	10.168.896,17	32.042
20º	Castelo	9.757.679,32	35.048
21º	Boa Esperança	9.750.020,44	14.278
22º	Conceição da Barra	9.739.617,21	28.745
23º	Governador Lindenberg	8.994.609,26	11.106
24º	Santa Maria de Jetibá	8.956.493,61	34.992
25º	Baixo Guandu	8.400.092,50	29.272
26º	Nova Venécia	7.970.139,25	46.487
27º	Vila Valério	7.849.676,19	13.824
28º	Ibiraçu	7.644.208,21	11.335
29º	Piúma	7.412.602,20	18.597
30º	Atílio Vivácqua	7.374.890,64	10.080
31º	Rio Bananal	7.315.936,23	17.713
32º	Santa Teresa	6.940.650,69	22.005
33º	Alegre	6.884.261,27	30.626
34º	Brejetuba	6.862.146,34	11.950
35º	Muqui	6.856.232,08	14.506
36º	Mucurici	6.631.862,30	5.619
37º	Ibatiba	6.476.341,11	22.843
38º	Afonso Cláudio	6.450.565,96	30.919
39º	Vargem Alta	6.432.644,55	19.395
40º	Itarana	6.392.122,86	10.799
41º	Pancas	6.267.339,58	21.722
42º	Guaçuí	6.178.209,91	28.208
43º	Barra de São Francisco	6.045.041,37	41.110
44º	Sooretama	5.926.285,07	24.685
45º	Conceição do Castelo	5.794.973,43	11.798
46º	Itaguaçu	5.739.707,92	14.080
47º	Laranja da Terra	5.619.463,51	10.810
48º	Fundão	5.569.750,18	17.632
49º	Ponto Belo	5.526.000,87	7.088
50º	Iúna	5.486.651,61	27.512
51º	Jerônimo Monteiro	5.473.183,12	10.984
52º	Pedro Canário	5.272.203,30	24.071
53º	São Roque do Canaã	5.172.731,57	11.406
54º	Marilândia	5.099.051,33	11.286
55º	Montanha	5.000.583,83	17.938
56º	Iconha	4.985.872,70	12.681
57º	Mantenópolis	4.833.269,47	13.826
58º	Água Branca	4.821.873,32	9.507
59º	Alfredo Chaves	4.749.053,35	14.007
60º	Pinheiros	4.545.045,79	24.284
61º	Marechal Floriano	4.423.946,18	14.576
62º	Água Doce do Norte	4.017.272,18	11.624
63º	Apiacá	3.954.669,02	7.497
64º	São Domingos do Norte	3.902.005,92	8.070
65º	Mimoso do Sul	3.867.255,36	25.858
66º	Alto Rio Novo	3.115.469,75	7.371
67º	Bom Jesus do Norte	3.064.777,65	9.514
68º	São José do Calçado	2.716.661,83	10.397
69º	Santa Leopoldina	2.693.826,23	12.207
70º	Ibitirama	2.678.476,86	8.919
71º	Vila Pavão	2.649.834,21	8.724
72º	Rio Novo do Sul	2.419.443,93	11.334
73º	Divino de São Lourenço	2.410.211,29	4.471
74º	João Neiva	2.212.315,91	15.886
75º	Dores do Rio Preto	2.057.295,40	6.429
76º	Irupi	2.014.528,29	11.930
77º	Presidente Kennedy	1.745.076,73	10.429
78º	Muniz Freire	1.742.998,28	18.202
TOTAL		1.542.113.020,66	3.578.067

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário; População para 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ¹toda a despesa de capital, exceto as amortizações da dívida.

Investimentos per capita

Posição	Município	A / B	Investimentos ¹ (A) em R\$	População 2012 (B)
1º	Itapemirim	4.135,08	129.928.344,75	31.421
2º	Anchieta	4.091,67	100.720.486,67	24.616
3º	Mucurici	1.180,26	6.631.862,30	5.619
4º	Marataizes	866,62	30.050.072,41	34.675
5º	Vitória	841,47	280.345.990,38	333.162
6º	Governador Lindenberg	809,89	8.994.609,26	11.106
7º	Ponto Belo	779,63	5.526.000,87	7.088
8º	Atílio Vivácqua	731,64	7.374.890,64	10.080
9º	Linhares	696,93	101.500.104,62	145.639
10º	Boa Esperança	682,87	9.750.020,44	14.278
11º	Ibiraçu	674,39	7.644.208,21	11.335
12º	Itarana	591,92	6.392.122,86	10.799
13º	Brejetuba	574,24	6.862.146,34	11.950
14º	Vila Valério	567,83	7.849.676,19	13.824
15º	Jaguaré	558,80	14.223.678,29	25.454
16º	Divino de São Lourenço	539,08	2.410.211,29	4.471
17º	Apiacá	527,50	3.954.669,02	7.497
18º	Laranja da Terra	519,84	5.619.463,51	10.810
19º	Venda Nova do Imigrante	508,05	10.716.900,71	21.094
20º	Água Branca	507,19	4.821.873,32	9.507
21º	Jerônimo Monteiro	498,29	5.473.183,12	10.984
22º	Conceição do Castelo	491,18	5.794.973,43	11.798
23º	São Domingos do Norte	483,52	3.902.005,92	8.070
24º	Muqui	472,65	6.856.232,08	14.506
25º	São Roque do Canaã	453,51	5.172.731,57	11.406
26º	Marilândia	451,80	5.099.051,33	11.286
27º	Ecoporanga	446,04	10.302.244,20	23.097
28º	Alto Rio Novo	422,67	3.115.469,75	7.371
29º	São Gabriel da Palha	421,75	13.772.247,83	32.655
30º	Rio Bananal	413,03	7.315.936,23	17.713
31º	Itaguaçu	407,65	5.739.707,92	14.080
32º	Guarapari	403,31	43.491.841,98	107.836
33º	Piúma	398,59	7.412.602,20	18.597
34º	Iconha	393,18	4.985.872,70	12.681
35º	Mantenópolis	349,58	4.833.269,47	13.826
36º	Água Doce do Norte	345,60	4.017.272,18	11.624
37º	Alfredo Chaves	339,05	4.749.053,35	14.007
38º	Conceição da Barra	338,83	9.739.617,21	28.745
39º	Vila Velha	338,06	143.656.280,19	424.948
40º	Vargem Alta	331,67	6.432.644,55	19.395
41º	Bom Jesus do Norte	322,13	3.064.777,65	9.514
42º	Dores do Rio Preto	320,00	2.057.295,40	6.429
43º	Domingos Martins	317,36	10.168.896,17	32.042
44º	Fundão	315,89	5.569.750,18	17.632
45º	Santa Teresa	315,41	6.940.650,69	22.005
46º	Aracruz	315,19	26.611.372,00	84.429
47º	Vila Pavão	303,74	2.649.834,21	8.724
48º	Marechal Floriano	303,51	4.423.946,18	14.576
49º	Ibitirama	300,31	2.678.476,86	8.919
50º	Pancas	288,52	6.267.339,58	21.722
51º	Baixo Guandu	286,97	8.400.092,50	29.272
52º	Ibatiba	283,52	6.476.341,11	22.843
53º	Montanha	278,77	5.000.583,83	17.938
54º	Castelo	278,41	9.757.679,32	35.048
55º	Serra	264,11	111.604.356,10	422.569
56º	São José do Calçado	261,29	2.716.661,83	10.397
57º	Viana	260,77	17.405.080,49	66.745
58º	Santa Maria de Jetibá	255,96	8.956.493,61	34.992
59º	Cachoeiro de Itapemirim	241,66	46.436.303,70	192.156
60º	Sooretama	240,08	5.926.285,07	24.685
61º	Cariacica	233,26	82.207.790,41	352.431
62º	Alegre	224,78	6.884.261,27	30.626
63º	Santa Leopoldina	220,68	2.693.826,23	12.207
64º	Pedro Canário	219,03	5.272.203,30	24.071
65º	Guaçuí	219,02	6.178.209,91	28.208
66º	Colatina	216,25	24.448.357,26	113.054
67º	Rio Novo do Sul	213,47	2.419.443,93	11.334
68º	São Mateus	211,37	23.637.524,03	111.832
69º	Afonso Cláudio	208,63	6.450.565,96	30.919
70º	Iúna	199,43	5.486.651,61	27.512
71º	Pinheiros	187,16	4.545.045,79	24.284
72º	Nova Venécia	171,45	7.970.139,25	46.487
73º	Irupi	168,86	2.014.528,29	11.930
74º	Presidente Kennedy	167,33	1.745.076,73	10.429
75º	Mimoso do Sul	149,56	3.867.255,36	25.858
76º	Barra de São Francisco	147,05	6.045.041,37	41.110
77º	João Neiva	139,26	2.212.315,91	15.886
78º	Muniz Freire	95,76	1.742.998,28	18.202
TOTAL		430,99	1.542.113.020,66	3.578.067

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário; População para 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ¹toda a despesa de capital, exceto as amortizações da dívida.

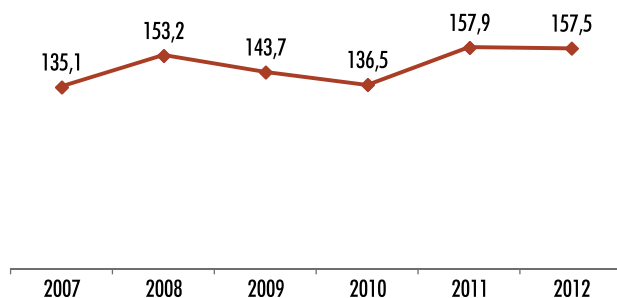
Encargos e amortizações da dívida

Desempenho

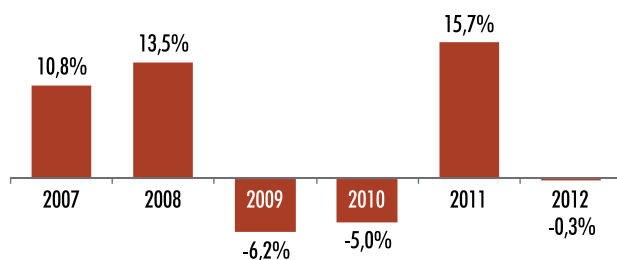
Os municípios capixabas gastaram R\$ 157,5 milhões com o pagamento de juros, encargos e amortizações de suas dívidas de longo prazo, em 2012. Esse valor é ligeiramente inferior ao despendido no ano anterior, quando as despesas totalizaram R\$ 157,9 milhões, em valores corrigidos pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) médio de 2012.

Evolução dos gastos com encargos e amortizações da dívida

em R\$ milhões - IPCA médio de 2012



Taxa de crescimento dos encargos e das amortizações da dívida em relação ao ano anterior



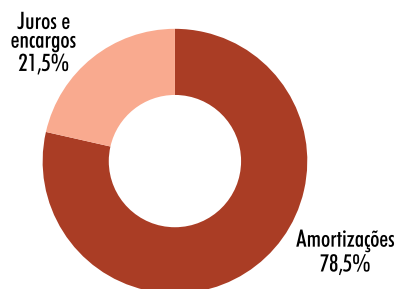
As reduções nesse item da despesa verificadas em municípios da Região Metropolitana de Vitória, como Vila Velha e Cariacica, que juntos economizaram R\$ 4,4 milhões, somados aos cortes das pequenas e médias localidades do interior do Estado, como Piúma (com redução de R\$ 1,2 milhão), Anchieta (R\$ 2,1 milhões) e Colatina (R\$ 3 milhões), foram as grandes responsáveis pela interrupção do crescimento desse gasto para o conjunto das cidades capixabas.

Por outro lado, na capital, o gasto aumentou em R\$ 5,3 milhões quando saltou dos R\$ 21,5 milhões, em 2011, para R\$ 26,7 milhões, em 2012. Esse movimento também pode ser observado em Itapemirim, onde os valores saíram de um patamar médio de R\$ 1,5 milhão ao ano, observado desde 2008, para R\$ 5,4 milhões, em 2012. Nas duas localidades, o determinante para o crescimento dessa despesa foi o aumento das amortizações da dívida.

Entre o exercício de 2011 e 2012, as amortizações cresceram 4,7% entre as prefeituras capixabas, chegando ao valor de R\$ 128,1 milhões. Esse valor representou 78,5% do volume despendido com a dívida pública municipal, que nesse quesito tem como destaque Serra e Vitória, com R\$ 15,2 milhões cada e Vila Velha, com outros R\$ 12,8 milhões.

Por outro lado, o pagamento de juros e encargos que respondem pelo restante da parcela da dívida pública somaram R\$ 35 milhões e apresentaram um recuo de 1,6% no mesmo período. Isso mostra uma melhora do perfil do gasto, haja vista que quanto maior o dispêndio a título de amortizações, menor será o comprometimento futuro com os juros e encargos relativos ao valor do principal da dívida.

Composição do gasto com encargos e amortizações da dívida

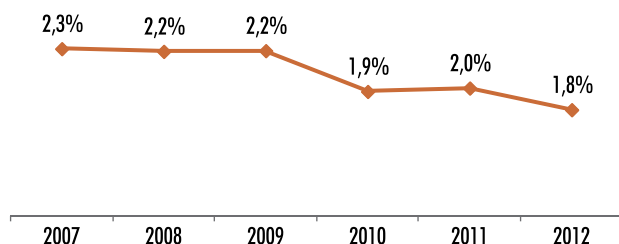


Peso orçamentário e concentração

Em geral, as despesas com o pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida não comprometem grande parte da receita municipal. No ano de 2012, em média, as prefeituras destinaram 1,8% de suas receitas correntes para essa finalidade. A tendência de queda de participação nos

últimos anos aconteceu em decorrência a uma evolução mais vigorosa da receita corrente frente a essa despesa.

Participação dos gastos com encargos e amortizações da dívida na receita corrente

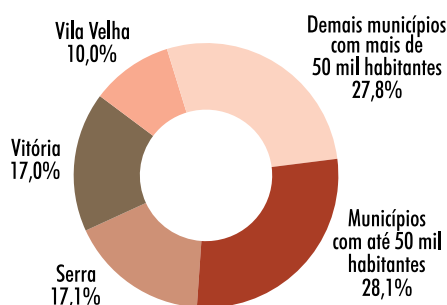


Segundo o inciso II, do Artigo 7º, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, “o comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, não poderá exceder a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida”. Portanto, o baixo comprometimento da receita com dispêndios relativos à dívida é um indicador de que as prefeituras capixabas, de forma geral, possuem uma elevada capacidade de endividamento, ou seja, em princípio elas têm potencial para assumirem novos financiamentos.

Observa-se, normalmente, que cidades de maior porte populacional estão mais inclinadas à tomada de empréstimos de longo prazo para fazer face aos investimentos necessários, uma vez que enfrentam demandas maiores e mais complexas por serviços públicos, como saúde, educação, segurança e mobilidade urbana.

Por isso, em média, nas cidades capixabas com população superior a 50 mil habitantes o comprometimento foi de 2,2% da receita corrente, sendo que em Serra esse valor

Participação dos municípios no total das despesas com encargos e amortizações da dívida - 2012



chegou a 3,1%, em 2012. Já nos municípios de pequeno porte, aqueles com população inferior a 10 mil residentes, essa participação equivaleu a 1% do orçamento corrente.

O mesmo fator explica a concentração dessa despesa em poucos municípios. Juntos, Serra, Vitória e Vila Velha foram responsáveis por 44,1% dos gastos com juros, encargos e amortizações referentes à dívida dos municípios. Se agruparmos os 11 municípios com população superior a 50 mil habitantes no Estado, esse número sobe para 71,9%.

Gasto per capita

As prefeituras capixabas gastaram, em 2012, o equivalente a R\$ 44,02 por habitante com débitos referentes às suas dívidas fundadas. Esse indicador revelou uma pequena redução, já que o crescimento da população se deu numa velocidade maior que o do gasto com esse item. Em 2011, o gasto per capita havia sido de R\$ 44,51.

Em proporção ao número de habitantes, Itapemirim foi a localidade com o maior gasto. O município localizado no litoral sul capixaba empenhou o equivalente a R\$ 170,46. Fundão aparece em segundo lugar, com uma despesa de R\$ 119,84. A capital ficou em sexto lugar nesse ranking, já que Aracruz, Conceição da Barra e Iconha também apresentaram uma despesa maior que os R\$ 80,28 empenhados por Vitória. Divino de São Lourenço, Itarana e São Roque do Canaã não anotaram gastos relativos à dívida.

Saiba mais sobre os juros, encargos e amortizações da dívida

Os juros, encargos e as amortizações da dívida são despesas geradas pela dívida consolidada, ou seja, dívidas cujos vencimentos para sua liquidação ultrapassam um ano. São passivos de longo prazo, chamados também de dívida fundada. Sobre essa dívida são realizados, periodicamente, pagamentos de juros e encargos, que são classificados como despesas correntes, e as amortizações, que são despesas de capital.

A principal dívida fundada dos municípios brasileiros são débitos previdenciários junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Algumas cidades possuem dívidas relativas às operações de crédito contratadas em instituições financeiras de fomento para a realização de investimentos de maior porte.

Despesa com encargos e amortizações da dívida - 2007-2012

Regiões e municípios	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Variação 2012/2011	Participação 2012		Encargos e amort. per capita 2012 em R\$
								no total dos en- cargos e amort.	na receita corrente¹	
	em R\$ mil - IPCA médio de 2012							em %		
MS Noroeste	12.011,8	14.334,3	12.414,0	14.918,1	17.657,0	15.082,5	-14,6	9,6	1,8	36,17
Água Doce do Norte	369,0	417,2	345,9	264,9	377,8	426,9	13,0	0,3	1,7	36,72
Água Branca	267,7	305,2	212,5	244,6	296,2	341,0	15,2	0,2	1,3	35,87
Alto Rio Novo	431,9	482,7	234,2	453,2	561,3	572,9	2,1	0,4	3,1	77,73
Baixo Guandu	704,8	697,8	782,9	790,1	1.547,0	1.529,3	-1,1	1,0	2,7	52,25
Barra de São Francisco	1.743,8	2.283,9	1.842,4	505,3	115,3	950,9	724,4	0,6	1,3	23,13
Boa Esperança	833,6	1.031,8	759,6	538,4	641,1	624,0	-2,7	0,4	1,8	43,70
Colatina	3.226,6	4.059,4	3.812,7	6.997,8	8.635,3	5.631,5	-34,8	3,6	2,5	49,81
Ecoporanga	588,5	723,3	731,8	892,8	1.225,0	1.122,6	-8,4	0,7	2,3	48,60
Governador Lindenberg	13,9	21,2	22,3	22,8	23,1	19,5	-15,5	0,0	0,1	1,76
Mantenópolis	287,4	344,2	457,3	442,3	752,3	843,7	12,2	0,5	2,9	61,03
Mariândia	143,6	161,0	137,1	72,3	130,4	113,9	-12,7	0,1	0,4	10,09
Nova Venécia	1.263,8	1.315,3	977,2	1.395,7	1.243,5	1.056,0	-15,1	0,7	1,2	22,72
Pancas	635,2	677,6	715,6	904,7	497,6	474,1	-4,7	0,3	1,3	21,82
São Domingos do Norte	242,8	282,1	232,1	15,9	83,5	139,0	66,5	0,1	0,6	17,22
São Gabriel da Palha	296,0	393,1	333,6	759,7	984,9	538,9	-45,3	0,3	0,9	16,50
Vila Pavão	605,8	759,2	527,7	261,7	225,8	216,1	-4,3	0,1	1,0	24,77
Vila Valério	357,4	379,5	289,2	356,1	316,8	482,1	52,2	0,3	1,5	34,87
MS Litoral Norte	22.253,5	24.385,0	23.957,6	19.563,0	23.295,0	25.902,3	11,2	16,4	1,7	46,06
Aracruz	8.410,4	7.628,1	8.432,3	5.586,0	7.922,9	7.710,1	-2,7	4,9	2,5	91,32
Conceição da Barra	1.091,3	1.399,3	991,0	799,3	1.226,9	2.445,0	99,3	1,6	3,3	85,06
Fundão	807,9	878,5	691,9	768,0	1.410,6	2.113,0	49,8	1,3	4,3	119,84
Ibiraçu	623,4	668,7	596,2	548,0	606,9	513,1	-15,5	0,3	1,9	45,26
Jaguari	470,8	403,1	296,6	1.041,1	813,6	70,5	-91,3	0,0	0,1	2,77
João Neiva	643,7	661,3	438,0	293,2	181,3	15,1	-91,7	0,0	0,0	0,95
Linhares	5.139,2	5.030,2	5.971,2	5.003,5	5.623,3	5.719,9	1,7	3,6	1,3	39,27
Montanha	400,0	699,0	540,7	493,3	598,6	401,2	-33,0	0,3	0,9	22,37
Mucurici	437,1	421,5	338,8	183,0	217,5	326,3	50,1	0,2	1,5	58,08
Pedro Canário	902,3	1.277,9	967,8	778,0	800,1	795,2	-0,6	0,5	1,9	33,03
Pinheiros	848,7	933,1	658,7	498,5	613,3	1.886,5	207,6	1,2	3,4	77,69
Ponto Belo	287,2	409,9	395,5	18,8	17,2	319,9	1.761,7	0,2	1,6	45,14
Rio Bananal	1.136,7	839,9	611,0	349,3	413,4	280,7	-32,1	0,2	0,5	15,85
São Mateus	713,4	2.829,6	2.457,0	2.948,9	2.606,4	2.984,2	14,5	1,9	1,3	26,69
Sooretama	341,5	304,8	570,9	254,1	243,1	321,6	32,3	0,2	0,6	13,03
MS Central	12.050,9	13.530,0	11.676,0	12.825,7	12.958,3	8.625,2	-33,4	5,5	0,9	26,96
Afonso Cláudio	982,7	1.209,0	293,0	649,0	385,0	250,4	-35,0	0,2	0,4	8,10
Alfredo Chaves	827,2	916,3	767,0	889,1	991,3	965,5	-2,6	0,6	2,7	68,93
Anchieta	1.876,6	2.157,1	1.841,4	3.141,8	3.870,1	1.734,2	-55,2	1,1	0,6	70,45
Brejetuba	-	357,1	257,2	301,2	324,4	64,4	-80,1	0,0	0,2	5,39
Conceição do Castelo	384,6	396,7	289,0	450,4	397,1	331,3	-16,6	0,2	1,1	28,08
Domingos Martins	1.139,1	1.157,4	1.044,8	1.133,4	730,0	854,2	17,0	0,5	1,1	26,66
Iconha	1.037,5	1.037,4	967,9	566,5	706,5	1.051,0	48,8	0,7	3,2	82,88
Itaguaçu	405,0	460,0	361,5	370,7	407,6	443,9	8,9	0,3	1,4	31,53
Itarana	72,9	75,6	78,4	79,3	12,9	-	-100,0	-	-	-
Laranja da Terra	984,4	1.087,2	608,2	278,7	289,9	322,0	11,1	0,2	1,3	29,79
Marechal Floriano	440,4	389,0	444,0	363,9	377,9	73,5	-80,5	0,0	0,2	5,04
Pluma	956,3	1.081,3	1.458,7	1.389,5	1.590,8	435,4	-72,6	0,3	0,8	23,41
Rio Novo do Sul	395,4	281,8	226,4	191,6	223,5	152,8	-31,6	0,1	0,6	13,48
Santa Leopoldina	551,4	608,4	650,3	701,2	633,1	598,1	-5,5	0,4	2,2	49,00
Santa Maria de Jetibá	1.208,9	1.193,7	1.263,8	1.214,9	1.323,9	574,7	-56,6	0,4	0,8	16,42
Santa Teresa	591,8	794,3	767,8	807,3	529,1	504,0	-4,7	0,3	0,9	22,91
São Roque do Canaã	196,5	232,5	224,2	161,2	-	-	-	-	-	-
Venda Nova do Imigrante	-	95,2	132,7	135,8	165,3	269,8	63,2	0,2	0,6	12,79
Região Metropolitana	69.891,3	76.895,3	75.158,1	71.411,5	82.930,5	83.147,1	0,3	52,8	2,2	48,69
Cariacica	8.543,1	10.749,3	10.537,8	10.022,1	10.056,5	8.503,6	-15,4	5,4	1,8	24,13
Guarapari	4.162,6	3.517,8	2.289,4	2.152,8	3.272,2	3.110,4	-4,9	2,0	1,5	28,84
Serra	19.229,7	20.151,5	20.175,0	16.301,3	27.527,5	26.898,6	-2,3	17,1	3,1	63,65
Viana	1.929,1	2.167,8	2.625,6	1.675,5	2.022,6	2.093,1	3,5	1,3	1,7	31,36
Vila Velha	9.997,4	13.691,3	15.755,9	19.062,3	18.600,4	15.796,4	-15,1	10,0	2,4	37,17
Vitória	26.029,4	26.617,5	23.774,4	22.197,5	21.451,4	26.745,0	24,7	17,0	1,9	80,28
MS Sul	18.843,0	24.072,4	20.485,8	17.758,6	21.049,2	24.735,6	17,5	15,7	1,5	43,31
Alegre	1.222,1	1.179,1	1.266,6	1.324,9	1.449,4	1.126,1	-22,3	0,7	1,8	36,77
Apiacá	157,8	249,2	232,5	253,8	266,5	222,1	-16,7	0,1	1,2	29,63
Atílio Vivacqua	193,4	260,8	169,9	421,8	433,3	233,8	-46,0	0,1	0,9	23,19
Bom Jesus do Norte	450,8	550,4	383,6	219,0	239,4	189,7	-20,7	0,1	1,0	19,94
Cachoeiro de Itapemirim	7.186,8	9.897,8	8.927,4	6.266,9	8.628,9	8.081,4	-6,3	5,1	2,6	42,06
Castelo	145,3	116,9	150,0	286,0	536,1	490,2	-8,6	0,3	0,7	13,99
Divino de São Lourenço	206,1	244,3	235,3	169,1	0,9	-	-100,0	-	-	-
Dores do Rio Preto	147,3	164,3	150,4	270,1	335,5	375,2	11,8	0,2	1,9	58,35
Guaçu	725,3	679,3	706,5	309,1	632,4	1.659,9	162,5	1,1	2,9	58,84
Ibatiba	630,2	873,7	782,6	764,4	888,9	1.171,1	31,7	0,7	2,9	51,27
Ibitirama	152,9	150,1	136,6	135,1	173,2	183,1	5,7	0,1	0,8	20,53
Irupi	616,9	576,1	464,6	339,8	321,0	375,0	16,8	0,2	1,4	31,43
Itapemirim	810,1	1.469,9	1.573,2	1.442,4	1.705,6	5.356,0	214,0	3,4	1,9	170,46
Ituna	1.221,0	1.127,5	512,5	682,1	620,8	615,6	-0,8	0,4	1,2	22,38
Jerônimo Monteiro	467,8	483,3	479,3	434,4	528,4	367,0	-30,6	0,2	1,3	33,41
Marataizes	658,6	993,8	805,5	1.023,7	925,7	49,7	-94,6	0,0	0,0	1,43
Mimoso do Sul	784,2	1.155,0	499,9	1.023,6	1.004,9	1.648,9	64,1	1,0	3,3	63,77
Muniz Freire	494,2	577,2	560,3	668,4	72,0	380,7	429,0	0,2	0,9	20,91
Muqui	1.356,2	1.714,4	1.227,9	491,1	728,3	617,3	-15,2	0,4	2,2	42,56
Presidente Kennedy	177,4	262,8	255,2	204,7	232,8	217,8	-6,4	0,1	0,1	20,89
São José do Calçado	224,4	388,3	250,9	284,2	320,6	271,0	-15,5	0,2	1,0	26,07
Vargem Alta	814,1	958,0	715,1	744,0	1.004,6	1.104,1	9,9	0,7	2,3	56,93
TOTAL	135.050,4	153.217,1	143.691,5	136.477,0	157.890,1	157.492,7	-0,3	100,0	2,1	44,02

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. Nota: *receita corrente excluída a receita intraorçamentária e a parcela destinada ao Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

Despesas com encargos e amortizações da dívida

Posição	Município	Encargos e amort. da dívida em R\$	População 2012
1º	Serra	26.898.608,65	422.569
2º	Vitória	26.745.007,90	333.162
3º	Vila Velha	15.796.409,20	424.948
4º	Cariacica	8.503.565,37	352.431
5º	Cachoeiro de Itapemirim	8.081.367,05	192.156
6º	Aracruz	7.710.124,00	84.429
7º	Linhares	5.719.851,09	145.639
8º	Colatina	5.631.533,68	113.054
9º	Itapemirim	5.356.041,42	31.421
10º	Guarapari	3.110.419,07	107.836
11º	São Mateus	2.984.239,04	111.832
12º	Conceição da Barra	2.445.023,11	28.745
13º	Fundão	2.113.011,20	17.632
14º	Viana	2.093.064,88	66.745
15º	Pinheiros	1.886.544,96	24.284
16º	Anchieta	1.734.238,79	24.616
17º	Guaçuí	1.659.877,84	28.208
18º	Mimoso do Sul	1.648.857,67	25.858
19º	Baixo Guandu	1.529.319,96	29.272
20º	Ibatiba	1.171.082,74	22.843
21º	Alegre	1.126.072,04	30.626
22º	Ecoporanga	1.122.625,93	23.097
23º	Vargem Alta	1.104.142,28	19.395
24º	Nova Venécia	1.055.979,06	46.487
25º	Iconha	1.050.996,55	12.681
26º	Alfredo Chaves	965.489,57	14.007
27º	Barra de São Francisco	950.858,91	41.110
28º	Domingos Martins	854.162,16	32.042
29º	Mantenópolis	843.744,80	13.826
30º	Pedro Canário	795.169,87	24.071
31º	Boa Esperança	623.982,44	14.278
32º	Muqui	617.327,14	14.506
33º	Lúna	615.613,07	27.512
34º	Santa Leopoldina	598.088,39	12.207
35º	Santa Maria de Jetibá	574.688,33	34.992
36º	Alto Rio Novo	572.944,04	7.371
37º	São Gabriel da Palha	538.870,51	32.655
38º	Ibiraçu	513.060,70	11.335
39º	Santa Teresa	504.025,01	22.005
40º	Castelo	490.177,77	35.048
41º	Vila Valério	482.082,90	13.824
42º	Pancas	474.073,63	21.722
43º	Itaguaçu	443.875,88	14.080
44º	Piúma	435.425,52	18.597
45º	Água Doce do Norte	426.884,06	11.624
46º	Montanha	401.193,02	17.938
47º	Muniz Freire	380.693,83	18.202
48º	Dores do Rio Preto	375.157,57	6.429
49º	Irupi	374.989,64	11.930
50º	Jerônimo Monteiro	366.954,80	10.984
51º	Água Branca	341.026,56	9.507
52º	Conceição do Castelo	331.274,32	11.798
53º	Mucurici	326.326,93	5.619
54º	Laranja da Terra	322.013,19	10.810
55º	Sooretama	321.627,58	24.685
56º	Ponto Belo	319.926,61	7.088
57º	Rio Bananal	280.679,43	17.713
58º	São José do Calçado	271.039,45	10.397
59º	Venda Nova do Imigrante	269.834,07	21.094
60º	Afonso Cláudio	250.389,43	30.919
61º	Atílio Vivacqua	233.769,68	10.080
62º	Apicá	222.100,45	7.497
63º	Presidente Kennedy	217.832,85	10.429
64º	Vila Pavão	216.131,54	8.724
65º	Bom Jesus do Norte	189.731,90	9.514
66º	Ibitirama	183.094,54	8.919
67º	Rio Novo do Sul	152.811,46	11.334
68º	São Domingos do Norte	138.978,50	8.070
69º	Marilândia	113.892,37	11.286
70º	Marechal Floriano	73.516,53	14.576
71º	Jaguaré	70.463,57	25.454
72º	Brejetuba	64.404,07	11.950
73º	Marataizes	49.674,17	34.675
74º	Governador Lindenberg	19.532,35	11.106
75º	João Neiva	15.064,43	15.886
76º	Itarana	-	10.799
77º	Divino de São Lourenço	-	4.471
78º	São Roque do Canaã	-	11.406
TOTAL		157.492.673,02	3.578.067

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário; População para 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Despesas com encargos e amortizações da dívida per capita

Posição	Município	A / B	Encargos e amort. da dívida (A) em R\$	População 2012 (B)
1º	Itapemirim	170,46	5.356.041,42	31.421
2º	Fundão	119,84	2.113.011,20	17.632
3º	Aracruz	91,32	7.710.124,00	84.429
4º	Conceição da Barra	85,06	2.445.023,11	28.745
5º	Iconha	82,88	1.050.996,55	12.681
6º	Vitória	80,28	26.745.007,90	333.162
7º	Alto Rio Novo	77,73	572.944,04	7.371
8º	Pinheiros	77,69	1.886.544,96	24.284
9º	Anchieta	70,45	1.734.238,79	24.616
10º	Alfredo Chaves	68,93	965.489,57	14.007
11º	Mimoso do Sul	63,77	1.648.857,67	25.858
12º	Serra	63,65	26.898.608,65	422.569
13º	Mantenópolis	61,03	843.744,80	13.826
14º	Guaçuí	58,84	1.659.877,84	28.208
15º	Dores do Rio Preto	58,35	375.157,57	6.429
16º	Mucurici	58,08	326.326,93	5.619
17º	Vargem Alta	56,93	1.104.142,28	19.395
18º	Baixo Guandu	52,25	1.529.319,96	29.272
19º	Ibatiba	51,27	1.171.082,74	22.843
20º	Colatina	49,81	5.631.533,68	113.054
21º	Santa Leopoldina	49,00	598.088,39	12.207
22º	Ecoporanga	48,60	1.122.625,93	23.097
23º	Ibiraçu	45,26	513.060,70	11.335
24º	Ponto Belo	45,14	319.926,61	7.088
25º	Boa Esperança	43,70	623.982,44	14.278
26º	Muqui	42,56	617.327,14	14.506
27º	Cachoeiro de Itapemirim	42,06	8.081.367,05	192.156
28º	Linhares	39,27	5.719.851,09	145.639
29º	Vila Velha	37,17	15.796.409,20	424.948
30º	Alegre	36,77	1.126.072,04	30.626
31º	Água Doce do Norte	36,72	426.884,06	11.624
32º	Água Branca	35,87	341.026,56	9.507
33º	Vila Valério	34,87	482.082,90	13.824
34º	Jerônimo Monteiro	33,41	366.954,80	10.984
35º	Pedro Canário	33,03	795.169,87	24.071
36º	Itaguaçu	31,53	443.875,88	14.080
37º	Irupi	31,43	374.989,64	11.930
38º	Viana	31,36	2.093.064,88	66.745
39º	Laranja da Terra	29,79	322.013,19	10.810
40º	Apicá	29,63	222.100,45	7.497
41º	Guarapari	28,84	3.110.419,07	107.836
42º	Conceição do Castelo	28,08	331.274,32	11.798
43º	São Mateus	26,69	2.984.239,04	111.832
44º	Domingos Martins	26,66	854.162,16	32.042
45º	São José do Calçado	26,07	271.039,45	10.397
46º	Vila Pavão	24,77	216.131,54	8.724
47º	Cariacica	24,13	8.503.565,37	352.431
48º	Piúma	23,41	435.425,52	18.597
49º	Atílio Vivacqua	23,19	233.769,68	10.080
50º	Barra de São Francisco	23,13	950.858,91	41.110
51º	Santa Teresa	22,91	504.025,01	22.005
52º	Nova Venécia	22,72	1.055.979,06	46.487
53º	Lúna	22,38	615.613,07	27.512
54º	Montanha	22,37	401.193,02	17.938
55º	Pancas	21,82	474.073,63	21.722
56º	Muniz Freire	20,91	380.693,83	18.202
57º	Presidente Kennedy	20,89	217.832,85	10.429
58º	Ibitirama	20,53	183.094,54	8.919
59º	Bom Jesus do Norte	19,94	189.731,90	9.514
60º	São Domingos do Norte	17,22	138.978,50	8.070
61º	São Gabriel da Palha	16,50	538.870,51	32.655
62º	Santa Maria de Jetibá	16,42	574.688,33	34.992
63º	Rio Bananal	15,85	280.679,43	17.713
64º	Castelo	13,99	490.177,77	35.048
65º	Rio Novo do Sul	13,48	152.811,46	11.334
66º	Sooretama	13,03	321.627,58	24.685
67º	Venda Nova do Imigrante	12,79	269.834,07	21.094
68º	Marilândia	10,09	113.892,37	11.286
69º	Afonso Cláudio	8,10	250.389,43	30.919
70º	Brejetuba	5,39	64.404,07	11.950
71º	Marechal Floriano	5,04	73.516,53	14.576
72º	Jaguaré	2,77	70.463,57	25.454
73º	Governador Lindenberg	1,76	19.532,35	11.106
74º	Marataizes	1,43	49.674,17	34.675
75º	João Neiva	0,95	15.064,43	15.886
76º	Itarana	-	-	10.799
77º	Divino de São Lourenço	-	-	4.471
78º	São Roque do Canaã	-	-	11.406
TOTAL		44,02	157.492.673,02	3.578.067

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário; População para 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

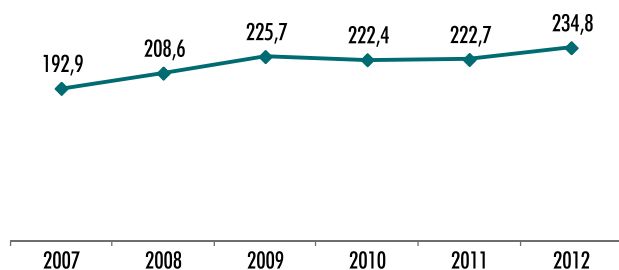
Câmaras municipais

Desempenho

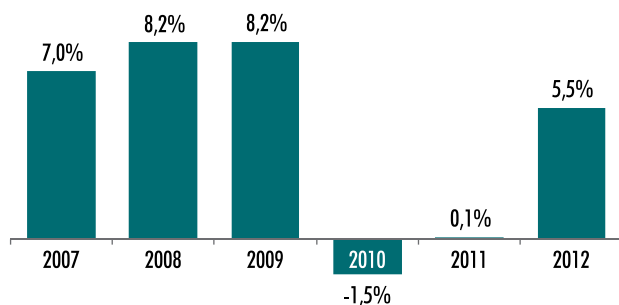
Em 2012, os municípios capixabas gastaram R\$ 234,8 milhões com o Poder Legislativo, o que significou um aumento de 5,5% em relação ao exercício anterior. Em termos absolutos, houve um acréscimo real de R\$ 12,2 milhões, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) médio de 2012.

Evolução do gasto com as câmaras municipais

em R\$ milhões - IPCA médio de 2012



Taxa de crescimento da despesa com as câmaras municipais em relação ao ano anterior



Em termos absolutos, Cariacica foi o município que mais aumentou os seus gastos, com um acréscimo de R\$ 1,8 milhão, entre 2011 e 2012. Em seguida, com aumentos superiores a R\$ 1 milhão, aparecem: Serra, Barra de São Francisco e Vila Velha. A capital, juntamente com o município de Aracruz, foi a localidade que mais retraiu esse dispêndio. Enquanto em Vitória a redução foi de R\$ 707,9 mil, Aracruz economizou 620,4 mil no mesmo período.

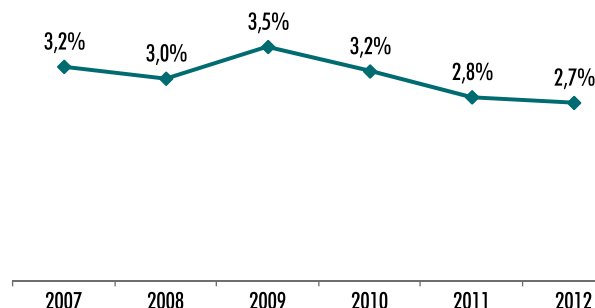
Em Pancas, a Câmara Municipal aumentou em 74,5% os seus gastos quando passou de R\$ 1,1 milhão, em 2011,

para R\$ 1,9 milhão, em 2012. Em Barra de São Francisco a expansão chegou a 41,1%, com o empenho passando de R\$ 2,7 milhões para R\$ 3,9 milhões no mesmo período. No terceiro lugar aparece Presidente Kennedy, onde a despesa se elevou em 32,6%.

Participação orçamentária

Desde 2009, a parcela da receita corrente comprometida com o gasto das câmaras municipais tem ficado menor a cada ano. O peso, que era de 3,5%, foi reduzido para 2,7%, em 2012, influenciado principalmente pelo menor aumento dessa despesa em comparação com o crescimento das receitas municipais nos últimos anos, especialmente as receitas de royalties e participações especiais sobre a produção de petróleo e de gás natural que, a partir de 2006, começaram a se expandir de forma vigorosa no Espírito Santo. Em 2008, as compensações pela atividade petrolífera já haviam tomado grandes proporções orçamentárias em alguns poucos municípios capixabas, mas seu efeito no conjunto foi suficiente para se refletir diretamente na queda da participação da maioria dos itens da despesa em relação à receita corrente, inclusive da despesa com os legislativos municipais.

Participação da despesa com as câmaras municipais na receita corrente



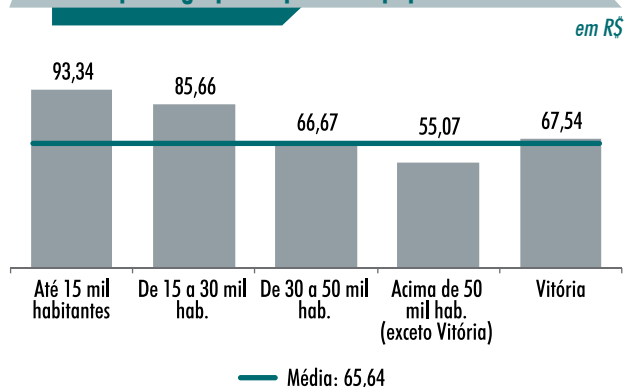
Não por acaso, Presidente Kennedy e Itapemirim, dois dos principais municípios produtores de petróleo no Estado, apresentam os menores pesos do Poder Legislativo em seus orçamentos. No primeiro, o comprometimento foi de apenas 0,5%, enquanto no segundo chegou a 1% da receita corrente, em 2012. Em seguida aparecem Vitória (1,6%), Colatina (1,8%) e Alegre (1,9%).

Gasto per capita

Em 2012, o conjunto das câmaras municipais gastou o equivalente a R\$ 65,64 por habitante, valor 4,5% superior ao apurado no ano anterior, quando o gasto per capita foi de R\$ 62,78. A capital apresenta uma despesa ligeiramente superior à média dos municípios do Estado. Em Vitória, essa despesa ficou em R\$ 67,54.

Os municípios menores, com até 15 mil habitantes, apresentam uma despesa equivalente a R\$ 93,34 por pessoa, ficando bem acima das demais faixas. Nos municípios com população entre 30 mil e 50 mil habitantes, o gasto per capita foi de R\$ 66,67, que nos maiores municípios do Estado, aqueles com mais de 50 mil residentes, exceto Vitória, chega a R\$ 55,07. A necessidade de uma estrutura mínima de funcionamento para a Câmara Municipal e o número de vereadores proporcionalmente maior nas cidades menores, aliados a uma receita per capita também maior, explica o maior gasto por habitante nas cidades pequenas.

Despesa com as câmaras per capita dos municípios agrupados por faixa populacional - 2012



Anchieta foi o município com o maior gasto com Legislativo per capita do Estado, em 2012, com R\$ 414,84 por habitante, duas vezes e meia maior que o segundo colocado, Presidente Kennedy, com R\$ 165,39. Em contrapartida, retirando-se os municípios de maior porte populacional, que naturalmente tendem a apresentar gastos per capita reduzidos, destacam-se Alegre, Guaçuí, Mimoso do Sul e Ibatiba, onde os gastos não ultrapassaram o equivalente a R\$ 50,00 por habitante.

Saiba mais sobre as câmaras municipais

Segundo o disposto no artigo 29-A, alterado pela Emenda Constitucional (EC) nº 25/2000, o total das despesas das câmaras municipais tem como parâmetro o montante da receita municipal do ano anterior e não do ano em curso.

A base de cálculo da arrecadação municipal que deve ser destinada ao Legislativo é formada pela receita tributária própria e pelas transferências previstas pela Constituição Federal no § 5º do artigo 153 (IOF-Ouro) e nos artigos 158 (IRRF, ITR, IPVA e ICMS) e 159 (FPM e IPI-exportação). O percentual a ser repassado depende do porte populacional do município e, desde 2010, primeiro ano de vigência da EC nº 58/2009, obedecem a um valor máximo de 7% nas localidades com até 100 mil habitantes, decaindo progressivamente até um percentual de 3,5% nos municípios com contingente populacional acima de R\$ 8 milhões. Dessa forma, o dispêndio do Poder Legislativo é diretamente ligado à receita corrente municipal do exercício anterior.

Limites do gasto com câmaras municipais por faixas populacionais

Faixas populacionais	EC nº 58
Até 100 mil habitantes	7,0%
De 100 mil e um a 300 mil habitantes	6,0%
De 300 mil e um a 500 mil habitantes	5,0%
De 500 mil e um a 3 milhões de habitantes	4,5%
De 3 milhões e um a 8 milhões de habitantes	4,0%
Acima de 8 milhões de habitantes	3,5%

Fonte: Emenda Constitucional nº 58/2009.

A EC nº 58/2009 também trouxe alterações no número de vereadores, antes regulado pela Resolução nº 21.702/2004, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A EC nº 58/2009 aumentou o número de vereadores em relação ao que determinava a Resolução nº 21.702/2004, reduziu a quantidade de faixas populacionais de 36 para 24 e determinou para cada uma delas um número ímpar de vereadores, com o objetivo de facilitar o processo de deliberação local. Essa alteração passou a vigorar a partir das eleições municipais de 2012.

Número de vereadores por faixa populacional do município - EC nº 58/2009

Número de habitantes do município	Número de vereadores
Até 15.000	9
De 15.000 até 30.000	11
De 30.000 até 50.000	13
De 50.000 até 80.000	15
De 80.000 até 120.000	17
De 120.000 até 160.000	19
De 160.000 até 300.000	21
De 300.000 até 450.000	23
De 450.000 até 600.000	25
De 600.000 até 750.000	27
De 750.000 até 900.000	29
De 900.000 até 1.050.000	31
De 1.050.000 até 1.200.000	33
De 1.200.000 até 1.350.000	35
De 1.350.000 até 1.500.000	37
De 1.500.000 até 1.800.000	39
De 1.800.000 até 2.400.000	41
De 2.400.000 até 3.000.000	43
De 3.000.000 até 4.000.000	45
De 4.000.000 até 5.000.000	47
De 5.000.000 até 6.000.000	49
De 6.000.000 até 7.000.000	51
De 7.000.000 até 8.000.000	53
Acima de 8.000.000	55

Fonte: Emenda Constitucional (EC) nº 58/2009.

Despesa com as câmaras municipais - 2007-2012

Regiões e municípios	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Variação 2012/2011	Participação 2012		Desp. câmaras per capita 2012 em R\$
								no total da desp. com câmaras	na receita corrente¹	
	em R\$ mil - IPCA médio de 2012							em %		
MS Noroeste	21.941,1	23.681,6	26.322,4	24.928,6	24.569,4	27.593,6	12,3	11,7	3,2	66,17
Água Doce do Norte	908,7	978,1	1.190,7	961,2	1.002,1	926,3	-7,6	0,4	3,7	79,69
Água Branca	828,5	925,6	1.052,3	1.020,1	1.023,8	983,6	-3,9	0,4	3,7	103,46
Alto Rio Novo	559,6	623,8	757,3	685,2	722,3	835,3	15,6	0,4	4,5	113,32
Baixo Guandu	1.612,0	1.521,6	1.884,3	1.915,2	1.608,9	1.482,7	-7,8	0,6	2,6	50,65
Barra de São Francisco	2.003,9	1.904,0	2.285,5	2.196,1	2.734,5	3.858,9	41,1	1,6	5,3	93,87
Boa Esperança	905,2	992,2	958,3	1.350,0	828,8	797,7	-3,7	0,3	2,3	55,87
Colatina	3.743,1	4.178,9	4.088,3	3.202,8	3.323,7	4.078,8	22,7	1,7	1,8	36,08
Ecoporanga	1.978,2	2.033,4	2.429,7	1.946,4	1.698,6	1.769,6	4,2	0,8	3,7	76,62
Governador Lindenberg	720,8	848,3	946,0	1.103,5	1.102,4	1.140,8	3,5	0,5	4,5	102,72
Mantenópolis	916,3	908,0	996,4	863,1	890,5	1.049,4	17,8	0,4	3,6	75,90
Mariândia	948,7	919,2	1.145,2	1.143,3	1.092,1	1.226,0	12,3	0,5	4,8	108,63
Nova Venécia	1.957,5	2.161,3	2.516,9	2.670,6	2.442,6	2.524,7	3,4	1,1	2,8	54,31
Pancas	1.074,5	1.082,6	1.060,8	1.052,4	1.063,0	1.855,2	74,5	0,8	5,0	85,41
São Domingos do Norte	574,6	1.187,4	915,6	841,3	912,7	932,2	2,1	0,4	4,2	115,51
São Gabriel da Palha	1.306,6	1.490,4	1.682,9	1.882,3	1.672,9	1.809,8	8,2	0,8	3,1	55,42
Vila Pavao	895,7	958,6	1.122,8	892,7	908,1	963,8	6,1	0,4	4,5	110,47
Vila Valério	1.007,1	968,3	1.289,4	1.202,4	1.542,2	1.358,9	-11,9	0,6	4,2	98,30
MS Litoral Norte	36.755,1	40.675,9	43.214,5	41.633,6	41.087,9	41.506,3	1,0	17,7	2,7	73,81
Aracruz	8.243,8	10.432,3	8.725,3	8.411,1	8.196,4	7.576,0	-7,6	3,2	2,5	89,73
Conceição da Barra	1.994,2	2.304,6	2.528,5	2.219,1	2.422,1	2.634,3	8,8	1,1	3,5	91,64
Fundão	1.352,5	1.462,9	1.607,2	1.377,9	1.423,3	1.611,8	13,2	0,7	3,3	91,42
Ibiraçu	792,8	723,9	1.172,0	1.080,8	1.051,9	1.045,1	-0,7	0,4	3,8	92,20
Jaguare	2.017,5	1.919,7	2.282,0	2.341,5	2.088,5	2.259,1	8,2	1,0	3,2	88,75
João Neiva	879,5	831,8	972,6	1.001,2	930,7	982,4	5,6	0,4	2,5	61,84
Linhares	8.848,4	10.136,3	10.122,9	10.542,8	11.206,5	11.135,4	-0,6	4,7	2,4	76,46
Montanha	856,5	837,1	1.112,2	1.326,2	934,2	900,7	-3,6	0,4	2,1	50,21
Murici	577,6	690,3	694,4	775,5	760,0	720,0	-5,3	0,3	3,3	128,14
Pedro Canário	1.531,8	1.672,2	1.754,0	1.474,3	1.519,5	1.622,7	6,8	0,7	3,9	67,41
Pinheiros	1.288,8	1.407,0	1.985,8	1.652,1	1.736,7	1.833,5	5,6	0,8	3,3	75,50
Ponto Belo	744,3	770,4	683,4	656,7	737,4	879,6	19,3	0,4	4,4	124,10
Rio Bananal	1.426,3	1.525,9	1.393,1	1.483,1	1.437,8	1.448,5	0,7	0,6	2,8	81,77
São Mateus	5.058,6	4.729,0	6.369,1	5.743,0	5.096,1	5.236,0	2,7	2,2	2,2	46,82
Sooretama	1.142,4	1.232,6	1.812,0	1.548,2	1.546,9	1.621,2	4,8	0,7	3,2	65,68
MS Central	20.659,4	26.518,5	27.640,6	29.375,4	31.073,5	32.703,7	5,2	13,9	3,4	102,23
Afonso Cláudio	1.056,5	1.857,2	1.728,0	2.006,4	2.101,8	2.268,0	7,9	1,0	3,8	73,35
Alfredo Chaves	470,2	1.442,6	1.132,3	1.004,0	871,3	995,4	14,2	0,4	2,8	71,06
Anchieta	4.309,3	6.640,5	6.189,5	6.759,6	9.304,0	10.211,6	9,8	4,3	3,6	414,84
Brejetuba	529,8	584,7	757,6	754,0	812,9	931,0	14,5	0,4	3,2	77,91
Conceição do Castelo	730,7	1.167,2	840,6	847,6	891,1	871,3	-2,2	0,4	2,9	73,85
Domingos Martins	2.226,6	2.434,3	2.379,7	2.281,9	2.266,1	2.374,8	4,8	1,0	3,2	74,12
Iconha	1.067,5	1.263,3	1.380,1	1.189,4	1.055,7	1.182,3	12,0	0,5	3,6	93,23
Itaguaçu	613,5	607,8	884,7	1.909,1	1.363,5	1.021,3	-25,1	0,4	3,1	72,54
Itarana	700,7	743,5	967,4	857,9	901,2	960,4	6,6	0,4	3,8	88,93
Laranja da Terra	422,1	459,9	683,0	713,5	772,6	829,2	7,3	0,4	3,4	76,71
Marechal Floriano	1.163,3	1.043,8	1.518,4	1.331,1	1.361,4	1.512,4	11,1	0,6	4,1	103,76
Piuma	960,2	936,2	1.435,6	1.565,8	1.400,4	1.377,8	-1,6	0,6	2,5	74,09
Rio Novo do Sul	823,9	851,1	0,0	914,5	956,6	935,5	-2,2	0,4	3,7	82,54
Santa Leopoldina	807,9	933,5	1.170,9	1.060,9	1.124,6	1.192,7	6,0	0,5	4,3	97,70
Santa Maria de Jetibá	1.501,5	2.084,0	2.076,6	1.949,9	1.912,5	2.138,1	11,8	0,9	2,8	61,10
Santa Teresa	1.532,8	1.672,7	1.922,9	1.710,5	1.713,2	1.708,9	-0,2	0,7	3,1	77,66
São Roque do Canaã	729,9	701,7	966,2	961,6	919,0	948,9	3,3	0,4	4,0	83,19
Venda Nova do Imigrante	1.013,0	1.094,6	1.607,0	1.557,7	1.345,6	1.244,1	-7,5	0,5	2,7	58,98
Região Metropolitana	82.799,1	85.543,7	91.993,7	91.927,5	91.191,9	96.098,7	5,4	40,9	2,6	56,27
Cariacica	9.614,7	11.004,2	12.113,8	9.648,4	10.388,0	12.140,2	16,9	5,2	2,6	34,45
Guarapari	4.674,5	5.523,1	6.596,3	5.888,5	6.099,7	6.829,1	12,0	2,9	3,2	63,33
Serra	26.303,8	27.515,6	27.649,0	31.092,8	27.630,8	29.137,8	5,5	12,4	3,4	68,95
Viana	3.229,3	3.541,9	3.691,7	3.713,3	3.777,0	4.348,0	15,1	1,9	3,5	65,14
Vila Velha	18.952,9	18.538,6	21.212,2	20.580,0	20.087,3	21.142,3	5,3	9,0	3,2	49,75
Vitória	20.023,7	19.420,4	20.730,8	21.004,5	23.209,1	22.501,2	-3,1	9,6	1,6	67,54
MS Sul	30.747,5	32.205,5	36.549,6	34.582,1	34.762,1	36.946,5	6,3	15,7	2,2	64,69
Alegre	1.101,2	1.137,4	1.142,4	1.146,6	1.179,9	1.164,5	-1,3	0,5	1,9	38,02
Apiacá	578,0	562,1	539,1	578,4	511,8	516,8	1,0	0,2	2,7	68,93
Atílio Vivacqua	911,9	1.064,8	1.111,8	952,7	904,5	993,4	9,8	0,4	3,9	98,55
Bom Jesus do Norte	717,3	670,2	822,4	761,3	834,3	836,5	0,3	0,4	4,5	87,92
Cachoeiro de Itapemirim	7.841,5	8.702,2	9.576,4	8.966,1	9.114,1	9.705,8	6,5	4,1	3,1	50,51
Castelo	1.809,7	1.740,5	2.097,5	2.137,1	1.941,5	1.987,6	2,4	0,8	2,9	56,71
Divino de São Lourenço	476,4	508,0	705,5	615,9	632,1	701,4	11,0	0,3	4,4	156,88
Dores do Rio Preto	514,2	494,5	586,6	648,5	615,9	685,7	11,3	0,3	3,5	106,65
Guaçu	1.181,9	954,2	1.281,2	1.236,2	1.117,7	1.140,5	2,0	0,5	2,0	40,43
Ibatiba	1.340,2	1.346,4	1.175,7	1.426,7	1.085,5	1.088,7	0,3	0,5	2,7	47,66
Ibitirama	760,8	935,1	929,2	742,4	749,8	886,1	18,2	0,4	3,8	99,35
Irupi	862,6	921,6	1.155,7	987,6	1.065,5	1.199,5	12,6	0,5	4,6	100,54
Itapemirim	1.759,4	1.831,8	2.457,5	2.339,4	2.599,9	2.912,0	12,0	1,2	1,0	92,68
Ituna	1.224,3	1.576,6	1.368,9	1.457,2	1.777,0	1.739,5	-2,1	0,7	3,5	63,23
Jerônimo Monteiro	857,2	961,7	1.066,4	857,5	903,0	995,5	10,2	0,4	3,5	90,63
Marataizes	1.729,4	2.075,5	2.111,1	2.010,8	2.025,4	2.294,0	13,3	1,0	2,1	66,16
Mimoso do Sul	1.407,5	1.538,6	1.811,8	1.699,5	1.246,8	1.169,3	-6,2	0,5	2,3	45,22
Muniz Freire	1.760,1	1.542,1	1.797,4	1.773,9	2.083,8	1.960,5	-5,9	0,8	4,5	107,71
Muqui	962,2	976,4	1.144,1	1.007,5	996,9	1.152,6	15,6	0,5	4,1	79,46
Presidente Kennedy	941,3	1.035,2	1.399,7	1.218,5	1.301,0	1.724,9	32,6	0,7	0,5	165,39
São José do Calçado	552,8	729,7	1.144,2	966,0	965,2	1.023,0	6,0	0,4	3,9	98,40
Vargem Alta	1.457,7	901,1	1.125,0	1.052,4	1.110,5	1.069,0	-3,7	0,5	2,2	55,12
TOTAL	192.902,2	208.625,1	225.720,8	222.447,2	222.684,8	234.848,8	5,5	100,0	2,7	65,64

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹receita corrente excluída a receita intraorçamentária e a parcela destinada ao Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

Despesa com câmara

Posição	Município	Despesa com câmara em R\$	População 2012
1º	Serra	29.137.816,91	422.569
2º	Vitória	22.501.207,42	333.162
3º	Vila Velha	21.142.320,16	424.948
4º	Cariacica	12.140.214,01	352.431
5º	Linhães	11.135.438,31	145.639
6º	Anchieta	10.211.597,61	24.616
7º	Cachoeiro de Itapemirim	9.705.836,06	192.156
8º	Aracruz	7.576.011,00	84.429
9º	Guarapari	6.829.139,18	107.836
10º	São Mateus	5.235.967,24	111.832
11º	Viana	4.347.984,32	66.745
12º	Colatina	4.078.766,91	113.054
13º	Barra de São Francisco	3.858.908,16	41.110
14º	Itapemirim	2.911.955,26	31.421
15º	Conceição da Barra	2.634.296,32	28.745
16º	Nova Venécia	2.524.740,15	46.487
17º	Domingos Martins	2.374.846,49	32.042
18º	Marataizes	2.294.024,13	34.675
19º	Afonso Cláudio	2.267.989,25	30.919
20º	Jaguaré	2.259.053,55	25.454
21º	Santa Maria de Jetibá	2.138.073,72	34.992
22º	Castelo	1.987.599,08	35.048
23º	Muniz Freire	1.960.455,85	18.202
24º	Pancas	1.855.192,53	21.722
25º	Pinheiros	1.833.466,28	24.284
26º	São Gabriel da Palha	1.809.846,65	32.655
27º	Ecoporanga	1.769.578,82	23.097
28º	Iúna	1.739.472,03	27.512
29º	Presidente Kennedy	1.724.889,13	10.429
30º	Santa Teresa	1.708.917,58	22.005
31º	Pedro Canário	1.622.742,07	24.071
32º	Sooretama	1.621.207,43	24.685
33º	Fundão	1.611.844,11	17.632
34º	Marechal Floriano	1.512.412,89	14.576
35º	Baixo Guandu	1.482.655,03	29.272
36º	Rio Bananal	1.448.465,45	17.713
37º	Piúma	1.377.833,16	18.597
38º	Vila Valério	1.358.945,50	13.824
39º	Venda Nova do Imigrante	1.244.104,23	21.094
40º	Marilândia	1.225.973,08	11.286
41º	Irui	1.199.473,09	11.930
42º	Santa Leopoldina	1.192.664,24	12.207
43º	Iconha	1.182.263,21	12.681
44º	Mimoso do Sul	1.169.259,19	25.858
45º	Alegre	1.164.525,47	30.626
46º	Muqui	1.152.602,95	14.506
47º	Governador Lindenberg	1.140.779,84	11.106
48º	Guaçuí	1.140.451,08	28.208
49º	Ibatiba	1.088.691,60	22.843
50º	Vargem Alta	1.069.048,67	19.395
51º	Mantenópolis	1.049.356,38	13.826
52º	Ibiraçu	1.045.053,04	11.335
53º	São José do Calçado	1.023.036,88	10.397
54º	Itaguaçu	1.021.335,53	14.080
55º	Jerônimo Monteiro	995.472,31	10.984
56º	Alfredo Chaves	995.362,48	14.007
57º	Atílio Vivácqua	993.372,42	10.080
58º	Água Branca	983.567,10	9.507
59º	João Neiva	982.373,76	15.886
60º	Vila Pavão	963.782,26	8.724
61º	Itarana	960.407,20	10.799
62º	São Roque do Canaã	948.916,51	11.406
63º	Rio Novo do Sul	935.484,03	11.334
64º	São Domingos do Norte	932.165,12	8.070
65º	Brejetuba	931.034,40	11.950
66º	Água Doce do Norte	926.288,42	11.624
67º	Montanha	900.715,88	17.938
68º	Ibitirama	886.088,01	8.919
69º	Ponto Belo	879.636,84	7.088
70º	Conceição do Castelo	871.270,96	11.798
71º	Bom Jesus do Norte	836.464,27	9.514
72º	Alto Rio Novo	835.265,57	7.371
73º	Laranja da Terra	829.230,26	10.810
74º	Boa Esperança	797.740,90	14.278
75º	Mucurici	720.000,00	5.619
76º	Divino de São Lourenço	701.389,52	4.471
77º	Dores do Rio Preto	685.664,64	6.429
78º	Apiacá	516.764,80	7.497
TOTAL		234.848.785,89	3.578.067

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário; População para 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Despesa com câmara per capita

Posição	Município	A / B	Despesa com câmara (A) em R\$	População 2012 (B)
1º	Anchieta	414,84	10.211.597,61	24.616
2º	Presidente Kennedy	165,39	1.724.889,13	10.429
3º	Divino de São Lourenço	156,88	701.389,52	4.471
4º	Mucurici	128,14	720.000,00	5.619
5º	Ponto Belo	124,10	879.636,84	7.088
6º	São Domingos do Norte	115,51	932.165,12	8.070
7º	Alto Rio Novo	113,32	835.265,57	7.371
8º	Vila Pavão	110,47	963.782,26	8.724
9º	Marilândia	108,63	1.225.973,08	11.286
10º	Muniz Freire	107,71	1.960.455,85	18.202
11º	Dores do Rio Preto	106,65	685.664,64	6.429
12º	Marechal Floriano	103,76	1.512.412,89	14.576
13º	Água Branca	103,46	983.567,10	9.507
14º	Governador Lindenberg	102,72	1.140.779,84	11.106
15º	Irui	100,54	1.199.473,09	11.930
16º	Ibitirama	99,35	886.088,01	8.919
17º	Atílio Vivácqua	98,55	993.372,42	10.080
18º	São José do Calçado	98,40	1.023.036,88	10.397
19º	Vila Valério	98,30	1.358.945,50	13.824
20º	Santa Leopoldina	97,70	1.192.664,24	12.207
21º	Barra de São Francisco	93,87	3.858.908,16	41.110
22º	Iconha	93,23	1.182.263,21	12.681
23º	Itapemirim	92,68	2.911.955,26	31.421
24º	Ibiraçu	92,20	1.045.053,04	11.335
25º	Conceição da Barra	91,64	2.634.296,32	28.745
26º	Fundão	91,42	1.611.844,11	17.632
27º	Jerônimo Monteiro	90,63	995.472,31	10.984
28º	Aracruz	89,73	7.576.011,00	84.429
29º	Itarana	88,93	960.407,20	10.799
30º	Jaguaré	88,75	2.259.053,55	25.454
31º	Bom Jesus do Norte	87,92	836.464,27	9.514
32º	Pancas	85,41	1.855.192,53	21.722
33º	São Roque do Canaã	83,19	948.916,51	11.406
34º	Rio Novo do Sul	82,54	935.484,03	11.334
35º	Rio Bananal	81,77	1.448.465,45	17.713
36º	Água Doce do Norte	79,69	926.288,42	11.624
37º	Muqui	79,46	1.152.602,95	14.506
38º	Brejetuba	77,91	931.034,40	11.950
39º	Santa Teresa	77,66	1.708.917,58	22.005
40º	Laranja da Terra	76,71	829.230,26	10.810
41º	Ecoporanga	76,62	1.769.578,82	23.097
42º	Linhães	76,46	11.135.438,31	145.639
43º	Mantenópolis	75,90	1.049.356,38	13.826
44º	Pinheiros	75,50	1.833.466,28	24.284
45º	Domingos Martins	74,12	2.374.846,49	32.042
46º	Piúma	74,09	1.377.833,16	18.597
47º	Conceição do Castelo	73,85	871.270,96	11.798
48º	Afonso Cláudio	73,35	2.267.989,25	30.919
49º	Itaguaçu	72,54	1.021.335,53	14.080
50º	Alfredo Chaves	71,06	995.362,48	14.007
51º	Serra	68,95	29.137.816,91	422.569
52º	Apiacá	68,93	516.764,80	7.497
53º	Vitória	67,54	22.501.207,42	333.162
54º	Pedro Canário	67,41	1.622.742,07	24.071
55º	Marataizes	66,16	2.294.024,13	34.675
56º	Sooretama	65,68	1.621.207,43	24.685
57º	Viana	65,14	4.347.984,32	66.745
58º	Guarapari	63,33	6.829.139,18	107.836
59º	Iúna	63,23	1.739.472,03	27.512
60º	João Neiva	61,84	982.373,76	15.886
61º	Santa Maria de Jetibá	61,10	2.138.073,72	34.992
62º	Venda Nova do Imigrante	58,98	1.244.104,23	21.094
63º	Castelo	56,71	1.987.599,08	35.048
64º	Boa Esperança	55,87	797.740,90	14.278
65º	São Gabriel da Palha	55,42	1.809.846,65	32.655
66º	Vargem Alta	55,12	1.069.048,67	19.395
67º	Nova Venécia	54,31	2.524.740,15	46.487
68º	Baixo Guandu	50,65	1.482.655,03	29.272
69º	Cachoeiro de Itapemirim	50,51	9.705.836,06	192.156
70º	Montanha	50,21	900.715,88	17.938
71º	Vila Velha	49,75	21.142.320,16	424.948
72º	Ibatiba	47,66	1.088.691,60	22.843
73º	São Mateus	46,82	5.235.967,24	111.832
74º	Mimoso do Sul	45,22	1.169.259,19	25.858
75º	Guaçuí	40,43	1.140.451,08	28.208
76º	Alegre	38,02	1.164.525,47	30.626
77º	Colatina	36,08	4.078.766,91	113.054
78º	Cariacica	34,45	12.140.214,01	352.431
TOTAL		65,64	234.848.785,89	3.578.067

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário; População para 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



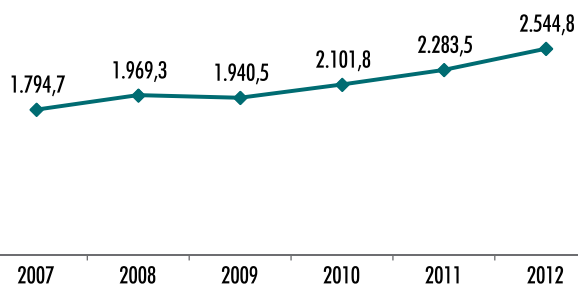
Desempenho

Os municípios capixabas tiveram uma elevação de 11,4% nos gastos com educação, passando de R\$ 2,28 bilhões, em 2011, para R\$ 2,54 bilhões, em 2012. Esse resultado foi influenciado, principalmente, pelo desempenho da cidade de Vitória, que, com um incremento de R\$ 58,5 milhões, respondeu sozinha por 22,4% de todo o aumento do conjunto dos municípios do Estado. A despesa com educação da capital passou de R\$ 299,2 milhões para R\$ 357,7 milhões, no mesmo período.

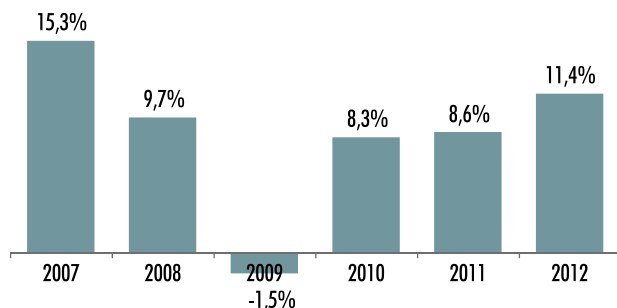
Além de Vitória, São Mateus (R\$ 20 milhões), Serra (R\$ 19,8 milhões), Anchieta (R\$ 17,8 milhões) e Vila Velha (R\$ 17 milhões) também tiveram acréscimos significativos na despesa com educação. Em termos relativos, os maiores aumentos foram registrados em Itapemirim (46,8%), Maratáizes (41,2%) e Governador Lindenberg (37,6%).

Evolução dos gastos com educação

em R\$ milhões - IPCA médio de 2012



Taxa de crescimento dos gastos com educação em relação ao ano anterior

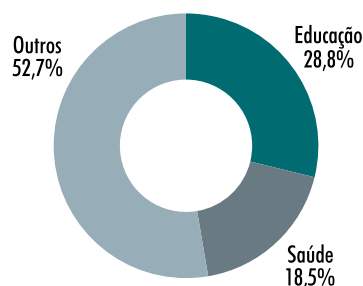


Doze municípios diminuíram seus gastos com educação, em relação a 2011. São eles: Presidente Kennedy (-50,7%), Itaguaçu (-10,8%), Vila Pavão (-9,2%), Pancas (-6,5%), Irupi (-4,8%), Bom Jesus do Norte (-4,3%), Afonso Cláudio (-4,0%), Divino de São Lourenço (-3,7%), Santa Leopoldina (-3,5%), Água Branca (-2,8%), Água Doce do Norte (-1,6%) e São Roque do Canaã (-0,7%), cujas reduções variaram de R\$ 23,4 milhões a R\$ 45,4 mil.

Participação orçamentária e limite constitucional

Devido à obrigatoriedade constitucional de aplicação mínima de 25% da receita de impostos e de algumas transferências na área (veja mais detalhes em *Aplicação mínima de recursos na educação*, na página 97), a educação é a área de atuação governamental que mais consome recursos municipais. Entre as cidades do Espírito Santo, em média, 28,8% da despesa total dos municípios foram direcionados à educação, em 2012. Dentre os municípios com as maiores participações destacaram-se: São Mateus (40,7%), Sooretama, Iúna (40% cada um), Nova Venécia (37%) e Cariacica (36,9%).

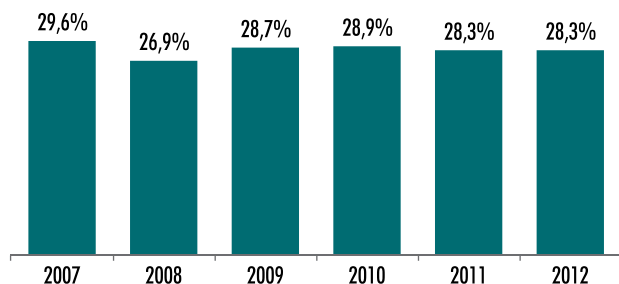
Participação do gasto com educação e saúde no gasto total dos municípios - 2012



De acordo com os dados sobre a aplicação mínima dos recursos vinculados à educação, fornecidos pelo Sistema de Informações sobre Orçamento Público na Educação (Siope), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em 2012, os municípios capixabas aplicaram, em média, 28,3% dessas receitas em ações de manutenção e desenvolvimento do ensino, o mesmo percentual do ano anterior.

Dentre os 57 municípios com dados disponíveis no Siope até o fechamento desta edição, 19 aplicaram acima de 30% dos recursos vinculados em manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE). Desses, destacam-se Ponto Belo (35,4%), Montanha (35,3%), Afonso Cláudio (35,2%), São Mateus (35%) e Fundão (34,4%). Nenhum município do Estado aplicou abaixo do mínimo exigido pela Constituição, porém, 21 ainda não haviam enviado os dados ao Siope.

Despesa com a educação sobre a receita vinculada dos municípios



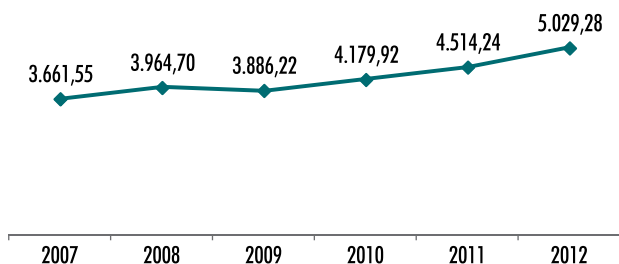
Gasto com educação por aluno

Em 2012, o gasto médio com educação por aluno apresentou um crescimento acentuado em relação a 2011, de 11,4%, passando de R\$ 4.514,24 para R\$ 5.029,28.

Dentre os municípios com os maiores gastos com educação por aluno no Espírito Santo, destacam-se: Anchieta (R\$ 12.569,52), Presidente Kennedy (R\$ 10.321,51), Governador Lindenberg (R\$ 8.108,45), Brejetuba (R\$ 7.568,72) e São Domingos do Norte (R\$ 7.549,62). Em contrapartida, Pedro Canário (R\$ 4.071,56), Sooretama (R\$ 3.996,92), Cariacica (R\$ 3.928,01), Viana (R\$ 3.744,89) e Guarapari (R\$ 3.696,87), ocuparam os últimos lugares no ranking.

Gasto médio anual por aluno dos municípios capixabas

em R\$ - IPCA médio de 2012



A despesa com educação por aluno está ligada a dois fatores: receita corrente per capita e número de matrículas

na rede municipal de ensino. Dessa forma, cidades com níveis de receita corrente per capita mais elevados ou com reduzido número de alunos matriculados na rede municipal tendem a ter as maiores despesas com estudante, em função da exigência constitucional de vinculação de parte das receitas à educação.

Aplicação mínima de recursos na educação

O artigo 211, § 2º, da Constituição Federal estabelece que a atuação dos municípios na educação pública deve se concentrar, prioritariamente, nos ensinos infantil e fundamental. Para custear essas despesas, o artigo 212 da mesma Constituição estabelece que deve haver uma aplicação anual mínima de 25% de toda a receita bruta municipal proveniente das arrecadações de impostos (IPTU, ITBI, ISS e IRRF) e transferências constitucionais (FPM, ICMS, Compensação pela Desoneração do ICMS das Exportações, IPI-Exportação, ITR, IPVA e IOF-Ouro) em ações de manutenção e desenvolvimento do ensino.

Essas ações estão detalhadas no artigo 70 da Lei Federal nº 9.394/1996 – mais conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB) –, dentre as quais se destacam: remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação; aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino; uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino; aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar; entre outras.

De acordo com a legislação atual, o município ou o responsável que não cumprir a aplicação mínima de 25% de recursos em ações de manutenção e desenvolvimento do ensino estará sujeito a diversas punições, cujas principais são: parecer desfavorável à prestação de contas pelo Tribunal de Contas do Estado, que, se mantido pela Câmara Municipal, poderá sujeitar o prefeito à inelegibilidade por cinco anos (Lei Federal Complementar nº 64/1990, artigo 1º, I, g); impedimento de receber auxílios, subvenções e/ou contribuições da União e do Estado (Lei Federal nº 9.394/1996, artigo 87, § 6º); impedimento de contratar empréstimos e financiamentos, exceto de antecipação de receita orçamentária (Resolução do Senado Federal nº 78/1998, artigo 13, VIII); intervenção no município pelo Estado (Constituição Federal, artigo 35, III); imputação de crime de responsabilidade à autoridade competente (Lei Federal nº 9.394/1996, artigo 5º, § 4º); impedimento de receber transferências voluntárias de outros entes da federação, exceto para as áreas de saúde, educação e assistência social (Lei Federal Complementar nº 101/2000, artigo 25, § 1º, IV, b); entre outras.

Despesa com educação - 2007-2012

Regiões e municípios	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Variação 2012/ 2011	Partic. na desp. total 2012	Part. das rec. de imp. na MDE (CF art. 212)² 2012	Gasto com educação por aluno da rede municipal 2012 em R\$	Nº de matrículas na rede munic. 2012
	em R\$ mil - IPCA médio de 2012							em %			
MS Noroeste	205.994,3	224.510,3	213.706,6	227.251,4	255.289,0	272.429,2	6,7	29,1	29,0	4.857,35	56.086
Água Doce do Norte	6.859,0	7.084,7	7.175,3	7.394,0	8.396,6	8.265,6	-1,6	27,6	31,1	4.693,68	1.761
Águia Branca	7.337,0	7.816,1	6.684,1	6.634,2	7.921,2	7.699,1	-2,8	29,2	26,6	4.660,49	1.652
Alto Rio Novo	3.941,5	4.591,3	4.726,0	4.598,2	5.375,5	6.955,0	29,4	30,4	33,5	5.839,65	1.191
Baixo Guandu	17.487,5	18.855,3	15.972,2	17.034,7	17.625,7	19.136,9	8,6	30,8	32,8	4.588,08	4.171
Barra de São Francisco	19.975,9	22.488,6	19.673,7	22.031,9	27.098,4	27.881,3	2,9	33,2	...	5.246,76	5.314
Boa Esperança	7.492,3	8.401,8	8.624,0	7.773,8	9.667,6	10.951,4	13,3	28,3	29,4	5.177,97	2.115
Colatina	52.878,8	53.557,8	54.855,6	58.046,5	63.333,1	65.625,6	3,6	27,2	28,3	4.351,54	15.081
Ecoporanga	10.775,5	12.435,8	12.229,8	10.863,1	13.940,5	14.755,6	5,8	27,2	28,9	5.928,34	2.489
Governador Lindenberg	3.765,4	4.104,7	4.175,6	4.499,1	5.022,1	6.908,4	37,6	21,8	...	8.108,45	852
Mantenópolis	6.397,1	7.289,3	6.377,1	7.309,4	8.203,2	8.433,9	2,8	27,5	30,1	5.183,71	1.627
Marilândia	5.086,1	5.523,8	5.132,2	5.688,3	6.284,4	7.283,4	15,9	25,0	28,8	5.379,17	1.354
Nova Venécia	26.634,6	29.146,7	26.519,0	28.230,9	30.405,5	34.339,3	12,9	37,0	27,7	4.377,22	7.845
Pancas	8.903,8	10.445,4	9.998,1	10.756,9	12.437,1	11.627,7	-6,5	28,3	30,1	5.177,06	2.246
São Domingos do Norte	4.673,4	5.594,9	5.461,2	6.069,3	7.111,3	7.391,1	3,9	31,5	28,7	7.549,62	979
São Gabriel da Palha	10.067,1	12.941,1	12.232,6	15.966,1	15.724,4	16.082,3	2,3	24,7	27,0	4.115,22	3.908
Vila Pavão	6.370,0	6.633,7	6.234,4	6.337,0	7.799,3	7.078,2	-9,2	31,6	29,7	4.808,58	1.472
Vila Valério	7.349,4	7.599,4	7.635,7	8.018,0	8.942,9	12.014,5	34,3	30,3	...	5.921,38	2.029
MS Litoral Norte	334.743,4	354.992,9	361.288,4	383.246,0	412.428,0	472.248,8	14,5	30,1	29,2	4.862,13	97.128
Aracruz	72.473,7	67.024,9	61.809,4	66.402,1	77.488,6	84.898,3	9,6	28,5	28,6	5.395,51	15.735
Conceição da Barra	16.002,4	18.478,7	19.738,6	23.702,1	22.010,2	23.545,9	7,0	32,2	...	4.075,80	5.777
Fundão	9.921,0	11.543,2	11.341,8	12.404,9	13.295,5	17.699,8	33,1	34,7	34,4	5.320,06	3.327
Ibiraçu	6.435,8	5.716,3	5.121,3	5.409,8	5.657,7	6.754,8	19,4	20,0	31,5	5.977,73	1.130
Jaguare	16.114,2	19.335,4	19.455,5	21.033,5	23.899,8	25.437,7	6,4	32,0	26,6	4.557,91	5.581
João Neiva	10.508,9	10.149,4	9.099,8	10.120,1	11.356,2	12.391,5	9,1	30,8	...	4.683,10	2.646
Linhares	70.548,3	81.179,6	88.348,3	95.786,6	98.708,7	110.897,7	12,3	23,5	26,4	4.848,41	22.873
Montanha	12.630,5	14.958,1	12.229,3	13.015,6	14.764,0	15.829,5	7,2	36,3	35,3	5.467,88	2.895
Mucurici	3.879,1	4.074,1	3.881,3	4.831,7	4.593,5	4.905,7	6,8	20,6	30,6	5.191,18	945
Pedro Canário	10.343,1	10.281,4	10.454,6	11.557,4	11.743,8	12.361,2	5,3	30,7	25,0	4.071,56	3.036
Pinheiros	14.908,9	16.268,2	15.571,3	16.842,6	18.040,2	19.053,9	5,6	34,3	27,3	4.312,80	4.418
Ponto Belo	4.211,4	5.255,1	4.862,5	5.931,9	5.779,6	6.331,9	9,6	27,7	35,4	5.549,43	1.141
Rio Bananal	10.378,4	12.013,0	12.030,7	12.478,2	13.998,0	16.406,7	17,2	33,6	...	5.231,71	3.136
São Mateus	63.033,7	62.413,0	72.888,6	69.047,6	74.957,9	94.974,1	26,7	40,7	35,0	4.922,47	19.294
Sooretama	13.354,0	16.302,4	14.455,4	14.682,1	16.134,4	20.760,0	28,7	40,0	27,9	3.996,92	5.194
MS Central	187.036,6	207.033,8	201.906,9	211.653,4	245.007,9	280.840,4	14,6	27,5	29,6	6.207,65	45.241
Afonso Cláudio	16.468,5	16.267,1	17.411,5	18.172,9	22.914,6	22.006,2	-4,0	35,7	35,2	5.258,35	4.185
Alfredo Chaves	7.912,2	8.052,8	10.171,7	7.670,4	8.697,3	10.015,0	15,2	27,3	27,4	5.390,18	1.858
Anchieta	32.957,5	39.198,4	36.998,3	39.974,7	53.009,9	70.816,7	33,6	24,2	...	12.569,52	5.634
Brejetuba	7.664,0	8.064,7	7.958,1	8.083,7	9.204,4	11.716,4	27,3	36,4	...	7.568,72	1.548
Conceição do Castelo	9.493,4	9.015,1	8.639,0	8.944,7	9.204,2	10.679,2	16,0	30,6	29,6	4.962,47	2.152
Domingos Martins	15.593,5	19.480,9	18.871,1	21.262,9	22.956,9	26.303,2	14,6	36,6	30,3	4.814,79	5.463
Iconha	6.266,7	6.792,1	6.322,6	6.857,4	7.121,0	8.041,1	12,9	24,0	27,3	4.474,71	1.797
Itaguaçu	7.327,5	8.171,5	7.856,1	8.540,7	8.700,4	7.759,5	-10,8	21,1	28,3	5.064,93	1.532
Itarana	4.949,3	7.406,4	5.107,4	5.794,9	5.686,1	6.385,6	12,3	20,7	26,5	6.617,24	965
Laranja da Terra	6.078,6	5.894,6	5.084,1	5.392,4	6.226,6	7.470,2	20,0	27,0	26,6	6.363,06	1.174
Marechal Floriano	8.464,9	9.139,3	8.247,6	9.482,2	10.325,8	11.814,6	14,4	30,1	25,8	4.393,69	2.689
Piuma	10.193,5	11.138,6	12.276,3	12.518,8	15.275,2	16.919,6	10,8	30,3	31,4	4.905,65	3.449
Rio Novo do Sul	5.196,3	5.668,0	5.496,9	5.683,8	6.947,9	7.310,0	5,2	30,3	29,0	5.627,38	1.299
Santa Leopoldina	6.443,2	8.266,4	7.101,4	6.410,0	7.265,4	7.011,4	-3,5	26,7	28,4	5.507,81	1.273
Santa Maria de Jetibá	13.512,1	15.592,0	15.161,4	17.114,6	17.157,3	19.911,5	16,1	26,1	31,6	5.825,47	3.418
Santa Teresa	14.633,8	14.228,6	14.462,0	13.906,8	16.071,4	17.037,7	6,0	28,9	31,2	4.935,60	3.452
São Roque do Canaã	4.482,6	4.463,4	5.191,0	5.533,6	6.207,7	6.162,3	-0,7	22,5	26,8	5.802,50	1.062
Venda Nova do Imigrante	9.398,8	10.194,0	9.550,3	10.308,9	12.035,7	13.480,3	12,0	25,4	29,0	5.884,04	2.291
Região Metropolitana	805.291,4	870.281,1	868.318,7	958.117,7	996.125,0	1.116.383,9	12,1	29,0	27,6	4.853,40	230.021
Cariacica	119.635,0	120.011,5	118.213,1	134.527,3	149.117,5	164.175,2	10,1	36,9	27,6	3.928,01	41.796
Guarapari	42.028,2	48.831,5	51.949,3	55.581,0	58.994,9	65.623,2	11,2	32,9	...	3.696,87	17.751
Serra	165.776,4	212.474,4	237.355,8	258.363,2	251.952,4	271.737,6	7,9	31,1	26,0	4.430,31	61.336
Viana	32.993,6	36.799,8	38.753,4	38.169,6	41.549,1	44.803,9	7,8	35,2	...	3.744,89	11.964
Vila Velha	142.624,9	162.516,6	151.720,0	185.190,4	195.311,6	212.356,7	8,7	28,5	...	4.425,85	47.981
Vitória	302.233,3	289.647,4	270.327,0	286.286,3	299.199,6	357.687,3	19,5	24,4	28,3	7.271,10	49.193
MS Sul	261.613,4	312.479,9	295.298,9	321.510,8	374.639,3	402.858,5	7,5	27,8	28,4	5.197,30	77.513
Alegre	15.186,4	16.023,9	16.299,9	18.523,4	16.298,5	18.099,0	11,0	27,3	30,2	7.342,41	2.465
Apiacá	4.945,1	5.176,4	4.588,1	4.486,7	5.873,5	6.169,9	5,0	26,9	...	4.869,69	1.267
Atílio Vivacqua	6.420,8	7.558,6	6.143,0	7.921,0	8.268,0	10.066,4	21,8	33,1	26,6	4.893,73	2.057
Bom Jesus do Norte	3.800,1	5.036,2	4.270,3	4.763,3	5.706,8	5.462,7	-4,3	25,6	...	5.768,41	947
Cachoeiro de Itapemirim	69.363,5	81.959,2	74.809,8	78.722,8	87.141,7	96.800,1	11,1	30,4	...	4.432,65	21.838
Castelo	16.955,2	20.613,9	19.463,3	20.257,8	22.172,4	26.591,2	19,9	36,4	25,5	4.768,87	5.576
Divino de São Lourenço	2.318,9	2.624,5	1.871,4	2.204,4	2.585,4	2.490,6	-3,7	15,4	25,0	7.524,49	331
Dores do Rio Preto	4.223,3	4.108,9	3.445,2	3.233,9	3.364,2	3.761,9	11,8	22,7	...	5.405,00	696
Guaçu	12.546,3	19.032,6	16.654,4	17.347,4	18.727,5	19.488,7	4,1	32,4	...	4.626,96	4.212
Ibatiba	11.644,0	11.144,0	11.980,0	12.461,9	13.658,4	16.315,3	19,5	36,8	...	4.303,70	3.791
Itirama	5.330,4	6.558,3	5.163,9	6.061,8	7.732,6	7.861,4	1,7	32,4	26,3	4.978,69	1.579
Irupi	5.933,2	6.395,7	6.570,5	7.570,3	8.231,1	7.838,8	-4,8	29,3	26,5	4.316,50	1.816
Itapemirim	14.343,7	18.399,5	18.602,3	19.786,7	25.265,9	37.100,9	46,8	14,2	...	6.837,61	5.426
Ituna	15.921,2	17.180,5	16.900,9	17.332,6	19.631,7	20.162,0	2,7	40,0	...	4.383,03	4.600
Jerônimo Monteiro	4.813,6	5.686,7	4.717,6	5.579,5	5.548,4	6.789,7	22,4	24,1	25,0	5.672,28	1.197
Marataizes	12.810,1	18.727,5	17.490,3	20.270,5	23.604,7	33.323,1	41,2	30,0	28,6	5.370,37	6.205
Mimoso do Sul	10.637,1	11.833,4	11.344,5	11.122,1	12.047,9	13.139,6	9,1	25,2	29,3	4.895,52	2.684
Muniz Freire	12.454,8	15.098,9	14.111,4	13.766,5	15.024,5	16.609,7	10,6	36,1	32,7	5.923,57	2.804
Muqui	5.060,4	6.367,5	6.934,9	6.655,0	8.236,8	9.551,2	16,0	28,4	33,8	6.186,00	1.544
Presidente Kennedy	10.375,7	14.259,7	14.863,3	24.552,5	46.229,4	22.779,6	-50,7	30,0	...	10.321,51	2.207
São José do Calçado	5.331,0	5.601,1	5.693,3	6.169,9	6.225,0	7.542,6	21,2	27,8	...	5.501,51	1.371
Vargem Alta	11.198,4	13.093,1	13.380,8	12.720,8	13.064,8	14.914,1	14,2	33,7	28,2	5.142,80	2.900
TOTAL	1.794.679,1	1.969.298,0	1.940.519,5	2.101.779,2	2.283.489,2	2.544.760,8	11,4	28,8	28,3	5.029,28	

Despesa com educação

Posição	Município	Despesa com educação em R\$	Matrículas 2012
1º	Vitória	357.687.267,41	49.193
2º	Serra	271.737.636,56	61.336
3º	Vila Velha	212.356.724,04	47.981
4º	Cariacica	164.175.224,82	41.796
5º	Linhares	110.897.726,41	22.873
6º	Cachoeiro de Itapemirim	96.800.133,14	21.838
7º	São Mateus	94.974.077,57	19.294
8º	Aracruz	84.898.337,00	15.735
9º	Anchieta	70.816.690,67	5.634
10º	Colatina	65.625.567,15	15.081
11º	Guarapari	65.623.193,58	17.751
12º	Viana	44.803.879,38	11.964
13º	Itapemirim	37.100.891,56	5.426
14º	Nova Venécia	34.339.258,52	7.845
15º	Marataizes	33.323.148,22	6.205
16º	Barra de São Francisco	27.881.259,41	5.314
17º	Castelo	26.591.229,92	5.576
18º	Domingos Martins	26.303.181,36	5.463
19º	Jaguaré	25.437.712,34	5.581
20º	Conceição da Barra	23.545.912,90	5.777
21º	Presidente Kennedy	22.779.578,43	2.207
22º	Afonso Cláudio	22.006.184,00	4.185
23º	Sooretama	20.759.998,94	5.194
24º	Ilúna	20.161.959,19	4.600
25º	Santa Maria de Jetibá	19.911.464,81	3.418
26º	Guaçuí	19.488.738,65	4.212
27º	Baixo Guandu	19.136.860,98	4.171
28º	Pinheiros	19.053.933,71	4.418
29º	Alegre	18.099.029,63	2.465
30º	Fundão	17.699.843,67	3.327
31º	Santa Teresa	17.037.678,79	3.452
32º	Piúma	16.919.590,39	3.449
33º	Muniz Freire	16.609.701,79	2.804
34º	Rio Bananal	16.406.655,98	3.136
35º	Ibatiba	16.315.312,04	3.791
36º	São Gabriel da Palha	16.082.260,45	3.908
37º	Montanha	15.829.506,28	2.895
38º	Vargem Alta	14.914.113,44	2.900
39º	Ecoporanga	14.755.644,74	2.489
40º	Venda Nova do Imigrante	13.480.339,46	2.291
41º	Mimoso do Sul	13.139.569,63	2.684
42º	João Neiva	12.391.490,43	2.646
43º	Pedro Canário	12.361.243,03	3.036
44º	Vila Valério	12.014.488,59	2.029
45º	Marechal Floriano	11.814.632,90	2.689
46º	Brejetuba	11.716.374,29	1.548
47º	Pancas	11.627.676,45	2.246
48º	Boa Esperança	10.951.414,91	2.115
49º	Conceição do Castelo	10.679.233,07	2.152
50º	Atílio Vivácqua	10.066.410,41	2.057
51º	Alfredo Chaves	10.014.954,48	1.858
52º	Mucuri	9.551.191,11	1.544
53º	Mantenópolis	8.433.898,01	1.627
54º	Água Doce do Norte	8.265.575,96	1.761
55º	Iconha	8.041.058,01	1.797
56º	Ibitirama	7.861.350,48	1.579
57º	Irupi	7.838.768,11	1.816
58º	Itaguaçu	7.759.465,99	1.532
59º	Águia Branca	7.699.128,79	1.652
60º	São José do Calçado	7.542.568,11	1.371
61º	Laranja da Terra	7.470.231,26	1.174
62º	São Domingos do Norte	7.391.081,35	979
63º	Rio Novo do Sul	7.309.966,73	1.299
64º	Marilândia	7.283.398,19	1.354
65º	Vila Pavão	7.078.229,91	1.472
66º	Santa Leopoldina	7.011.444,08	1.273
67º	Alto Rio Novo	6.955.017,62	1.191
68º	Governador Lindenberg	6.908.396,08	852
69º	Jerônimo Monteiro	6.789.722,26	1.197
70º	Ibiraçu	6.754.831,68	1.130
71º	Itarana	6.385.637,35	965
72º	Ponto Belo	6.331.903,08	1.141
73º	Apiacá	6.169.891,02	1.267
74º	São Roque do Canaã	6.162.255,54	1.062
75º	Bom Jesus do Norte	5.462.682,50	947
76º	Mucurici	4.905.662,51	945
77º	Dores do Rio Preto	3.761.879,57	696
78º	Divino de São Lourenço	2.490.605,95	331
TOTAL		2.544.760.776,77	505.989

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário; Matrículas para 2012 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Despesa com educação por aluno

Posição	Município	A / B	Despesa com educação (A) em R\$	Matrículas 2012 (B)
1º	Anchieta	12.569,52	70.816.690,67	5.634
2º	Presidente Kennedy	10.321,51	22.779.578,43	2.207
3º	Governador Lindenberg	8.108,45	6.908.396,08	852
4º	Brejetuba	7.568,72	11.716.374,29	1.548
5º	São Domingos do Norte	7.549,62	7.391.081,35	979
6º	Divino de São Lourenço	7.524,49	2.490.605,95	331
7º	Alegre	7.342,41	18.099.029,63	2.465
8º	Vitória	7.271,10	357.687.267,41	49.193
9º	Itapemirim	6.837,61	37.100.891,56	5.426
10º	Itarana	6.617,24	6.385.637,35	965
11º	Laranja da Terra	6.363,06	7.470.231,26	1.174
12º	Mucuri	6.186,00	9.551.191,11	1.544
13º	Ibiraçu	5.977,73	6.754.831,68	1.130
14º	Ecoporanga	5.928,34	14.755.644,74	2.489
15º	Muniz Freire	5.923,57	16.609.701,79	2.804
16º	Vila Valério	5.921,38	12.014.488,59	2.029
17º	Venda Nova do Imigrante	5.884,04	13.480.339,46	2.291
18º	Alto Rio Novo	5.839,65	6.955.017,62	1.191
19º	Santa Maria de Jetibá	5.825,47	19.911.464,81	3.418
20º	São Roque do Canaã	5.802,50	6.162.255,54	1.062
21º	Bom Jesus do Norte	5.768,41	5.462.682,50	947
22º	Jerônimo Monteiro	5.672,28	6.789.722,26	1.197
23º	Rio Novo do Sul	5.627,38	7.309.966,73	1.299
24º	Ponto Belo	5.549,43	6.331.903,08	1.141
25º	Santa Leopoldina	5.507,81	7.011.444,08	1.273
26º	São José do Calçado	5.501,51	7.542.568,11	1.371
27º	Montanha	5.467,88	15.829.506,28	2.895
28º	Dores do Rio Preto	5.405,00	3.761.879,57	696
29º	Aracruz	5.395,51	84.898.337,00	15.735
30º	Alfredo Chaves	5.390,18	10.014.954,48	1.858
31º	Marilândia	5.379,17	7.283.398,19	1.354
32º	Marataizes	5.370,37	33.323.148,22	6.205
33º	Fundão	5.320,06	17.699.843,67	3.327
34º	Afonso Cláudio	5.258,35	22.006.184,00	4.185
35º	Barra de São Francisco	5.246,76	27.881.259,41	5.314
36º	Rio Bananal	5.231,71	16.406.655,98	3.136
37º	Mucurici	5.191,18	4.905.662,51	945
38º	Mantenópolis	5.183,71	8.433.898,01	1.627
39º	Boa Esperança	5.177,97	10.951.414,91	2.115
40º	Pancas	5.177,06	11.627.676,45	2.246
41º	Vargem Alta	5.142,80	14.914.113,44	2.900
42º	Itaguaçu	5.064,93	7.759.465,99	1.532
43º	Ibitirama	4.978,69	7.861.350,48	1.579
44º	Conceição do Castelo	4.962,47	10.679.233,07	2.152
45º	Santa Teresa	4.935,60	17.037.678,79	3.452
46º	São Mateus	4.922,47	94.974.077,57	19.294
47º	Piúma	4.905,65	16.919.590,39	3.449
48º	Mimoso do Sul	4.895,52	13.139.569,63	2.684
49º	Atílio Vivácqua	4.893,73	10.066.410,41	2.057
50º	Apiacá	4.869,69	6.169.891,02	1.267
51º	Linhares	4.848,41	110.897.726,41	22.873
52º	Domingos Martins	4.814,79	26.303.181,36	5.463
53º	Vila Pavão	4.808,58	7.078.229,91	1.472
54º	Castelo	4.768,87	26.591.229,92	5.576
55º	Água Doce do Norte	4.693,68	8.265.575,96	1.761
56º	João Neiva	4.683,10	12.391.490,43	2.646
57º	Águia Branca	4.660,49	7.699.128,79	1.652
58º	Guaçuí	4.626,96	19.488.738,65	4.212
59º	Baixo Guandu	4.588,08	19.136.860,98	4.171
60º	Jaguaré	4.557,91	25.437.712,34	5.581
61º	Iconha	4.474,71	8.041.058,01	1.797
62º	Cachoeiro de Itapemirim	4.432,65	96.800.133,14	21.838
63º	Serra	4.430,31	271.737.636,56	61.336
64º	Vila Velha	4.425,85	212.356.724,04	47.981
65º	Marechal Floriano	4.393,69	11.814.632,90	2.689
66º	Ilúna	4.383,03	20.161.959,19	4.600
67º	Nova Venécia	4.377,22	34.339.258,52	7.845
68º	Colatina	4.351,54	65.625.567,15	15.081
69º	Irupi	4.316,50	7.838.768,11	1.816
70º	Pinheiros	4.312,80	19.053.933,71	4.418
71º	Ibatiba	4.303,70	16.315.312,04	3.791
72º	São Gabriel da Palha	4.115,22	16.082.260,45	3.908
73º	Conceição da Barra	4.075,80	23.545.912,90	5.777
74º	Pedro Canário	4.071,56	12.361.243,03	3.036
75º	Sooretama	3.996,92	20.759.998,94	5.194
76º	Cariacica	3.928,01	164.175.224,82	41.796
77º	Viana	3.744,89	44.803.879,38	11.964
78º	Guarapari	3.696,87	65.623.193,58	17.751
TOTAL		5.029,28	2.544.760.776,77	505.989

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário; Matrículas para 2012 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).



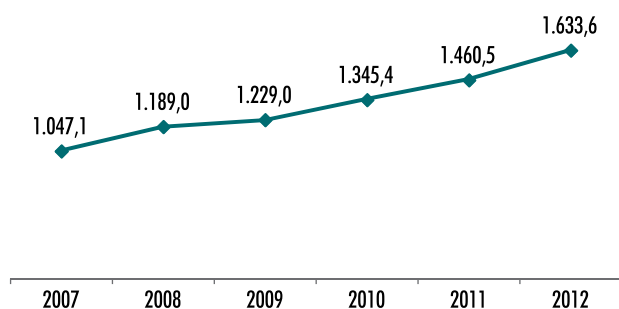
Desempenho

A despesa municipal com saúde no Espírito Santo registrou um crescimento de 11,9% entre 2011 e 2012, passando de R\$ 1,46 bilhão para R\$ 1,63 bilhão, respectivamente. Um quarto desse acréscimo foi influenciado pela expansão dos gastos da capital, que passaram de R\$ 207,5 milhões para R\$ 252,5 milhões, o que equivaleu a um crescimento de 21,7%, no mesmo período. Anchieta, Linhares, Colatina e Serra também apresentaram incrementos significativos à saúde, superiores a R\$ 10 milhões. Em termos relativos, as maiores variações foram registradas em Divino de São Lourenço (42,4%), Itapemirim (41,9%), Anchieta (41,3%), Itarana (38,2%), Marataízes (31,2%) e Guarapari (30,8%).

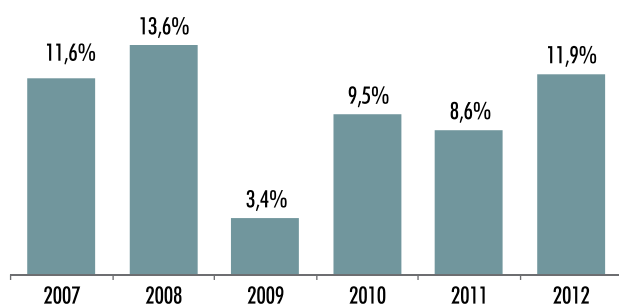
No total, 13 cidades registraram retrações reais nas despesas com saúde. As mais expressivas foram em Presidente Kennedy (-32,9%), São José do Calçado (-17,9%), Ecoporanga (-9,3%), Alegre (-8,1%) e Alfredo Chaves (-7%).

Evolução dos gastos com saúde

em R\$ milhões - IPCA médio de 2012



Taxa de crescimento do gasto municipal com saúde em relação ao ano anterior

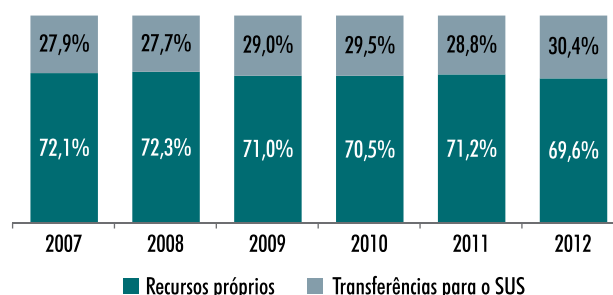


Composição dos recursos destinados à saúde

O Sistema Único de Saúde (SUS) é financiado pelas receitas próprias municipais, que são vinculadas constitucionalmente, e por recursos provenientes da União, via Fundo Nacional de Saúde (FNS), e dos estados, via Fundo Estadual de Saúde (FES). Uma parcela dos recursos distribuídos pelo FNS é fixa, de acordo com a população municipal, e outra, variável, de acordo com os procedimentos médicos, ambulatoriais e hospitalares realizados pelo SUS municipal. Além disso, existem recursos direcionados a programas específicos e a convênios. Os estados repassam aos municípios recursos para incentivo ao Programa de Saúde da Família (PSF) e para assistência farmacêutica.

Nos municípios capixabas, a maior parte das despesas com saúde é custeada com os recursos próprios, totalizando 69,6%, em 2012, enquanto que as transferências recebidas da União responderam por 27% e a do Estado por 3,4%. As cidades onde houve a maior participação dos recursos próprios nos gastos com a saúde foram: Anchieta (89%), Presidente Kennedy (87,3%), Vitória (84,5%), Itapemirim (83,5%) e Vila Valério (81,1%).

Participação dos recursos próprios e das transferências para o SUS no financiamento da saúde



Recursos próprios vinculados à saúde

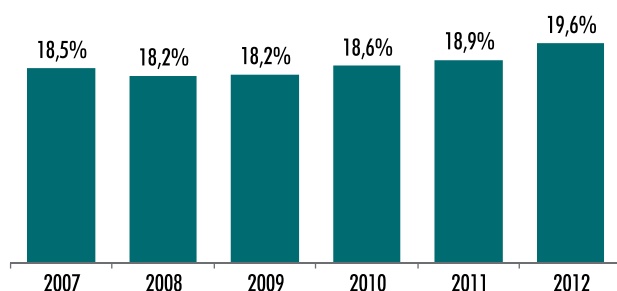
Assim como ocorre com a educação, parte das receitas municipais também está vinculada constitucionalmente às despesas com saúde. De acordo com a legislação em vigor, os municípios devem destinar, no mínimo, 15% de suas receitas do IPTU, ITBI, ISS, IRRF e dos valores integrais das transferências constitucionais do FPM, ICMS,

IPVA, ITR e IPI-Exportação aos gastos com a saúde (veja mais detalhes no item *Saiba mais sobre a aplicação dos recursos na saúde*, a seguir).

De acordo com os dados divulgados pelo Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (Siops), do Ministério da Saúde, em 2012, a aplicação média dos recursos vinculados à saúde dos municípios capixabas foi de 19,6%. Nota-se que esse percentual tem se elevado paulatinamente desde 2008.

Os maiores percentuais de aplicação foram observados em Linhares (34,8%), Rio Bananal (29,9%), Fundão (29,7%), Muqui (29,6%) e João Neiva (28,8%). Apenas Baixo Guandu, com 14,9%, aplicou recursos abaixo do mínimo constitucional. Outros quatro municípios não haviam apresentado os dados de aplicação de recursos à saúde junto ao Siops até o fechamento desta edição: Atílio Vivácqua, Rio Novo do Sul, São José do Calçado e Vila Valério.

Gasto em saúde com recursos próprios sobre a receita vinculada dos municípios



Gasto per capita

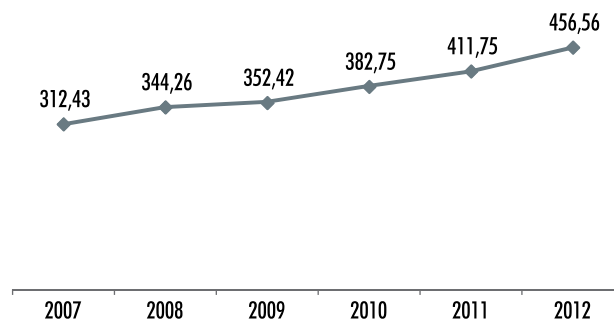
O gasto com saúde per capita dos municípios capixabas passou de R\$ 411,75, em 2011, para R\$ 456,56, em 2012, o que representou um aumento de 10,9%, no mesmo período.

Os municípios que apresentaram os maiores gastos com saúde per capita foram: Anchieta (R\$ 1.862,74), Presidente Kennedy (R\$ 1.245,32), Divino de São Lourenço (R\$ 879,62), Mucurici (R\$ 869,76) e Santa Teresa (R\$ 782,55). Nas últimas posições do ranking aparecem: São Mateus (R\$ 321,75), Viana (R\$ 320,78), Vila Velha (R\$ 269,86), Cachoeiro de Itapemirim (R\$ 253,35) e Cariacica (R\$ 208,15).

Em função da exigência constitucional de vinculação de parte das receitas à saúde, a despesa per capita com essa função está ligada ao montante per capita da receita corrente.

Dessa forma, cidades com níveis de receita corrente per capita mais elevados ou com população reduzida tendem a ter as maiores despesas por habitante.

Gasto em saúde com recursos próprios sobre a receita vinculada dos municípios



Saiba mais sobre a aplicação dos recursos na saúde

O SUS foi instituído pela Constituição Federal de 1988, quando a saúde passou a ser um direito constitucional de todo cidadão. Antes do SUS, somente as pessoas que contribuíam com a Previdência Social é que podiam ser atendidas pelo sistema público de saúde, através do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps).

O SUS se caracteriza por ser descentralizado, ou seja, é realizado e financiado por cada um dos três níveis de governo (federal, estadual e municipal), por meio dos fundos de saúde. A aplicação de recursos é determinada pelo artigo 198 da Constituição Federal, pelo artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais transitórias e pela Lei Federal Complementar nº 141/2012.

De acordo com a legislação vigente, a União deverá aplicar, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, o valor empenhado no exercício financeiro anterior, acrescido de, no mínimo, a variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB) ocorrida no ano precedente. No caso dos estados e do Distrito Federal, serão, no mínimo, 12% do conjunto das receitas do ITCD, ICMS, IPVA, IRRF, FPE e IPI-Exportação, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos municípios. Esses, por sua vez, deverão aplicar, no mínimo, 15% do conjunto das receitas do IPTU, ITBI, ISS, IRRF, ITR, IPVA, ICMS, FPM e IPI-Exportação.

São consideradas despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas referentes à vigilância epidemiológica, sanitária e em saúde; à atenção integral e universal à

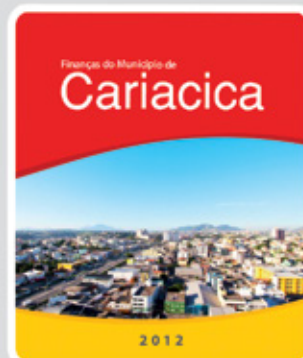
saúde em todos os níveis de complexidade; à capacitação do pessoal de saúde do SUS; ao desenvolvimento científico e tecnológico e controle de qualidade promovidos por instituições do SUS; à produção, aquisição e distribuição de insumos específicos dos serviços de saúde do SUS, tais como imunobiológicos, sangue e hemoderivados, medicamentos e equipamentos médico-odontológicos; ao saneamento básico de domicílios ou pequenas comunidades, incluindo os distritos indígenas e remanescentes de quilombos; ao manejo ambiental vinculado diretamente ao controle de vetores de doenças; ao investimento na rede física do SUS, incluindo a execução de obras de recuperação, reforma, ampliação e construção de estabelecimentos públicos de saúde; à remuneração do pessoal ativo da área de saúde; às ações de apoio administrativo realizadas pelas instituições públicas do SUS; e à gestão do sistema público de saúde e operação de unidades prestadoras de serviços públicos de saúde.

Não são computados os pagamentos de aposentadorias e

pensões, inclusive dos servidores da saúde; a assistência à saúde que não atenda ao princípio de acesso universal; a merenda escolar e outros programas de alimentação, ainda que executados em unidades do SUS; a limpeza urbana e a remoção de resíduos; a preservação e correção do meio ambiente, realizadas pelos órgãos de meio ambiente ou por entidades não governamentais; e as ações de assistência social e obras de infraestrutura.

No caso de descumprimento dos percentuais mínimos de aplicação de recursos na saúde, a União e os estados poderão restringir o repasse de suas respectivas transferências constitucionais aos entes infratores, até o montante correspondente à parcela do mínimo que deixou de ser aplicada em exercícios anteriores, transferindo essa diferença diretamente à conta-corrente do Fundo de saúde do ente, até que seja eliminada a pendência. Além disso, enquanto perdurar esse descumprimento o ente ficará impossibilitado de receber qualquer tipo de transferências voluntárias.

Divulgar as contas de seu município de forma clara e didática, isso sim é transparência.



***Faça sua publicação com a Aequus Consultoria.
Solicite uma proposta.***

***www.aequus.com.br
(27) 3235-7841***





O desenvolvimento pede passagem



SINDICOPES

Sindicato da Indústria da Construção
Pesada no Estado do Espírito Santo

Projetos que viram realidade

Despesa com saúde - 2007-2012

Regiões e municípios	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Variação 2012/ 2011	Partic. na desp. total 2012	Gasto em saúde com recursos próprios sobre a receita vinculada ¹ 2012	Gasto com saúde per capita 2012 em R\$
	em R\$ mil - IPCA médio de 2012						em %			
MS Noroeste	130.048,4	142.117,9	149.262,6	167.005,9	176.671,2	192.709,1	9,1	20,6	18,9	462,12
Água Doce do Norte	4.133,1	4.337,8	4.148,7	4.170,0	4.974,2	5.559,4	11,8	18,6	18,3	478,27
Água Branca	2.798,3	3.904,0	3.600,3	6.168,7	4.846,6	5.076,9	4,8	19,2	21,4	534,02
Alto Rio Novo	2.668,7	3.002,3	4.042,1	4.035,9	3.641,6	4.485,5	23,2	19,6	15,9	608,54
Baixo Guandu	9.607,9	9.826,8	10.117,9	9.935,4	10.171,3	11.647,5	14,5	18,7	14,9	397,91
Barra de São Francisco	9.084,2	11.213,8	10.946,2	12.040,7	12.723,0	13.495,9	6,1	16,1	15,8	328,29
Boa Esperança	4.927,8	5.112,1	5.648,6	6.341,9	7.562,2	7.243,3	-4,2	18,7	22,5	507,30
Colatina	37.790,0	35.387,0	37.178,3	44.258,8	48.673,4	59.718,9	22,7	24,7	19,3	528,23
Ecoporanga	8.738,6	11.163,6	10.635,3	11.265,0	11.517,5	10.449,5	-9,3	19,3	17,4	452,42
Governador Lindenberg	4.644,9	5.106,5	4.976,2	5.864,8	6.998,7	6.849,5	-2,1	21,6	27,4	616,74
Mantenópolis	4.478,3	4.969,6	4.738,3	5.094,4	5.496,2	6.628,4	20,6	21,6	19,3	479,41
Marilândia	4.540,7	5.205,0	6.186,2	6.045,0	7.218,2	6.977,2	-3,3	23,9	25,2	618,22
Nova Venécia	12.417,9	15.018,7	18.287,0	19.111,5	18.378,5	18.267,2	-0,6	19,7	19,1	392,95
Pancas	7.434,3	7.622,9	7.232,1	8.626,0	8.363,2	8.714,0	4,2	21,2	18,8	401,16
São Domingos do Norte	3.084,3	3.406,4	3.697,8	3.885,2	4.307,3	4.271,8	-0,8	18,2	16,6	529,34
São Gabriel da Palha	6.850,1	7.833,4	9.837,1	11.584,9	11.152,7	12.139,4	8,8	18,6	18,5	371,75
Vila Pavão	2.741,5	3.029,4	2.952,5	2.661,7	3.311,5	3.589,8	8,4	16,0	19,1	411,49
Vila Valério	4.107,7	5.978,6	5.037,9	5.916,1	7.335,1	7.594,7	3,5	19,1	...	549,39
MS Litoral Norte	200.839,8	233.119,2	236.427,6	271.537,5	286.272,5	313.864,9	9,6	20,0	25,7	558,13
Aracruz	42.595,0	50.206,1	49.874,4	47.417,2	51.729,3	53.006,9	2,5	17,8	20,3	627,83
Conceição da Barra	8.672,5	10.425,2	10.570,2	12.368,2	11.438,6	13.103,1	14,6	17,9	20,0	455,84
Fundão	7.114,1	7.723,8	8.673,2	7.914,1	9.082,7	9.780,3	7,7	19,2	29,7	554,69
Ibiraçu	4.521,0	4.017,1	4.364,3	5.809,3	4.915,3	6.010,6	22,3	17,8	25,3	530,27
Jaguari	9.594,6	10.577,0	9.268,0	10.665,5	12.383,5	14.254,5	15,1	17,9	25,4	560,01
João Neiva	6.239,5	6.761,8	7.568,2	6.969,7	8.501,3	9.636,5	13,4	23,9	28,8	606,60
Linhares	63.799,1	73.865,8	73.305,6	93.940,6	99.181,5	112.186,2	13,1	23,8	34,8	770,30
Montanha	6.327,0	7.451,5	6.829,8	7.114,5	7.887,0	8.612,8	9,2	19,7	21,0	480,14
Mucurici	2.783,2	3.078,9	2.862,9	3.526,1	4.529,9	4.887,2	7,9	20,5	19,5	869,76
Pedro Canário	6.523,7	7.973,2	7.145,3	10.191,1	7.138,2	9.022,6	26,4	22,4	18,0	374,83
Pinheiros	7.089,0	8.739,8	9.165,9	10.258,7	11.532,0	12.220,2	6,0	22,0	26,8	503,22
Ponto Belo	3.131,1	3.358,1	3.396,4	3.714,7	3.913,6	4.167,1	6,5	18,2	19,5	587,91
Rio Bananal	6.241,1	7.735,9	8.468,2	10.191,0	9.998,7	11.680,9	16,8	23,9	29,9	659,45
São Mateus	20.706,1	24.382,4	28.026,3	33.032,5	36.264,9	35.981,8	-0,8	15,4	22,4	321,75
Sooretama	5.502,6	6.822,6	6.909,1	8.424,2	7.776,1	9.314,1	19,8	18,0	20,2	377,32
MS Central	129.422,2	143.627,4	150.647,1	166.707,6	179.697,2	208.766,3	16,2	20,5	20,0	652,57
Afonso Cláudio	8.532,3	11.019,3	9.172,6	10.086,1	12.277,3	12.304,6	0,2	19,9	16,9	397,96
Alfredo Chaves	5.257,9	6.620,1	7.105,7	7.263,4	8.437,3	7.843,1	-7,0	21,4	22,5	559,94
Anchieta	22.136,3	21.228,9	25.549,2	29.177,6	32.439,7	45.853,2	41,3	15,7	16,1	1.862,74
Brejetuba	5.016,7	5.668,4	6.028,4	6.130,2	7.519,1	7.729,4	2,8	24,0	26,1	646,81
Conceição do Castelo	5.250,4	5.252,8	5.588,1	5.674,9	5.626,4	6.992,8	24,3	20,0	20,4	592,71
Domingos Martins	9.760,4	10.998,0	12.898,7	14.704,2	13.992,4	13.229,8	-5,5	18,4	18,2	412,89
Iconha	5.387,3	5.512,6	5.215,1	5.770,0	6.643,2	7.306,6	10,0	21,8	23,5	576,18
Itaguaçu	6.209,0	6.008,5	5.930,9	6.722,9	6.739,9	8.070,1	19,7	21,9	20,5	573,16
Itarana	3.624,6	4.621,1	4.359,8	5.102,2	5.174,0	7.148,7	38,2	23,2	20,8	661,98
Laranja da Terra	4.557,3	5.013,7	5.156,3	5.324,5	6.001,4	6.281,6	4,7	22,7	23,9	581,09
Marechal Floriano	6.302,8	6.024,7	6.090,8	6.182,8	6.934,8	8.364,4	20,6	21,3	21,9	573,84
Piúma	5.927,6	6.358,9	6.887,8	9.897,1	9.448,0	10.750,8	13,8	19,3	25,8	578,09
Rio Novo do Sul	3.659,5	4.688,5	4.716,7	4.897,2	5.143,7	5.953,7	15,7	24,7	...	525,30
Santa Leopoldina	4.738,8	5.486,3	4.731,1	5.130,9	4.824,3	5.330,1	10,5	20,3	22,6	436,64
Santa Maria de Jetibá	11.558,8	13.537,2	13.577,4	14.363,6	16.564,7	18.457,0	11,4	24,2	23,5	527,46
Santa Teresa	8.848,3	10.655,2	12.228,2	12.458,0	14.342,2	17.220,0	20,1	29,2	20,2	782,55
São Roque do Canaã	4.569,8	5.700,3	5.459,1	6.802,2	6.984,7	7.272,9	4,1	26,5	26,9	637,64
Venda Nova do Imigrante	8.084,5	9.233,1	9.951,3	11.019,7	10.604,2	12.657,5	19,4	23,8	25,0	600,05
Região Metropolitana	424.722,1	478.027,5	502.146,1	528.979,3	585.086,2	670.475,3	14,6	17,4	17,5	392,62
Cariacica	39.882,6	43.872,3	43.590,7	52.430,8	63.739,6	73.358,4	15,1	16,5	16,7	208,15
Guarapari	18.651,8	21.387,5	21.846,8	28.739,4	29.024,9	37.969,9	30,8	19,1	22,2	352,11
Serra	96.250,5	125.296,7	144.271,6	148.821,5	159.708,8	170.607,8	6,8	19,5	20,5	403,74
Viana	13.246,5	14.569,3	15.921,3	17.668,3	20.526,0	21.410,6	4,3	16,8	17,7	320,78
Vila Velha	62.908,0	73.952,0	76.859,6	86.838,6	104.589,4	114.676,1	9,6	15,4	16,5	269,86
Vitória	193.782,6	198.949,6	199.656,2	194.480,7	207.497,5	252.452,5	21,7	17,2	16,0	757,75
MS Sul	162.028,1	192.059,4	190.473,8	211.134,8	232.787,5	247.781,7	6,4	17,1	20,4	433,87
Alegre	11.818,4	11.599,5	12.999,7	14.631,4	13.915,2	12.785,7	-8,1	19,3	19,9	417,48
Apiaçá	3.391,3	3.655,1	3.392,9	3.100,5	4.172,3	4.188,4	0,4	18,2	22,2	558,67
Atílio Vivacqua	4.885,8	5.228,5	5.449,7	5.556,2	6.078,1	7.446,1	22,5	24,5	...	738,70
Bom Jesus do Norte	3.130,9	4.943,8	3.840,3	4.853,9	4.806,7	5.253,1	9,3	24,6	27,3	552,14
Cachoeiro de Itapemirim	37.194,9	43.556,6	37.772,9	40.371,3	45.232,9	48.682,3	7,6	15,3	15,9	253,35
Castelo	11.548,7	12.088,9	12.925,9	13.725,4	16.923,1	17.649,9	4,3	24,1	22,3	503,59
Divino de São Lourenço	2.036,5	2.653,7	2.453,1	2.362,8	2.761,1	3.932,8	42,4	24,3	22,0	879,62
Dores do Rio Preto	2.997,1	3.358,1	2.934,9	3.381,0	2.829,5	3.444,5	21,7	20,8	21,7	535,78
Guaçu	8.879,8	9.727,3	9.633,3	12.581,5	12.193,0	13.109,0	7,5	21,8	23,5	464,73
Ibatiba	7.318,3	8.586,4	8.042,6	8.432,8	9.032,9	9.483,6	5,0	21,4	21,3	415,16
Ibitirama	2.055,6	4.655,8	3.769,1	4.017,2	4.825,7	4.884,8	1,2	20,1	19,3	547,68
Irupi	3.831,7	4.731,9	4.602,1	4.731,0	5.670,4	6.143,5	8,3	23,0	25,1	514,96
Itapemirim	8.366,0	10.970,0	10.737,3	13.453,1	15.638,0	22.185,7	41,9	8,5	18,9	706,08
Iúna	6.195,0	7.535,3	6.714,3	8.803,5	9.263,6	9.686,9	4,6	19,2	24,2	352,10
Jerônimo Monteiro	3.142,8	3.500,0	3.695,0	3.686,9	3.802,0	3.781,8	-0,5	13,4	15,1	344,30
Marataizes	7.825,5	9.195,0	10.654,6	11.457,1	12.450,7	16.335,5	31,2	14,7	26,6	471,10
Mimoso do Sul	8.266,7	8.980,5	11.009,7	10.836,2	11.695,1	12.426,9	6,3	23,9	21,5	480,58
Muniz Freire	5.960,5	6.836,4	6.908,1	7.673,4	9.008,2	9.904,7	10,0	21,5	23,2	544,16
Muqui	4.993,9	5.165,8	6.715,5	6.297,9	6.966,2	8.131,6	16,7	24,2	29,6	560,57
Presidente Kennedy	6.567,4	11.954,2	13.146,2	16.181,0	19.350,9	12.987,5	-32,9	17,1	26,5	1.245,32
São José do Calçado	4.489,9	4.690,6	4.514,4	5.573,7	6.756,4	5.544,0	-17,9	20,4	...	533,23
Vargem Alta	7.131,5	8.446,1	8.562,3	9.427,2	9.415,6	9.793,7	4,0	22,1	21,1	504,96
TOTAL	1.047.060,5	1.188.951,5	1.228.957,2	1.345.365,1	1.460.514,6	1.633.597,2	11,9	18,5	19,6	456,56

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário; Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos da Saúde (Sioaps). Nota: ¹valores para atender à Emenda Constitucional nº 29, dados do Sioaps.

Despesa com saúde

Posição	Município	Despesa com saúde em R\$	População 2012
1º	Vitória	252.452.453,91	333.162
2º	Serra	170.607.812,99	422.569
3º	Vila Velha	114.676.132,14	424.948
4º	Linhares	112.186.181,74	145.639
5º	Cariacica	73.358.386,13	352.431
6º	Colatina	59.718.916,87	113.054
7º	Aracruz	53.006.895,00	84.429
8º	Cachoeiro de Itapemirim	48.682.272,45	192.156
9º	Anchieta	45.853.240,10	24.616
10º	Guarapari	37.969.885,76	107.836
11º	São Mateus	35.981.819,42	111.832
12º	Itapemirim	22.185.686,11	31.421
13º	Viana	21.410.632,41	66.745
14º	Santa Maria de Jetibá	18.457.000,27	34.992
15º	Nova Venécia	18.267.216,03	46.487
16º	Castelo	17.649.921,22	35.048
17º	Santa Teresa	17.220.048,45	22.005
18º	Marataizes	16.335.474,97	34.675
19º	Jaguaré	14.254.474,10	25.454
20º	Barra de São Francisco	13.495.911,45	41.110
21º	Domingos Martins	13.229.795,71	32.042
22º	Guaçu	13.109.036,09	28.208
23º	Conceição da Barra	13.103.135,31	28.745
24º	Presidente Kennedy	12.987.493,14	10.429
25º	Alegre	12.785.670,06	30.626
26º	Venda Nova do Imigrante	12.657.480,19	21.094
27º	Mimoso do Sul	12.426.894,03	25.858
28º	Afonso Cláudio	12.304.563,87	30.919
29º	Pinheiros	12.220.232,68	24.284
30º	São Gabriel da Palha	12.139.421,74	32.655
31º	Rio Bananal	11.680.855,04	17.713
32º	Baixo Guandu	11.647.504,21	29.272
33º	Piúma	10.750.777,47	18.597
34º	Ecoporanga	10.449.530,45	23.097
35º	Muniz Freire	9.904.742,48	18.202
36º	Vargem Alta	9.793.716,74	19.395
37º	Fundão	9.780.313,17	17.632
38º	Iúna	9.686.853,62	27.512
39º	João Neiva	9.636.470,70	15.886
40º	Ibatiba	9.483.601,21	22.843
41º	Sooretama	9.314.058,37	24.685
42º	Pedro Canário	9.022.642,16	24.071
43º	Pancas	8.714.020,07	21.722
44º	Montanha	8.612.806,91	17.938
45º	Marechal Floriano	8.364.355,06	14.576
46º	Muqui	8.131.645,27	14.506
47º	Itaguaçu	8.070.094,80	14.080
48º	Alfredo Chaves	7.843.076,90	14.007
49º	Brejetuba	7.729.420,93	11.950
50º	Vila Valério	7.594.727,65	13.824
51º	Atílio Vivacqua	7.446.057,16	10.080
52º	Iconha	7.306.588,94	12.681
53º	São Roque do Canaã	7.272.898,85	11.406
54º	Boa Esperança	7.243.274,33	14.278
55º	Itarana	7.148.717,34	10.799
56º	Conceição do Castelo	6.992.763,17	11.798
57º	Marilândia	6.977.228,17	11.286
58º	Governador Lindenberg	6.849.478,97	11.106
59º	Mantenópolis	6.628.384,87	13.826
60º	Laranja da Terra	6.281.631,09	10.810
61º	Irupi	6.143.500,88	11.930
62º	Ibiraçu	6.010.622,12	11.335
63º	Rio Novo do Sul	5.953.721,44	11.334
64º	Água Doce do Norte	5.559.357,39	11.624
65º	São José do Calçado	5.543.954,34	10.397
66º	Santa Leopoldina	5.330.080,97	12.207
67º	Bom Jesus do Norte	5.253.050,13	9.514
68º	Água Branca	5.076.932,47	9.507
69º	Mucurici	4.887.204,70	5.619
70º	Ibitirama	4.884.758,86	8.919
71º	Alto Rio Novo	4.485.537,64	7.371
72º	São Domingos do Norte	4.271.813,73	8.070
73º	Apiacá	4.188.356,49	7.497
74º	Ponto Belo	4.167.139,34	7.088
75º	Divino de São Lourenço	3.932.781,53	4.471
76º	Jerônimo Monteiro	3.781.757,29	10.984
77º	Vila Pavão	3.589.844,43	8.724
78º	Dores do Rio Preto	3.444.515,11	6.429
TOTAL		1.633.597.249,30	3.578.067

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário; População para 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Despesa com saúde per capita

Posição	Município	A / B	Despesa com saúde (A) em R\$	População 2012 (B)
1º	Anchieta	1.862,74	45.853.240,10	24.616
2º	Presidente Kennedy	1.245,32	12.987.493,14	10.429
3º	Divino de São Lourenço	879,62	3.932.781,53	4.471
4º	Mucurici	869,76	4.887.204,70	5.619
5º	Santa Teresa	782,55	17.220.048,45	22.005
6º	Linhares	770,30	112.186.181,74	145.639
7º	Vitória	757,75	252.452.453,91	333.162
8º	Atílio Vivacqua	738,70	7.446.057,16	10.080
9º	Itapemirim	706,08	22.185.686,11	31.421
10º	Itarana	661,98	7.148.717,34	10.799
11º	Rio Bananal	659,45	11.680.855,04	17.713
12º	Brejetuba	646,81	7.729.420,93	11.950
13º	São Roque do Canaã	637,64	7.272.898,85	11.406
14º	Aracruz	627,83	53.006.895,00	84.429
15º	Marilândia	618,22	6.977.228,17	11.286
16º	Governador Lindenberg	616,74	6.849.478,97	11.106
17º	Alto Rio Novo	608,54	4.485.537,64	7.371
18º	João Neiva	606,60	9.636.470,70	15.886
19º	Venda Nova do Imigrante	600,05	12.657.480,19	21.094
20º	Conceição do Castelo	592,71	6.992.763,17	11.798
21º	Ponto Belo	587,91	4.167.139,34	7.088
22º	Laranja da Terra	581,09	6.281.631,09	10.810
23º	Piúma	578,09	10.750.777,47	18.597
24º	Iconha	576,18	7.306.588,94	12.681
25º	Marechal Floriano	573,84	8.364.355,06	14.576
26º	Itaguaçu	573,16	8.070.094,80	14.080
27º	Muqui	560,57	8.131.645,27	14.506
28º	Jaguaré	560,01	14.254.474,10	25.454
29º	Alfredo Chaves	559,94	7.843.076,90	14.007
30º	Apiacá	558,67	4.188.356,49	7.497
31º	Fundão	554,69	9.780.313,17	17.632
32º	Bom Jesus do Norte	552,14	5.253.050,13	9.514
33º	Vila Valério	549,39	7.594.727,65	13.824
34º	Ibitirama	547,68	4.884.758,86	8.919
35º	Muniz Freire	544,16	9.904.742,48	18.202
36º	Dores do Rio Preto	535,78	3.444.515,11	6.429
37º	Água Branca	534,02	5.076.932,47	9.507
38º	São José do Calçado	533,23	5.543.954,34	10.397
39º	Ibiraçu	530,27	6.010.622,12	11.335
40º	São Domingos do Norte	529,34	4.271.813,73	8.070
41º	Colatina	528,23	59.718.916,87	113.054
42º	Santa Maria de Jetibá	527,46	18.457.000,27	34.992
43º	Rio Novo do Sul	525,30	5.953.721,44	11.334
44º	Irupi	514,96	6.143.500,88	11.930
45º	Boa Esperança	507,30	7.243.274,33	14.278
46º	Vargem Alta	504,96	9.793.716,74	19.395
47º	Castelo	503,59	17.649.921,22	35.048
48º	Pinheiros	503,22	12.220.232,68	24.284
49º	Mimoso do Sul	480,58	12.426.894,03	25.858
50º	Montanha	480,14	8.612.806,91	17.938
51º	Mantenópolis	479,41	6.628.384,87	13.826
52º	Água Doce do Norte	478,27	5.559.357,39	11.624
53º	Marataizes	471,10	16.335.474,97	34.675
54º	Guaçu	464,73	13.109.036,09	28.208
55º	Conceição da Barra	455,84	13.103.135,31	28.745
56º	Ecoporanga	452,42	10.449.530,45	23.097
57º	Santa Leopoldina	436,64	5.330.080,97	12.207
58º	Alegre	417,48	12.785.670,06	30.626
59º	Ibatiba	415,16	9.483.601,21	22.843
60º	Domingos Martins	412,89	13.229.795,71	32.042
61º	Vila Pavão	411,49	3.589.844,43	8.724
62º	Serra	403,74	170.607.812,99	422.569
63º	Pancas	401,16	8.714.020,07	21.722
64º	Afonso Cláudio	397,96	12.304.563,87	30.919
65º	Baixo Guandu	397,91	11.647.504,21	29.272
66º	Nova Venécia	392,95	18.267.216,03	46.487
67º	Sooretama	377,32	9.314.058,37	24.685
68º	Pedro Canário	374,83	9.022.642,16	24.071
69º	São Gabriel da Palha	371,75	12.139.421,74	32.655
70º	Guarapari	352,11	37.969.885,76	107.836
71º	Iúna	352,10	9.686.853,62	27.512
72º	Jerônimo Monteiro	344,30	3.781.757,29	10.984
73º	Barra de São Francisco	328,29	13.495.911,45	41.110
74º	São Mateus	321,75	35.981.819,42	111.832
75º	Viana	320,78	21.410.632,41	66.745
76º	Vila Velha	269,86	114.676.132,14	424.948
77º	Cachoeiro de Itapemirim	253,35	48.682.272,45	192.156
78º	Cariacica	208,15	73.358.386,13	352.431
TOTAL		456,56	1.633.597.249,30	3.578.067

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário; População para 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

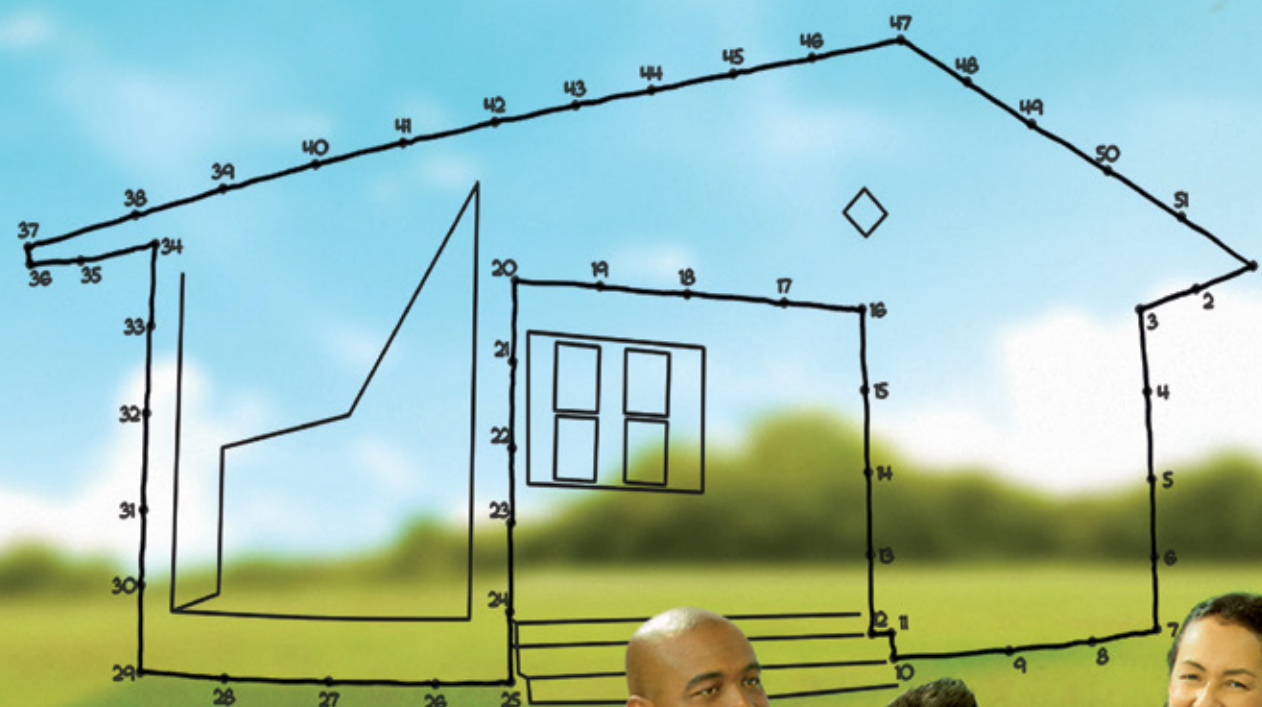
Gasto com saúde - 2012

Regiões e municípios	Gastos com saúde A	Receita SUS B	Gasto com recursos próprios C = A - B	Receita SUS / Desp. total com saúde B / A	Rec. próprios / Desp. total com saúde C / A
	em R\$ mil - IPCA médio de 2012			em %	
MS Noroeste	192.709,1	86.911,5	105.797,6	45,1	54,9
Água Doce do Norte	5.559,4	1.931,4	3.628,0	34,7	65,3
Água Branca	5.076,9	1.572,6	3.504,3	31,0	69,0
Alto Rio Novo	4.485,5	1.065,6	3.419,9	23,8	76,2
Baixo Guandu	11.647,5	3.130,7	8.516,8	26,9	73,1
Barra de São Francisco	13.495,9	5.502,3	7.993,6	40,8	59,2
Boa Esperança	7.243,3	2.756,9	4.486,4	38,1	61,9
Colatina	59.718,9	40.062,3	19.656,6	67,1	32,9
Ecoporanga	10.449,5	4.180,1	6.269,5	40,0	60,0
Governador Lindenberg	6.849,5	1.541,6	5.307,8	22,5	77,5
Mantenópolis	6.628,4	2.705,0	3.923,3	40,8	59,2
Marilândia	6.977,2	1.608,3	5.368,9	23,1	76,9
Nova Venécia	18.267,2	9.236,8	9.030,4	50,6	49,4
Pancas	8.714,0	3.879,1	4.834,9	44,5	55,5
São Domingos do Norte	4.271,8	1.298,2	2.973,6	30,4	69,6
São Gabriel da Palha	12.139,4	4.042,2	8.097,2	33,3	66,7
Vila Pavao	3.589,8	962,0	2.627,9	26,8	73,2
Vila Valério	7.594,7	1.436,3	6.158,4	18,9	81,1
MS Litoral Norte	313.864,9	89.818,2	224.046,6	28,6	71,4
Aracruz	53.006,9	13.246,0	39.760,9	25,0	75,0
Conceição da Barra	13.103,1	5.103,0	8.000,1	38,9	61,1
Fundão	9.780,3	2.121,6	7.658,7	21,7	78,3
Ibiraçu	6.010,6	1.304,2	4.706,4	21,7	78,3
Jaguaré	14.254,5	3.787,7	10.466,8	26,6	73,4
João Neiva	9.636,5	2.750,0	6.886,5	28,5	71,5
Linhares	112.186,2	31.422,8	80.763,4	28,0	72,0
Montanha	8.612,8	2.593,8	6.019,0	30,1	69,9
Mucurici	4.887,2	1.026,9	3.860,3	21,0	79,0
Pedro Canário	9.022,6	4.363,8	4.658,8	48,4	51,6
Pinheiros	12.220,2	4.002,6	8.217,7	32,8	67,2
Ponto Belo	4.167,1	1.465,5	2.701,6	35,2	64,8
Rio Bananal	11.680,9	2.673,7	9.007,1	22,9	77,1
São Mateus	35.981,8	11.487,8	24.494,0	31,9	68,1
Sooretama	9.314,1	2.468,8	6.845,3	26,5	73,5
MS Central	208.766,3	61.633,2	147.133,0	29,5	70,5
Afonso Cláudio	12.304,6	5.176,0	7.128,5	42,1	57,9
Alfredo Chaves	7.843,1	2.027,0	5.816,1	25,8	74,2
Anchieta	45.853,2	5.033,0	40.820,2	11,0	89,0
Brejetuba	7.729,4	2.907,7	4.821,7	37,6	62,4
Conceição do Castelo	6.992,8	1.568,3	5.424,4	22,4	77,6
Domingos Martins	13.229,8	4.715,7	8.514,1	35,6	64,4
Iconha	7.306,6	1.783,5	5.523,1	24,4	75,6
Itaguaçu	8.070,1	2.842,8	5.227,3	35,2	64,8
Itarana	7.148,7	2.440,3	4.708,4	34,1	65,9
Laranja da Terra	6.281,6	1.699,4	4.582,2	27,1	72,9
Marechal Floriano	8.364,4	2.310,6	6.053,7	27,6	72,4
Plúmia	10.750,8	2.642,3	8.108,4	24,6	75,4
Rio Novo do Sul	5.953,7	1.499,1	4.454,6	25,2	74,8
Santa Leopoldina	5.330,1	1.245,8	4.084,2	23,4	76,6
Santa Maria de Jetibá	18.457,0	5.890,7	12.566,3	31,9	68,1
Santa Teresa	17.220,0	11.282,6	5.937,4	65,5	34,5
São Roque do Canaã	7.272,9	2.397,5	4.875,4	33,0	67,0
Venda Nova do Imigrante	12.657,5	4.170,8	8.486,7	33,0	67,0
Região Metropolitana	670.475,3	175.477,2	494.998,1	26,2	73,8
Cariacica	73.358,4	22.801,9	50.556,5	31,1	68,9
Guarapari	37.969,9	13.005,8	24.964,1	34,3	65,7
Serra	170.607,8	59.249,8	111.358,0	34,7	65,3
Viana	21.410,6	8.445,0	12.965,7	39,4	60,6
Vila Velha	114.676,1	32.899,4	81.776,7	28,7	71,3
Vitória	252.452,5	39.075,3	213.377,1	15,5	84,5
MS Sul	247.781,7	82.496,5	165.285,2	33,3	66,7
Alegre	12.785,7	4.456,2	8.329,5	34,9	65,1
Apiacá	4.188,4	1.770,0	2.418,4	42,3	57,7
Atilio Vivácqua	7.446,1	2.043,9	5.402,2	27,4	72,6
Bom Jesus do Norte	5.253,1	1.776,4	3.476,7	33,8	66,2
Cachoeiro de Itapemirim	48.682,3	15.989,4	32.692,9	32,8	67,2
Castelo	17.649,9	8.862,0	8.788,0	50,2	49,8
Divino de São Lourenço	3.932,8	1.743,8	2.189,0	44,3	55,7
Dores do Rio Preto	3.444,5	859,3	2.585,2	24,9	75,1
Guaçuí	13.109,0	5.124,9	7.984,1	39,1	60,9
Ibatiba	9.483,6	3.179,7	6.303,9	33,5	66,5
Ibitirama	4.884,8	1.926,1	2.958,7	39,4	60,6
Irupi	6.143,5	1.666,0	4.477,5	27,1	72,9
Itapemirim	22.185,7	3.669,3	18.516,4	16,5	83,5
Lúna	9.686,9	3.020,0	6.666,9	31,2	68,8
Jerônimo Monteiro	3.781,8	1.562,1	2.219,7	41,3	58,7
Marataizes	16.335,5	4.355,4	11.980,0	26,7	73,3
Mimoso do Sul	12.426,9	5.435,9	6.991,0	43,7	56,3
Muniz Freire	9.904,7	3.929,5	5.975,2	39,7	60,3
Muqui	8.131,6	2.866,5	5.265,1	35,3	64,7
Presidente Kennedy	12.987,5	1.654,1	11.333,4	12,7	87,3
São José do Calçado	5.544,0	2.977,6	2.566,4	53,7	46,3
Vargem Alta	9.793,7	3.628,7	6.165,0	37,1	62,9
TOTAL	1.633.597,2	496.336,7	1.137.260,5	30,4	69,6

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário.

Se sua família tem renda média de até R\$ 1.438,00 por pessoa e mora em casa situada em bairro popular, a Cesan faz a ligação de graça para você.

CONTEMPORÂNEA



A Cesan deixou prontos 80 mil pontos na Região Metropolitana pra você ligar sua residência na rede coletora de esgoto. Se a sua família tem renda média de até R\$ 1.438 por pessoa e mora em casa situada em bairro popular, a Cesan faz a ligação de graça para você.

Esgoto tratado está ligado à saúde. Isso é cidadania e mais qualidade de vida para quem mais precisa.

Informações:

LIGUE
115

Veja a lista dos bairros no site
www.cesan.com.br

@LiganaRede

/seliganarede.com

CESAN

GOVERNO DO
ESPIRITO SANTO
CRESCER É COM A GENTE

se liga na rede

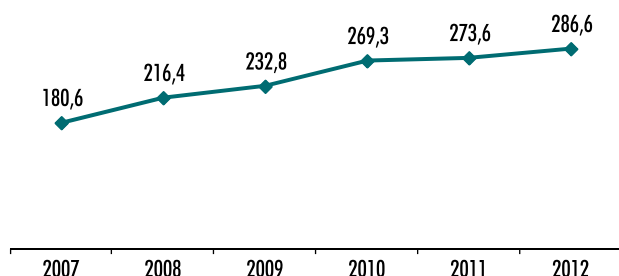


Desempenho

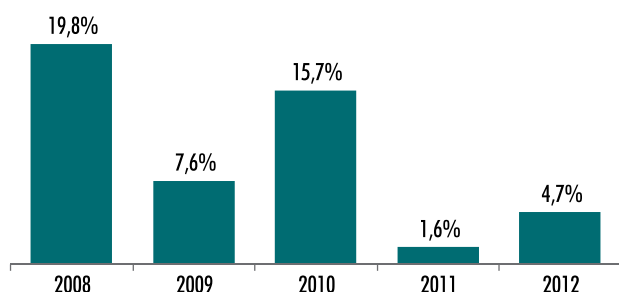
Os projetos e programas promovidos pelas prefeituras municipais na área da assistência social totalizaram, em 2012, o volume de R\$ 286,6 milhões. Esse valor correspondeu a um ligeiro crescimento de 4,7% comparado ao ano anterior, quando os gastos somaram R\$ 273,6 milhões, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio anual de 2012.

Evolução dos gastos com assistência social

em R\$ milhões - IPCA médio de 2012



Taxa de crescimento dos gastos com assistência social em relação ao ano anterior



Na Região Metropolitana de Vitória, entre 2011 e 2012, os gastos cresceram 10,1%, o que equivaleu a um incremento de recursos da ordem de R\$ 9,6 milhões. Entre os municípios metropolitanos, cabe destacar Serra, que aumentou seu orçamento em R\$ 3,6 milhões, Vitória, com acréscimo de R\$ 3,5 milhões, e Cariacica, com R\$ 3,3 milhões a mais. Em Anchieta, município que não pertence à Região Metropolitana, verificou-se o maior crescimento absoluto no Estado com o acréscimo de R\$ 3,7 milhões.

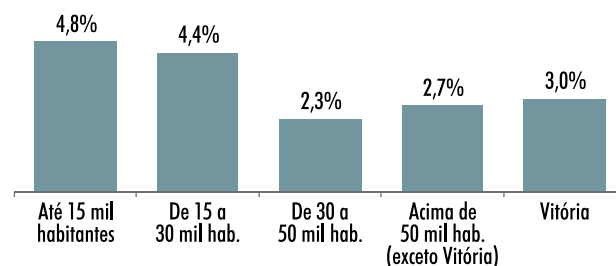
Por outro lado, nos municípios de Presidente Kennedy e Afonso Cláudio a assistência social sofreu cortes, em 2012. Em Presidente Kennedy houve uma redução de R\$ 4,9 milhões na assistência social, o que representou uma queda de 76,7% frente ao que havia sido empregado em 2011. Vale ressaltar que o município passou por uma intervenção administrativa, em 2012, que encerrou contratos e cortou gastos. Já em Afonso Cláudio o ajuste foi menos drástico. Com o corte de 42,9% em relação ao ano anterior, a economia foi de R\$ 2,7 milhões.

Entre as funções de governo, a assistência social é uma das que mais recebem recursos, atrás apenas da educação, saúde, urbanismo e administração. As prefeituras destinaram aos programas assistenciais o mesmo volume de recursos destinados ao saneamento e superaram aqueles destinados ao Poder Legislativo. Funções como as de agricultura, transporte e esporte e lazer chegaram a representar cerca de 40% dos gastos em programas da assistência social, em 2012.

Concentração e peso orçamentário

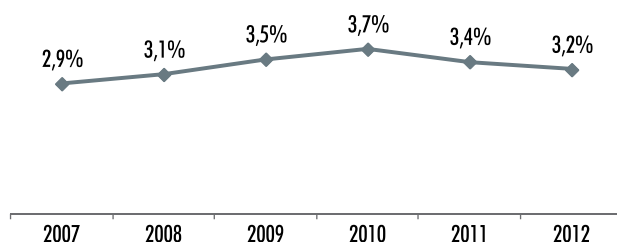
Os gastos com assistência social possuem maior representatividade no total da despesa nos municípios de pequeno porte populacional. Nas localidades com até 15 mil habitantes o seu peso foi de 4,8% da despesa total em 2012, percentual que cai para 2,3% nas localidades com mais de 30 mil e menos de 50 mil residentes. Nos maiores municípios do Estado, aqueles com mais de 50 mil moradores, exceto Vitória, seu peso é de 2,7%. Já na capital, 3% da despesa total foi destinada a essa área.

Participação da despesa com assistência social na despesa total dos municípios agrupados por faixa populacional - 2012



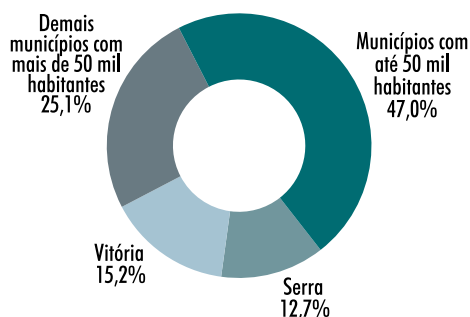
Mucurici e Ponto Belo foram as localidades onde a assistência social apresentou maior peso na despesa total, com 10,3% e 10,2%, respectivamente. Nas duas localidades o empenho total com programas assistenciais chegou próximo a R\$ 2,5 milhões. Em menor proporção, mas ainda assim bem acima da média de 3,2% do conjunto das prefeituras, Mimoso do Sul e Montanha realizaram 8,3% e 8,1%, respectivamente, do total de suas despesas com assistência social.

Participação dos gastos com assistência social na despesa total



No Estado, os municípios de Vitória e Serra se destacam com os maiores volumes de recursos empregados em programas e investimentos assistenciais. Na capital o gasto foi de R\$ 43,5 milhões, o que representou 15,2% do total da despesa com assistência social para o conjunto das prefeituras. Na Serra, o valor chegou a R\$ 36,5 milhões e o município foi responsável por 12,7% do total despendido na área. Em um patamar menor, encontram-se Linhares e Cariacica. No município do litoral norte, R\$ 18 milhões foram destinados a essa área, enquanto em Cariacica o montante foi de R\$ 10,6 milhões.

Participação dos municípios no total do gasto com assistência social - 2012



Despesa per capita

Os municípios capixabas gastaram o equivalente a R\$ 80,09 por habitante com programas e atividades relativas à

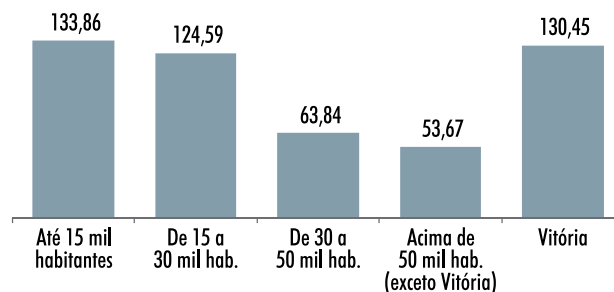
assistência social em 2012. O valor é 3,8% superior ao empenhado no ano anterior, quando as municipalidades despenderam o valor de R\$ 77,13 para cada morador. As regiões Central e Litoral Norte apresentaram os maiores valores com R\$ 115,91 e R\$ 112,04 por pessoa, respectivamente. Na Região Metropolitana esse valor foi de R\$ 61,63, o menor valor entre as regiões.

Os pequenos municípios gastam, em proporção à sua população, mais recursos com assistência social que aqueles com maior porte populacional. Naqueles onde a população não ultrapassa 15 mil habitantes a despesa média é de R\$ 133,86 por pessoa. Esse valor cai gradativamente, até chegar a R\$ 53,67 nas maiores localidades, onde a população supera os 50 mil habitantes, exceto Vitória.

Em Mucurici, município com o primeiro lugar nesse ranking, os gastos chegam a R\$ 435,53 por habitante. Em seguida aparece Anchieta (R\$ 362,02), Ponto Belo (R\$ 328,63) e São Domingos do Norte (R\$ 223,97). Esses municípios ficaram consideravelmente à frente dos demais nesse quesito.

Gasto com assistência social per capita dos municípios agrupados por faixa populacional - 2012

em R\$



A importância da Assistência Social nos municípios

Desde que a Constituição de 1988 reconheceu a assistência social no Brasil como um direito do cidadão, um dever do Estado e uma política pública não contributiva e integrante da seguridade social, o país não parou de avançar nessa área. Foram criadas a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) e as Normas de Operacionais Básicas (NOB) que tornaram a gestão da assistência social participativa, descentralizada e ampliaram as competências dos estados e dos municípios.

A partir de 2004, foi criado o Sistema Único de Assistência Social (Suas) e hoje o país conta com uma rede de assistência em praticamente todos os municípios. O Suas conta com recursos das três esferas de governo. Além

dos serviços de proteção social básica que se constituem em programas, projetos, serviços e benefícios destinados à população em situação de vulnerabilidade social, e da proteção social especial, voltada para pessoas que já se encontram em situação de risco ou tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus tratos, uso de drogas, abuso sexual, dentre outros casos, a assistência social passou também a administrar os programas de transferências de renda, como o Bolsa Família.

Mais recentemente, a partir do lançamento do Plano Brasil sem Miséria, o governo federal tem ampliado os passos para superar o viés assistencialista que caracterizava as ações da assistência social no país até antes da Constituição de 1988, procurando estender a atuação da assistência social para o âmbito da inclusão produtiva e da geração de renda.

Com essa proposta já em funcionamento através de programas como o Programa Nacional de Acesso Técnico e Emprego (Pronatec) e o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho), a assistência social exercida pelos estados e municípios deverá ganhar um novo *status*. A área ganhará importância em termos de volume de recursos que receberá do governo federal, de acordo com a adesão que o ente federado tiver em determinados programas, e em termos de articulação de políticas, uma vez que é a assistência social a pasta responsável em integrar as ações que envolvem outras secretarias como as de educação, saúde, agricultura e trabalho, além de promover o envolvimento dos setores produtivos locais e de instituições que estão comprometidas com a oferta de cursos técnicos, como as do “Sistema S” (Senai, Senac, Senat e Senar).

Nesse novo contexto, as secretarias de assistência social dos municípios ganham relevância também na montagem e manutenção do Cadastro Único. A concessão de benefícios e a formulação de políticas da assistência social têm como base o registro das famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal total de até três salários mínimos no Cadastro Único. Portanto, a boa construção do Cadastro Único e sua atualização constante no nível municipal é fundamental para localizar as famílias

mais pobres e para que os governos municipais, estaduais e federal possam organizar a oferta de serviços e benefícios para essas pessoas. Atualmente, existem cerca de 16 programas que utilizam o Cadastro Único para selecionar beneficiários.

Portanto, os prefeitos que assumiram seus mandatos em 2013 devem ficar atentos para manterem em suas secretarias de assistência social equipes conscientes da importância do novo papel estratégico que essa área está assumindo no país. Os profissionais da assistência social devem conhecer bem o funcionamento do Suas e dos diversos programas federais e devem ser capazes de definir políticas e de articular ações entre as diversas secretarias municipais, com órgãos estaduais e federais, com a sociedade organizada e com setores produtivos.

Pronatec

O Programa Nacional de Acesso Técnico e Emprego (Pronatec) é uma iniciativa do Governo Federal, através do Ministério da Educação, cuja função é a de inserir pessoas de baixa renda no mercado de trabalho através de sua capacitação.

O Pronatec oferta cursos gratuitos de qualificação profissional para pessoas com mais de 16 anos inscritas no Cadastro Único, tendo prioridade os beneficiários do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC). São diversas áreas de atuação, desde a construção civil a auxiliar administrativo. As vagas estão disponíveis para pessoas com diversos níveis de escolaridade, do letramento inicial ao ensino médio.

Dentro do programa o aluno recebe gratuitamente todo o material escolar necessário para a atividade estudantil e o uniforme, quando exigido pela instituição de ensino. O aluno conta também com recursos para custear a alimentação e o transporte nas localidades onde esses serviços não estão disponibilizados.

E&L

Produções de Software
Gestão Pública Integrada

20 anos

www.el.com.br

Presente no
**ES, MG
RJ e BA**

+ de
560
clientes

+ de
2.860
softwares



Portal da
Transparência



Nota Fiscal de
Serviços Eletrônica



Sistema de
ISS Bancário



Controle Interno
e Auditoria

Matriz:
Domingos Martins -ES

Filial - ES:
Cariacica

Filial - MG:
Governador Valadares

Ponto de apoio - BA
Ilhéus

Ponto de apoio - RJ
Nova Friburgo

Grupo E&L: **Elonline**
Serviços de Internet



Tel.: (27) 3268-3123

Despesa com assistência social - 2007-2012

Regiões e municípios	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Variação 2012/ 2011	Partic. na desp. total 2012	Gasto com assist. social per capita 2012
	em R\$ mil - IPCA médio de 2012						em %		em R\$
MS Noroeste	20.558,5	30.520,4	31.347,8	33.841,0	34.726,6	38.349,6	10,4	4,1	91,96
Água Doce do Norte	410,8	592,8	689,9	625,4	1.216,6	1.437,9	18,2	4,8	123,70
Água Branca	471,6	621,1	783,3	858,8	1.254,8	1.077,4	-14,1	4,1	113,33
Alto Rio Novo	573,5	693,6	708,7	862,3	1.316,0	1.004,1	-23,7	4,4	136,22
Baixo Guandu	2.205,2	2.972,1	2.199,9	2.511,6	2.120,7	4.197,7	97,9	6,8	143,40
Barra de São Francisco	1.383,3	2.471,8	3.043,1	2.974,8	2.339,3	3.474,8	48,5	4,1	84,52
Boa Esperança	1.135,6	1.123,2	1.152,6	1.801,4	2.569,9	1.708,9	-33,5	4,4	119,69
Colatina	3.597,9	5.284,9	6.509,3	6.565,9	7.342,6	8.632,7	17,6	3,6	76,36
Ecoporanga	1.488,6	1.445,9	2.272,6	2.897,2	3.225,5	2.802,4	-13,1	5,2	121,33
Governador Lindenberg	941,0	3.014,0	2.693,1	2.308,7	2.270,3	1.574,8	-30,6	5,0	141,79
Mantenópolis	1.443,2	1.760,2	1.278,6	1.300,7	1.170,2	2.223,7	90,0	7,2	160,83
Marilândia	569,3	1.211,9	575,0	1.173,9	1.153,3	1.994,9	73,0	6,8	176,75
Nova Venécia	2.417,1	2.830,9	3.709,1	2.165,6	2.371,3	1.569,2	-33,8	1,7	33,76
Pancas	800,1	732,1	787,7	1.213,6	1.371,8	1.173,2	-14,5	2,9	54,01
São Domingos do Norte	711,0	1.137,6	877,2	894,1	1.047,4	1.807,4	72,6	7,7	223,97
São Gabriel da Palha	1.127,5	2.872,9	2.387,5	3.345,6	1.884,8	1.737,5	-7,8	2,7	53,21
Vila Pavao	792,9	1.069,6	995,0	486,1	564,2	605,8	7,4	2,7	69,44
Vila Valério	490,0	685,7	685,2	1.855,5	1.507,8	1.327,3	-12,0	3,3	96,01
MS Litoral Norte	41.736,5	48.117,6	50.849,6	62.002,9	58.650,0	63.007,9	7,4	4,0	112,04
Aracruz	4.728,0	6.408,0	4.555,0	6.001,7	5.327,7	6.078,5	14,1	2,0	72,00
Conceição da Barra	2.221,0	2.490,8	1.640,4	2.544,8	1.779,3	2.526,5	42,0	3,5	87,89
Fundão	1.554,4	2.245,7	1.636,9	2.296,4	2.011,7	2.010,6	-0,1	3,9	114,03
Ibiraçu	906,7	1.056,2	918,2	1.185,9	1.252,8	1.726,0	37,8	5,1	152,27
Jaguare	5.737,4	5.369,2	4.508,6	3.869,3	5.081,2	4.965,5	-2,3	6,2	195,08
João Neiva	1.870,9	4.388,7	2.596,3	2.517,1	1.757,8	1.820,6	3,6	4,5	114,60
Linhares	9.728,5	10.955,7	13.754,6	15.090,5	16.439,2	17.973,0	9,3	3,8	123,41
Montanha	1.583,0	1.655,5	2.532,5	3.337,0	4.301,5	3.553,8	-17,4	8,1	198,11
Mucurici	2.019,1	1.615,8	1.560,9	1.464,2	938,4	2.447,2	160,8	10,3	435,53
Pedro Canário	2.261,7	1.826,3	1.781,1	2.765,4	2.627,2	1.326,6	-49,5	3,3	55,11
Pinheiros	2.023,0	2.046,5	2.244,1	4.121,7	4.368,5	4.370,9	0,1	7,9	179,99
Ponto Belo	1.619,8	2.072,1	1.781,5	1.735,9	2.094,0	2.329,3	11,2	10,2	328,63
Rio Bananal	139,9	829,5	666,8	1.981,4	1.636,8	1.347,3	-17,7	2,8	76,06
São Mateus	4.829,0	4.585,9	9.708,3	11.066,1	5.809,4	8.314,1	43,1	3,6	74,34
Sooretama	514,0	571,7	964,4	2.025,7	3.224,5	2.218,1	-31,2	4,3	89,85
MS Central	21.520,6	23.571,7	25.250,9	33.790,0	36.694,8	37.080,8	1,1	3,6	115,91
Afonso Cláudio	511,9	1.125,2	1.401,8	4.975,2	6.317,9	3.610,4	-42,9	5,9	116,77
Alfredo Chaves	560,1	1.253,5	1.529,0	1.201,0	1.473,7	1.412,9	-4,1	3,9	100,87
Anchieta	3.829,0	2.999,9	4.048,8	5.164,1	5.185,1	8.911,6	71,9	3,0	362,02
Brejetuba	885,3	611,7	662,6	2.184,2	1.342,5	1.060,8	-21,0	3,3	88,77
Conceição do Castelo	2.173,6	1.457,6	1.333,4	1.719,5	1.990,8	1.893,7	-4,9	5,4	160,51
Domingos Martins	1.245,8	1.543,0	1.333,3	1.835,2	1.666,1	1.851,8	11,1	2,6	57,79
Iconha	1.084,9	1.807,9	1.111,2	1.203,0	1.696,6	2.369,3	39,7	7,1	186,84
Itaguaçu	1.193,6	1.078,0	1.192,9	1.327,8	1.088,9	1.227,8	12,8	3,3	87,20
Itarana	681,6	981,1	938,5	689,2	830,2	1.065,0	28,3	3,5	98,62
Laranja da Terra	823,3	1.244,4	1.006,1	1.001,1	1.286,3	1.022,6	-20,5	3,7	94,60
Marechal Floriano	1.539,7	1.170,2	1.101,1	1.158,1	990,9	1.247,0	25,9	3,2	85,55
Piúma	732,8	937,2	510,6	447,6	1.330,6	606,1	-54,5	1,1	32,59
Rio Novo do Sul	124,2	193,1	260,7	900,0	620,9	402,4	-35,2	1,7	35,51
Santa Leopoldina	808,7	1.064,7	1.069,3	1.041,3	1.622,4	1.183,2	-27,1	4,5	96,93
Santa Maria de Jetibá	1.129,9	1.768,9	2.753,5	3.192,4	2.935,6	3.155,0	7,5	4,1	90,16
Santa Teresa	1.620,0	1.388,4	1.256,9	1.742,6	2.382,9	2.167,9	-9,0	3,7	98,52
São Roque do Canaã	1.136,7	1.032,2	1.243,7	1.316,2	1.067,0	1.094,5	2,6	4,0	95,96
Venda Nova do Imigrante	1.439,5	1.914,5	2.497,4	2.691,7	2.866,4	2.798,7	-2,4	5,3	132,68
Região Metropolitana	72.244,7	82.918,9	91.440,0	95.192,7	95.592,4	105.241,6	10,1	2,7	61,63
Cariacica	4.218,9	3.295,6	4.516,7	7.128,0	7.229,7	10.557,1	46,0	2,4	29,96
Guarapari	3.635,8	2.940,6	3.454,6	5.611,4	5.306,2	4.956,8	-6,6	2,5	45,97
Serra	27.281,8	29.829,7	34.057,9	33.014,6	32.891,9	36.484,2	10,9	4,2	86,34
Viana	1.155,2	1.445,6	3.251,8	2.887,8	5.208,2	3.477,1	-33,2	2,7	52,10
Vila Velha	4.322,0	6.524,7	3.688,2	4.321,2	5.010,9	6.305,0	25,8	0,8	14,84
Vitória	31.630,9	38.882,7	42.470,8	42.229,6	39.945,6	43.461,3	8,8	3,0	130,45
MS Sul	24.502,0	31.269,2	33.888,0	44.465,5	47.921,6	42.894,8	-10,5	3,0	75,11
Alegre	1.065,4	1.058,0	1.177,0	1.712,0	875,2	977,0	11,6	1,5	31,90
Apiaçá	460,8	668,7	1.159,7	1.027,1	1.267,3	1.451,7	14,6	6,3	193,63
Atílio Vivácqua	979,3	1.011,1	889,7	1.584,5	1.939,3	1.509,4	-22,2	5,0	149,74
Bom Jesus do Norte	487,6	1.237,2	716,9	1.122,0	1.238,8	1.588,0	28,2	7,4	166,92
Cachoeiro de Itapemirim	4.708,0	5.607,2	4.265,7	5.545,3	6.802,6	5.716,4	-16,0	1,8	29,75
Castelo	1.964,9	3.286,6	2.885,4	2.651,9	2.534,9	2.655,6	4,8	3,6	75,77
Divino de São Lourenço	925,0	487,6	284,2	599,4	656,2	703,8	7,3	4,3	157,41
Dores do Rio Preto	312,9	528,1	544,5	580,5	821,8	1.017,8	23,9	6,1	158,31
Guaçu	1.696,1	2.246,5	2.418,4	2.287,2	3.029,6	2.552,5	-15,7	4,2	90,49
Ibatiba	345,0	279,0	258,4	2.058,3	2.194,8	1.646,0	-25,0	3,7	72,06
Ibitirama	704,5	1.084,1	841,2	1.213,0	1.059,0	1.249,7	18,0	5,1	140,11
Irupí	1.043,5	1.038,2	1.247,0	1.699,9	1.816,9	1.803,0	-0,8	6,7	151,13
Itapemirim	609,4	784,6	869,6	1.052,5	2.190,4	1.920,4	-12,3	0,7	61,12
Ituna	941,2	1.242,1	1.538,4	2.448,3	2.375,7	2.418,9	1,8	4,8	87,92
Jerônimo Monteiro	478,5	631,9	745,8	1.370,0	785,3	900,4	14,6	3,2	81,97
Marataizes	381,9	1.877,9	1.601,2	1.823,3	1.953,6	1.391,1	-28,8	1,3	40,12
Mimoso do Sul	1.169,1	1.773,4	1.337,3	2.865,8	2.415,1	4.337,3	79,6	8,3	167,74
Muniz Freire	909,0	1.511,2	1.581,9	2.689,1	2.568,0	2.268,8	-11,7	4,9	124,65
Muqui	1.173,4	937,4	1.147,1	1.405,2	1.516,7	1.582,3	4,3	4,7	109,08
Presidente Kennedy	2.216,8	3.280,6	5.705,6	5.568,0	6.409,9	1.495,3	-76,7	2,0	143,37
São José do Calçado	463,7	697,6	759,6	1.419,9	1.583,4	1.580,1	-0,2	5,8	151,97
Vargem Alta	1.465,8	-	1.913,2	1.742,2	1.887,1	2.129,4	12,8	4,8	109,79
TOTAL	180.562,2	216.397,8	232.776,2	269.292,1	273.585,3	286.574,6	4,7	3,2	80,09

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário.

Despesa com assistência social

Posição	Município	Despesa com assist. social em R\$	População 2012
1º	Vitória	43.461.294,57	333.162
2º	Serra	36.484.206,61	422.569
3º	Linhares	17.973.004,86	145.639
4º	Cariacica	10.557.138,25	352.431
5º	Anchieta	8.911.580,77	24.616
6º	Colatina	8.632.659,53	113.054
7º	São Mateus	8.314.100,89	111.832
8º	Vila Velha	6.305.007,69	424.948
9º	Aracruz	6.078.493,00	84.429
10º	Cachoeiro de Itapemirim	5.716.420,51	192.156
11º	Jaguaré	4.965.509,40	25.454
12º	Guarapari	4.956.768,35	107.836
13º	Pinheiros	4.370.908,62	24.284
14º	Mimoso do Sul	4.337.334,09	25.858
15º	Baixo Guandu	4.197.677,01	29.272
16º	Afonso Cláudio	3.610.380,59	30.919
17º	Montanha	3.553.755,80	17.938
18º	Viana	3.477.134,67	66.745
19º	Barra de São Francisco	3.474.799,61	41.110
20º	Santa Maria de Jetibá	3.154.996,50	34.992
21º	Ecoporanga	2.802.374,28	23.097
22º	Venda Nova do Imigrante	2.798.686,70	21.094
23º	Castelo	2.655.612,72	35.048
24º	Guaçuí	2.552.477,53	28.208
25º	Conceição da Barra	2.526.537,35	28.745
26º	Mucurici	2.447.233,39	5.619
27º	Ilúna	2.418.904,65	27.512
28º	Iconha	2.369.337,22	12.681
29º	Ponto Belo	2.329.311,89	7.088
30º	Muniz Freire	2.268.832,85	18.202
31º	Mantenópolis	2.223.683,74	13.826
32º	Sooretama	2.218.056,84	24.685
33º	Santa Teresa	2.167.881,50	22.005
34º	Vargem Alta	2.129.409,15	19.395
35º	Fundão	2.010.610,46	17.632
36º	Marilândia	1.994.852,02	11.286
37º	Itapemirim	1.920.369,13	31.421
38º	Conceição do Castelo	1.893.731,81	11.798
39º	Domingos Martins	1.851.783,18	32.042
40º	João Neiva	1.820.606,16	15.886
41º	São Domingos do Norte	1.807.401,85	8.070
42º	Irupi	1.802.981,42	11.930
43º	São Gabriel da Palha	1.737.494,84	32.655
44º	Ibiraçu	1.725.963,23	11.335
45º	Boa Esperança	1.708.944,21	14.278
46º	Ibatiba	1.645.975,12	22.843
47º	Bom Jesus do Norte	1.588.049,09	9.514
48º	Muqui	1.582.335,31	14.506
49º	São José do Calçado	1.580.066,09	10.397
50º	Governador Lindenberg	1.574.772,76	11.106
51º	Nova Venécia	1.569.182,84	46.487
52º	Atílio Vivacqua	1.509.425,65	10.080
53º	Presidente Kennedy	1.495.253,49	10.429
54º	Apiacá	1.451.666,67	7.497
55º	Água Doce do Norte	1.437.936,78	11.624
56º	Alfredo Chaves	1.412.943,38	14.007
57º	Marataizes	1.391.077,68	34.675
58º	Rio Bananal	1.347.269,03	17.713
59º	Vila Valério	1.327.304,76	13.824
60º	Pedro Canário	1.326.588,66	24.071
61º	Ibitirama	1.249.678,33	8.919
62º	Marechal Floriano	1.247.034,81	14.576
63º	Itaguaçu	1.227.836,94	14.080
64º	Santa Leopoldina	1.183.193,00	12.207
65º	Pancas	1.173.224,31	21.722
66º	São Roque do Canaã	1.094.537,18	11.406
67º	Água Branca	1.077.399,15	9.507
68º	Itarana	1.064.982,54	10.799
69º	Brejetuba	1.060.755,39	11.950
70º	Laranja da Terra	1.022.604,12	10.810
71º	Dores do Rio Preto	1.017.800,00	6.429
72º	Alto Rio Novo	1.004.073,23	7.371
73º	Alegre	976.984,08	30.626
74º	Jerônimo Monteiro	900.375,88	10.984
75º	Divino de São Lourenço	703.774,99	4.471
76º	Piúma	606.064,70	18.597
77º	Vila Pavão	605.799,95	8.724
78º	Rio Novo do Sul	402.432,40	11.334
TOTAL		286.574.647,75	3.578.067

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário; População para 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

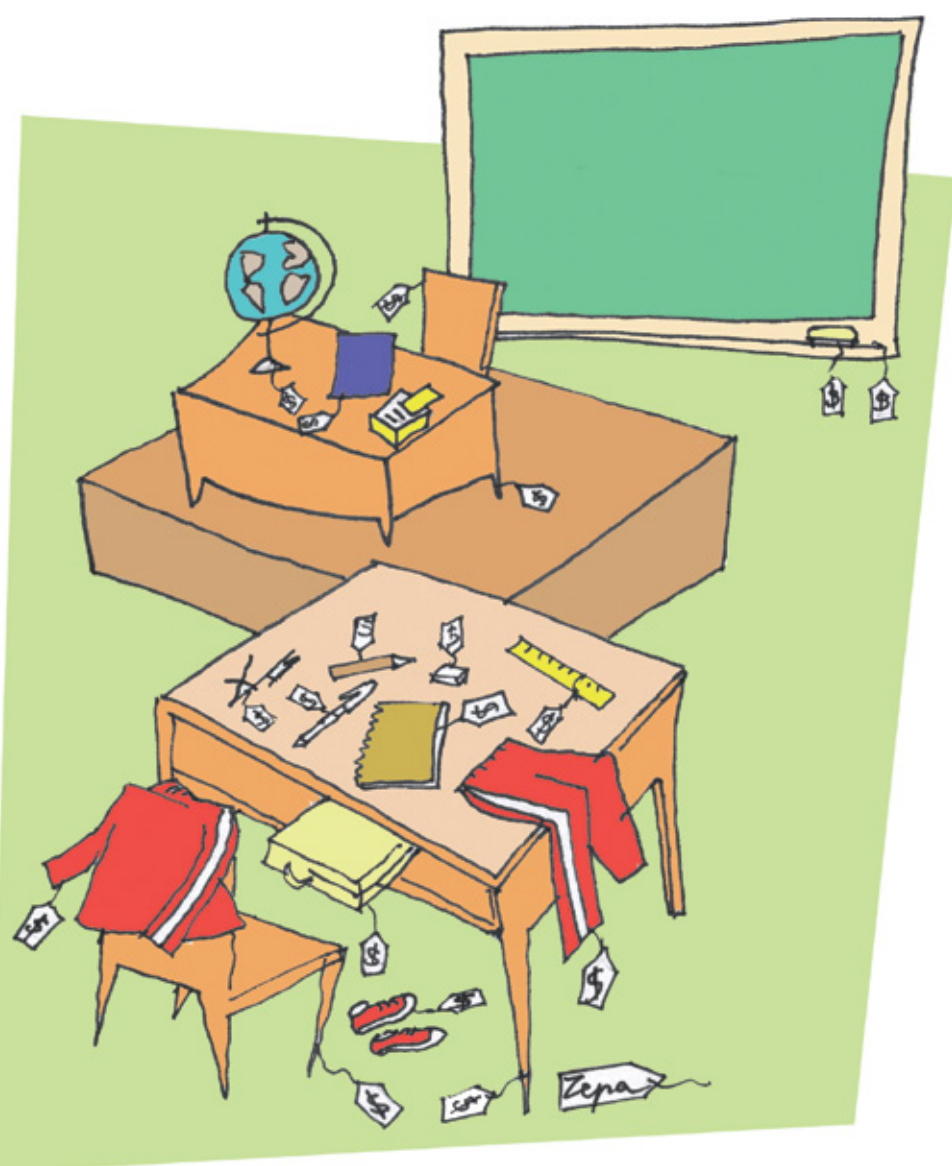
Despesa com assistência social per capita

Posição	Município	A / B	Despesa com assist. social (A) em R\$	População 2012 (B)
1º	Mucurici	435,53	2.447.233,39	5.619
2º	Anchieta	362,02	8.911.580,77	24.616
3º	Ponto Belo	328,63	2.329.311,89	7.088
4º	São Domingos do Norte	223,97	1.807.401,85	8.070
5º	Montanha	198,11	3.553.755,80	17.938
6º	Jaguaré	195,08	4.965.509,40	25.454
7º	Apiacá	193,63	1.451.666,67	7.497
8º	Iconha	186,84	2.369.337,22	12.681
9º	Pinheiros	179,99	4.370.908,62	24.284
10º	Marilândia	176,75	1.994.852,02	11.286
11º	Mimoso do Sul	167,74	4.337.334,09	25.858
12º	Bom Jesus do Norte	166,92	1.588.049,09	9.514
13º	Mantenópolis	160,83	2.223.683,74	13.826
14º	Conceição do Castelo	160,51	1.893.731,81	11.798
15º	Dores do Rio Preto	158,31	1.017.800,00	6.429
16º	Divino de São Lourenço	157,41	703.774,99	4.471
17º	Ibiraçu	152,27	1.725.963,23	11.335
18º	São José do Calçado	151,97	1.580.066,09	10.397
19º	Irupi	151,13	1.802.981,42	11.930
20º	Atílio Vivacqua	149,74	1.509.425,65	10.080
21º	Baixo Guandu	143,40	4.197.677,01	29.272
22º	Presidente Kennedy	143,37	1.495.253,49	10.429
23º	Governador Lindenberg	141,79	1.574.772,76	11.106
24º	Ibitirama	140,11	1.249.678,33	8.919
25º	Alto Rio Novo	136,22	1.004.073,23	7.371
26º	Venda Nova do Imigrante	132,68	2.798.686,70	21.094
27º	Vitória	130,45	43.461.294,57	333.162
28º	Muniz Freire	124,65	2.268.832,85	18.202
29º	Água Doce do Norte	123,70	1.437.936,78	11.624
30º	Linhares	123,41	17.973.004,86	145.639
31º	Ecoporanga	121,33	2.802.374,28	23.097
32º	Boa Esperança	119,69	1.708.944,21	14.278
33º	Afonso Cláudio	116,77	3.610.380,59	30.919
34º	João Neiva	114,60	1.820.606,16	15.886
35º	Fundão	114,03	2.010.610,46	17.632
36º	Água Branca	113,33	1.077.399,15	9.507
37º	Vargem Alta	109,79	2.129.409,15	19.395
38º	Muqui	109,08	1.582.335,31	14.506
39º	Alfredo Chaves	100,87	1.412.943,38	14.007
40º	Itarana	98,62	1.064.982,54	10.799
41º	Santa Teresa	98,52	2.167.881,50	22.005
42º	Santa Leopoldina	96,93	1.183.193,00	12.207
43º	Vila Valério	96,01	1.327.304,76	13.824
44º	São Roque do Canaã	95,96	1.094.537,18	11.406
45º	Laranja da Terra	94,60	1.022.604,12	10.810
46º	Guaçuí	90,49	2.552.477,53	28.208
47º	Santa Maria de Jetibá	90,16	3.154.996,50	34.992
48º	Sooretama	89,85	2.218.056,84	24.685
49º	Brejetuba	88,77	1.060.755,39	11.950
50º	Ilúna	87,92	2.418.904,65	27.512
51º	Conceição da Barra	87,89	2.526.537,35	28.745
52º	Itaguaçu	87,20	1.227.836,94	14.080
53º	Serra	86,34	36.484.206,61	422.569
54º	Marechal Floriano	85,55	1.247.034,81	14.576
55º	Barra de São Francisco	84,52	3.474.799,61	41.110
56º	Jerônimo Monteiro	81,97	900.375,88	10.984
57º	Colatina	76,36	8.632.659,53	113.054
58º	Rio Bananal	76,06	1.347.269,03	17.713
59º	Castelo	75,77	2.655.612,72	35.048
60º	São Mateus	74,34	8.314.100,89	111.832
61º	Ibatiba	72,06	1.645.975,12	22.843
62º	Aracruz	72,00	6.078.493,00	84.429
63º	Vila Pavão	69,44	605.799,95	8.724
64º	Itapemirim	61,12	1.920.369,13	31.421
65º	Domingos Martins	57,79	1.851.783,18	32.042
66º	Pedro Canário	55,11	1.326.588,66	24.071
67º	Pancas	54,01	1.173.224,31	21.722
68º	São Gabriel da Palha	53,21	1.737.494,84	32.655
69º	Viana	52,10	3.477.134,67	66.745
70º	Guarapari	45,97	4.956.768,35	107.836
71º	Marataizes	40,12	1.391.077,68	34.675
72º	Rio Novo do Sul	35,51	402.432,40	11.334
73º	Nova Venécia	33,76	1.569.182,84	46.487
74º	Piúma	32,59	606.064,70	18.597
75º	Alegre	31,90	976.984,08	30.626
76º	Cariacica	29,96	10.557.138,25	352.431
77º	Cachoeiro de Itapemirim	29,75	5.716.420,51	192.156
78º	Vila Velha	14,84	6.305.007,69	424.948
TOTAL		80,09	286.574.647,75	3.578.067

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário; População pra 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



A importância do **sistema de custos**: uma análise sob o enfoque metodológico



1. Introdução

O setor público no Brasil tem sido, frequentemente, criticado por não desempenhar adequadamente suas funções, em particular a de produção de bens e serviços públicos. Argumenta-se que tais serviços são de baixa qualidade e de custos elevados.

A preocupação com a qualidade dos gastos públicos é muito bem expressa na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal. O principal objetivo dessa lei é assegurar o equilíbrio orçamentário do setor público, evitando o surgimento do desequilíbrio das contas públicas, que tradicionalmente ocorria em nosso país, principalmente desde meados da década de 70, apresentando como resultado principal o descontrole da inflação. Adicionalmente, essa lei procura enfatizar a questão dos gastos públicos e afirma que o setor público deve estruturar um sistema de custos com o objetivo de propiciar aos gestores públicos instrumentos adequados para a administração das despesas e receitas tributárias.

Existem fundamentalmente três instrumentos básicos para a elaboração do planejamento e da administração orçamentária e financeira do setor público: o Plano Plurianual, a Lei de Diretriz Orça-

mentária e a Lei do Orçamento. A Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estipula os principais mecanismos para a elaboração dos orçamentos e balanço da União, Estados e Municípios. Os orçamentos públicos são organizados em termos de programas, projetos e ações contabilizando todas as receitas e despesas públicas. Ocorre, entretanto, que a estruturação dos orçamentos públicos ao longo do tempo não foi estruturada com o objetivo primordial de calcular os custos dos principais serviços públicos, mas sim de registrar as despesas e receitas.

Esse artigo apresenta, de forma sucinta, uma análise do enfoque metodológico adotado no processo de formulação e implementação de um modelo e de uma sistemática de gestão de custos de serviços em instituições públicas do Governo do Estado de São Paulo, tais como: Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), Secretaria de Administração Penitenciária, Fundação Casa, Secretaria Estadual de Educação e Secretaria Estadual da Saúde.

2. Aspectos Metodológicos

A metodologia para o cálculo dos custos dos serviços públicos passa necessariamente por algumas etapas básicas. A primeira e mais importante é a identificação dos serviços públicos e os insumos associados sobre os quais se pretende medir seus custos. Ainda que, em princípio, essa tarefa possa ser considerada simples, quando se trata de serviços públicos ela é muito complexa. As questões iniciais que surgem são das seguintes naturezas: Quais são os serviços públicos para os quais se devem determinar os custos? Uma vez determinados os serviços, como operacionalizar o cálculo de custo (e não despesas incorridas) para a prestação de serviços, por exemplo, de educação fundamental ou de manutenção da infraestrutura urbana ou da coleta e do tratamento de resíduos sólidos em um município? Como avaliar a qualidade dos gastos?

Uma vez que tenhamos superado a primeira etapa e identificado os principais serviços que serão objetos do cálculo de custos, deve-se iniciar a segunda etapa, na qual devemos estruturar as informações adequadas dos diversos insumos que estão sendo utilizados e relacionados direta ou indiretamente com os níveis de produção dos serviços. Nesse ponto, outras questões fundamentais devem também ser respondidas. Onde se encontram os dados sobre custos? Que método de mensuração deve ser utilizado? Como os principais sistemas que servem à administração devem ser utilizados?

Em todos os municípios, a fonte mais ampla e sistematizada de informações das despesas encontra-se em seu sistema de execução orçamentária (SEO). Entretanto, esse sistema foi introduzido com a preocupação básica de registro das

despesas e não com o objetivo principal de estruturar um sistema de custos.

Assim, o SEO registra uma série de programas, projetos e atividades, cujo objetivo último é o registro das despesas. Por exemplo, os programas de pagamento dos serviços da dívida, transferência de recursos para outros entes, programas de pagamento de pensões e aposentadorias e de precatórios são registros de despesa que não possuem a função básica de explicitar custos de determinados serviços.

Mais ainda, a estruturação dos programas, fruto da ausência de uma melhor orientação sobre a avaliação da qualidade dos gastos, também não tem nenhuma contrapartida de serviços, pelos menos de uma maneira mais clara. Pode-se dizer de maneira concisa que os orçamentos públicos se organizam com o objetivo primordial de estruturar as informações sobre despesas e estão desconectados da matriz orientadora de uma função de produção dos serviços públicos necessária ao cálculo de custos e à avaliação de resultados para a sociedade.

A partir do momento que inexistesse essa matriz, as informações sobre os diversos tipos de despesa (pessoal, custeio, investimentos etc.) organizam-se de maneira distinta daquela que seria a necessária para o cálculo de custos.

Aqui residem duas estratégias alternativas. A primeira seria estruturarmos um sistema de custos completamente distinto das informações já tradicionalmente estruturadas e registradas no SEO. Essa estratégia seria cara para o município, pois seria necessário manter simultaneamente dois sistemas amplos e complexos. Nesse sentido, acreditamos que a melhor alternativa seria a de buscar introduzir algumas melhorias na estruturação das peças orçamentárias atuais de forma a possibilitar o cálculo dos custos de determinados serviços.

Para tal, é fundamental partirmos do princípio de que a contabilidade pública tem inúmeros objetivos e não meramente o cálculo de custos dos serviços públicos. Nesse sentido, é fundamental identificarmos alguns serviços públicos mais estratégicos, que sejam os mais representativos para os gestores públicos no sentido de alocação de recursos, e colocá-los de maneira clara, na forma de programas, projetos e atividades, pois a partir daí as informações vão ser estruturadas e mais compatíveis para o cálculo de custos.

3. Etapas da Metodologia de Cálculo do Custo dos Serviços Públicos

Para o desenvolvimento de um sistema de custos em um ambiente complexo é necessário o uso de uma metodologia científica que permite a antecipação dos passos e a organização do trabalho, além de orientá-lo em todas as suas eta-

pas. Essa metodologia diz respeito a um conjunto de etapas logicamente integradas que devem garantir a obtenção do sistema desejado.

O modelo conceitual do sistema de custos pode ser desdobrado em quatro subsistemas ou modelos, cada qual com características específicas que contribuem para a estruturação do sistema como um todo. Para efeitos didáticos, apresentaremos uma descrição sobre a construção desses modelos, na seguinte ordem:

- ▶ Modelo de Identificação e Acumulação de Custos.
- ▶ Modelo de Decisão e Informação.
- ▶ Modelo de Mensuração.
- ▶ Modelo de Processamento.

3.1. Construção do Modelo de Identificação e Acumulação de Custos

O Modelo de Identificação e Acumulação de Custos diz respeito ao reconhecimento e à estruturação de Objetos de Custos (famílias de serviços, serviços, programas, centros de custos etc.) a partir de pesquisas e estudos sobre a organização, as funções, as operações e as atividades de uma determinada entidade para a qual se deseja efetuar a mensuração e disponibilizar, aos gestores, servidores públicos e às outras partes interessadas na gestão, informações consistentes e com a maior precisão possível sobre custos. O nível de precisão dessas informações dependerá do estágio de maturidade e integração de processos, sistemas de informação e estruturas, influenciando decisivamente na qualidade do processo de decisão.

Além disso, deve-se realizar uma análise crítica sobre o grau de aderência dos programas e ações do PPA e das funcionais programáticas do orçamento frente aos Objetos de Custos e serviços públicos prestados pela entidade e propor ajustes e melhorias necessárias a serem implementadas oportunamente. As informações sistematizadas mais gerais do governo municipal estão consolidadas a partir da elaboração do PPA e da Lei Orçamentária Anual. Portanto, é de fundamental importância que os Objetos de Custo identificados pelo sistema de custo tenham uma contrapartida nessas peças orçamentárias em termos de programas, ações etc. Essa consistência é fundamental, pois os gestores públicos baseiam suas decisões em termos de PPA e orçamento. Assim, à medida que não exista a aderência entre o sistema de custos e o PPA e orçamento, o sistema de custos pode deixar de ser um referencial importante para a tomada de decisões, pois será um conjunto de informações à parte das peças orçamentárias. Por outro lado, à medida que não exista essa consistência, o custo de estruturar as informações aumenta de maneira significativa, pois precisamos criar sistemas paralelos para o cálculo dos custos.

Veja a seguir alguns exemplos de serviços prestados em instituições de educação e saúde de um município:

Uma adequada sistemática de gestão de custos deve tratar informações sobre os custos de utilização dos recursos (pessoal, serviços de terceiros, materiais de consumo etc.) apropriados por unidade escolar e por serviços prestados, tais como: (a) ensino infantil e fundamental I; (b) atendimento ao aluno, que inclui transporte escolar, merenda, material didático etc; (c) atendimento à escola, que inclui obras novas, ampliações, limpeza, vigilância etc.

Na saúde e mais especificamente no atendimento hospitalar é necessário obter informações de custos sobre: (a) o atendimento em regime de internação; (b) o atendimento ambulatorial em especialidades; (c) o atendimento de urgência e emergência; (d) as atividades cirúrgicas, dentre outros.

3.2. Construção do Modelo de Decisão e Informação

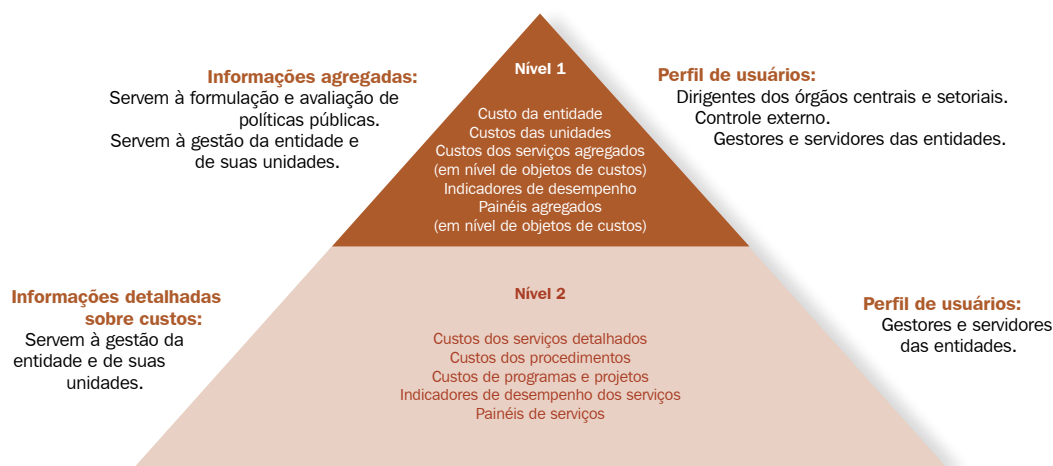
Esse Modelo diz respeito à formulação de propostas à condução do processo de tomada de decisão a partir das informações de custos e da oferta de padrões de relatórios e painéis (*outputs*) que deverão ser utilizados rotineiramente no processo decisório dos gestores. Envolve a proposição de orientações para a tomada de decisão pelos gestores, *layouts* de relatórios gerais e gráficos de indicadores de gestão (relacionados a custos) que visam a atender os múltiplos interesses dos gestores públicos em apoio ao combate aos desperdícios, à melhoria de processos, avaliação e alocação de melhores práticas, à definição ou aos ajustes de políticas públicas, ao acompanhamento das metas orçamentárias etc.

Especificamente para o projeto de custos, devem-se organizar as informações em dois níveis, conforme perfil dos usuários e o uso que se pretende fazer dessas informações sobre custos dos serviços prestados. Neste trabalho estabelecemos dois níveis de informações: (a) Nível 1: para o qual são disponibilizados relatórios e painéis de informações mais agregadas – em atendimento aos requisitos de informações estabelecidos pelos órgãos centrais; (b) Nível 2: apresenta informações desagregadas sobre custos – em nível de procedimentos, projetos e programas específicos e indicadores de desempenho operacionais sobre custos. A Figura 1 a seguir ilustra a organização das informações conforme descrito anteriormente.

3.3. Construção do Modelo de Mensuração

O Modelo de Mensuração diz respeito aos conceitos e critérios utilizados para expressar monetariamente o custo dos Objetos de Custo e dos serviços prestados por uma entidade após o consumo de recursos. É a forma como se mensura o

Figura 1: Níveis de informações e perfil de usuários



consumo de recursos pelos serviços e Objetos de Custo, de acordo com as necessidades dos tomadores de decisões. Necessita, portanto, de métricas ou parâmetros que sirvam de instrumentos para apropriar os custos. Entre os instrumentos podem ser elencados os seguintes: (a) métodos de custeio: custeio direto, custeio por absorção; (b) conceitos e classificações dos custos diretos, indiretos, fixos, variáveis das entidades; (c) custos dos serviços das entidades.

Vale ressaltar a necessidade de se observar os padrões internacionais de contabilidade pública. O processo de convergência dos padrões internacionais de contabilidade pública está em sua fase final, e, assim, as entidades públicas brasileiras passarão a adotá-los nos próximos anos.

Para o cálculo dos custos dos serviços prestados é necessária a observação do Regime de Competência. De acordo com esse princípio contábil as transações e outros eventos são reconhecidos contabilmente quando efetivamente ocorrem e não quando os valores são orçados, empenhados, recebidos ou pagos. Portanto, as transações e os eventos são registrados e reconhecidos nas demonstrações contábeis e na contabilidade de custos nos meses da efetiva materialização da ocorrência, como, por exemplo, no mês do recebimento do material comprado, no mês do consumo da energia elétrica, no mês em que um determinado serviço foi executado.

3.4. Construção do Modelo de Processamento

O Modelo de Processamento diz respeito (i) a como o Sistema de Custos deverá interagir com os Sistemas Operacionais (estruturantes ou corporativos) geradores de dados de custos

e de variáveis físicas sobre a produção dos serviços; e (ii) aos procedimentos lógicos através dos quais os dados de custos (recursos consumidos) são processados e convertidos em informações sobre os diversos objetos de custos. Essas informações deverão ser trabalhadas, armazenadas e convertidas em painéis e relatórios gerenciais destinados aos gestores.

4. Considerações Finais

Os produtos dessa iniciativa visam a atender os múltiplos interesses dos gestores públicos instrumentalizando-os com informações sobre evolução dos custos, custos comparativos, evolução dos custos reais *versus* os custos padrões e informações sobre custos dos serviços prestados frente aos indicadores de eficácia e efetividade da política pública, relacionados aos referidos serviços públicos prestados pelas diversas áreas de resultados do governo municipal.

A importância do sistema de custos reside primordialmente na organização das informações de custos, geradas a partir dos Modelos de Custos das áreas que prestam, diretamente ou indiretamente, serviços aos cidadãos, para um efetivo monitoramento e análise crítica dos processos e regulamentos focando o combate a qualquer forma de desperdício de recursos públicos, à referência e busca por melhores práticas e soluções inovadoras, à (re)definição de políticas públicas, à análise de custo *versus* efetividade das iniciativas governamentais e ao acompanhamento das metas orçamentárias, dentre outros desafios a que se depara o gestor público que, cada vez mais, deve promover a transparência e a prestação de contas frente aos desafios relacionados a uma efetiva gestão orientada a resultados para a sociedade.

* Engenheiro Eletricista (UFJF), mestre em Gestão e Políticas Públicas (FGV-SP), pesquisador da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas).

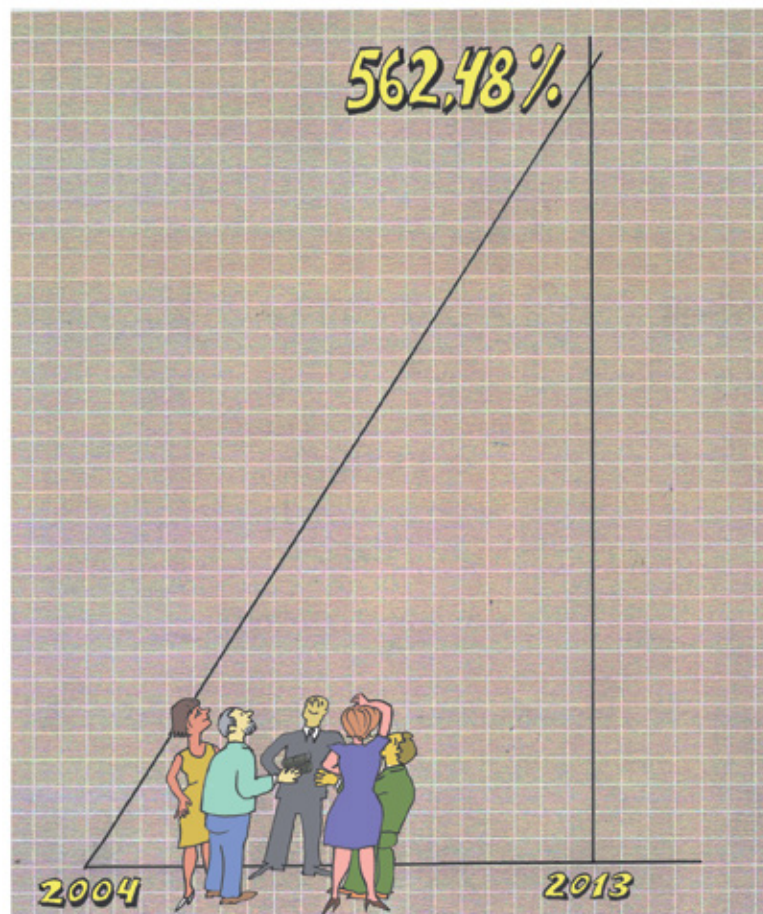
** Economista (USP), mestre em Economia (Unicamp), professor da FEA-PUCSP, técnico da Fundap (Fundação do Desenvolvimento Administrativo).

O Estado e os desafios da Assistência Social

A Política de Assistência Social ganhou força no Brasil com a Constituição Federal de 1988, que definiu o tema como um dos tripés da seguridade social, juntamente com a Previdência e com a Saúde. A Carta Magna destacou o seu caráter de política pública, rompendo com a visão clientelista e setorial predominante até então. Em seu artigo 203, caput, a Constituição Federal estabelece que “a Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social”. Em 1993, foi aprovada a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro (Lei Orgânica da Assistência Social), que regulamenta os artigos 203 e 204 da Constituição e garante direitos à população, com recursos do orçamento da seguridade social.

A partir dos debates e movimentos da sociedade brasileira, com participação das entidades, dos conselhos de direitos da área social, dos trabalhadores, dos gestores e de tantos outros organismos e atores brasileiros, a Assistência foi ganhando importância e se fortalecendo até que na Conferência Nacional de Assistência Social de 2003 deliberou-se pela implantação do Sistema Único da Assistência Social (Suas). Este foi definido como “um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira”.

No ano de 2004 foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Assim, a temática passou a ser melhor compreendida e incorporada nas três esferas de



governo. Os debates em torno da regulamentação e da implantação de uma política pública de desenvolvimento e de melhoria dos indicadores sociais de todos os estados foram se tornando mais frequentes. Os governos passaram a destacar em seus planejamentos a temática da Assistência Social como política necessária para a transformação da realidade.

Em 2011, portanto sete anos após o início de execução do Sistema Único de Assistência Social em todo o país, foi aprovada e sancionada pela presidenta Dilma Rousseff a Lei do Suas (Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011). Trata-se de um modelo de gestão da Assistência Social para todo o país, que envolve os três entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) e consolida um sistema descentralizado e participativo, integrando “objetivos, ações, serviços, benefícios, programas e projetos em rede hierarquizada e territorializada pela complexidade dos serviços e em parceria com organizações e entidades”.

O Suas no Espírito Santo

No Espírito Santo a implantação do Suas seguiu a lógica nacional com a constituição da Rede de Proteção Socioas-

sistencial composta por ações de atendimento à população, dando a devida importância e prioridade às demandas das famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social. Várias iniciativas do Governo do Estado marcaram esse processo coletivo de construção do Suas.

Após amplo debate, em dezembro de 2012, a Lei do Suas Estadual foi aprovada. Sancionada pelo governador Renato Casagrande, ela vem sendo estruturada de forma a apoiar técnica e financeiramente os municípios capixabas no processo de fortalecimento do Suas, por meio da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (Seadh). É importante destacar que houve aumento gradativo e significativo do orçamento disponível do Fundo Estadual de Assistência Social (Feas), passando de R\$ 6.232.666,00, em 2004, para R\$ 41.290.582,00, em 2013, o que representou um acréscimo de 562,48% e possibilitou ao Estado incrementar a rede de serviços.

Para reduzir a burocracia e aprimorar o sistema de transferência de recursos da Assistência Social aos municípios, o Governo do Estado regulamentou também o repasse de recursos regular e automático Fundo a Fundo, ou seja, uma transferência direta do caixa do Estado para o caixa das 78 cidades capixabas. Com isso, o cofinanciamento estadual para a execução da Política de Assistência Social passou a ser garantido em parcela única para todo o ano, sem a necessidade de realização de convênios para a implantação dos serviços continuados. O Espírito Santo foi um dos primeiros estados a adotar essa medida no Brasil, atendendo a uma reivindicação do Colegiado de Gestores Municipais do Estado do Espírito Santo (Cogemases) e da Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo (Amunes).

Em 2013, a Seadh estabeleceu outras duas metas importantes para o Suas: apoio e orientação para a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social pelos municípios para o quadriênio 2014-2017; e apoio e orientação na criação da Lei do Suas em todos os municípios capixabas. Assim, o Espírito Santo poderá ser o primeiro Estado brasileiro a regulamentar o Suas em todas as suas cidades.

Erradicação da extrema pobreza

No Planejamento Estratégico do Governo do Estado, em 2011, foi definida como diretriz prioritária a erradicação da extrema pobreza em todos os municípios, por entender que esse é um dos maiores desafios dos governos e da sociedade. Dados do Censo de 2010 indicavam que ainda

havia no país aproximadamente 20 milhões de pessoas em situação de pobreza, sendo que 16 milhões se encontravam em situação de extrema pobreza. No Espírito Santo, o Censo 2010 estimou que 184.556 pessoas viviam na condição de extremamente pobres e 235.305 caracterizavam-se como pobres¹.

A insuficiência de renda compõe relevante indicador de privações, culminando na falta ou precarização do acesso a recursos básicos como água, saúde, educação, alimentação, moradia e cidadania (GOMES; PEREIRA, 2005). Entretanto, faz-se necessário destacar o caráter multifacetado e dinâmico da pobreza. Em uma perspectiva mais abrangente, esse fenômeno pode ser definido como “privação das capacidades básicas de um indivíduo”, sendo tais capacidades entendidas como “as combinações alternativas de funcionamentos de possível realização, ou seja, a pobreza deve ser entendida como a privação da vida que as pessoas realmente podem levar e das liberdades que elas realmente têm” (CRESPO, GUROVITZ, 2002).

Nesse sentido, a pobreza pode ser compreendida sob múltiplas dimensões, além da simples carência de renda monetária, assim evidenciando a urgente demanda por políticas públicas integradas, voltadas a oportunizar, num esforço conjunto entre governos e sociedade, o alívio imediato da pobreza e extrema pobreza no que tange à renda e a expansão das liberdades reais das pessoas.

É notório o aumento dos investimentos no país em políticas públicas destinadas à população pobre e extremamente pobre. O Plano Brasil sem Miséria (BSM), lançado em 2011, consiste em uma estratégia do Governo Federal no sentido de reduzir a pobreza e erradicar a extrema pobreza no país através de ações integradas entre diversas áreas (assistência social, saúde, educação, habitação, dentre outras). Tem como objetivo elevar a renda familiar *per capita* por meio da transferência direta de renda e ampliar o acesso aos serviços públicos, às ações de cidadania e bem-estar social e às oportunidades de ocupação e renda, buscando a melhoria das condições de vida da população mais vulnerável (BRASIL, 2011).

Vale ressaltar que com as medidas do Governo Federal, por meio do Plano Brasil Sem Miséria e das ações do Brasil Carinhoso, a extrema pobreza visível foi erradicada no Brasil. Dessa maneira, nenhuma família beneficiária do Programa Bolsa Família tem renda inferior a R\$ 70,00 per capita. Todavia, ainda precisamos localizar as famílias em situação de extrema pobreza que se encontram

¹ Conforme o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) são considerados pobres as pessoas cuja renda familiar per capita se encontre na faixa entre R\$ 70,01 e R\$ 140,00, enquanto que os extremamente pobres caracterizam-se pela renda familiar per capita de até R\$ 70,00.

invisíveis ao Governo, através do processo de busca ativa permanente.

Incluir: Programa Capixaba de Redução da Pobreza

Para reduzir a extrema pobreza e fortalecer o Suas, o Governo do Espírito Santo criou um programa estruturante, integrando as diferentes áreas de governo em prol de um objetivo comum e consolidando caminhos rumo à equidade e à justiça social. Nesse sentido, respeitando as diretrizes do Plano Brasil Sem Miséria, o governo estadual implantou, no mesmo ano de lançamento do plano federal, o **Programa Estadual de Redução da Pobreza, denominado “Programa Incluir”**, destinado a atender famílias pobres e extremamente pobres.

O Programa tem como diretrizes: garantir os direitos sociais e o acesso aos serviços públicos e às oportunidades de ocupação e renda. Além disso, ele deve garantir o desenvolvimento econômico e social em bases regionais e o desenvolvimento de ações intersetoriais para a redução da pobreza, por meio da interface e articulação entre programas, projetos e serviços.

O Programa possibilita também uma mudança de concepção na oferta de serviços, passando o Estado a chegar com os serviços à população ao invés de esperar que a população busque pelos serviços que são ofertados. O governo estadual destina anualmente aos municípios capixabas o total de R\$ 10.939.500,00 para contratação das equipes de acompanhamento às famílias do Incluir.

Assim como o Plano Brasil Sem Miséria, o Programa Incluir utiliza a referência de atendimento social como ponto de partida para a garantia da inclusão produtiva das famílias vulneráveis, uma vez que o Cadastro Único para Programas Sociais e os Centros de Referência da Assistência Social (Cras e Creas) possibilitam a identificação das demandas apresentadas pelas famílias e a articulação da rede de serviços para o atendimento a essas demandas. Estão articuladas ao Incluir diversas secretarias e órgãos estaduais, com ações distribuídas nos três eixos de atuação do Programa: acompanhamento familiar, acesso aos serviços e inclusão produtiva.

Destaca-se no Incluir o Projeto Bolsa Capixaba, cujo objetivo é erradicar a extrema pobreza por meio da transferência de renda às famílias que, mesmo recebendo o benefício do Programa Bolsa Família, permanecem com renda familiar per capita inferior a R\$ 70,00. Em 2013, o Governo do Estado efetivou nova medida para garantir renda mínima de R\$ 90,00 a 32 mil famílias que têm crianças na pri-

meira infância (0 a 6 anos), totalizando um investimento de aproximadamente R\$ 25 milhões/ano.

Outro instrumento do Estado que ganhou relevância para os municípios foi o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (Funcop). Em 2010, após pactuação no Cogemases e na Amunes iniciaram-se os repasses aos municípios na modalidade Fundo a Fundo. Em 2013, o valor total dos repasses aos municípios será de R\$ 24 milhões. Também será efetuada revisão da legislação do Fundo pelos membros da Comissão de Acompanhamento do Funcop, com participação da Associação dos Municípios do Espírito Santo (Amunes).

Uma vez que a política de assistência social foi regulamentada, hoje ela possui maior capilaridade para chegar mais próxima à população vulnerável e articular com a rede socioassistencial estratégias de acesso aos serviços públicos por parte das famílias extremamente pobres. Importa ressaltar que na última década muitos esforços foram empregados para estabelecer mudanças nesse quadro, encorajando mais e mais as autoridades federais, estaduais e municipais a investirem no social com foco na redução da pobreza.

Hoje, a Rede de Proteção Socioassistencial dos municípios capixabas conta com vários equipamentos públicos de atendimento à população e, dentre eles, destaca-se a implantação de **135** Centros de Referência de Assistência Social (Cras), para o desenvolvimento de ações de prevenção com as famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social e **53** Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas), para atendimento às famílias e aos indivíduos que sofrem violações de direitos.

A Rede possui também **138** Unidades de Acolhimento Institucional (abrigos) para crianças, adolescentes e pessoas idosas. Além disso, em 2013 e 2014, o Governo do Estado apoiará os municípios com o cofinanciamento para construir 25 Cras e 13 Creas. Também já foi pactuado na Comissão Intergestores Bipartite (CIB) a compra de veículos pelo Estado para atender às necessidades dos municípios no trabalho de acompanhamento às famílias inseridas no Programa Incluir.

Alguns desafios ainda estão postos para consolidação da implantação do Suas pelos Governos:

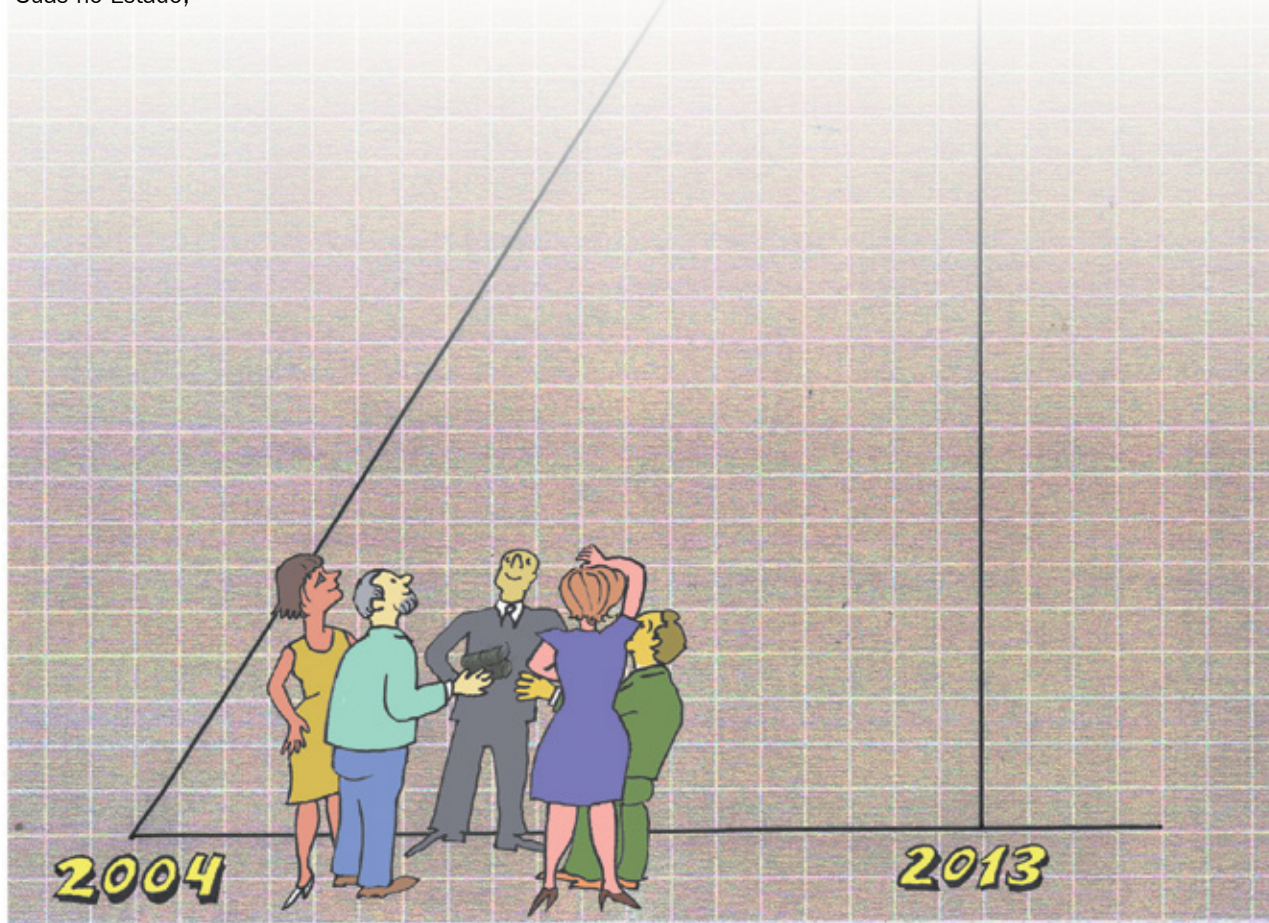
- ▶ Ampliação da estrutura administrativa dos municípios para gestão dos recursos públicos;
- ▶ Ampliação do quantitativo de recursos humanos, de acordo com a Lei do Suas e a NOB/RH;
- ▶ Atuação na formação continuada dos trabalhadores do

Suas para maior qualificação da oferta de serviços à população;

- ▶ Adequação das estruturas físicas dos municípios para atendimento adequado e acessível à população;
- ▶ Ampliação do cofinanciamento do Estado, apesar dos avanços já conquistados;
- ▶ Avanço na implantação da vigilância socioassistencial nos municípios e Estado (sistemas de informação e diagnósticos precisos das vulnerabilidades, de forma regionalizada e territorializada, visando a conhecer os efeitos dos serviços na vida das pessoas);
- ▶ Realização de planejamentos conjuntos e articulados da região metropolitana para os problemas comuns, como também incentivar ações regionalizadas nos municípios de pequeno e médio porte, visando a otimizar recursos das cidades com baixa arrecadação;
- ▶ Fomento de ações articuladas e intersetoriais com outras secretarias da área social para atendimento às famílias, público da Assistência Social;
- ▶ Fortalecimento do diálogo e da comunicação com a sociedade sobre o Suas;
- ▶ Ampliação e estruturação da Rede de Proteção Socioassistencial dos municípios do Estado;
- ▶ Realização de pesquisas de impacto da implantação do Suas no Estado;

- ▶ Atuação dos gestores para que as ações públicas aconteçam de forma integrada e intersetorial entre a União, o Estado e os Municípios, e possibilitem o desenvolvimento econômico sustentável em todas as regiões do Estado, bem como incorpore parcelas progressivas da população ao trabalho e às condições condignas de existência;
- ▶ Elaboração e aprovação do Plano Municipal de Assistência Social em todos os municípios capixabas;
- ▶ Elaboração e aprovação da Lei Municipal do Suas em todos os municípios capixabas;
- ▶ Fortalecimento do controle social como ferramenta primordial ao atendimento dos anseios da população em situação de vulnerabilidade social.

Nesse sentido, apesar dos desafios atuais, os gestores públicos que compreenderam e buscaram estratégias conjuntas e articuladas com as outras políticas sociais conseguiram, com certeza, muitos avanços no atendimento à população que mais precisa. É notório que os indicadores sociais na última década melhoraram e os impactos positivos são evidentes. O desenvolvimento social aliado ao desenvolvimento econômico é a fórmula para garantir direitos e políticas públicas que atendam às reais necessidades das famílias.

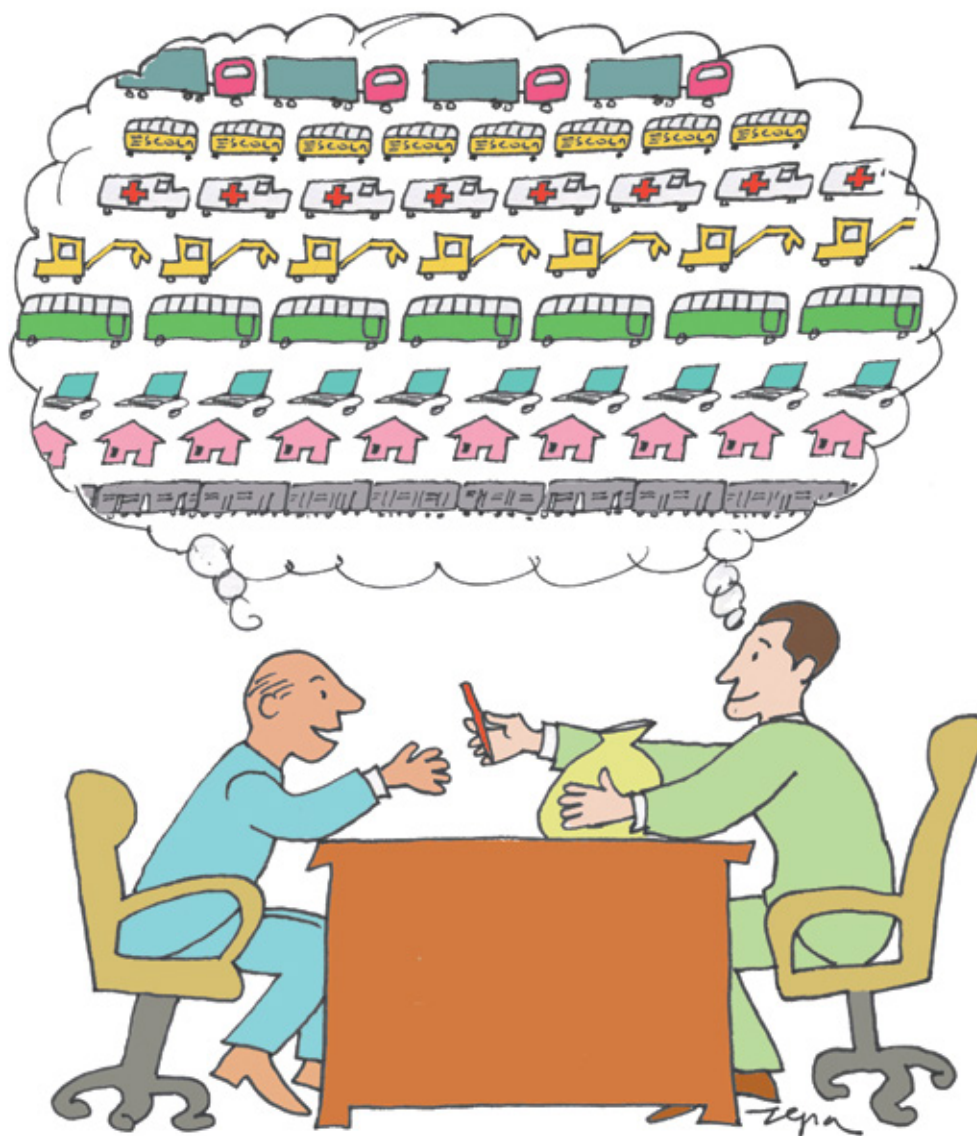


* Secretário de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos.

A atuação do Bandes na economia e no setor público municipal

É claramente perceptível quando ocorre o chamado “dinamismo” no mercado de uma região: empregos, circulação de renda, abertura de negócios, otimismo para empreender, valorização imobiliária, enfim, a pujança salta aos olhos até

de observadores inadvertidos. Nos municípios do interior, podemos perceber esse dinamismo pelo crescimento e diversificação dos setores ligados ao agronegócio e pela efervescência do comércio e de serviços locais.



Numa perspectiva mais tradicional, as grandes plantas industriais promovem o dinamismo econômico uma vez que atuam como âncoras, atraindo novos atores. As pequenas e médias empresas se estruturam, então, na órbita das indústrias, exercendo seus papéis de fornecedoras de componentes ou de prestadoras de serviços, aumentando, assim, a circulação da renda, que transborda para os setores de comércio e serviços.

Há, entretanto, diversas outras formas de conferir um novo dinamismo em mercados já existentes. A intervenção direta ou indireta do Estado na economia – seja por meio da execução das políticas fiscal e monetária, pela atuação de instituições públicas que trabalham diretamente em uma determinada atividade econômica ou na prestação de serviços públicos – é uma alternativa concreta. Afinal, cabe ao Estado buscar um nível de desenvolvimento que garanta o bem-estar econômico e social aos seus cidadãos. E para cumprir esse papel, lançar mão de políticas públicas ativas é uma atitude viável.

Trazendo esse raciocínio para o Espírito Santo, alguns fatores podem estimular o desenvolvimento do Estado. Primeiramente, o Estado possui uma economia baseada em um leque diversificado de atividades, ainda que concentradas em atividades exportadoras de commodities. Segundo, o Estado abriga os maiores produtores do país na indústria de rochas ornamentais, gás natural e celulose, e é o segundo maior explorador de petróleo, além de possuir um já tradicional e consolidado agronegócio, com destaque para a cafeicultura, a pecuária e a fruticultura.

Estudos, planejamento e acesso ao crédito produtivo têm contribuído para a expansão dos investimentos na modernização de lavouras e na implantação de tecnologias que promovem a melhoria da qualidade genética e para com o efetivo controle ambiental das práticas de produção. O Governo do Espírito Santo sempre teve atuação destacada na implantação de políticas públicas em todas essas áreas.

Cabe mencionar ainda a recente articulação do governo estadual, através de seu banco de desenvolvimento, para a construção de novos programas setoriais agrícolas. A avicultura passa a ser mais uma aposta capixaba para ganhar mercados Brasil afora com um programa estruturado para envolver os produtores de aves e a indústria, tendo como modelos casos de sucesso, como os polos de fruticultura, que ajudaram a diversificar a produção agrícola introduzindo novas opções de culturas, além da produção de café – historicamente arraigada na cultura capixaba. Contudo, os investimentos na cafeicultura continuam, pois se trata de uma cadeia produtiva consolidada no Estado, tanto pelo volume das exportações quanto pelas vendas internas, e está presente em quase todos os municípios capixabas.

Abre-se, aqui, um parêntese. Ainda dentro dessa estratégia, existem, no sistema bancário estadual, duas importantes ferramentas para operacionalizar políticas públicas consistentes. O Espírito Santo é o único Estado da Federação que mantém dois bancos próprios: um de desenvolvimento, o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes), e outro comercial, o Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes).

Ter um banco de desenvolvimento no Espírito Santo significa ter um importante instrumento para a inclusão produtiva de segmentos normalmente excluídos do foco de atuação dos bancos comerciais. Dessa forma, instituições de desenvolvimento, a exemplo do Bandes, ganham quando a sociedade ganha, seja ao conseguir incluir produtivamente empreendedores informais, seja ao formar pequenas empresas cada vez mais sólidas e geradoras de empregos e que podem, no momento seguinte, expandir sua atuação. Diferentemente das instituições financeiras comerciais, os bancos de desenvolvimento focam sua atuação oferecendo crédito de longo prazo para investimentos que contribuam para a maior competitividade econômica.

Além do crédito, mecanismos de incentivos financeiros e fiscais podem ser operados pelo Bandes com o objetivo de descentralizar o crescimento econômico. É o caso do Programa de Incentivo ao Investimento no Estado do Espírito Santo (Invest-ES) e dos contratos de competitividade. Tais incentivos, aliados aos investimentos públicos em estradas e outros aparelhos de infraestrutura, podem tornar uma região uma alternativa viável para novos investimentos privados. Em um processo de estruturação econômica, nem todas as regiões beneficiam-se das mesmas condições sociais, de infraestrutura e mesmo de fatores naturais para construir o seu modelo ideal de sustentabilidade. Nesse sentido, os bancos de desenvolvimento impulsionam as ações destinadas a promover a competitividade nos municípios mais fragilizados socioeconomicamente, visando a um melhor equilíbrio interregional.

Outra questão de grande impacto para o desenvolvimento do Espírito Santo refere-se ao duro golpe que as finanças dos municípios capixabas sofreram com a unificação da alíquota do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), cobrada sobre produtos importados em operações interestaduais, o que fez o recolhimento do ICMS no Estado cair drasticamente e comprometeu seriamente a capacidade de investimentos de muitos municípios. Essas perdas de receitas públicas têm sido assunto recorrente e preocupação constante entre os governos municipais e o estadual.

Na sistemática do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap), em operação há mais de 40 anos no Estado e fortemente impactado com a unificação das alíquotas, o valor do ICMS arrecadado sobre as importações é dividido entre o Estado e os municípios. Em 2012, o ICMS gerado pelas operações de importação somou R\$ 1,7 bilhão.

Antes, 75% do valor total da arrecadação do ICMS Fundap era aplicado pelo Estado no incentivo financeiro às empresas importadoras e os demais 25% eram divididos entre os 78 municípios capixabas. Essa receita, que era garantida e incorporada na gestão pública, era revertida em investimentos e benefícios para a população local, resultando, de certa forma, em um ambiente favorável ao crescimento econômico e ao dinamismo. Nesse novo cenário, os municípios pedem soluções ao Governo Estadual que, por sua vez, busca reunir forças para cumprir o seu papel, planejando alternativas para, novamente, alcançar a “pujança que salta aos olhos”.

No âmbito dessa questão, uma proposta viável são os financiamentos à administração pública. O Espírito Santo detém todos os elementos para superar essa limitação que lhe foi imposta: a compensação financeira oferecida pelo Governo Federal, o banco de desenvolvimento próprio – o canal de entrega desses recursos – e as prefeituras que precisam ampliar seus investimentos, sem comprometer o seu custeio. O Programa de Apoio ao Investimento dos Municípios Capixabas (Proinveste Capixaba) oferecido pelo Bandes está pronto para ser usado como uma alternativa concreta e viável à disposição dos municípios que elaborarem projetos e que queiram melhorar a qualidade de vida da população.

São R\$ 100 milhões iniciais que poderão ser contratados pelas administrações públicas para investimentos tais como obras civis e aquisição de máquinas, equipamentos, tecnologias de informação e veículos. Essa atuação do

Bandes na área do financiamento público não é recente. O Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos (PMAT), criado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para apoiar os municípios brasileiros na busca de um processo mais eficiente de administração tributária e gestão pública, foi contratado por três municípios capixabas por meio do Bandes: Cariacica, Colatina e São Mateus.

Ainda no papel de repassador de recursos federais, outros programas do BNDES também tiveram o protagonismo do Bandes em sua implantação junto aos municípios capixabas. O extinto Programa de Infraestrutura para a Mobilidade Urbana (Promob) e o Programa Caminhos da Escola, destinado à aquisição de veículos para transporte escolar, também foram trabalhados pelo banco em alguns municípios capixabas, entre os quais Vitória, Serra e Santa Teresa.

Há possibilidades, há alternativas, mas o Espírito Santo precisa sair do estado de tranquilidade de quem viveu um crescimento recorrentemente acima do PIB nacional nos últimos anos. Desse processo, algumas reflexões surgem e precisam ser resolvidas: buscar caminhos para o desenvolvimento. Esse deve ser um trabalho permanente. É preciso aperfeiçoar o processo de descentralização econômica do país e, para tanto, entre outras medidas, recomenda-se o aprofundamento da discussão sobre o pacto federativo com o fortalecimento dos municípios.

O Governo Estadual trabalha em iniciativas ligadas ao financiamento público municipal, aliadas à circulação do conhecimento sobre as boas práticas na gestão pública. Percebe-se que o “choque de gestão” nas municipalidades tem que ser um processo de busca continuada, por meio da modernização do controle e da administração fiscal com o objetivo de pensar formas de elevar a receita e contribuir para a racionalização dos gastos públicos.

O incremento de receitas, ainda que por meio de financiamentos contratados junto a instituições financeiras, amplia as opções para a administração pública dos municípios capixabas trabalhar em um momento de redução de receitas. Através do financiamento de obras, equipamentos e tecnologias da informação que facilitem o dia a dia, as prefeituras geram mais oportunidades e melhores condições de vida aos cidadãos. Esses investimentos, ao injetarem recursos localmente, contribuem para ativar o ciclo virtuoso com a expansão da renda nas cidades, estimulando os setores produtivos privados a empreenderem, sem medo de errar. É esse o “dinamismo” que nós queremos.



* Engenheiro, diretor-presidente do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) e ex-prefeito de Colatina.

QUEREMOS VOCÊ COM A GENTE

A partir de janeiro de 2013, Baixo Guandu passou a experimentar um crescimento significativo em sua economia. Apenas com a indústria de beneficiamento de rochas ornamentais, o município cresceu 92,72% em comparação com o mesmo período do ano passado, fruto do incremento das exportações, principalmente para países asiáticos.



Jovander Pilo



VENHA FAZER PARTE DO NOSSO CRESCIMENTO

Mas o nosso potencial de crescimento não se limita à indústria de granito. Localizado a 186 quilômetros da capital, Vitória, Baixo Guandu conta com excelente infraestrutura e logística, com acesso fácil à BR 101 pela BR 259, aeroporto, ferrovia (Vitória/Minas), hidrelétrica (Mascarenhas) e um polo empresarial com mais de 215 mil m². O município está pronto para receber indústrias de portes variados. Além disso, a prefeitura irá adquirir novas áreas para ceder aos interessados em instalar seus negócios em nossa cidade, como forma de incentivar novos empreendimentos. Além de todas essas vantagens, Baixo Guandu, por fazer parte da área delimitada como semiárido pela SUDENE, conta com isenção fiscal, de até 100%, no Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ).

Secretaria de
Desenvolvimento
Econômico



PREFEITURA DE
**BAIXO
GUANDU**
GOVERNO DO POVO

Rua Francisco Ferreira, nº 40
Centro - Baixo Guandu - Espírito Santo
CEP 29.730-000 - Tel.: (27) 3732-1878
sedes@pmbg.es.gov.br / www.pmbg.es.gov.br
www.facebook.com/pmbges



Frederico Martins de Figueiredo de Paiva Britto*
Roberto Moraes Dias**

Protesto extrajudicial de certidões de dívida ativa

Na conformação que lhe foi dada pelo o ordenamento jurídico brasileiro, o protesto extrajudicial é o ato formal e solene, destinado a provar a inadimplência e o descumprimento de obrigações consignadas em títulos e outros documentos de dívida. Tal conceito, expresso no *caput* do art. 1º da Lei n.º 9.492/97¹, fomentou a possibilidade de se enviar a protesto as Certidões de Dívida Ativa, franqueando às Fazendas Públicas uma alternativa mais eficaz para receber seus haveres.

Em se tratando dos aludidos instrumentos de títulos executivos extrajudiciais, nos termos do art. 585, VII, do Código de Processo Civil², em cujo teor encontra-se consignada a relação jurídica de cunho obrigacional, parece-nos intuitivo que também eles se assujeitam ao tratamento legal previsto na Lei nº 9.492/97, uma vez verificado o inadimplemento da obrigação.

O uso desse expediente, no entanto, encontrou resistência no Poder Judiciário, sobretudo no Superior Tribunal Justiça,

¹ Art. 1º Protesto é o ato formal e solene pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em títulos e outros documentos de dívida.

² Art. 585. São títulos executivos extrajudiciais:

VII - a certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei.

cuja orientação consolidou-se no sentido de que os entes estatais falecem de interesse para enviar suas Certidões de Dívida Ativa a protesto, na medida em que tais títulos já gozam de presunção de certeza e liquidez por disposição legal (CTN, art. 204³), dispensando que, por outro meio, seja necessária a prova da impontualidade do contribuinte, como se vislumbra do precedente adiante transcrito relato pelo ministro Luiz Fux, julgado em 2010, a saber:

“PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. CDA. PROTESTO. DESNECESSIDADE. AUSÊNCIA DE INTERESSE MUNICIPAL. PRECEDENTES.

1. O protesto da CDA é desnecessário haja vista que, por força da dicção legal (CTN, art. 204), a dívida regularmente inscrita goza de presunção relativa de liquidez e certeza, com efeito de prova pré-constituída, a dispensar que por outros meios tenha a Administração de demonstrar a impontualidade e o inadimplimento do contribuinte.

Muito embora não se divise, entre as mencionadas Certidões de Dívida Ativa e os demais títulos passíveis de protesto, como, por exemplo, os cheques e as duplicatas, particularidades suscetíveis de serem colhidas como raiz de diferenciação, justificando o tratamento distinto que lhes foi deferido, esse entendimento jurisprudencial prevaleceu e, com lastro nele, a Portaria Interministerial nº 574-A, de 20 de dezembro de 2010, do Ministério da Fazenda e da Advocacia Geral da União (AGU), autorizando que as Certidões de Dívida Ativa da União, das autarquias e das fundações públicas federais fossem levadas a protesto extrajudicial, independentemente do seu valor, foi declarada nula por sentença do Juízo da 13ª Vara Federal do Distrito Federal proferida nos autos de ação anulatória proposta pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil⁴.

Esse substrato legal, entretanto, foi alterado com o advento da Lei nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012, que incluiu o parágrafo único ao art. 1º da mencionada Lei nº 9.492/97, deixando patente que:

“Incluem-se entre os títulos sujeitos a protesto as certidões de dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações públicas”.

A partir de então, aplainaram-se as divergências quanto a viabilidade de se enviar a protesto as Certidões de Dívida Ativa e a Administração Pública passou a contar, então, com o célere instrumento para satisfação de seus créditos, sobretudo os de menor monta.

Com efeito, apesar da cobrança judicial dos créditos da Fazenda Pública transitar por via processual específica, instituída por lei especial (Lei nº 6.830/80) e cercada de maiores privilégios e garantias do que aquelas franqueadas aos particulares, até mesmo em razão da natureza do interesse perseguido, é incontestável que tal procedimento, além de ser mais vagaroso, muitas vezes não se justifica em termos econômicos, pois os potenciais benefícios decorrentes da satisfação desses créditos são neutralizados ou até mesmo suplantados pelos custos – *financeiros ou não* – nos quais ela incorre para vê-los tutelados judicialmente.

No âmbito da União Federal, a Lei nº 9.469/97, que em seu art. 1º-A, outorgou ao Advogado-Geral a prerrogativa de dispensar a inscrição de créditos e autorizar o não ajuizamento ou o não prosseguimento de ações nas quais a relação de custo-benefício, pautada na análise das despesas de administração e cobrança que ela incorre ao propô-las, apresentasse resultado deficitário, contexto no qual a União baixou a Portaria 377, de 25 de agosto de 2011, dispondo que:

“Art. 2º. Os órgãos da Procuradoria-Geral da União ficam autorizados a não propor ações, a não interpor recursos, assim como a desistir das ações e dos respectivos recursos, quando o valor total atualizado de créditos da União, relativos a um mesmo devedor, for igual ou inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Parágrafo único. A autorização prevista no caput não se aplica aos créditos originados de multas decorrentes do exercício de poder de polícia pelos órgãos da União ou originados de multas aplicadas pelo Tribunal de Contas da União, hipóteses nas quais o limite referido será de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Art. 3º. Os órgãos da Procuradoria-Geral Federal ficam autorizados a não efetuar a inscrição em dívida ativa, a não propor ações, a não interpor recursos, assim como a desistir das ações e dos respectivos recursos, quando o valor total atualizado de créditos das autarquias e fundações públicas federais, relativos a um mesmo devedor, for igual ou inferior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).(...).”.

Na esfera municipal, idêntica autorização já se encontra abrigada na Lei nº 4.194/1994, desde que seu art. 17 foi alterado pela Lei nº 4.827/1999, passando a vigorar com a seguinte redação:

“O Procurador Geral do Município poderá autorizar a realização de acordos ou transações, em juízo, para terminar o litígio, nas causas de valor até

³ Art. 204. A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.

⁴ Disponível em <http://s.conjur.com.br/dl/protesto-extrajudicial-cda-sentenca.pdf>

R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), bem como a não proposição de ações e a não interposição de recursos, ou de desistência de ações ou dos respectivos recursos jurídicos, para cobrança de crédito, atualizados, de valor igual ou inferior a R\$ 1.000,00 (um mil reais), em que seja interessado o Município, na qualidade de autor, réu, assistente ou oponente, nas condições estabelecidas nesta Lei.”

Todavia, instaura-se, com isso, um conflito entre princípios de envergadura constitucional, na medida em que o tratamento igualitário deve ser dispensado a todos aqueles que se encontram abrigados em situação semelhante. O princípio de que todos devem pagar seus tributos, sob pena de ser compelido judicialmente a fazê-lo, coloca-se em rota de colisão com o primado da eficiência, elevado pela Constituição ao grau de princípio jurídico expresso, de observância cogente (art. 37, *caput*⁵), que compele o administrador a adotar o comportamento autorizado na norma “do modo mais congruente, mais oportuno e mais adequado aos fins a serem alcançados, graças à escolha dos meios e da ocasião de utilizá-los, concebíveis como os mais idôneos para tanto”⁶.

Ademais, não se pode negar que o conceito de responsabilidade fiscal contempla não só o controle dos gastos públicos, mas também o cuidado com os interesses da Administração em realizar seus haveres como forma de aparelhar sua atuação, nos termos do art. 11 da LC 101/2000⁷.

Tal conduta assume particular relevo, sobretudo os de pequeno porte, na medida em que os impostos de sua competência dão origem a créditos geralmente de menor valor, como os relativos ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), nos quais a prescrição quinquenal prevista pelo art. 174 do Código Tributário Nacional costuma consumir-se antes de montante devido assumir expressão econômica que justifique o ingresso judicial, alforriando os contribuintes inadimplentes em detrimento daqueles que pagaram seus impostos em dia.

Nesse cenário, o protesto das Certidões de Dívida Ativa desponta como uma ferramenta de Justiça Fiscal, que, ao lado de ponderar os interesses em conflito, surge como opção racional de cobrança dos débitos em favor da Fazenda Pública, chancelada pelo Conselho Nacional de Justiça como “instrumento apto a inibir a inadimplência do devedor, além de contribuir para a redução do número de execuções fiscais ajuizadas”, conforme voto proferido pela conselheira Morgana Richa no Pedido de Providências nº 200910000045376.

Essa sistemática, segundo dados fornecidos ao site Consultor Jurídico pela procuradora federal Tarsila Fernandes, da Coordenadoria-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos da Procuradoria Geral da Fazenda, braço da Advocacia Geral da União que representa as autarquias e fundações federais⁸, propiciou a recuperação de 50% (cinquenta por cento) do total de dívidas em CDA protestadas em cartório no período de dezembro de 2010 a dezembro de 2012.

Observa-se, além disso, uma sensível redução do prazo de satisfação dos créditos, pois enquanto uma ação de execução fiscal demora em média 8 (oito) anos, no protesto extrajudicial, muitas vezes esse prazo não ultrapassa 3 (três) dias, pois os devedores quitam a dívida antes de serem protestados, evitando as consequências inerentes a esse ato.

Por tudo isso, a utilização da medida, que voltou a ser adotada pela União Federal com a edição da Portaria 17 da PGF⁹ e já se encontra regulamentada pelo Estado do Espírito Santo, através da Lei nº 9.876/2012, ostenta indiscutível vocação de se espalhar pelos demais entes federativos, auxiliando-os no mister de bem curar pelo interesse público de uma arrecadação eficiente, de molde a prover, de forma equitativa, os recursos necessários à satisfação condigna dos encargos que lhe são próprios, como educação, saúde e segurança, tão reivindicados nos anseios populares que eclodem em nosso país.

⁵ Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:”

⁶ GUIDO FALZONE, *Il Doveri di Buona Amministrazione*, Milão, Giuffrè, 1953, apud CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO, *Curso de Direito Administrativo*. 28ª ed., São Paulo: Malheiros, 2011, p. 122

⁷ Art. 11. Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.

⁸ Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2013-jan-18/portaria-pgf-autoriza-protesto-extrajudicial-dividas-50-mil>

⁹ Publicada no Diário Oficial de 18 de janeiro de 2013

* Procurador geral do Município de Vitória.

** Assessor técnico da Procuradoria Geral do Município de Vitória.

Sistemas Integrados SMARAPD.

Gerenciamento eficiente gera maiores benefícios para a cidade.



As soluções integradas SMARAPD são sistemas especializados e indispensáveis para administrações públicas manterem uma metodologia de trabalho bem desenvolvida que integra, de forma competente, o funcionamento perfeito de seus diversos setores.

Como resultado, temos maior agilidade, controle e segurança na execução de toda rotina de gestão municipal com melhor utilização dos recursos humanos e materiais e eficácia nos controles orçamentários.

Soluções SMARAPD para administração municipal:

- Assessoria e Consultoria Contábil;
- Atendimento ao cidadão - Gestão de Atividades;
- Contabilidade Pública;
- Controle de Arrecadação de Água e Esgoto;
- Declaração Eletrônica para Prestação de Serviços;
- Gerenciamento e Controle de Cemitérios;
- Gestão de Recursos Humanos e Folha de Pagamento;
- Gestão de Compras, Estoque e Patrimônio;
- Nota Fiscal Eletrônica;
- Ouvidoria, Protocolo e Controle de Processos;
- Treinamentos e Capacitação;
- Tributação Municipal.



www.smarapd.com.br



A VIDA PEDE MAIS QUE UM BANCO.

**PEDE FACILIDADE,
ACESSIBILIDADE,
PROXIMIDADE.**

A VIDA PEDE APOIO AO ESPORTE E À CULTURA.
PEDE INCENTIVO PARA QUEM QUER CRESCER E SEGURANÇA
PARA QUEM QUER GUARDAR. A VIDA PEDE INCLUSÃO,
PEDE UMA CARREIRA, PEDE INVESTIMENTO EM QUEM
ACREDITA. A VIDA PEDE OPORTUNIDADES PARA QUEM QUER
IR MAIS LONGE. A VIDA ESTÁ SEMPRE PEDINDO MAIS.
A VIDA PEDE MAIS QUE UM BANCO. A CAIXA É MAIS QUE UM BANCO.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações,
reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva
ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474

CAIXA

A vida pede mais que um banco